



**MARIA ELISA PÉREZ
DA SILVA BABO**

**CULTURA E DESENVOLVIMENTO: NOVOS
DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS MUNICIPAIS**



Universidade de Aveiro
Ano 2010

Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e
Políticas

**MARIA ELISA PÉREZ
DA SILVA BABO**

**CULTURA E DESENVOLVIMENTO: NOVOS
DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS MUNICIPAIS**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planeamento do Território - Inovação e Políticas de Desenvolvimento, realizada sob a orientação científica do Doutor Artur da Rosa Pires, Professor Catedrático da Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas da Universidade de Aveiro

o júri

presidente

Doutor Eduardo Anselmo Moreira de Castro
Professor Catedrático da Universidade de Aveiro

vogais

Doutor Artur da Rosa Pires
Professor Catedrático da Universidade de Aveiro

Doutor Pedro Miguel Alves Felício Seco da Costa
Professor Auxiliar do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto
Universitário de Lisboa

agradecimentos

Este trabalho de dissertação beneficiou dos apoios e da estima dados por diversas pessoas.

Em primeiro lugar os agradecimentos vão para a família, para o Rui, o Francisco, o Frederico e a Joana, pela compreensão que conseguiram encontrar em inúmeros momentos do meu isolamento e da minha ocupação. Em segundo lugar um agradecimento ao Professor Doutor Artur da Rosa Pires pelo estímulo e confiança depositada e pela orientação facultada ao longo do trabalho.

Um agradecimento à forma como os responsáveis e todos os colaboradores da empresa Quaternaire Portugal – Consultoria para o Desenvolvimento, SA entendem a necessidade da valorização pessoal e admitem o investimento pessoal em processos de qualificação académica.

Um agradecimento ao José Portugal e ao Pedro Quintela pelas inúmeras horas de discussão, de troca de ideias e de informação com que contribuíram para este projecto de trabalho.

Um agradecimento muito especial para a Paula Guerra que, para além da força anímica que deu, se disponibilizou sempre a contribuir com comentários, reflexões, apoio bibliográfico e esclarecimentos.

Por último, expresso a minha gratidão a todas as pessoas entrevistadas pela disponibilidade de tempo e de informação e a simpatia que demonstraram.

palavras-chave

Autarquias, capital cultural, capital humano, capital social, cluster cultural, cultura, desenvolvimento regional e local, governance, políticas públicas.

resumo

As recentes perspectivas e abordagens teóricas em torno das problemáticas da cultura e do desenvolvimento têm evidenciado o papel que a cultura assume ao nível do desenvolvimento das pessoas e do reforço da competitividade e da sustentabilidade dos territórios. Nesse sentido, é evidente uma evolução qualitativa ao nível do enquadramento que os processos de dinamização e de estruturação do tecido e das dinâmicas artísticas e criativas adquirem dentro das políticas públicas e, concretamente, a nível local e regional.

O presente trabalho procura reflectir sobre o modo como, a partir de uma tríade dinâmica de conceitos - designadamente, de capital humano, cultural, social e criativo, de clusters e distritos culturais e de *governance*, é possível compreender de forma mais clara a relação entre cultura e desenvolvimento socioeconómico e o modo como as políticas culturais municipais podem impactar, local ou regionalmente, esse desenvolvimento.

A partir do estudo das realidades dos municípios de Montemor-o-Novo e de Vila do Conde, propomo-nos ilustrar a pertinência empírica do quadro de conceitos referido e aprofundar a eficácia destas chaves de leitura para a consolidação e formulação de políticas municipais que articulem, de forma integrada e inovadora, cultura e desenvolvimento.

keywords

Cultural capital, cultural cluster, cultural district, culture, governance, human capital, municipalities, public policies, social capital, regional and local development.

abstract

Recent theoretical approaches and perspectives about culture and development have confirmed the role of culture in human development and territorial competitiveness and sustainability. In this sense, there is a clear qualitative evolution of artistic and creative issues in local and regional public policies.

The statement discusses how a dynamic triad of concepts - human, cultural, social and creative capitals, cultural clusters and districts and governance, can contribute to explain more clearly the relationship between culture and socio-economic development and the impact of cultural policies in local development. The study of Montemor-o-Novo and Vila do Conde municipalities confirm the empirical relevance of concepts and we use them as key readings for a new culture and development relationship in local policies.

Índice

Introdução	9
1. Objecto de Estudo	14
1.1. Justificação do objecto de estudo	14
1.2. Defesa da pertinência do objecto de estudo	17
2. Cultura e desenvolvimento: uma questão inadiável	18
3. Olhar e interpretar o sector cultural na actualidade	43
3.1. Hipóteses de delimitação do sector cultural	43
3.2. Conceitos substantivos de capital	48
3.2.1. Capital humano	49
3.2.2. Capital social	51
3.2.3. Capital cultural	55
3.2.4. Capital criativo	59
3.3. <i>Clusters</i> e distritos culturais	61
3.3.1. Os referenciais conceptuais: distritos e <i>clusters</i>	61
3.3.2. Das especificidades das actividades e bens culturais	63
3.3.3. Distritos e <i>clusters</i> culturais: das experiências à formulação teórica	65
3.3.4. Políticas de <i>clustering</i> cultural ou distritos culturais	69
3.4. <i>Governance</i> no sector cultural	72
3.4.1. <i>Governance</i> e desenvolvimento local	72
3.4.2. Um novo paradigma da intervenção política na cultura	74
3.5. Autarquias locais e cultura	78
3.6. Perspectiva final de abordagem	83
4. Estratégia de investigação: componente metodológica e recursos técnicos mobilizados	87
4.1. Linhas orientadoras da abordagem empírica	87
4.2. Dimensões de estudo e organização do trabalho de campo	88
4.3. Contexto e justificação dos casos: a pertinência do objecto empírico	90
4.4. Abordagem metodológica	92

5.	Vila do Conde e Montemor-o-Novo: dois concelhos com apostas estratégicas na cultura	94
5.1.	Aspectos de enquadramento dos contextos concelhios.....	94
5.1.1.	Vila do Conde	94
5.1.2.	Montemor-o-Novo	96
5.2.	Sistema e dinâmicas culturais nos concelhos de Vila do Conde e Montemor-o-Novo	99
5.2.1.	O sector cultural nos dois concelhos	99
5.2.2.	“Marcas” do desenvolvimento cultural nos dois concelhos	106
5.2.3.	Abordagem integrada da cultura como factor do desenvolvimento local	130
5.3.	Linhas de Política Cultural nos concelhos de Vila do Conde e de Montemor-o-Novo	133
6.	Conclusão: que novos desafios para a agenda política municipal?	143
	Bibliografia	158
	Anexos	172

Figuras e Tabelas

Figura 1 - Proposta de delimitação do sector cultural e criativo	47
Figura 2 - Esquema de análise das políticas culturais locais	86
Figura 3 - Sistema de recursos culturais de Vila do Conde	100
Figura 4 - Sistema de recursos culturais de Montemor-o-Novo	101
Figura 5 - Delimitação do sector cultural e criativo em Vila do Conde	104
Figura 6 - Delimitação do sector cultural e criativo em Montemor-o-Novo	105
Tabela 1	66
Tabela 2	68

Introdução

A sociedade portuguesa tem vindo, contínua mas de forma relativamente mais lenta do que noutros países, a reconhecer a importância que a Cultura assume para os processos de desenvolvimento socioeconómico. A acção e as agendas políticas mais recentes dão sinais, indubitavelmente, desta mudança. No segundo semestre de 2007 Portugal assume a Presidência Europeia e, paralelamente ao processo de consolidação da Estratégia de Lisboa e da revisão da Agenda de Lisboa, organiza e acolhe o *Seminário Os Sectores Cultural e Criativo - A Agenda de Lisboa*, o qual reúne em Lisboa diversos peritos (científicos e técnicos) e agentes de inúmeros países europeus, promovendo a aprovação pelos actores culturais da *European Agenda for Culture*¹, um documento fundamental para a Europa em matéria de orientação das políticas culturais. O actual Governo português enunciou, no seu Programa de Governo e nas propostas pré-eleitorais que apresentou, uma prioridade para a Cultura durante esta legislatura, após ter sido dada prioridade, na legislatura anterior, à Ciência (e consequentemente, ao desenvolvimento dos sistemas de I&D e de inovação). Actualmente Portugal participa de forma activa no seio da Comissão Europeia na coordenação partilhada do *Grupo de Trabalho da UE para a promoção do potencial das PME do sector cultural e criativo*.

Estes diversos compromissos procuram aproximar Portugal das dinâmicas e dos processos em curso noutros países, a nível europeu e mundial, onde a aposta política e estratégica na Cultura tem conseguido obter impactos positivos e estruturantes em matéria do desenvolvimento económico e social, através, designadamente, da crescente qualificação das pessoas, do incremento da capacidade de inovação, do reforço da competitividade das economias e dos territórios e da coesão social e territorial.

Este contexto de reconhecimento político do papel da cultura enquanto alavanca do desenvolvimento local e regional, suportado e estimulado também por um alargamento muito significativo da reflexão teórica sobre Cultura no campo de diversas disciplinas, da sociologia, à economia, à geografia, ao planeamento regional e urbano, à ciência política, tem por sua vez contribuído para algum reconhecimento e enriquecimento das políticas culturais ao nível das autarquias. Os estudos, elaborados nos últimos anos, sobre as políticas culturais em Portugal e o papel das autarquias (Santos, 1988, 2005; Silva, 1995; Neves, 2000, 2005) demonstram alguns indícios de evolução qualitativa interessantes, mas sobretudo, uma evolução quantitativa evidente, traduzida pelo significado que as despesas municipais com a cultura representam no cômputo do esforço público nacional, quer ao nível das despesas em investimento, quer das despesas com funcionamento de estruturas, de programação e de apoio aos artistas e agentes culturais.

¹ *Communication on a European agenda for culture in a globalizing world {SEC(2007)570}*, Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions.

Contudo a realidade portuguesa continua a demonstrar uma forte debilidade no que respeita à extensão, à qualidade e à sustentabilidade do tecido e das dinâmicas artísticas e culturais e, para além disso, continua a suportar uma macrocefalia de políticas e de dinâmicas culturais que compromete um desenvolvimento futuro territorial e socialmente mais equilibrado. Os artistas e criativos e as organizações artísticas e culturais continuam a apresentar condições de trabalho e de autonomia (organizacional, económica e financeira) insuficientes (algumas delas associadas à pequena escala dos mercados locais e nacional), índices de profissionalização baixos, dificuldades significativas na sua internacionalização, um reconhecimento do seu estatuto e do seu papel na sociedade e o apoio por parte de outros parceiros privados (incluindo empresas e outras instituições provenientes de outros sectores) também limitados. Mantém-se uma enorme concentração de massa crítica em termos de criação e produção artística em Lisboa, o tecido empresarial no sector (e, particularmente no caso das indústrias culturais) está concentrado na Área Metropolitana de Lisboa, o mercado de produtos e serviços artísticos e culturais continua a ser dominante também nessa área e na Área Metropolitana do Porto, embora com sinais evidentes da emergência de dinâmicas em cidades médias do território nacional (como Braga, Guimarães, Coimbra, Santarém, Évora, Faro, entre outras).

Um desafio de aprofundamento do estudo, da reflexão e da intervenção (profissional, social e pessoal) no sector cultural coloca-se pois a todos aqueles que, de alguma forma, têm dedicado atenção e tempo a estas matérias. A autora da presente dissertação, ao longo do seu percurso profissional, tem-se dedicado ao estudo e à intervenção no campo das políticas e da gestão cultural, dentro de uma matriz teórica e prática que se centra no domínio do planeamento e do desenvolvimento regional e urbano. Nos primeiros anos da sua actividade profissional (na década de 80), acompanhou de perto as reflexões científicas e a acção técnica e pessoal de José Maria Cabral Ferreira², o qual repetidas vezes afirmou, em contextos institucionais diversos, que “à Cultura deveria ser dado o lugar da presidência nos processos de planeamento regional e local”. Não obstante o eventual exagero da imagem, da década de 80 até hoje, as considerações teóricas, as agendas políticas e a realidade nacional e mundial têm demonstrado as vantagens da presença eminente da Cultura nos processos de desenvolvimento humano e socioeconómico.

Durante este mesmo período, o trabalho de consultoria da autora, em especial junto das autarquias locais, em projectos de apoio ao desenvolvimento e gestão de projectos culturais e à formulação de linhas de orientação política para a cultura e o desenvolvimento local, contribuíram para um maior conhecimento da realidade no território nacional, mas especialmente, na Região do Norte. O contacto técnico com essa realidade e o conhecimento dos seus problemas e das oportunidades projectadas favoreceu o interesse pessoal, a reflexão

² Na altura, responsável pela Divisão Cultural da Comissão de Coordenação da Região do Norte, e autor de obra e documentos de referência no plano da temática agora abordada, como é a obra FERREIRA, José Maria Cabral (1983) -

técnica e científica e a colocação regular de interrogações sobre os desafios que se colocam aos decisores políticos nos municípios portugueses em matéria de política cultural. Dentro das questões mais recentemente enunciadas, destacamos algumas que têm reflexo no presente trabalho de dissertação: O que é que se entende por “dimensões culturais e criativas” e que tipo de recursos, competências, actividades, estruturas e agentes é que estão em causa? De que modo é que as “dimensões culturais e criativas” se inter-relacionam entre si e com o contexto urbano / territorial em que estão inseridas? De que modo é que essas “dimensões culturais e criativas” interferem nos processos de desenvolvimento local e regional? De que modo é que a cultura, nas suas múltiplas dimensões, pode ser indutora de efeitos ou induzida por outras dimensões do território e das comunidades (por exemplo: inovação, educação, sustentabilidade, competitividade económica, coesão social, qualidade de vida, etc.)? Quais têm sido as novas opções das políticas públicas territorializadas que visam alavancar o desenvolvimento local e regional a partir da dinamização do sector cultural e criativo? Qual a estratégia e intervenção dos municípios portugueses neste domínio? Que tipo de instrumentos de política pública se pode/deve accionar no sentido de reforçar e consolidar o papel motor da cultura nos processos de desenvolvimento urbano / territorial?

No seguimento dos factores referidos e do estudo prosseguido pela autora no âmbito do Mestrado de Inovação e Políticas de Desenvolvimento³, o presente trabalho de dissertação estrutura-se em seis capítulos que passamos a apresentar.

O primeiro capítulo apresenta um conjunto de fundamentos sobre a actualidade e a pertinência do objecto de estudo proposto neste trabalho de dissertação, relacionando os processos mais recentes de evolução nacional em matéria de estudos e análises sistemáticas sobre cultura e políticas locais e as práticas da administração pública local.

Admitindo que a pertinência das problemáticas e do tema da dissertação se relacionam, designadamente, com a compreensão das mudanças estruturais da relação entre cultura e desenvolvimento, num segundo momento (Capítulo 2) procuramos reflectir sobre um conjunto de enunciados que enquadram, na actualidade, o debate teórico e político sobre essa relação. Assim abraçamos questões diversas, que assentam em quadros disciplinares igualmente diversos e que se enquadram em grandes temas da actualidade. Começando por reflectir sobre a complexidade que os factores e dinâmicas culturais adquirem na análise da sociedade e dos processos de desenvolvimento socioeconómico devido à coexistência de diversos conceitos de Cultura, passamos a um conjunto de considerações, sobre a importância da dimensão cultural na abordagem do desenvolvimento económico e social, à relevância que assume a dimensão espacial e territorial da cultura, ao enquadramento necessário das questões culturais no quadro da nova economia do conhecimento e, nomeadamente, do papel das Tecnologias de Informação

Artesanato, cultura e desenvolvimento regional: um estudo de campo e três ensaios livres. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

e Comunicação no contexto da economia global e, finalmente, aos modos de abordar a cultura no quadro da agenda política e dos desafios que as novas formas de governação e de *governance* colocam. Obtemos deste modo uma primeira aproximação aos referenciais teóricos sobre cultura e desenvolvimento regional, apelando a concepções provenientes de vários quadrantes disciplinares.

Este cenário preambular sobre grandes problemáticas da cultura e do desenvolvimento socioeconómico é, seguidamente (Capítulo 3), aprofundado no sentido de encontrar um conjunto combinado e interdependente de chaves de leitura conceptuais e teóricas que nos permitam interpretar, compreender e perspectivar desafios para as políticas culturais municipais em Portugal. Neste sentido propomos, de forma sequencial e confrontada, analisar diferentes perspectivas teóricas dos conceitos de capital humano, cultural, social e criativo, de *clusters* e distritos culturais e de *governance*. Este conjunto interligado de conceitos permite-nos “olhar” para a realidade cultural segundo perspectivas diversas, ou seja, na interpretação dos seus recursos e activos, traduzidos pelos conceitos de capital, na interpretação das suas formas de organização e de relação, no espaço, entre recursos e activos, classificadas através da noções de *clusters* ou distritos, e na interpretação das tomadas de decisão e da acção dos agentes públicos e privados, representadas pelo conceito de *governance*. Esta análise é complementada, por um lado, por considerações sobre as propostas de delimitação do sector cultural, tema que tem ocupado diversos investigadores e peritos, e por outro lado, por uma análise da evolução da actuação das autarquias e do seu posicionamento no quadro das políticas públicas para a cultura. Alcançamos, deste modo, um referencial teórico integrado que adoptamos na análise empírica e que pretende facilitar a compreensão do modo como as políticas públicas locais para a cultura podem impactar o desenvolvimento humano, social, económica e institucional local e regional.

Completada esta abordagem teórico-conceptual organizada a dois tempos, seguimos uma descrição (Capítulo 4) das linhas metodológicas adoptadas para a análise empírica, referindo não apenas os referenciais metodológicos adoptados, mas descrevendo também aspectos de operacionalização do próprio trabalho de campo.

A análise empírica descrita seguidamente (Capítulo 5) decorre de uma opção de estudo de duas realidades diferenciadas no contexto nacional, os concelhos de Montemor-o-Novo e de Vila do Conde. A escolha destes dois casos obedeceu a critérios associados a três tipos de aspectos: ao contexto territorial em que se insere cada um dos concelhos; ao nível de dinâmicas culturais e artísticas de iniciativa pública e privada que os mesmos possuem actualmente; e ao facto de os respectivos governos locais (Executivos Municipais) assumirem a cultura como uma dimensão estratégica do desenvolvimento local. Começamos esta abordagem empírica com uma análise do enquadramento das questões culturais no âmbito do contexto concelhio, com referências às suas dinâmicas demográficas e humanas, económicas e sociais e territoriais

³ Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas da Universidade de Aveiro.

(espaciais). Assumimos como importante introduzir algumas considerações sobre a situação geoestratégica destes concelhos, porquanto ela constitui um factor de abertura e de relacionamento cultural destes concelhos com o exterior (e nomeadamente, com as principais cidades / aglomerações que lhes estão próximas, no caso de Montemor-o-Novo, a Área Metropolitana de Lisboa e no caso de Vila do Conde a própria Área Metropolitana em que se encontra espacial e institucionalmente inserido).

Prosseguimos o estudo empírico com uma sistematização das diversas componentes, tangíveis e intangíveis, humanos e organizacionais, que integram, em cada um dos concelhos, o sector cultural, procurando estabelecer um exercício de delimitação que configure uma proposta integradora de diversos referenciais considerados (KEA, 2007; Pratt, 2003; Landry, 2003, 205). Centramo-nos de seguida na análise e interpretação do que designamos de “marcas” do desenvolvimento cultural nos dois concelhos, prosseguindo uma sistemática interligação entre a nossa leitura da realidade, transmitida pelo conjunto de entrevistados e expressa pela documentação consultada, e a panorâmica teórico-conceptual traçada nos capítulos anteriores. Identificamos neste âmbito os principais eixos estruturantes da vida e da actividade cultural de cada um dos concelhos e interrogamo-nos sobre diversas dimensões: “Vila do Conde cidade de Cultura”; “A dimensão educativa do projecto cultural em Montemor-o-Novo”; “Relações profícuas entre o capital cultural endógeno e exógeno”; “Emergência de processos locais de *clustering* no sector cultural”; “Sinais, expectativas e benefícios da *governance*”. Em cada uma destas dimensões procuramos interpretar as dinâmicas locais associadas à cultura à luz de conceitos trabalhados e o seu significado para o campo central desta investigação, isto é, a complexidade das relações entre cultura e desenvolvimento. Esta componente do estudo sobre os dois concelhos é completada por uma análise das linhas de política cultural municipal, realçando os aspectos similares e as diferenças entre os dois concelhos e descobrindo as articulações potenciais entre a estrutura de objectivos e de medidas e instrumentos de política assumidos pelas autarquias de Montemor-o-Novo e de Vila do Conde e o quadro teórico-conceptual em que incidimos neste trabalho.

A conclusão desta dissertação (Capítulo 6) centra-se por sua vez, na identificação e questionamento dos desafios que se podem equacionar para o quadro da agenda política municipal em Portugal. Procuramos, a partir da tríade conceptual dinâmica referida que articula os conceitos de capital, humano, cultural, social e criativo, de *clusters* e distritos culturais e de *governance*, apontar temas, problemáticas e linhas de orientação sobre as quais é desejável e possível assentar as políticas públicas municipais. Deste modo, retiramos cinco grandes conclusões que acreditamos que possam vir a contribuir para o enriquecimento de práticas de governação ao nível autárquico ou que, pelo menos, sugiram aos seus responsáveis e tomadores campos de ponderação e de reflexão.

1. Objecto de Estudo

1.1. Justificação do objecto de estudo

Considerando o enquadramento do tema global da cultura, na sua conexão com diversos domínios que integram actualmente as questões do desenvolvimento, o que nos propomos trabalhar como objecto de estudo e dissertação é o sector cultural, numa escala local / municipal, ou seja, de forma vinculada ao território, sob a perspectiva de uma tríade conceptual dinâmica, que articula os conceitos (substantivos) de capital, cultural, criativo, humano e social, de *governance* e de cluster ou distritos culturais, e o modo como, nessa perspectiva, se deverão enformar os novos vectores das políticas públicas locais orientadas para a cultura.

A justificação pela opção que fazemos por este objecto de estudo agrega diversas considerações que passamos a descrever.

Uma primeira consideração passa pelo facto de verificamos que persiste um défice de estudos e análises sistemáticas debruçadas sobre a realidade portuguesa e acerca do tema da cultura na perspectiva das políticas públicas. Apesar de se encontrar reconhecido em Portugal, em sede de trabalhos de natureza científica e técnica ou no contexto da formulação de políticas e programas dirigidos para o domínio da cultura, que as autarquias locais desempenharam um papel determinante no desenvolvimento cultural do território e das comunidades e na edificação de um quadro referencial das políticas culturais, a situação actual no país evidencia sinais de estrangulamento ao nível do âmbito e dos métodos adoptadas por essas políticas. O debate e a promoção de encontros (conferências, seminários, congressos, etc.) vocacionados para a reflexão nestas matérias têm-se demonstrado significativamente fecundos, mas não deixa de persistir um défice de formalização de conhecimento sobre práticas, experiências e novas soluções encontradas em diferentes contextos locais e regionais em matéria de políticas culturais.

Há alguns anos, o Ministério da Cultura (meados da década de 90) português tomou em mãos a criação de um Observatório das Actividades Culturais, entidade que se veio a demonstrar de grande importância em termos da produção e formalização de conhecimento sobre o domínio da cultura, designadamente, no campo das políticas públicas, dentro dos níveis central e local - referências como “Políticas Culturais em Portugal (1985-95)” (editado em 1998), “Despesas dos Municípios com Cultura”, (editado em 2000), “Despesas dos Municípios com Cultura (1986-2003)”, (editado em 2005), “O Estado das Artes. As Artes e o Estado: Actas do Encontro realizado em Lisboa, no CCB, a 19, 20 e 21 de Abril de 2001” (editado em 2002) ou “Contribuições para a formulação de políticas públicas no horizonte 2013 relativas ao tema Cultura, Identidades e Património: Relatório final” (documento electrónico editado em 2005) são alguns exemplos disso. Dentro de outros campos da investigação (produção de trabalhos de dissertação e teses de

doutoramento) têm igualmente surgido diversos trabalhos que se debruçam sobre estes domínios. Contudo, as oportunidades e as necessidades de os estudar são vastíssimas.

A produção científica nacional que analisa, caracteriza e avalia as realidades locais sob a perspectiva da cultura e do desenvolvimento cultural e, em especial, no domínio da política cultural mantém-se exígua. As autarquias locais, essencialmente no período pós-1974, no decurso da consolidação do seu corpo de competências e da legitimação da sua intervenção política a nível do território, demonstraram uma capacidade crescente e progressivamente mais qualificada, de intervirem nos seguintes eixos: dotação dos municípios com infra-estruturas culturais diversas, favorecendo o acesso da população à cultura; preservação do património cultural, nos seus diversos componentes, imaterial e material; programação de actividades culturais e artísticas; fomento e apoio ao associativismo de base cultural; e, embora de forma mais casual, incentivo e estímulo à criação artística.

Dentro do que representou, neste período de cerca de 30 anos, o esforço político, organizativo e financeiro das autarquias locais no campo das políticas culturais em Portugal, é justo o reconhecimento do seu grande papel. Contudo, da análise dos trabalhos e da informação disponível, conclui-se que as margens de progressão e as necessidades de renovação das políticas culturais municipais são igualmente vastíssimas, se pensarmos na evolução e nos novos paradigmas da sociedade contemporânea, e que elas se encontram carentes de quadros referenciais que as possam alimentar.

Hoje constatamos a persistência de debilidades ao nível da adequação das políticas culturais municipais aos desafios contemporâneos, nomeadamente da globalização, das novas tecnologias (TIC), da inovação e da construção de uma sociedade do conhecimento.

Analisando, de forma elementar, o panorama global do que são hoje as políticas culturais numa parte significativa das autarquias locais portuguesas, inferimos as seguintes tendências essenciais: a conservação de um corpo tradicional da intervenção das autarquias no domínio da política cultural (intervenção ao nível do património, dos equipamentos e do apoio ao associativismo local), a par de uma vertente programática crescente, fundamentada na maioria dos casos, em objectivos de natureza promocional e de afirmação da imagem do território (ou da cidade) ou em objectivos de desenvolvimento cultural das populações que incidem exclusiva ou principalmente numa óptica do consumo (reflectida frequentemente na formulação de um desígnio geral de “formação de públicos”); a dificuldade em adoptar ou integrar abordagens mais multifacetadas, que incorporem as diversas dimensões da relação entre cultura e desenvolvimento local e regional; a resistência a assumir abordagens integradas da política cultural e de outras políticas sectoriais e espaciais, designadamente, a integração com as políticas educativas, sociais, de fomento económico, de política urbana, entre outras; o défice de *governance*, que contudo não se manifesta apenas no domínio cultural; e a limitada vocação ou propensão para a abertura das comunidades e dos territórios ao exterior. No conjunto,

verificamos a urgência que existe na produção nacional de novos quadros de referência e de novos instrumentos (*toolkit*) que possam apoiar os decisores e os diversos participantes nos processos de tomada de decisão.

Consideramos igualmente imperioso apontar a necessidade de aprofundar e diversificar as reflexões teóricas e as observações empíricas que venham a contribuir para uma maior eficiência das políticas culturais municipais. Neste campo, centramos a problemática ao nível da necessidade de desenvolver e de dotar os municípios de competências adequadas aos domínios em questão.

O panorama geral das autarquias no que respeita ao domínio cultural mantém um défice bastante acentuado de recursos humanos e técnicos com competências especializadas. Se esta situação, há alguns anos, poderia em parte estar relacionada com uma falta marcada de recursos humanos qualificados com competências nas áreas específicas da cultura e das artes, hoje a situação do mercado de trabalho transformou-se muito significativamente e, portanto, são outros os factores que podem explicar o estado de situação. A mudança tem de passar necessariamente pela consciência, por parte de quem toma a decisão, sobre a imprescindibilidade de actualizar e renovar os seus quadros técnicos e as competências organizacionais das autarquias, tendo em vista uma maior eficiência na aplicação dos recursos públicos à resolução dos problemas locais e ao aproveitamento de oportunidades e de desafios de desenvolvimento.

Ainda nesta matéria, o carácter abrangente e multifacetado que hoje as políticas culturais detêm, apelando a novas competências em matérias como a multiculturalidade, a transversalidade e intersectorialidade dos objectivos e instrumentos, a cooperação e concertação inter-institucional, reforça o interesse pelo estudo de novos quadros referenciais e de novas orientações, designadamente, olhando para as boas práticas e experiências nestas matérias.

Finalmente, não podemos deixar de reconhecer a necessidade de entender o posicionamento das instituições culturais, na sua diversidade, desde as instituições de natureza pública, de natureza privada sem fins lucrativos ou de natureza privada empresarial. Estamos igualmente perante um campo de estudo que tem vindo a alargar-se muito significativamente nos tempos mais recentes, associando quadros teóricos de análise diferentes, nomeadamente, da economia e da ciência regional.

1.2. Defesa da pertinência do objecto de estudo

A amplitude que hoje o sector das actividades artísticas e culturais detém, designadamente, no que se refere às características jurídicas e organizacionais dos seus actores, à relação que estes estabelecem com o mercado, à posição que assumem no seio da cadeia de valor do sector (criação, produção, distribuição, comercialização/exibição e participação), exige novos modelos e instrumentos de política pública, designadamente, no campo da função essencial que o Estado e as autarquias detêm em termos de regulação do sector.

Podemos concluir que as necessidades de *upgrading* das políticas culturais ao nível local em Portugal, à semelhança de outros países, justificam investimentos em termos de formalização de conhecimento, gerando o confronto entre as bases científica e empírica e contribuindo para aumentar a informação disponível junto de quem é responsável pela tomada de decisão e pela execução de políticas e de programas. Nesta medida, propomos que o presente trabalho de dissertação venha a dar um contributo para a realidade em construção.

Estamos deste modo persuadidos da pertinência das problemáticas e dos temas que nos propomos abordar e analisar e da capacidade que teremos em contribuir para a compreensão de alguns dos fenómenos que estão a acontecer hoje na realidade portuguesa das políticas culturais autárquicas. O entendimento de algumas mudanças estruturais alerta-nos para a necessidade de trabalhar com um corpo teórico e com conceitos actuais, mais adequados à compreensão e explicitação dos problemas e das práticas políticas e à formulação de novas abordagens que venham a promover mudança também nessas práticas. Retirados de corpos científicos e teóricos da sociologia, da economia regional ou da política, propomos que os conceitos centrais de capital social e capital cultural, de *clusters* ou distritos culturais e de *governance*, corporizem o edifício teórico que sustenta esta dissertação.

2. Cultura e desenvolvimento: uma questão inadiável

A compreensão do objecto que nos propomos estudar justifica a inclusão de um capítulo preambular de explicitação de algumas ideias e perspectivas gerais de enquadramento, que procuram caracterizar o contexto teórico e empírico em que se inscreve a problemática de estudo proposta. Apresentamos, neste sentido, uma série de enunciados que visam enquadrar, no panorama actual, uma multiplicidade de linhas de reflexão e de debate sobre as dimensões da cultura nos processos de desenvolvimento, local e regional, e suas conseqüentes e múltiplas verificações.

A cultura ganhou autonomia recente em diversos campos disciplinares, na economia, na geografia e na sociologia. A cultura entrou definitivamente e com representatividade nas agendas políticas e nas práticas de governação. A cultura constitui, cada vez mais, um “espaço” de encontro e reencontro das pessoas, das organizações e dos territórios. A cultura aparece hoje, frequentemente, como desafio e como “esperança” numa sociedade mais equilibrada, mais sustentável, mais coesa e mais adaptada aos novos paradigmas tecnológicos, organizacionais e ambientais.

1. Encontra-se hoje consolidada a ideia de que os factores e as dinâmicas culturais de uma comunidade reúnem uma significativa complexidade, associada aos diversos conceitos de cultura. É igualmente reconhecida a atenção crescente atribuída a esses factores e dinâmicas, quer enquanto componentes relacionadas com os fenómenos sociais e humanos no âmbito dos processos de desenvolvimento económico, regional e local, quer como objecto das políticas públicas.

A maioria dos autores que sustentam a sua abordagem à cultura num quadro teórico do desenvolvimento económico e regional ou da teoria económica preocupa-se em clarificar *a priori* o conceito de cultura que se propõe trabalhar. A investigação disponível divide-se, na sua maioria, entre uma visão abrangente e uma visão restrita de cultura. No quadro da noção abrangente de cultura, encontramos raízes diversas que surgem a partir da visão universalista da cultura (associada aos pensadores franceses do séc. XVIII, pós-Iluminismo) e que prosseguem, dentro de inúmeras variantes, com os precursores da etnologia e da antropologia, com sociólogos e mais tarde, com as diversas escolas da antropologia americana (finais do século XIX, primeira metade do século XX). Entre os sociólogos, destacamos E. Durkheim (finais da década de 90), que centra o seu estudo na dimensão cultural dos fenómenos sociais, enquanto no âmbito da antropologia americana, as referências vão para a abordagem culturalista da cultura e para o estruturalismo de Claude Lévy-Strauss.

Os enfoques na noção restrita de cultura, que confina o seu âmbito às obras e representações de carácter simbólico veiculadas através de actividades e manifestações de natureza artística, podem encontrar-se, em parte, na visão particularista de cultura (associada aos pensadores alemães de finais do séc. XVIII) ou em conceitos enunciados posteriormente, designadamente por Pierre Bourdieu (1979; 1997). Segundo este autor, a cultura corresponde ao conjunto de obras culturais que constituem produções simbólicas socialmente valorizadas e que integram os campos das artes e das letras (conceito utilizado pelo autor para desenvolver o seu objecto de estudo incidente na interpretação e explicação dos mecanismos que estão na origem da criação artística e que determinam os diferentes modos de consumo na sociedade contemporânea).

Cabe ainda fazer uma referência ao papel que os *Cultural Studies* têm vindo a assumir no campo da investigação e do estudo das problemáticas culturais e, designadamente, do seu posicionamento entre os dois corpos de abordagem anteriormente referidos, a noção de cultura centrada na expressão das manifestações e celebrações dentro das artes e letras e os conceitos que derivam do corpo científico da antropologia e da sociologia culturais (Du Gay et al, 1997; Hall, 2000).

De seguida, propomo-nos mencionar um conjunto de referências conceptuais que consideramos relevantes em matéria do enquadramento teórico e da compreensão da complexidade do conceito de cultura. As abordagens à dimensão cultural do desenvolvimento nas sociedades contemporâneas e no contexto da economia do conhecimento requerem uma compreensão diversa dos fenómenos culturais e da natureza de cultura, que procuramos nas diversas escolas, fundamentalmente, das áreas da antropologia e da sociologia.

De entre as várias concepções que trabalham a cultura numa perspectiva alargada, sejam os antropólogos americanos (no virar do séc. XIX para o séc. XX e meados do séc. XX), sejam, posteriormente, as diversas investigações e autores que centram o seu objecto de estudo no cruzamento entre culturas, ou outros que lhes sucedem, são diversas as noções que adquirem relevância tendo em vista uma maior compreensão do papel da cultura nos processos de desenvolvimento económico e social e numa perspectiva territorial.

A antropologia americana emerge a partir de uma necessidade central de estudar e compreender as diversas realidades culturais coexistentes no contexto americano (país marcado pela presença de diversas comunidades de imigrantes de diferentes origens culturais), embora admita diferenças entre as suas diversas escolas. Os antropólogos americanos retomam elementos quer das teses evolucionistas, nomeadamente de Edward B. Tylor (1832-1917), quer do relativismo cultural de Franz Boas (1858-1942). Edward Tylor interpreta a cultura em sentido alargado, como “complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade” (Cuche, 2004: 16), ou seja, a cultura como “expressão da totalidade da vida social do

homem” (Cuche, 2004: 16), que se manifesta em diferentes estádios de um único processo de evolução cultural da sociedade. Franz Boas, em confronto com as teses evolucionistas, atribui importância central às diferenças de ordem cultural entre os grupos humanos. Dentro do relativismo cultural (Cuche, 2004), o objecto de estudo centra-se na aceitação da existência de diversas culturas, reconhecendo em cada uma delas coerência e uma totalidade singular, e sustentando que o conceito de cultura é aquele que melhor traduz a diversidade humana.

Os dois quadros teóricos permitem enriquecer as actuais chaves de leitura da dimensão cultural do desenvolvimento económico e regional. O conceito alargado de cultura, originário das correntes teóricas evolucionistas, permitirá trabalhar a cultura para além dum conjunto restrito de actividades e manifestações artísticas, enquanto sistema alargado de elementos, com carácter simbólico, associados à vida do homem enquanto tal e na sua relação com a sociedade e a natureza. Ele participa, na base, de outros conceitos que iremos abordar e nos quais iremos centrar parte da nossa análise, como são os conceitos de capital cultural, de capital social e de capital humano. Mas reconhecemos, por outro lado, a relevância que a noção relativista de “culturas”, dentro de uma sociedade onde a diversidade cultural se assume como factor e condição do desenvolvimento, deve assumir para a abordagem que nos propomos fazer.

Apesar de claramente demarcados das correntes culturalistas dos antropólogos americanos, Claude Lévi-Strauss e os estruturalistas partilham igualmente de uma concepção alargada de cultura, enquanto conjunto de sistemas simbólicos que exprimem aspectos da realidade física e da realidade social, das relações entre as duas e das relações entre os sistemas simbólicos (Cuche, 2004). Para o estruturalismo, no entanto, não lhe interessa ficar pela compreensão e interpretação das variações culturais, próximas do particularismo dos antropólogos americanos, mas sim encontrar a “invariabilidade” da Cultura, os elementos comuns entre as diversas realidades culturais dos grupos ou comunidades sociais existentes. As suas teses reclamam como fundamentos universais de Cultura, os *a priori* que qualquer sociedade humana possui, isto é, os seus universos culturais, que se aproximam das “categorias e estruturas inconscientes do espírito humano” (Cuche, 2004: 44) e a partir das quais se formam, na realidade, diferentes estruturações ou modelos culturais específicos. Os estruturalistas falam, neste domínio, da existência de um “capital comum” da humanidade, presente em qualquer cultura e a partir do qual se desenvolvem estruturações possíveis.

O conceito alargado de cultura assumido pelas teses estruturalistas representa igualmente uma interessante referência na abordagem à dimensão cultural do desenvolvimento económico, na medida em que centra o seu campo de estudo no conjunto de sistemas simbólicos - língua, arte, ciência, religião, regras matrimoniais e relações económicas, sendo estes expressão simultânea das realidades física e social e da interacções entre ambas elas, que configuram importantes factores dos processos de desenvolvimento. Contudo, o conceito

referido encerra, conforme mais tarde Roger Bastide virá a afirmar (Cuche, 2004)⁴, uma visão estática da cultura ligada à importância que os universos culturais invariantes estabelecidos comportam na formação dos diferentes modelos culturais existentes na realidade.

Agremiados ao sistema teórico do culturalismo, diversos antropólogos americanos, que marcaram o final do século XIX e a primeira metade do século XX, comungam, apesar de diferenças entre eles, da noção de cultura como entidade plural (próxima do relativismo de Franz Boas), afastando-se da concepção unitária da cultura, próxima das concepções de finais do séc. XVIII, do universalismo francês, para quem os conceitos de cultura e de civilização se aproximam ou mesmo confundem. A noção de que convivem, na realidade, diversas culturas, particulares e distintas, que incorporam um conjunto de elementos característicos e interdependentes (segundo alguns autores) que se adaptam aos seus próprios contextos, é retomada em diferentes estudos das comunidades presentes na sociedade americana, com o objectivo de compreender e explicar a sua diversidade cultural.

A mesma noção de cultura diversa e plural está na base, nos anos 60 e 70 do séc. XX, da formulação de conceitos essenciais para a análise e estudo da cultura no contexto de realidades sociais e urbanas mais complexas. Um dos conceitos que surge neste âmbito, o de subcultura (“sous-culture”), está associado ao conjunto de traços culturais característicos de uma dada comunidade ou grupo que se integra no contexto mais amplo da sociedade. De acordo com a noção de subcultura, os indivíduos, na sociedade, integram comunidades ou grupos (de matriz social ou étnica) que comungam determinados valores, formas de pensar e de agir e códigos de conduta específicos, que lhes asseguram um sentido de pertença ao grupo ou à comunidade. A existência das subculturas não significa, porém, uma total separação entre os grupos ou comunidades que estão presentes na sociedade, uma vez que os seus indivíduos mantêm, simultaneamente, determinadas características comuns e um sentido de pertença a essa realidade social mais ampla. Por sua vez, as diferentes subculturas são constituintes do sistema global, ou seja, da sociedade a que pertencem, contribuindo para a sua formação e evolução e, deste modo, segundo diversos sociólogos, para a sua dinâmica de continuidade e renovação (Cuche, 2004).

Nesta matéria, e dentro dum mesmo entendimento do sistema cultural como uma realidade dinâmica, surge um outro conceito (igualmente consolidado nos anos 60 e 70 pelos sociólogos que estudam fenómenos sociais como o movimento “*hippie*”), o de contra-cultura. Apesar de assentar num pressuposto de oposição à cultura de referência, ou cultura dominante (representativa) na sociedade, diversos autores acabam por entender o conceito de contra-cultura muito próximo do conceito de subcultura, na medida em que, na maioria dos casos, os fenómenos de contra-cultura não geram de facto uma cultura alternativa mas apenas um grupo

⁴ Roger Bastide concentrou-se no aspecto central dos “contactos entre as culturas” e das “interpenetrações de civilizações”. Mais precisamente, na vitalidade e na fecundidade das transformações nascidas desses encontros entre três

ou comunidade que assume uma subcultura específica. Estes dois conceitos supracitados, que encontram fundamento e dão continuidade ao quadro teórico culturalista (Cuche, 2004), tornar-se-ão essenciais para o desenvolvimento de muitos estudos e análises dos fenómenos culturais nas sociedades contemporâneas e, para além disso, servem de base de referência para posteriores renovações teóricas que vão evidenciar a dimensão dinâmica e sistémica do conceito de cultura.

Associada aos conceitos de cultura referidos e ainda dentro do culturalismo americano, a abordagem centrada na relação entre indivíduo e cultura, enquanto realidades distintas, que agem uma sobre a outra e cuja compreensão implica uma análise profunda das relações que se estabelecem entre elas, traz igualmente contributos conceptuais relevantes para o estudo da cultura nos processos de desenvolvimento económico e regional. Centrando a definição de cultura no homem, diversos autores designadamente, Edward Sapir e Ruth Benedict (Cuche, 2004), evidenciam a importância dos processos de incorporação cultural, nomeadamente, no campo da educação. Para esses autores existe claramente uma separação no processo de formação da personalidade do indivíduo entre aquilo que provém da natureza e o que é proveniente da cultura. O processo de formação da personalidade e a forma como o indivíduo estabelece, ao longo do seu processo de desenvolvimento, a relação com o seu contexto cultural constituem vertentes essenciais da compreensão do conceito de cultura, como entidade dinâmica e estruturada.

Esta aproximação que algumas escolas culturalistas fazem ao conceito de cultura, centrando a sua análise na relação e interdependências entre cultura e personalidade, põe em evidência a função educativa (questão que foi central na obra de Emile Durkheim, na medida em que este considerava que era através da educação que o indivíduo se tornava membro de uma sociedade e que se identificava com ela) ou o papel das instituições sociais (família, sistema educativo e sistemas de valores e crenças, também evidenciados por Pierre Bourdieu) no processo de transmissão cultural. Trata-se de uma noção que importa incorporar no quadro referencial de abordagem global ao papel da cultura no desenvolvimento económico e regional, na medida em que contribui para a compreensão de conceitos que nos propomos trabalhar, designadamente, o conceito de capital cultural (incluindo o modo como Pierre Bourdieu o vai definir, retomando o seu conceito de “habitus”) (Bourdieu, 1979) ou de capital humano.

A noção de cultura focada no processo de formação da personalidade do indivíduo constitui, posteriormente, suporte para o desenvolvimento do conceito de “socialização” trabalhado por vários sociólogos, tal como Talcott Parsons, e que Dominique Schnapper (1992) vem a utilizar nos seus estudos sobre as práticas culturais das comunidades imigrantes em França. Trata-se de um conceito importante para a compreensão do modo como os processos

continentes: a África, a Europa e a América. Bastide defende que a cultura não resulta de um processo de auto-fecundação mas de inter-fecundação.

dentro de contextos familiar, escolar e do grupo de pares (ao nível social e profissional, entre outros) jogam na formação dos modos de pensar, sentir e agir do indivíduo. Colocando o primado da sociedade sobre o indivíduo, as correntes associadas ao conceito de socialização apresentam importantes contributos para a compreensão dos tipos de aprendizagem que os indivíduos fazem no seio da sociedade, bem como, dos efeitos que estes processos representam nas formas de integração ou de exclusão social dos indivíduos.

Ainda dentro da antropologia americana, consideramos que é de interesse para o quadro de referência que nos propomos estabelecer neste ponto, a referência à abordagem interaccionista que, admitindo igualmente a visão sistémica da cultura, centra o seu campo de estudo no processo de elaboração da cultura, configurando-o como um sistema de interações individuais. A cultura não é definida para este grupo de antropólogos pela substância presumida, mas sim pelo sistema de comunicação que os indivíduos estabelecem entre si no seio de um grupo ou comunidade, numa interpretação que ultrapassa o sentido biunívoco de comunicação, na medida em que supõe interações duradouras e perfilhadas por todos os indivíduos integrantes do grupo. Para estes autores, o que explica a diversidade cultural, que está na base do conceito plural de cultura, é a diversidade de contextos de interação, que impõem regras e convenções e que condicionam o modo de interação dos indivíduos gerando reacções particulares. Nesta medida não admitem uma visão hierarquizada de cultura que aceite o conceito de subculturas, na medida em que é a cultura ao nível do grupo que está em primeiro lugar, enquanto espaço de interação imediata entre os indivíduos, e não a cultura global da sociedade. Não são admitidos, nesta perspectiva, posicionamentos diferentes das culturas de grupo dentro da cultura num âmbito alargado.

Por fim, para completarmos as referências conceptuais da noção alargada de cultura, destacamos ainda o conceito de aculturação, porquanto a sua dimensão dinâmica, que coincide com a ideia de “processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução” (Cuche, 2004: 63), se torna decisiva também para trabalharmos a cultura enquanto dimensão dos processos, igualmente, sistémicos e dinâmicos, do desenvolvimento económico e regional. O conceito de aculturação assenta num entendimento de cultura sistémica e dinâmica, que evolui num processo de relação permanente entre culturas e que pressupõe influências mútuas capazes de gerar fenómenos de desestruturação e consequente reestruturação.

Consideramos que esta abordagem é fundamental numa perspectiva de compreensão das realidades culturais, especialmente hoje, atendendo, designadamente, aos fortíssimos movimentos demográficos que caracterizam a sociedade contemporânea e à necessidade de compreender os fenómenos actuais da multiculturalidade e do diálogo intercultural. De acordo com este quadro conceptual, “todas (as culturas), pelo facto universal dos contactos culturais, são, em grau diverso, culturas ‘mistas’ feitas de continuidades e de descontinuidades” (Cuche, 2004: 65). Por outro lado, estas noções de continuidades e descontinuidades podem configurar

interessantes chaves de leitura na abordagem da dimensão cultural do desenvolvimento numa perspectiva espacial, para além da ordem temporal, conforme evidencia Roger Bastide (Cuche, 2004).

Dentro do contexto de trabalho que nos propomos realizar, constitui igualmente matéria de referência introdutória, em complemento da noção alargada de cultura, a compreensão do conceito de cultura mais restrito, limitado ao círculo das artes e letras e das actividades e expressões que nelas estão confinadas. Este conceito, delineado principalmente a partir do século XVIII, com algumas interconexões com a sociologia da cultura, já no século XX, considera a cultura como o conjunto limitado de actividades, expressões e produtos de criação artística, em que são determinantes as dimensões simbólica e estética incorporadas pelos artistas, podendo os seus resultados (produtos) serem ou não passíveis de uma relação (utilização) com terceiros. Tal conceito mais restrito continua a manter-se, para muitos ideólogos e responsáveis pelas políticas públicas para a cultura, como o objecto central da sua acção e dos fins com que estas são estabelecidas.

No final do séc. XVIII, Kant, cujas teses constituem um decisivo contributo para viabilizar, disciplinarmente, a estética “ (...) distingue experiências estéticas de experiências de mero prazer sensorial, principalmente em termos do desinteresse com que os espectadores se relacionam com o objecto estético e a falta de qualquer proposta de ordem prática que possa ser atribuída ao objecto.” (Edgar e Sedgwick, 2008: 5).

Com Pierre Bourdieu (1979, 1997) e os sociólogos da cultura, o conceito estético de arte puro e duro passa a ser posto em causa, devido ao seu elitismo e ao facto de se basear numa distinção entre cultura elevada e cultura popular. A este respeito, Maria de Lourdes Lima dos Santos reitera que a grande cultura (sinónimo de cultura cultivada ou dominante) não constitui mais a expressão da cultura enquanto singular totalizante. Contudo: “Dir-se-ia que as designações de cultura cultivada e de cultura popular tendem a resistir como noções a-históricas, cada uma delas ilusório conjunto de elementos coesos, reproduzindo-se para além do tempo como dois corpos de saber míticos (um dos «clássicos», outro do «povo»)” (Santos, 1994: 111).

Concomitantemente, não podemos deixar de relevar que recentemente, alguns filósofos, na esteira de Adorno, não deixam de considerar a importante influência que os contextos sociais e culturais representam na produção e no consumo de arte. Assim, Adorno (finais do século XX) e a sua teoria da estética, voltam a defender uma significativa autonomia da arte. Como podemos observar, “Adorno aceita que a arte é um produto de uma sociedade particular (e por conseguinte que a produção e o consumo de arte estão intimamente ligados com a produção de qualquer um outro produto e serviço no seio da sociedade). Mas a arte, para Adorno, pode ainda ter um momento de autonomia ou de liberdade daquele determinismo social.” (Edgar e Sedgwick, 2008: 7). Dentro desta concepção torna-se importante, como evidencia Pratt (2007),

esclarecer o pensamento sobre o modo como a cultura é produzida e reproduzida. Segundo este autor, “Autores da Escola de Frankfurt, principalmente Adorno (1991), desenvolveram uma tese bem fundamentada acerca da relação que podemos ter com a arte e com a cultura, ao introduzirem a noção de ‘aura’ de uma peça de arte. Adorno é, claro está, o progenitor do termo ‘indústria cultural’, que ele tanto desdenhava (...).” (Pratt, 2007: 194 e 195).

Situando-nos à escala portuguesa, Alexandre Melo também tem vindo a defender essa mesma linha de abordagem: “entendamos o desenvolvimento dos diferentes momentos da produção artística como testemunhos/expressões de sucessivos /cíclicos ajustamentos formais e estéticos, em relação complexa com as variações dos valores, percursos e registos individuais e colectivos”. (Melo e Pinharanda, 1986: 5).

Entre os autores que sublinham a necessidade de clarificar a separação entre as duas abordagens ao conceito de cultura, importa mencionar Charles Landry, com uma vasta obra inscrita neste debate, especialmente a partir dos anos 80, que versa sobre as questões urbanas e as dimensões culturais nos processos de desenvolvimento das cidades, associados a acções de regeneração urbana, de promoção de cidades criativas e de diálogo intercultural. Para Landry (2003) existem duas abordagens distintas para o conceito de cultura: um conceito de “cultura e desenvolvimento”, num sentido alargado, que inclui as tradições, crenças e estilos de vida presentes na cidade, elementos culturais estes que afectam os indivíduos nos seus comportamentos e que contribuem para o funcionamento das cidades; e um conceito restrito de cultura, “cultura e desenvolvimento das artes”, traduzido nas dimensões artística e humanística do comportamento dos homens e das organizações que contribuem, de forma igualmente relevante, para as diversas dimensões da cidade, seja do campo social ao económico. Actualmente, segundo este autor, as cidades reconhecem as vantagens e a necessidade em apostar nas várias dimensões de cultura, considerando o impacto que assumem no seu ambiente físico, social e económico.

Por sua vez, Andy C. Pratt (2007) salienta igualmente a importância do conceito de cultura nas investigações sobre a relação entre cultura e economia e sobre a mutação que se tem verificado em torno do domínio cultural e das relações que este estabelece com as diferentes dimensões da vida real, social, económica, institucional e política. Para este autor é indispensável reequacionar o quadro conceptual de cultura, entre uma noção de cultura restrita, “como algo afastado do quotidiano, do mundano e do funcional, elevando-se ao seu próprio nível” (Pratt, 2007: 194) e uma visão antropológica, mais alargada. Esta é condição para melhor compreender o impacto que a cultura hoje assume na economia e na sociedade, ou seja, para dotar a reflexão teórica e política de novas chaves de leitura sobre as “forças de mudança” que actualmente se manifestam nos domínios da economia, da cultura e do Estado, na relação entre eles e deles com a sociedade como um todo.

Para David Throsby (2003, 2008), autor essencial no campo teórico da economia da cultura, a definição de cultura não é tarefa fácil, pelo que o seu trabalho se estrutura com base no pressuposto de que o conceito de cultura é um conceito dual. Segundo este autor o conceito antropológico de cultura, que se refere aos conjunto de “atitudes, crenças, costumes, hábitos e práticas que são comuns e partilhadas por um qualquer grupo” (Throsby, 2003: 4) e que contribui para construir a própria identidade “distintiva do grupo”, manifesta uma adequação maior às análises e interpretações do modo como os factores culturais contribuem para a performance económica e das relações entre a cultura e o desenvolvimento económico. O conceito mais restrito de cultura, que se identifica com o conjunto de “actividades que são realizadas pelas pessoas, bem como os produtos dessas actividades, que têm a ver com aspectos intelectuais, morais e artísticos da vida do homem” (Throsby, 2003: 4), adquire uma orientação de natureza funcional. Essa natureza decorre do facto de a caracterização das actividades enquanto actividades culturais se associar, segundo o autor, a três factores distintos (Throsby, 2003): o envolvimento da criatividade na sua realização, a circunstância dessas actividades gerarem ou comunicarem significados simbólicos e o facto de os produtos que delas derivam possuírem, pelo menos potencialmente, uma qualquer forma de propriedade intelectual. Os dois conceitos devem contribuir para a interpretação da realidade económica e para sustentar a configuração dos modos de intervenção nessa realidade considerando a cultura como uma das suas componentes integrantes.

2. Hoje é reconhecida, quer no âmbito de diferentes corpos teóricos, quer ao nível dos contextos reais e da intervenção das políticas públicas, a importância da dimensão cultural na abordagem do desenvolvimento económico e social.

A análise desta questão prende-se desde logo com o quadro de conceptualização da cultura, conforme visto no ponto anterior, entre o seu sentido mais alargado, de vertente antropológica e sociológica, à visão mais restrita, remetida apenas para o âmbito das actividades e da produção de bens e serviços artísticos ou que incorporam uma dimensão de natureza simbólica ou estética. Coincide com o período de finais do século XX e início do século XXI a “explosão” de abordagens teóricas, explicativas e interpretativas da realidade, mas também prepositivas, sobre a cultura enquanto motor do desenvolvimento económico e social, onde se destacam as dimensões relacionadas com o emprego, a criação de valor económico, a criatividade, os talentos e a inovação, a competitividade (e diferenciação) dos territórios, a coesão e a sustentabilidade.

A cultura, tradicionalmente afastada dos campos teóricos da ciência económica e da ciência regional, por dificuldades de enquadramento das suas especificidades nos respectivos modelos (designadamente a falta de dimensão utilitária da cultura, o seu reduzido peso económico ou a forte dependência que mantém face aos apoios financeiros públicos) suscita,

desde os finais do século XX (principalmente a partir da década de 80 e ao longo da década de 90), uma significativa atenção por parte de economistas e teóricos do desenvolvimento em virtude das tendências que se manifestam a diversos níveis da realidade.

As actividades e os produtos ou serviços culturais, numa visão restrita do conceito de cultura, tendem a representar um peso crescente na criação de emprego, na dinamização do mercado local (incluindo o mercado turístico) e, conseqüentemente, na capacidade de contribuir para a criação de riqueza. A expansão do mercado de bens e serviços culturais encontra-se, em parte, associado às tendências de evolução das práticas culturais das populações, com conseqüente aumento e diversificação dos consumos culturais. Estas tendências decorrem, fundamentalmente, de um aumento generalizado dos níveis de formação e instrução, das alterações dos padrões de vida (particularmente nas áreas urbanas), da tendência para o crescimento do tempo livre, associando-se a novas conquistas em termos de tempo de ocupação profissional (horários de trabalho mais reduzidos) e ao crescimento conseqüente da ocupação do tempo livre com actividades culturais e de lazer, incluindo o turismo.

O crescimento exponencial desse tipo de consumos, enquadrados no conceito de cultura de massas, corresponde a um processo paralelo de forte industrialização de bens culturais, que supõe a reprodução em massa de produtos baseados em conteúdos de natureza estética e simbólica. A expansão das tecnologias de informação e comunicação contribuiu, mais recentemente e de forma decisiva, para um ainda maior crescimento das actividades de produção de conteúdos, tornando-se “uma força motriz poderosa” (KEA, 2006) do potencial que as actividades culturais e artísticas representam em termos económicos.

A incorporação de componentes estéticas e simbólicas faz-se não exclusivamente nos produtos culturais ou artísticos mas, de forma crescente, num número abundante de produtos industriais com uma função utilitária principal (através designadamente do design). Traduzindo-se numa dimensão central da economia contemporânea, a incorporação de tais elementos associados à criatividade, seja nos produtos, nos processos ou nas organizações, contribui para aumentar as vantagens comparativas dos agentes económicos em contexto de forte concorrência ao nível dos mercados globais e, desta forma, para reforçar a competitividade das economias e dos territórios. A criatividade ocupa hoje um papel determinante no campo da inovação, dentro das suas diversas dimensões, que abrangem para além da criatividade cultural/artística, como refere o relatório *The Economy of Culture in Europe* (KEA, 2006), a criatividade científica, a criatividade tecnológica e a criatividade económica. “A criatividade é considerada como um processo de interacção e de efeitos em cadeia entre diferentes processos de inovação” (KEA, 2006: 41). Segundo este relatório, são diversos os economistas que trabalham a criatividade como componente central da inovação, demonstrando o seu potencial de criação de valor económico e procurando explicitar de que modo e em que condições é que ela pode ser estimulada e incorporada em qualquer processo de produção.

Não deixam, por outro lado, de ser paradigmáticas as teses de Richard Florida (2005) que vêm reafirmar a importância que a criatividade assume na economia contemporânea, em termos de alavanca da sua competitividade e da inovação, quer ao nível urbano quer nacional. Apoiando as suas teses na articulação entre três conceitos basilares, os 3T's, talento, tolerância e tecnologia, Florida (2005) lança uma nova medida compósita, o *Creative Index*, que permite avaliar a competitividade nacional e das cidades, tendo por referência central exactamente a criatividade. Assim, e não obstante algumas das suas teses terem vindo a ser contestadas por outros autores, Florida ajuda-nos a concluir que, seja enquanto factor gerador de criatividade, seja como substância e essência dos bens e serviços artísticos e culturais, incluindo aqueles que são objecto de produção em massa, a cultura posiciona-se actualmente como uma alavanca indiscutível na geração de riqueza e de emprego e como factor de atractividade e competitividade das economias, locais e regionais.

Mas a cultura, dentro de uma visão mais ampla que inclui o conjunto de valores, de práticas e de outros elementos simbólicos, tangíveis e intangíveis, que estruturam determinada comunidade e que determinam a forma como ela se distingue e comunica com as outras comunidades, tende também a assumir um papel singular como factor de coesão, social e territorial, de competitividade e de sustentabilidade local e regional. Esta condição é crescentemente reconhecida por parte de diversas entidades internacionais - incluindo as Nações Unidas, a OECD e a Comissão Europeia e traduzida em novos instrumentos de análise e de acção política, nomeadamente, nas abordagens que essas instituições desenvolvem, quer em países do terceiro mundo ou em vias de desenvolvimento (no caso particular das Nações Unidas e da OECD), quer ao nível das cidades e das regiões (especialmente nos casos da Comissão Europeia, da OECD e, paralelamente, das instâncias governativas nacionais, regionais ou locais).

Dentro do âmbito de acção das Nações Unidas, especificamente no campo de intervenção da UNESCO - United National Educational, Scientific and Cultural Organization, confirma-se o interesse e a aposta desta instituição em matéria do estudo, da reflexão científica e estratégica e do reconhecimento social e político da dimensão cultural nos processos de desenvolvimento. Iniciando a abordagem à cultura com base numa perspectiva predominantemente patrimonial e da criação artística, centrada na herança cultural das comunidades e a nível mundial (origem do conceito de Património da Humanidade), nos direitos de protecção da propriedade intelectual e no estatuto do artista, a UNESCO, sobretudo a partir da década de 90, reclama um papel fundamental na promoção da cultura como factor essencial do desenvolvimento socioeconómico, consubstanciando este propósito no lançamento, em 1995, do Plano de Acção sobre as Políticas Culturais para o Desenvolvimento - *The Power of Culture*.

Nos anos seguintes, são lançados, por essa mesma instituição internacional, novos referenciais no campo da cultura, enquadrados dentro dessa mesma orientação global. Estes documentos incidem, primeiramente, sobre as formas como se abordam as relações entre cultura

e desenvolvimento, e, posteriormente, sobre questões mais específicas, mas igualmente fundamentais para a construção de um quadro de referência teórico e político universal, acerca dos problemas da diversidade cultural e do diálogo intercultural e dos desafios da criatividade e da economia criativa.

De acordo com o relatório *The Power of Culture - Our Creative Diversity* (UNESCO, 1995), o entendimento das relações entre cultura e desenvolvimento depende dos próprios conceitos de cultura e de desenvolvimento, que são suficientemente variáveis. Admitindo um conceito de desenvolvimento numa perspectiva mais ampla, do desenvolvimento humano (em contraste com o do desenvolvimento económico), focalizado “no aumento das capacidades das pessoas e no alargamento das suas escolhas, não ao nível dos produtos materiais, e na disponibilização de oportunidades” (UNESCO, 1995), a cultura não é assumida numa perspectiva meramente instrumental, como meio para atingir o crescimento económico. A cultura não se esgota, quando entendida nesse sentido mais lato, nas competências, nas formas de expressão e nas escolhas assumidas pelo homem, dentro de uma visão do homem enquanto força de trabalho e activo produtivo integrante do sistema económico. A cultura possui um “papel dual” (UNESCO, 1995), enquanto instrumento do progresso económico e, simultaneamente, enquanto finalidade do desenvolvimento humano, na medida em que ela constitui elemento intrínseco e dimensão essencial da existência humana. “É a cultura que conecta as pessoas umas com as outras e torna possível o desenvolvimento individual. De forma similar, é a cultura que define o modo como as pessoas se relacionam com a natureza e com o ambiente físico, com a terra e com o cosmos, e é através da cultura que se exprimem as atitudes para com e as convicções sobre outras formas de vida, seja a vida animal ou a vida das plantas. É dentro deste sentido, que todas as formas de desenvolvimento, incluindo o desenvolvimento humano, são determinadas, em última instância, por factores culturais.” (UNESCO, 1995).

Este entendimento duplo que combina a cultura enquanto meio e finalidade dos processos de desenvolvimento, económico e humano, tem ditado, por influência da própria UNESCO, diferentes orientações quanto às intervenções e apoios proporcionados por países do mundo ocidental junto de países em vias de desenvolvimento ou do terceiro mundo. Insere-se neste contexto a advertência destas entidades para a necessidade de equacionar as especificidades culturais das comunidades objecto de apoio na formulação dos objectivos e na definição dos instrumentos que visam contribuir para o seu desenvolvimento.

Nas perspectivas do relatório *Culture and Local Development* (2005), recentemente editado pela OECD, a cultura assume-se como uma alavanca do desenvolvimento local em três dimensões distintas: na influência que exerce na forma de organização do território, ao nível do comportamento dos actores e *stakeholders*, fornecendo referências que favorecem o estabelecimento de redes e alianças entre eles e a prossecução de projectos comuns; na capacidade de desenvolver e gerar novos negócios de produção de bens, que incorporam uma

dimensão estética, designadamente, em associação com a sua função utilitária, com potencial de serem vendidos no mercado local e exportados, e de serviços, que atraíam habitantes, turistas e visitantes, associados quer ao património e à qualidade de vida, quer ao estímulo em matéria da criatividade; e enquanto alavanca nos processos de integração social e ao nível da coesão social, reforçando dimensões associadas à construção ou consolidação da identidade local e das identidades das comunidades presentes (quando estas são representativas) ou contribuindo através, designadamente, de práticas artísticas, para processos diversos de valorização da auto-estima, de equilíbrio e bem estar social e de desenvolvimento da participação e da cidadania.

A cultura manifesta-se, segundo esta visão, não apenas nos seus aspectos específicos, enquanto elemento intrínseco dos bens e serviços com conteúdo estético e simbólico, que lhes faculta condições económicas para dinamizar o mercado local ou para se tornarem bens transaccionáveis, mas também como activos associados a um território, constituintes de uma ou diversas identidades e elementos de singularidade e de imagem de marca, com capacidade de gerar condições de criatividade, de integração social ou o interesse, por parte de terceiros, no seu conhecimento, interpretação e fruição. A cultura, num sentido mais amplo, determina igualmente o modo e as formas como interagem os actores e as pessoas dentro de uma dada comunidade e como esta é capaz de se relacionar com o exterior, influenciando o potencial de organização e de performance das pessoas e das organizações, nomeadamente, em termos económicos.

Vários autores trabalham o conceito de recursos culturais e reflectem, a partir dele, uma nova forma de integração das diversas formas de expressão cultural e artística no desenvolvimento económico. A noção de recurso assenta numa base de relação dinâmica e contextualizada (no tempo e no espaço) entre os objectos e os sistemas de produção, que fundamenta as análises, mais frequentes nos últimos anos, sobre as ligações entre dinâmicas culturais e o desenvolvimento económico.

Olivier Crevosier e Leila Kebir (2008) referem um aspecto interessante sobre as razões que estão na base destas análises, propondo-se explicar a forma como a dimensão cultural pode ser entendida no âmbito dos processos de desenvolvimento económico e local. Referem estes autores que, durante o período em que dominou o modelo de produção fordista, a cultura foi sempre vista como oposição ou fonte de contestação ao sistema económico, ou seja, “ o desenvolvimento económico e o desenvolvimento cultural estavam mais frequentemente opostos do que integrados. O desenvolvimento cultural significava criação e libertação, enquanto que o desenvolvimento económico significava rotina, a replicação de produtos standardizados e a submissão à realização de procedimentos que eram transformados em rotinas”.(Kebir e Crevoisier, 2008: 55). No entanto, desde os anos 70 /80, segundo os mesmos autores, a arte e o conhecimento cultural fazem parte, a par do conhecimento científico e da “experiência de vida”, dos recursos centrais nos processos de desenvolvimento económico.

3. Paralelamente, de entre as abordagens associadas ao papel da cultura no desenvolvimento regional e local e à sua importância crescente nas estratégias de afirmação e de competitividade das cidades e, inclusive, na promoção das regiões rurais, são diversas as que têm confirmado a relevância da dimensão espacial ou territorial da cultura. Esta dimensão territorial poder-se-á abordar segundo diferentes perspectivas.

A cultura, enquanto conjunto de tradições e valores, de modos de estar e de vivências, de formas de relacionamento e de organização, dentro da própria comunidade e desta com outras comunidades, mantém-se referenciada a um determinado território, que é o território de implantação dessa comunidade. Nesta medida, a cultura constrói a identidade desse território, conferindo-lhe um conjunto de valores simbólicos que se encontram materializados através de uma diversidade de bens tangíveis, imóveis e móveis, e intangíveis, que permitem, a par de outras dimensões, físicas e naturais, diferenciar entre si os diversos territórios. A cultura, traduzida num conjunto de elementos activos e simbólicos associados a um determinado território, confere-lhe singularidade e especificidade. A cultura adquire relevância enquanto factor de diferenciação desse território num contexto crescentemente globalizado (e uniformizado em determinadas práticas de consumo) e contribui, articulada com outros factores específicos (naturais, económicos e humanos), para a aumentar as suas vantagens competitivas dentro de uma economia profundamente competitiva.

Desde meados do século XIX e fundamentalmente durante o século XX tornou-se evidente o reconhecimento, no seio de algumas das teorias e modelos económicos, do papel que o espaço deve assumir na compreensão e interpretação dos fenómenos económicos. A edificação e consolidação do corpo teórico da ciência regional ocorrem principalmente a partir de meados (década de 50) do século passado. Nas décadas de 80 e 90, a ciência regional alarga o seu campo de abordagem a uma enorme série de temas, no seio dos quais se demonstra a pertinência e a importância da variável espacial. O tema da cultura e da criatividade, à semelhança de outros temas, como sejam, o “turismo e lazer”, a “inovação, as novas tecnologias, as redes de cooperação, os distritos industriais, a função empresarial, os sistemas locais de produção”, o “emprego, mercado de trabalho e recursos humanos” (Costa, 2005) tende a ganhar substância e dimensão dentro deste edifício científico.

Entretanto, surgem novas abordagens territorializadas da cultura, com análises que incidem, designadamente, numa perspectiva da cultura (activos e dinâmicas culturais) como factor de diferenciação dos territórios (e das cidades). Estas análises conferem às actividades culturais um posicionamento vantajoso e competitivo dentro de uma perspectiva que atribui importância particular à dimensão espacial (numa escala espacial limitada) em que se encontram organizadas as actividades de natureza artística e cultural e em que estas estabelecem relações de “proximidade” entre si. Neste caso, trata-se do reconhecimento do potencial que os modelos

de organização e de relacionamento espacial das actividades artísticas e culturais permitem gerar em termos do seu robustecimento e do contributo que oferecem para o desenvolvimento local e regional.

Relativamente à primeira perspectiva da cultura como factor diferenciador das cidades, conforme refere Charles Landry (2003), a cultura tornou-se “um elemento chave de distintividade” entre as cidades. As diversas componentes do sistema cultural de uma cidade ou de um território, incluindo o seu património cultural (tangível e intangível), as competências humanas e organizativas, as dinâmicas de criação artística e de expressão e manifestação culturais, os equipamentos e infra-estruturas culturais, adquirem, no quadro destas abordagens, um novo significado como instrumento de valorização económica e social, de competitividade e de sustentabilidade.

Esta perspectiva, que alicerça a diferenciação dos territórios com base na existência de recursos e de produtos culturais, está por sua vez relacionada com o entendimento de que tais produtos possuem uma natureza idiossincrática. De acordo com a referência no relatório da OECD, “Os produtos culturais reflectem condições específicas de produção, mudam a sua natureza consoante dependem dos factores de produção, tangíveis e intangíveis, e de outras combinações. A produção não é indiferente da natureza do seu ambiente e do contexto. A localização da produção é um determinante.” (OECD, 2005: 100). A criação e produção artísticas e culturais não se desenvolvem de forma independente dos contextos específicos em que se inscrevem, mesmo que a circulação universal de bens e produtos culturais e artísticos e as tendências para a universalização de práticas, de códigos e de formas de expressão e de comunicação tendam a crescer. Conforme é sublinhado no mesmo relatório, “existem factores intangíveis que se enraízam no território, começando pelo seu capital humano e social específicos” (OECD, 2005: 101). A combinação dentro dos processos de criação e de produção cultural e criativa de factores intangíveis, territorialmente diferenciados porque relacionados profundamente com a cultura numa perspectiva antropológica, com outros elementos, materiais e imateriais, mas de natureza não específica, torna-se condição e factor dessa diferenciação.

No que respeita à segunda óptica anteriormente referida, da organização espacial das actividades culturais e artísticas, o que se evidencia são as interdependências entre o modo como a cultura interfere e se manifesta nos processos de desenvolvimento local e as formas de organização e de inter-relação no espaço dos recursos e das actividades culturais e artísticas. Dentro das diversas abordagens que se inscrevem nesta perspectiva, incluem-se algumas teses mais recentes que utilizam determinadas chaves de leitura oriundas das ciências económica e regional, como os “distritos”, os “clusters”, os “quarteirões” ou as “plataformas”, no estudo e interpretação das actividades artísticas e culturais e na fundamentação de novas políticas públicas com vista ao desenvolvimento local e regional.

Como testemunho dessa utilização podemos citar algumas afirmações de Phillip Cooke (2008), designadamente: “a especialização de uma actividade cultural num área específica da cidade apropriou o termo de ‘quarter’ para a cultura mais do que para a indústria de Marshall” (Cooke, 2008: 40) ou “então a cultura tem ‘quarters’ e os *clusters* culturais existem” (Cooke, 2008: 40). Estas considerações resultam dos estudos comparativos que o autor desenvolve a propósito de um conjunto diverso de cidades europeias com estratégias de desenvolvimento alicerçadas também na cultura (e em projectos de grande dimensão urbana e cultural) e evidenciam a utilização, dentro do campo da cultura, de quadros conceptuais desenvolvidos, por outros autores, para estudar e explicar as estruturas económicas, fundamentalmente de base industrial e ao nível territorial.

Segundo Tommaso Cinti (2008), outro autor que se debruça sobre os modelos de desenvolvimento local baseados nos recursos culturais, a literatura oferece actualmente um conjunto de estudos diversos que debatem, de forma muito relevante para a compreensão da realidade e para a sustentação de novas políticas públicas locais e regionais, “as formas e possibilidades de interpretar o desenvolvimento local com base na cultura através dos conceitos de *cluster* e de distrito” (Cinti, 2008: 71).

Ainda dentro de uma abordagem territorializada da cultura, mas que incide principalmente em espaços à escala regional e de perfil rural, Philip Cooke e Luciana Lazzeretti (2008) sinalizam a utilização, por alguns autores, do conceito de plataforma regional, proveniente da teoria regional, para abordar a cultura e a criatividade numa perspectiva das relações entre territórios rurais e urbanos. Centrando parte do trabalho no estudo de territórios de matriz rural com perfil económico determinado pela presença de actividades agro-alimentares, tradicionais ou turísticas, esses autores procuram explicitar as vantagens da aplicação do conceito de “plataforma cultural e criativa” para perspectivar novas formas de intervenção das políticas públicas. Para além de reivindicar o alargamento das análises da cultura e da criatividade aos territórios rurais, evidencia-se nesta abordagem a compreensão dos fenómenos que permitem que os inputs (conhecimentos e experiências) criativos e culturais essenciais à inovação, gerados predominantemente em meios e contextos urbanos, sejam transferidos para as estruturas económicas existentes nos sistemas rurais, contribuindo para a criação de valor e para melhorar o seu posicionamento no contexto de economia do conhecimento.

Ainda na segunda perspectiva indicada, são inúmeras as abordagens à cultura e à criatividade, nomeadamente, no quadro da economia, da ciência regional e do desenvolvimento regional, que destacam a importância da dimensão territorial. Várias dessas abordagens inscrevem-se no âmbito dos ensaios teóricos e analíticos mais recentes sobre a economia criativa. Também a este respeito as teses de Richard Florida (2002, 2005) fazem sobressair a importância do contexto territorial na abordagem ao papel que a criatividade assume na actual

economia do conhecimento. O autor introduz o conceito de ambiente criativo, para além do de classe criativa, e propõe, através da sua proposta de “Creative Index” (medida compósita) elaborar um quadro de avaliação da competitividade dos territórios (cidades, regiões ou países) em função da criatividade. Para o autor, os ambiente criativos são espaços que concentram características e dinâmicas favoráveis à criatividade e inovação, gerando efeitos vantajosos para a economia, e que, por isso mesmo, são mais atractivos para os “talentos” (outro conceito introduzido pelo autor), na medida em que favorecem a sua actividade e as diversas interacções com outras dimensões do sistema social e económico.

Um outro autor que evidencia a importância da dimensão territorial na abordagem à economia criativa, o filósofo Pekka Himanen destaca que, não obstante estarmos a vivenciar um contexto de inelutável globalização, sobretudo ao nível do sistema económico, as “dimensões de tempo e de espaço” não podem ser abandonadas. Para Himanen, “se a criatividade tem de ser desenvolvida, (...), é necessário combinar diferentes elementos à escala de um território limitado. Estes elementos são: criatividade cultural, educação superior, motores de longo prazo (agências, *star-ups*) assim como actividades empresariais.” (In KEA, 2006: 39). A criatividade cultural assume, nesta medida, uma dimensão territorial que está associada ao carácter idiossincrático dos produtos culturais. “No centro dos produtos culturais está o carácter único, a combinação dos factores de produção, tangíveis e intangíveis, que são muito dependentes do ambiente. As novas tendências culturais são frequentemente estabelecidas dentro de um território delimitado (uma cidade, um distrito), geradas pela interacção de diferentes talentos criativos e recursos concentrados nesse território.” (KEA, 2006: 39).

4. No plano da economia, seja no campo do seu edifício teórico, seja na realidade das práticas de agentes económicos e das políticas públicas, é possível encontrar diferentes factores que justificam o interesse crescente dos economistas para interpretar os fenómenos culturais e a dimensão cultural da realidade, económica e social, ou seja, diferentes razões para integrar a cultura como domínio específico das suas abordagens analíticas.

Para alguns autores, as mudanças nas políticas públicas culturais nos últimos 30 anos e o crescimento significativo da produção industrial de bens culturais em meados do século XX, a que ficou associado o surgimento, no final da década de 40 do séc. XX e na profícua Escola de Frankfurt (Max Honkheimer e Theodor Adorno), do termo “indústria cultural”, encontram-se na base do desenvolvimento da disciplina de economia da cultura dentro do campo científico e teórico da economia. O reconhecimento institucional dessa disciplina é assumido apenas nos primeiros anos da década de 90, com a publicação de um estudo, da autoria de David Throsby, no *Journal of Economics Literature*.

Conforme é sublinhado por Françoise Benhamou (2003), foram três os factores que contribuíram para o sucesso desta nova disciplina, com o estudo de Throsby. Em primeiro lugar, o facto de o conjunto das actividades culturais e artísticas demonstrar uma crescente “propensão para gerar fluxos de rendimentos e de emprego”; em segundo lugar, a “necessidade de avaliação das decisões culturais”, sustentada em diversos estudos anteriores sobre comportamentos dos agentes económicos, produtores ou consumidores, em determinados domínios da actividade cultural (com o caso paradigmático dos trabalhos de William Baumol e de William Bowen, que analisam o sector performativo com base numa solicitação da Fundação Ford, preocupada com a sustentabilidade dos teatros da Broadway, por razões associadas a dificuldades crescentes de gestão de custos de mão de obra crescentes e diminuição das produções); em terceiro lugar o próprio “desenvolvimento da economia política para novos campos (economia das actividades não comercializáveis, revisão do pressuposto da racionalidade, economia das organizações, economia da informação e da incerteza)” (Benhamou, 2003: 5).

Em matéria de políticas orientadas para a cultura, são várias as tendências que apelam a novas respostas por parte dos poderes públicos e, como consequência, ao recurso destes decisores a novas abordagens provenientes do campo da análise económica e, especificamente, da economia da cultura. Conforme descreve Ruth Towse (2003), o campo de intervenção da política cultural extravasa claramente o círculo da cultura erudita e estende-se a sectores com características e formas de produção e de consumo completamente distintas, como sejam as indústrias culturais, as manifestações de cultura popular, as artes e ofícios tradicionais, ou as subculturas ou expressões associadas a grupos minoritários (especialmente em contexto urbano). Por outro lado, surgem alterações significativas, ainda segundo o mesmo autor, quer no controlo e na posse das estruturas culturais e artísticas, que deixam de estar na quase exclusividade do Estado, quer nos modelos de financiamento e de regulação que ao Estado compete garantir. A interpenetração dos sectores público e privado torna-se uma tendência crescente, com consequências claras na dimensão económica que as políticas culturais tendem a assumir.

Segundo o autor “A política cultural possui, por conseguinte, dimensões económicas: por um lado, os efeitos no mercado são alterados intencionalmente pela intervenção do Estado e, por outro lado, o sucesso da política cultural depende dos incentivos financeiros e das medidas de regulação para realizar os efeitos desejados.” (Towse, 2003: 4 e 5). Verifica-se, em simultaneidade, um alargamento muito significativo da natureza e do tipo de actividades culturais e artísticas, que consolidam o corpo de um novo sector económico, uma multiplicação dos modelos e formas institucionais e gestionários das organizações e estruturas culturais (públicas, privadas empresariais e entidades sem fins lucrativos) e uma complexificação dos sistemas de regulação (designadamente, o âmbito da regulação que o Estado faz em matéria do exercício destas actividades e dos seus profissionais e do seu consumo no mercado) e de

financiamento das actividades culturais e artísticas (que requer critérios de equidade, de eficiência e exige uma cada vez maior articulação com outras políticas sectoriais).

O crescimento desse sector de actividades relacionado com as artes (incluindo as artes vivas e as belas artes) e a cultura, que adquire uma crescente expressão económica, porquanto parte significativa dessas actividades tem um carácter de produção de massas e de distribuição para o mercado (ramos editoriais do livro ou dos discos, televisão, produção cinematográfica e audiovisual, entre outros), revela-se, por outro lado, condição fundamental para o desenvolvimento das abordagens analíticas à economia da cultura. Ainda segundo Ruth Towse, “economia cultural, por conseguinte, é a aplicação da economia à produção, distribuição e consumo de todos os bens e serviços culturais” (Towse, 2003: 1).

Esta percepção das mudanças a que tem estado sujeito o sector cultural, entendendo neste caso o conceito de cultura num sentido de orientação mais funcional, que inclui todas as actividades e produtos dessas actividades e que, no seu conjunto, se encontram alicerçados a “aspectos intelectuais, morais e artísticas da vida do homem” (David Throsby, 2003: 4), está patente igualmente na forma como Andy C. Pratt (2007) procura analisar a necessidade de “reconceptualização” do conceito de cultura no sentido de uma melhor compreensão da dimensão económica da cultura e de uma abordagem mais adequada das políticas públicas, designadamente, orientadas para as indústrias culturais. Segundo este último autor “A cultura tem vindo a mudar de maneiras muito diversas. (...) Um dos momentos fulcrais da cultura centrada no mundo desenvolvido é que algumas partes da cultura se tornaram comercializadas ou publicitadas. (...) Aliado à produção e ao consumo, em massa, este facto gerou uma grande procura de bens e serviços culturais” (Pratt, 2007: 204).

Uma outra dimensão do desenvolvimento de um novo corpo disciplinar sustentado na interpenetração entre economia e cultura, relaciona-se com a constatação de que a cultura, quer dentro de um conceito mais alargado, de orientação antropológica, quer de um conceito mais restrito, de orientação funcional (Throsby, 2003), gera impactos económicos, sociais e territoriais muito significativos. A cultura é, cada vez mais, vista como um recurso com capacidade de gerar valor económico, tanto de uma forma directa, enquanto objecto de produção e de consumo no mercado, como indirectamente, enquanto factor de valorização e diferenciação de outros sistemas económicos e territoriais, contribuindo, de forma múltipla, para a geração de vantagens comparativas e de externalidades, como factor de integração social ou ainda, como motor do desenvolvimento da economia criativa. De acordo com o relatório das Nações Unidas, *Creative Economy Report 2008*, “A economia criativa é um conceito em desenvolvimento centrado nas dinâmicas das indústrias criativas. (...) No coração da economia criativa estão as indústrias criativas. Definidas vagamente, as indústrias criativas estão no cruzamento entre as artes, cultura, negócios e tecnologia.” (UNCTAD, 2008: 6).

Por último, dentro desta abordagem preambular sobre a economia da cultura, referimos a importância que reveste, em qualquer trabalho que se propõe abordar a cultura também na sua dimensão económica, a compreensão das especificidades dos bens e serviços culturais. Retomamos, nesse sentido, alguns dos autores e obras já anteriormente referidas (Throsby, 2003; Pratt, 2007; Towse, 2008; KEA, 2006), para evidenciar dentro do carácter específico dos bens e serviços culturais, designadamente, o facto de associarem ao valor económico um valor cultural, de encerrarem uma dimensão de bem público e de serem geradores, pela sua natureza, de externalidades.

Perante a necessidade de distinguir os bens e serviços culturais como uma categoria distinta dentro do conjunto de bens económicos vulgares, David Throsby sublinha que, para além das características que lhes conferem natureza cultural (“as actividades envolvem alguma forma de criatividade na sua produção; as actividades geram ou comunicam significados simbólicos; as actividades incorporam nos seus produtos, pelo menos potencialmente, alguma forma de propriedade intelectual” (Throsby, 2003: 4)) torna-se essencial “apelar para as questões do valor cultural” desse bens. O autor distingue valor económico de valor cultural, sendo que a mensurabilidade do valor cultural e a sua operacionalização assumem questões particulares, que decorrem da própria natureza do conceito de valor cultural, que incorpora um número alargado de componentes (valores estético, espiritual, social, histórico, simbólico e autêntico) impossíveis de associar. Segundo ele, “Continuamos portanto a reafirmar a necessidade de olhar para o valor económico e cultural como entidades distintas quando definidas para qualquer bem cultural, cada uma delas referindo-se a coisas diferentes e importantes para a compreensão do valor e importância dos bens.” (Throsby, 2003: 33). O autor reconhece que as dimensões dos bens e serviços que corporizam o seu valor cultural também são equacionadas pelos agentes no seio dos processos de troca ou interacção pessoal. Nesta medida, afirma “se as questões relacionadas com o valor cultural têm algum efeito sobre a tomada de decisão a nível micro ou macro, afectando de algum modo a aplicação de recursos, então elas não devem ser ignoradas na análise económica.” (Throsby, 2003: 33).

As especificidades associadas aos bens e serviços culturais são também sublinhadas por Ruth Towse (2008), em trabalhos que o autor desenvolve sobre o conceito e o campo da economia da cultura. Para o autor, os bens e serviços culturais têm características económicas, comungando, com outros bens e serviços económicos, o facto de utilizarem recursos (espaço, trabalho, capital, particularmente talento, e outros inputs) no âmbito da sua produção. No entanto, os bens e serviços culturais possuem características que os distinguem de outros bens económicos, ou seja, a circunstância de integrarem, necessariamente, um elemento criativo ou artístico e o facto de poderem ou não aceder ao mercado e, mesmo que o façam, adoptarem modos diferentes de o fazerem. Determinados bens e serviços culturais não estão acessíveis no mercado, outros bens estão acessíveis mas apenas porque são fornecidos pela Estado / serviços

públicos, com base em decisões meramente políticas, e outros ainda são colocados no mercado pelos seus agentes produtores com o objectivo de serem trocados e de gerarem um retorno. Segundo o autor “(...) a maioria dos economistas da cultura acredita que os bens e serviços culturais têm uma componente de características de bem público que o mercado não pode tomar em consideração de forma integral através dos preços” (Towse, 2008: 2). As particularidades referidas estão na base de um entendimento, partilhado por diversos autores, de que o tratamento económico das questões culturais justifica o desenvolvimento de um corpo teórico específico, a “economia da cultura”, o qual subentende um conhecimento aprofundado e a compreensão das particularidades que as actividades, os produtos e os serviços artísticos e culturais encerram.

5. Reconhecemos também a necessidade de, embora de forma muito sumária, adicionar a esta reflexão algumas referências sobre a nova economia do conhecimento. Por um lado, consideramos a relevância que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) assumem no novo contexto económico global, associada ao facto de a cultura constituir uma componente estratégica do seu desenvolvimento, na medida em que o seu potencial se encontra intrinsecamente associada à produção de conteúdos. Por outro lado, admitimos que o factor de produção essencial desta economia, o capital intangível associado ao conhecimento, mantém relações também importantes com a cultura, enquanto contexto, num sentido mais alargado e antropológico do conceito, mas igualmente, enquanto componente desse conhecimento e motor essencial da criatividade.

Como enuncia Dominique Foray, “a noção de economia do conhecimento assenta sobre as evoluções relativamente claras quanto ao crescimento da importância da actividade de inovação (...), o crescimento das despesas relativas à educação e formação, a intensificação das relações entre ciência e indústria, o aumento das transacções sobre os “mercados do saber” e um crescimento económico em que os determinantes se reportam cada vez mais ao domínio do capital intangível” (Foray, 2009: 8).

Considerando a noção apresentada, podem ser diversas as conexões a estabelecer entre cultura e economia do conhecimento. Por um lado, admitindo que a inovação se apresenta como um elemento central da economia do conhecimento e que a criatividade é um motor da inovação, como é sublinhado pelo Relatório do KEA “a criatividade é um processo complexo de inovação que combina algumas ou todas as dimensões seguintes: ideias, competências, tecnologia, gestão, processos de produção e cultura” (KEA, 2006: 36), salientamos a relação potencial entre cultura e economia do conhecimento. Apesar de podermos falar de várias dimensões de criatividade (KEA, 2006) - criatividade científica, criatividade tecnológica, criatividade económica e criatividade cultural e de estes vários tipos de criatividade não interferirem ou não se incorporarem da mesma forma nas actividades de inovação (diversos

autores, nomeadamente Foray, concentram as suas teses na centralidade assumida pela ciência e pela tecnologia nos processos de inovação e nos sectores de actividade baseados no conhecimento), o facto é que a criatividade cultural está presente no seio dos processos de inovação e é crescente o reconhecimento dessa presença.

Por outro lado, e no que respeita à formação e educação, componentes essenciais do desenvolvimento de competências, é possível estabelecer um alargado quadro de relacionamento entre as competências reclamadas no contexto da economia do conhecimento e o domínio cultural. A economia do conhecimento apela a um conjunto diverso de competências e, entre as competências centrais e novas, inscrevem-se as seguintes (Foray, 2009): “aprender a aprender”, “aprender a inovar e a criar” e “integrar e mobilizar saberes diversos”. Por exemplo neste último caso, a capacidade de mobilização de saberes diversos recorre, crescentemente, a saberes provenientes do domínio da cultura ou das artes (referimos o caso paradigmático, do design), incluindo, as ideias, os modos de vida, as formas de expressão cultural e artística, entre outros.

Neste aspecto, é possível estabelecer uma relação com as teses de Richard Florida (2002), autor que aborda a importância que o conhecimento e a informação adquirem no desenvolvimento da criatividade, como elemento chave da inovação. O foco da sua análise incide sobre o conceito de economia criativa. Florida (2002) fala sobre economia criativa, considerando que esta se alicerça num grupo, crescentemente alargado, de trabalhadores do conhecimento, que “acrescentam valor económico através da sua criatividade” e que constituem a classe criativa. A ideia de que a concentração dessa classe criativa se verifica em determinados locais de maior dimensão, preferencialmente em espaços de aglomeração (grandes cidades) que favorecem a concentração de pessoas altamente qualificadas e de “talentos” (Florida, 2002), pode relacionar-se com o conceito de “redes de saber transversal” (Foray, 2009). O facto de estes constituírem espaços de relacionamento que permitem aumentar a capacidade de mobilização de saberes diversos (em geral, “saberes externos” às empresas), considerada uma competência central na nova economia do conhecimento, remete a sua representatividade preferencialmente para espaços de forte concentração populacional e institucional, onde converge uma grande diversidade de saberes, ideias, opiniões, modos de vida e de expressões artísticas e simbólicas.

Por último, sublinhamos a importância que as tecnologias de informação e comunicação (TIC) adquirem no seio da economia do conhecimento, questão que não se pode dissociar do efeito que elas potencialmente geram no sector das actividades artísticas e culturais, particularmente, nas áreas da produção de conteúdos. De acordo com as análises recentes sobre o desenvolvimento do sector cultural e criativo, o crescimento das TIC gera oportunidades crescentes para o sector cultural e criativo. (KEA, 2006). Se por um lado, se pode considerar (Foray, 2009) que as TIC são um instrumento fundamental do saber e representam impactos

significativos sobre a produção e difusão de conhecimentos, e desta forma a sua evolução tem manifestado uma aceleração contínua nas décadas mais recentes, por outro lado, (KEA, 2006) “os conteúdos culturais são um motor essencial para o *take-off*, a utilização e o desenvolvimento das TIC.” (KEA, 2006: 35).

O crescimento enérgico de novas redes, canais de distribuição e plataformas e de suportes tecnológicos para transmissão e difusão de informação, condição fundamental para que as TIC continuem a afirmar-se como base tecnológica da economia do conhecimento, pressupõe um crescimento análogo ao nível da produção de conteúdos, de diferentes natureza, mas onde a cultura ocupa um lugar significativo. Desta forma, muitos dos sectores de produção cultural (designados como “indústrias de conteúdos” por alguns autores) ou criativa, que têm por base a utilização das tecnologias de informação e comunicação - rádio e televisão, cinema e vídeo, música, videojogos, edutainment, etc., integram deste modo a nova economia do conhecimento.

6. As novas tendências mundiais, seja ao nível da globalização, seja dos novos paradigmas da sustentabilidade e da coesão, têm contribuído, de forma similar, para a inserção de novas abordagens da cultura no quadro das agendas política e da governação, dentro de uma relação permanente entre a dimensão local e a dimensão global. Consideramos relevante estabelecer, neste último ponto do enquadramento, um enfoque nas propostas para a cultura lançadas pela Comissão Europeia no âmbito da *Communication on a European Agenda for Culture in a Globalizing World* (*Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions*) (EC, 2007), as quais constituíram um novo repto para as políticas culturais, a nível europeu, nacional, regional e local, designadamente, no contexto de implementação da Estratégia de Lisboa.

Podemos de certo modo falar num novo marco no entendimento europeu da política cultural e da sua agenda de governação, que se estrutura, fundamentalmente, em quatro vertentes: a política cultural com novos domínios de acção; novos objectivos e respostas a problemas; novas relações da cultura (e da política cultural) com outros sectores e âmbitos de política; novas formas de “fazer”.

A noção de que a cultura, num sentido funcional (Throsby, 2003), engloba e estabelece relações com um campo bastante alargado de actividades, que vão desde as artes, na sua versão mais restrita e associada ao conceito de belas-artes, às indústrias culturais e a um conjunto muito diverso de actividades criativas inseridas noutros campos da produção de bens e serviços, implica uma reformulação global do âmbito das políticas e, particularmente, das políticas públicas. Para além disso, essa reformulação resulta paralelamente da compreensão de que a cultura, enquanto domínio alargado, ocupa um lugar muito significativo e proeminente em termos do crescimento, da competitividade, da criação de emprego e da geração de riqueza

dentro da economia e do espaço europeu. Trata-se do reconhecimento, em sede de formulação das políticas e da consequente tomada de decisão, do papel que a cultura detêm no estímulo à criatividade e à inovação e, como tal, nas condições favoráveis que pode gerar em termos de crescimento, competitividade e emprego e de consolidação da economia do conhecimento.

Um dos pilares da *European Agenda for Culture* encontra-se orientado para a promoção da “cultura como catalisador da criatividade no quadro da Estratégia de Lisboa”, e propõe, em dois dos seus três objectivos específicos, fomentar a criatividade na educação e melhorar a capacidade de consolidação do sector cultural. Tais orientações vão no sentido de uma melhoria global de competências, individuais e organizativas, no sector, nos campos da criatividade, da inovação, do empreendedorismo cultural e criativo, da gestão e marketing nas organizações artísticas e culturais, da sustentabilidade do sector, designadamente, consolidando e alargando as suas fontes de financiamento (EC, 2007).

Trata-se de uma tomada de consciência de que, perante inúmeros problemas e desafios que hoje se colocam à Europa e ao mundo, designadamente, no contexto da globalização e da sociedade do conhecimento, a cultura deve cumprir desígnios e um papel crescente na vida das pessoas e das organizações e na formação das políticas públicas. Ou seja, a necessidade de, neste contexto de enorme circulação de pessoas, bens, informação e conhecimento, salvaguardar as identidades locais, regionais e nacionais, as diferentes culturas e a diversidade, apelando à criação junto dos indivíduos e das organizações de novas condições e de novas competências, mais adequadas à estrutura multicultural da sociedade contemporânea.

A *European Agenda for Culture*, ponderando a necessidade de fornecer respostas adequadas para este tipo de problemas, assenta um dos seus três pilares - “Diversidade cultural e diálogo intercultural”, na promoção das trocas e do intercâmbio entre culturas dos diversos Estados membros e das regiões europeias, no incentivo à empregabilidade, adaptabilidade e mobilidade dos artistas e trabalhadores culturais e à mobilidade dos bens culturais e na garantia de acessibilidade de todos os cidadãos à cultura. Realçamos, neste domínio, a importância que as propostas europeias consagram ao desenvolvimento de competências interculturais, junto dos cidadãos, para além dos *stakeholders* culturais, dos técnicos e dos decisores políticos, competências que se traduzem em “conhecimento e expressão cultural”, “competências sociais e cívicas” e “capacidade de comunicação em línguas estrangeiras” (EC, 2007: 9). Trata-se evidentemente de um campo de intervenção das políticas que em muito poderá contribuir, como os anteriores, para o desenvolvimento do capital social, do capital cultural e do capital humano dentro da sociedade europeia, com quanto isso pode vir a impactar positivamente ao nível do reforço das condições de competitividade económica e de coesão social e territorial da União Europeia.

As dimensões focadas, relacionadas com o papel da cultura no estímulo à criatividade e à inovação, com a diversidade cultural e com o diálogo intercultural, representam uma

multiplicidades de campos de interacção da cultura com as pessoas (ao nível da sua qualidade de vida, da sua personalidade e identidade, da forma como se integram no mercado de trabalho, das profissões que realizam), com os territórios e as cidades (constituindo recursos e activos potencialmente geradores de riqueza, factores de diferenciação e identidade, etc.), e com as organizações, que integram os sistemas sociais, económicos e político-administrativos e a generalidade do tecido institucional.

Dentro do seu segundo pilar, centrado na “cultura como catalisador da criatividade no quadro da Estratégia de Lisboa”, a *European Agenda for Culture* (EC, 2007: 9) formula como objectivos específicos o reforço dos “impactos económicos e sociais do investimento na cultura e na criatividade”, o desenvolvimento de parcerias entre o sector cultural, os seus actores e *stakeholders* e os restantes sectores, destacando as TIC, o sistema de I&D, a educação, o social e o turismo. Trata-se do reconhecimento da importância que a integração de políticas sectoriais adquire face aos novos paradigmas do desenvolvimento económico sustentável.

Destacamos, por último, uma quarta vertente que a Agenda (EC, 2007: 9) inscreve no quadro das políticas públicas, do nível europeu ao nível local, que se relaciona fundamentalmente com os desafios da *governance*. São propostas formas de trabalho entre as diversas instâncias, entre os actores políticos, institucionais e restantes *stakeholders* que, procurando atender às particularidades e história do sector, se depositam num modelo de parcerias a consolidar. O próprio método de coordenação aberto (OMM, Open Method of Coordination) indicado, que é praticado pela Comissão para outros domínios de intervenção, abre um conjunto de novas oportunidades de cooperação da Comissão Europeia com os Estados Membros, entre estes e destes com outras autoridades regionais ou locais. Associando a estes dois suportes essenciais do modelo organizativo e de gestão da Agenda, entre os diversos actores e as diferentes instâncias de governação, a proposição da cultura como *mainstream* das políticas comunitárias relevantes, torna evidente esse esforço e o contributo que a *European Agenda for Culture* prenuncia poder vir a ter em benefício de um quadro de crescente de *governance* cultural, europeia, nacional e regional.

3. Olhar e interpretar o sector cultural na actualidade

Depois de abordarmos um conjunto de questões mais gerais sobre as perspectivas teóricas e de agenda política que reflectem as problemáticas da cultura e do desenvolvimento socioeconómico, regional e local, propomos, neste terceiro capítulo, aprofundar alguns contextos conceptuais e teóricos específicos que, na nossa perspectiva, podem enformar novas visões e entendimentos dessas problemáticas.

Começamos por identificar algumas propostas de delimitação do sector cultural, assumindo quadros de referência distintos e, dentro de uma perspectiva diacrónica, associando-as ao que tem sido o âmbito das políticas públicas para a cultura. Seguidamente, analisamos um conjunto de conceitos que pretendemos utilizar como chaves de leitura da realidade, cultural e política, a nível dos territórios municipais. Os conceitos seleccionados e propostos, por sua vez, contem dimensões de relacionamento entre eles, que podem favorecer essas chaves de leitura.

Propomo-nos analisar os vários conceitos de capital - humano, social, cultural e criativo, procurando compreendê-los dentro das diversas abordagens disciplinares, isto é, no campo da economia, da sociologia ou da ciência política. Analisamos, de seguida, os conceitos de *cluster* e de distrito cultural, procedentes das áreas da economia regional e do desenvolvimento local e regional, procurando valorizar, neste caso, a dimensão geográfica, de localização e uma lógica territorial. Por último, trabalhamos o conceito de *governance*, que procede também do campo da ciência política e da política regional e que permite enfatizar as dimensões de governação e institucionais relacionadas com o domínio cultural. Este percurso conceptual é completado com uma análise do tema das autarquias locais, na realidade portuguesa, destacando-se o seu papel e as competências, adquiridas ao longo das últimas décadas, em matéria de políticas culturais e do seu contributo para o desenvolvimento local.

3.1. Hipóteses de delimitação do sector cultural

Hoje, falar em sector cultural coloca diversos problemas quanto à sua delimitação, dependendo os critérios de definição aplicados das perspectivas em que se abordam as questões culturais, ou seja, em termos do seu referencial teórico, do corpo disciplinar de enquadramento, bem como, dos fins que fundamentam tal exercício de delimitação. Reconhecendo o carácter ambicioso da nossa abordagem, podemos dizer que, estudado segundo o prisma de distintas áreas disciplinares, o “sector cultural” pode assumir significados e âmbitos claramente distintos.

Num primeiro nível analítico, a demarcação do sector cultural pode restringir-se às artes, nas suas diversas vertentes tangíveis e intangíveis, ou seja, ao conjunto limitado de actividades, expressões e produtos de criação artística. Neste caso, estamos perante um domínio fortemente determinado pelas dimensões estética e simbólica, associado a práticas e

intervenientes que dispõem de uma elevada erudição dentro do seu campo de acção e relação com a sociedade envolvente. Trata-se de um conceito que é proveniente de um quadro disciplinar da filosofia e da estética.

A delimitação do sector cultural pode reportar-se, diversamente, ao conjunto de práticas, manifestações e produtos, de natureza intangível ou tangível, que corporizam as características identitárias de um determinado grupo e que se manifestam nas relações internas ao nível dos membros desse grupo ou nas relações que esses membros ou o grupo, na sua globalidade, estabelecem com outros grupos exteriores. Este conceito é enquadrável nas áreas disciplinares, dentro das ciências sociais, da antropologia e da sociologia e é uma segunda dimensão de abordagem fundamental.

Dentro ainda de um terceiro eixo analítico, a delimitação do sector cultural pode englobar o conjunto muito diversificado de actividades que pertencem à cadeia de valor específica do sector, no caso de nos situarmos dentro do corpo disciplinar da economia, e que têm como princípio comum, a associação dessas actividades a produtos e serviços, disponibilizados a terceiros (para efeitos de troca), que pressupõem, sempre, na sua origem, um acto de criatividade artística, podendo ou não incorporar, simultaneamente, as dimensões simbólica e funcional. A perspectiva, neste caso, orienta-se em dois sentidos. Por um lado, encara a possibilidade de integrar nesta definição, quer os actos singulares de criação artística e os produtos que deles são resultantes, quer os produtos e processos de produção em massa de bens ou serviços que comportam determinado sentido simbólico e / ou estético. Por outro lado, adopta uma visão dessas várias actividades e resultados (outputs) dentro do sistema económico actual e segundo as lógicas de mercado, onde se encontram produtores e consumidores, que defendem interesses e desempenham comportamentos próprios.

As três abordagens, ou perspectivas disciplinares, que sustentam delimitações distintas do sector cultural podem ter, paralelamente, uma leitura diacrónica, se referenciadas à história das políticas (públicas) culturais, na medida em que o próprio objecto da intervenção do Estado evoluiu bastante ao longo dos tempos. Esta é uma dimensão fundamental da nossa análise, no quadro das fronteiras e delimitações do objecto cultural, pois elas existem sobretudo se considerarmos a sua concretização praxiológico-política.

A política cultural, associada à intervenção do Estado no sector cultural, começa por se centrar nas artes, na dita cultura erudita, herdando de certo modo o papel que as anteriores classes aristocrata e do clero exerciam enquanto mecenas de artistas e de actividades de elevada erudição (associadas a faculdades intelectuais e criativas). Baseadas na visão iluminista da cultura, as políticas culturais, particularmente nos Estados e sociedades ocidentais, concentram a sua intervenção nas belas-artes, no património (bens) artísticos e nos artistas, alargando progressivamente, o seu âmbito de acção às artes decorativas, acompanhando, de certo modo, os movimentos da própria Academia (no final do século XVIII e início do séc. XIX).

Segundo alguns autores (Moureau e Sagot-Duvauroux, 2006), até meados do século XIX a “convenção académica constitui o único padrão artístico” e, deste modo, a qualidade das obras de artes é avaliada em moldes e em sistemas complementares alheios ao mercado. “O declínio da convenção académica no final do século XIX decorre, simultaneamente, de um processo de *effondrement* e de um processo de *invasion*. A concorrência da fotografia, colocando em causa o equilíbrio financeiro do sistema (*effondrement*), atribui uma legitimidade económica inesperada às novas estéticas viabilizadas pela eclosão de novos centros de formação e pela multiplicação de redes de comunicação informal (*invasion*).” (Moureau e Sagot-Duvauroux, 2006: 14). As políticas culturais são paralelamente confrontadas com esta explosão progressiva de novas formas de expressão artística e cultural.

Posteriormente, ao longo do século XX, surge um corpo de novos conceitos, designadamente, de “democracia cultural” e de “democratização cultural”, e mais tarde, nas décadas de 80 e 90, as questões associadas à diversidade cultural, fundamentando um campo das políticas culturais muito mais lato, paralelamente reforçado pela concepção de cultura como bem público. De acordo com a *Declaração do México sobre Políticas Culturais* (UNESCO, 1986), “a democracia cultural significa a capacidade de participação do indivíduo e da sociedade na criação de bens culturais, no processo de decisão da vida cultural e na disseminação e fruição da cultura” e “a democratização cultural implica a fruição da excelência artística por parte de todas as comunidades e da população no seu todo, a par da eliminação das desigualdades que decorrem de factores diversos como a língua, o *status* social, a educação, a nacionalidade, a idade, o sexo, a religião, a saúde ou a pertença a determinados grupos minoritários ou excluídos” (UNESCO; 1986). O sector cultural, objecto da intervenção do Estado, passa a integrar um complexo alargado de dimensões, não apenas exclusivamente circunscritas às actividades, manifestação e objectos ou bens (imateriais e materiais) de teor artístico e cultural, mas igualmente relacionadas com diversas dimensões da vida do homem e da sociedade, de natureza social, política, económica, etc.

A intervenção do Estado não se orienta apenas para o lado da criação ou produção artística e cultural, uma vez que a garantia do acesso aos bens e serviços artísticos e culturais passa a ser, claramente, uma finalidade da sua acção. A noção de bem público assume neste caso uma importância decisiva, quer dentro da delimitação do sector cultural, quer na delimitação do âmbito e do objecto da política cultural. No quadro disciplinar da economia da cultura e conforme refere Towse (2008), os bens culturais pela sua natureza têm algumas das qualidades dos bens públicos: “Dependendo da extensão dos benefícios externos (externalidades), quanto maior é o grau de ‘carácter público’, tanto mais provável é que o Estado intervenha no mercado, seja para fornecer os bens directamente, seja para os subsidiar, ou para controlar a sua produção ou distribuição por intermédio de regulação. Um segundo argumento (relacionado) é o de que a procura do consumidor não reflecte o verdadeiro valor dos

bens, em virtude do facto de eles serem bens de experiência; e portanto, a totalidade dos gostos dos consumidores não se encontrar completamente formada e eles não poderem dispor de informação completa sobre os bens culturais.” (Towse, 2008, 2-3).

A noção de bem público, na análise do sector cultural, continua a ser fundamental mesmo quando a delimitação do sector cultural é mais lata e engloba outras componentes, designadamente, de produção industrializada. Mais recentemente (na segunda década do século XX), as políticas culturais, dependendo do contexto geo-político em que se definem (primeiramente nos países anglo-saxónicos e posteriormente nos países europeus de matriz continental), procuraram um novo posicionamento relativamente ao seu objecto de acção, alargando a base de intervenção às actividades e aos produtos e serviços culturais objecto de produção industrial, destinados a ser consumidos em massa. As políticas culturais encontram pela frente um enorme desafio, quer associado a uma dilatação do próprio sector cultural, quer à sua natureza económica, ao contributo que assume na economia e sociedade do conhecimento ou na “economia da criatividade” (Nações Unidas, 2008).

Por sua vez, em estudos mais recentes associados às indústrias culturais e ao seu contributo para o desenvolvimento, e que fundamentam algumas das novas dimensões das políticas públicas, a noção de que o sector cultural integra esta dimensão de bem público é devidamente ponderada. “A primeira (economia cultural) (...), tende a fracassar no mercado e há necessidade normalmente de subsidiá-la ou recorrer a *sponcers* industriais. É entendida como um bem público, que os Estados estão dispostos a proteger, não obstante os esforços de a ‘privatizar’. (...) Deste modo, a parte cultural da economia tem um estatuto estético comparável ao de muitos dos sistemas de saúde, que são completamente ou em parte pagos pelos impostos.” (Cooke e Lazzeretti, 2008: 1).

Concluindo, segundo alguns autores e equipas de investigação com trabalhos na área da cultura, estes vários campos de delimitação podem estar na origem, actualmente, de um efeito cumulativo, por sucessivas extensões e inclusões, do conceito de sector cultural, colocando-nos então perante um conceito justaposto, que inclui os diversos âmbitos de atitudes, relações, actividades, serviços e produtos referidos. Nesta perspectiva, apesar de continuar a não ser consensual a delimitação do sector cultural, é relativamente indiscutível que este significa um conjunto heterogéneo de componentes, com características diferenciadas em termos do seu comportamento e que são objecto de intervenção humana, organizacional e institucional, quer dentro do sistema social, quer dentro do sistema de mercado (económico).

A Comissão Europeia adoptou recentemente, com base no relatório elaborado pelo KEA (2006) uma delimitação do sector cultural que é traduzida pelo “processo de irradiação (que) permite identificar as diferentes categorias de actividades que integram a economia da cultura” (KEA, 2006: 53). A proposta do autor (acompanhado por uma equipa responsável pelo estudo) vai no sentido de definir economia da cultural como um “processo de irradiação”, isto é, “um

modelo de indústrias culturais centrado em torno do *locus* da origem das ideias criativas e irradiando para o exterior de modo que essas ideias se combinam com cada vez mais inputs, com vista a produzir uma gama crescente de produtos.” (Cármén Marcus in KEA, 2006: 53), conforme descreve a figura seguinte:

Figura 1

Proposta de delimitação do sector cultural e criativo

Delineation of the cultural & creative sector

CIRCLES	SECTORS	SUB- SECTORS	CHARACTERISTICS
CORE ARTS FIELD	Visual arts	Crafts Paintings – Sculpture – Photography	<ul style="list-style-type: none"> • Non industrial activities. • Output are prototypes and “potentially copyrighted works” (i.e. these works have a high density of creation that would be eligible to copyright but they are however not systematically copyrighted, as it is the case for most craft works, some performing arts productions and visual arts, etc).
	Performing arts	Theatre - Dance – Circus - Festivals.	
	Heritage	Museums – Libraries - Archaeological sites - Archives.	
CIRCLE 1: CULTURAL INDUSTRIES	Film and Video		<ul style="list-style-type: none"> • Industrial activities aimed at massive reproduction. • Outputs are based on copyright.
	Television and radio		
	Video games		
	Music	Recorded music market – Live music performances – revenues of collecting societies in the music sector	
	Books and press	Book publishing - Magazine and press publishing	
CIRCLE 2: CREATIVE INDUSTRIES AND ACTIVITIES	Design	Fashion design, graphic design, interior design, product design	<ul style="list-style-type: none"> • Activities are not necessarily industrial, and may be prototypes. • Although outputs are based on copyright, they may include other intellectual property inputs (trademark for instance). • The use of creativity (creative skills and creative people originating in the arts field and in the field of cultural industries) is essential to the performances of these non cultural sectors.
	Architecture		
	Advertising		
CIRCLE 3: RELATED INDUSTRIES	PC manufacturers, MP3 player manufacturers, mobile industry, etc...		<ul style="list-style-type: none"> • This category is loose and impossible to circumscribe on the basis of clear criteria. It involves many other economic sectors that are dependent on the previous “circles”, such as the ICT sector.

: “the cultural sector”
 : “the creative sector”

Fonte: KEA (2006) - *The Economy of culture in Europe*

Mantém-se deste modo a distinção entre sector cultural - campos tradicionais das artes e das indústrias culturais, cujo outputs são exclusivamente culturais, e sector criativo - que reúne as restantes indústrias e actividades que utilizam a cultura como um valor acrescentado para a produção de bens não culturais.

Por sua vez a OECD (2005), no seu relatório *Culture and Local Development*, apresenta uma definição ou delimitação dos recursos, actividades e bens culturais, reconhecendo que hoje, estamos perante o aparecimento de termos muito diversos que representam, igualmente, âmbitos diversos, como “indústrias criativas”, “nova economia” ou “economia cultural”. “Se tomarmos em conta o principal sistema estatístico como ponto de partida, o *core* das actividades culturais consiste num conjunto tradicional: as artes performativas, as artes visuais, e o património cultural, com eventualmente, um aceno para o cinema. (...) A este *core* deve ser adicionado uma noção actualmente convencional de indústrias culturais: audiovisual, discos e livros. (...) Por último, os produtos culturais estão a ter uma importância crescente hoje: artes e artesanato, moda e imagem digital combinam um importante valor estético e simbólico com a sua natureza utilitária.” (OECD; 2005: 20).

As duas propostas de delimitação do sector cultural descritas nestes dois estudos apresentam bastantes aspectos em comum, pelo que decidimos assumi-las como referencial global do nosso trabalho de dissertação.

3.2. Conceitos substantivos de capital

Neste sub-capítulo pretendemos analisar diferentes abordagens dos conceitos substantivos de capital - humano, social, cultural e criativo, procurando sistematizar ligações entre estes conceitos e as questões da cultura, numa perspectiva do desenvolvimento local e das políticas públicas. Centramos a análise na seguinte questão: até que ponto é que as políticas públicas no domínio do sector cultural e no contexto local se articulam, pelo lado da matéria, ou pelo lado das finalidades, com os conceitos de capital apontados? Começamos pois por expor algumas bases teóricas sobre cada um dos conceitos, procurando encontrar, designadamente, articulações entre eles e entre eles e o sector cultural.

Os conceitos indicados compreendem, em comum, a noção de capital. Numa perspectiva económica, o capital refere-se ao conjunto de meios que são utilizados para produzir um bem ou serviço, ou seja, que intervém no processo de produção. Assim, “ (...), o capital é um dos quatro factores de produção (terra, trabalho e empreendedorismo). Um factor de produção é um recurso, que tem valor não por si próprio, mas pela função que assume na produção de outros bens ou serviços que têm valor intrínseco.” (Edgar e Sedwick, 2008, 35). Nesta noção de capital está implícito o pressuposto de que o capital, enquanto recurso, já foi objecto de um processo produtivo anterior.

Sophie Ponthieux, nos trabalhos que publicou sobre capital social (2006) tendo em vista fundamentar a diversidade de campos de abordagem ao conceito de capital social, procura esclarecer que a noção de capital pode ser compreendida sobre duas bases: “ (...) como um capital no sentido económico o mais frequente deste termo, ou como uma imagem de capital no sentido geral de recurso.” (Ponthieux, 2006: 91). Estas duas noções abordadas pela autora incluem o capital entendido num sentido económico, que lhe confere um carácter endógeno e que tem a ver com o facto de ser utilizado como resultado de uma decisão tomada por um indivíduo com intuito de obter benefício (lucro, em termos económicos) e o capital no sentido de recurso, com carácter exógeno, disponível no contexto de uma dada sociedade. Neste último caso, encontra-se associado à ideia de capital o conceito de externalidade, na medida em que a sua utilização pode representar benefícios para toda a comunidade, não se apresentando exclusivamente associado a acção individual que visa a obtenção de lucro. Abordagens diferentes ao conceito de capital possibilitam interpretações diferentes dos conceitos que seguidamente vamos abordar.

3.2.1. Capital humano

O conceito de capital humano tem vindo a revivificar-se desde os anos 80 do séc. XX, nomeadamente, pela importância dada à educação como factor de desenvolvimento. A temática do capital humano, embora tenha vindo a apresentar um maior destaque desde essa época, sempre acompanhou o processo de construção da teoria económica, questionando aspectos diversos sobre a homogeneidade do capital e dos factores que interferem nos mecanismos de produção e de reprodução socioeconómica (Moretto in Gurgand, 2005).

Durante os anos 60 surgem, em especial nos EUA, trabalhos de diversos economistas, centrados principalmente em torno de Gary Becker e Jacob Mincer (In Gurgand, 2005), os quais desenvolvem os fundamentos de uma “teoria do capital humano”. A noção de capital humano adoptada pela generalidade desses trabalhos pode ser traduzida como um “ (...) termo que é utilizado para representar todos os conhecimentos acumulados pelos indivíduos e que, como o capital, são criadores de riquezas.” (Gurgand, 2005: 9). Trata-se de uma concepção de capital humano que abrange o conjunto diverso de conhecimentos e de saberes-fazer que o indivíduo adquire e acumula, nomeadamente (e para determinadas abordagens, principalmente) ao longo da sua vida escolar, e que lhe permitem trabalhar e participar em actividades produtivas de forma mais competente e necessariamente mais produtiva (na perspectiva económica).

A abordagem de Gary Becker assenta num referencial teórico que tem como paradigma a racionalidade dos indivíduos. O indivíduo faz as suas escolhas, no que respeita à educação, em função dos custos e benefícios que lhe estão associados. Essa escolha individual é analisada, segundo o modelo de Becker, do ponto de vista financeiro, ou seja, “(...) se um agente racional prossegue os estudos é porque ele estima que o aumento de rendimento que ele pode esperar

para o conjunto da sua vida activa compensa o custo que ele tem de suportar inicialmente.” (Gurgand, 2005: 33). Becker admite como postulado elementar o facto de “os indivíduos serem sensíveis, nas suas escolhas educativas, aos estímulos monetários que encontram” (Gurgand, 2005: 42). A procura individual de educação é determinada por factores económicos associados, por um lado, ao aumento de rendimento esperado que um nível mais elevado de educação faculta e, por outro lado, aos custos que o esforço de educação exige - pagamento de ensino e perda de rendimento pelo adiamento da entrada na vida activa, e à capacidade de financiamento desses custos.

Apesar do interesse económico da teoria do capital humano de Becker e dos seus seguidores, outras abordagens foram desenvolvidas, nomeadamente, como contestação ou crítica à teoria beckeriana. Segundo algumas dessas abordagens, existem outros condicionamentos, de ordem financeira, social e cultural, para além das decisões individuais, que influenciam a aquisição ou acumulação do capital humano e que recaem sobre os indivíduos. Para além da noção individual de capital humano, é possível definir o capital humano como um bem colectivo, que permite gerar externalidades positivas na comunidade pelo facto de aumentar a produtividade dos indivíduos. Nesta perspectiva o capital humano adquire um significado e um âmbito diferentes no quadro da formulação das políticas públicas. Na medida em que o Estado pode contribuir, de diversos modos, para alterar os condicionamentos de ordem financeira, cultural e social a que o indivíduo está sujeito no processo de construção individual de capital humano e, conseqüentemente, pode favorecer ou não a produção e geração de capital humano no seio de um determinado contexto, social ou territorial, a valorização e desenvolvimento do capital humano passam a ser objectivos e instrumentos das políticas de desenvolvimento económico e social.

Entendida neste âmbito mais alargado, a promoção de capital humano estabelece, por outro lado, diversas interacções com o domínio cultural. De acordo com Helen Gould (2001), a cultura, no conjunto das dimensões que a integram, o património, as ideias, o talento, a criatividade, os produtos e serviços culturais e artísticos que deles resultam, influencia os processos de desenvolvimento de capital humano, na medida em que tais componentes “oferecem formas de aprendizagem e de desenvolvimento de novas competências.” (Gould, 2001: 69). Por sua vez, para David Throsby (2003), “Algumas definições de capital humano na abordagem económica incluem a cultura como uma das suas componentes.” Certos autores falam de “capital humano como um ‘stock de educação, competências, cultura e conhecimento armazenado nos próprios seres humanos.” (Robert Constanza e Herman Daly in Throsby, 2003: 50).

3.2.2. Capital social

Segundo Roland Burt (in Lallement, 2006) “o capital social difere do capital humano. O primeiro é uma qualidade criada entre actores, enquanto que o segundo é uma qualidade própria dos indivíduos (...). O capital social é o complemento contextual do capital humano” (Burt in Lallement, 2006: 72). Os conceitos de capital a que se refere o autor colocam questionamentos e reflexões distintas, mas estabelecem conexões relevantes quando os abordamos na problemática do desenvolvimento económico e do desenvolvimento local. Os dois conceitos têm presença nos corpos científicos da economia e da sociologia, embora no caso do capital social, a sua ocorrência esteja associada à transgressão assumida por alguns autores no sentido de ultrapassar as relações conflituais entre as duas disciplinas, de modo a permitir uma análise mais integrada da realidade social e económica contemporânea. Segundo James Duesenberry, a situação entre as duas disciplinas poder-se-ia traduzir no seguinte: “A economia não fala senão da forma como os indivíduos fazem as escolhas, a sociologia não fala senão do facto de os indivíduos não terem nenhuma escolha a fazer.” (Duesenberry in Ponthieux, 2006: 4).

O desenvolvimento do conceito de capital social surge de forma documentada nos anos 80, com Pierre Bourdieu, sociólogo francês que, embora se mostre apreciador da micro-economia beckeriana (Lallement, 2006), entra em ruptura com a teoria das escolhas racionais e privilegia uma abordagem que liga as capacidades que os indivíduos detêm e a sua posição social às características das sociedades em que eles se encontram inseridos. James Coleman (in Lallement, 2006), economista americano, também nessa década, recorre em parte às teorias de Gary Becker, para estudar as ligações entre escolhas individuais e as interações sociais, ultrapassando deste modo as barreiras do paradigma neo-clássico e construindo uma teoria sociológica geral.

Apesar de serem reconhecidas a estes dois autores as primeiras interpretações teóricas e a designação semântica de capital social, confirmam-se as abordagens já anteriormente feitas pela sociologia económica, designadamente por Max Weber (e A. Tocqueville), sobre as redes sociais e a sua importância no desenvolvimento económico. Destacamos igualmente o impacto das abordagens de Robert Putnam, politólogo americano, cujos trabalhos baseados em parte nas teses de Coleman e desenvolvidos sobretudo a partir de 1993 (mas que, em 2000, se confirmam com a publicação da sua conhecida obra *Bowling Alone*, sustentada em estudos sobre a sociedade americana) se destacam na produção de inúmera literatura contemporânea sobre a temática.

A estrutura do capital social, consoante o quadro de abordagem teórica em que se inscreve, abrange um conjunto de elementos que prefiguram, na sua base, o modo de funcionamento da sociedade ou de comunidades e grupos, incluindo: obrigações e expectativas, informação e normas e sanções (J. Coleman); redes (P. Bourdieu); normas, redes e confiança

social (R. Putnam); confiança (F. Fukuyama); reciprocidade (A. Gouldner). Segundo Ponthieux (2006), o capital social adquire, neste medida, um carácter polissémico.

Conforme sistematiza Carlo Trigilia (2001), o capital social é utilizado com diferentes sentidos, que resultam da diversidade de abordagens referidas. “Às vezes refere-se à capacidade de cooperação, devido a confiança e civismo - e portanto a uma particular forma de cultura local; outras vezes, é usado como uma espécie de indicador sintético de enormes economias externas, tangíveis e intangíveis. Outras vezes ainda, é feita uma referência mais apropriada e mais prudente à rede de relações que se impõe aos actores individuais e colectivos, a qual pode promover cooperação e confiança mas pode também criar obstáculos ao desenvolvimento local.” (Trigilia, 2001: 427)

Importa-nos fundamentalmente retirar dos diferentes quadros de abordagem teórica enumerados a importância que é reconhecida ao capital social nos processos de desenvolvimento económico e, nomeadamente, de desenvolvimento local, e, por outro lado, as articulações que o capital social estabelece com a cultura, seja na sua substância, seja na dinâmica que suporta.

As tendências recentes da sociedade do conhecimento e da economia globalizada apelam a uma maior flexibilidade por parte das estruturas produtivas e das organizações, no sentido de responder às permanentes mudanças. As exigências contínuas que a concorrência nos mercados coloca e a crescente competitividade das empresas, das economias e dos territórios, apelam a soluções cada vez mais flexíveis, bem como, a apostas na qualidade dos produtos e dos serviços e, para além disso, na qualidade das infra-estruturas e da provisão dos serviços prestados. Em resposta às exigências crescentes em flexibilidade e qualidade (Trigilia, 2001) são diversos os autores que reconhecem um papel acrescido ao capital social disponível nas comunidades. Segundo Putnam “por analogia com o capital físico e o capital humano - utensílios e instrumentos de desenvolvimento que melhoram a produtividade individual, o capital social refere-se às características das organizações sociais, tais como as redes, as normas e a confiança social, que facilitam a coordenação e a cooperação, gerando um benefício mútuo.” (Putnam in Trigilia, 2001: 81).

A robustez do capital social manifesta-se não apenas na relação entre os actores económicos, mas também na relação entre estes e outros actores institucionais, ou seja, entre o sector privado e o sector público e dentro do próprio sector público. O relacionamento e a cooperação entre as empresas assentam na existência de redes sociais estabelecidas em determinado território, na troca de informação (incluindo conhecimento tácito), em laços de confiança depositada entre os actores económicos e reverte-se em vantagens competitivas para as empresas. Estas vantagens podem ser favorecidas por estratégias de cooperação sectoriais ou territoriais (consubstanciadas em distritos industriais ou *clusters*). Por sua vez, a qualidade, a dinâmica e a multiplicidade de dimensões de cooperação entre os sectores privado e público constituem também vantagens competitivas. Actualmente as respostas aos desafios colocados

por uma sociedade do conhecimento crescentemente competitiva, designadamente, no campo da produção e do acesso ao conhecimento, da criatividade e no campo da inovação, passam por um aprofundamento das conexões entre os vários sistemas, de educação e formação, de I&D, tecnológico, de inovação, de informação e cultural, bem como, pela consolidação das formas e modos de colaboração entre os agentes públicos e privados que neles participam. O capital social constitui um ingrediente vital do desenvolvimento económico (Putnam, 1993).

O capital social é visto, por diversos autores, como um recurso disponível na sociedade, a utilizar pelos indivíduos, procedente de uma emanção da estrutura social e tendo essencialmente fundamentos históricos, que o fazem variar de uns espaços ou comunidades para outras. Embora para alguns desses autores o capital social apenas gere efeitos positivos, dos quais os indivíduos retiram, de forma indiferenciada, as suas vantagens (Coleman in Lallement, 2001), de acordo com outras teses, o capital social pode também gerar efeitos negativos na sociedade.

Dentro desta noção de capital social como recurso, Putnam (in Lallement, 2006) considera que a dotação de capital social na sociedade é evolutiva no tempo e admite que ele possa gerar efeitos externos, externalidades, na medida que oferece também vantagens a pessoas que não lhe têm directamente acesso. Essas concepções afastam-no das teses de Pierre Bourdieu, autor que considera o capital social como “o conjunto de recursos actuais e potenciais que estão ligados à posse de uma rede duradoura de relações, mais ou menos institucionalizadas, de interconhecimento e de reconhecimento, ou noutros termos, à pertença a um grupo, com um conjunto de agentes que não são só dotados de propriedades comuns (...), mas que estão também unidos por ligações permanentes e úteis.” (Bourdieu in Ponthieux, 2006: 35)”. Para este autor, o indivíduo adquire capital social como resultado de estratégias pessoais, conscientes ou inconscientes, e a sua geração depende, para além disso, da pertença do indivíduo a um determinado grupo social. O capital social pode, ainda segundo o mesmo autor, servir estratégias de poder e ser factor de desigualdades sociais e de desigualdade no acesso a esse capital social (para Coleman e Putnam o capital social não se apresenta gerador de desigualdades entre os indivíduos, apesar de Putnam admitir que o indivíduo pode aceder a volumes diferenciados de capital social).

Considerando estas várias abordagens sobre a noção de capital social importa analisarmos de que forma é que são entendidas as relações entre esse conceito e as noções de cultura e, particularmente, que ligações perspectivamos entre capital social e as políticas públicas direccionadas para a cultura, admitindo que as características e as formas como esse capital se exerce ou é utilizado pelos indivíduos influenciam significativamente os processos de desenvolvimento local e de *empowerment* das populações.

A cultura é substância do capital social e determina em parte as suas características. Substância na medida em que os seus componentes, ao nível dos valores, das motivações, das

atitudes, dos padrões de conduta e dos comportamentos são parte integrante e moldam as características inerentes ao capital social de determinada sociedade e, segundo Putnam (In Lallement, 2001), em determinado momento. Conforme realça Fukuyama (in Lallement, 2001), a confiança é uma variável determinante e estruturante do capital social e tem, em geral, raízes históricas e religiosas, integrando o sistema cultural de uma sociedade ou comunidade. Gould refere, por sua vez, “Quando uma comunidade partilha em conjunto a vida cultural, através de celebrações, rituais e diálogo intercultural, está a promover as suas relações, partenariados e redes - noutras palavras, está a desenvolver capital social.” (Gould, 2001: 71).

Por sua vez, uma das proposições centrais das teses de Putnam (In Lallement, 2006), de que o capital social é evolutivo no tempo, é fundamentada a partir dos estudos que o autor realiza nos EUA no final do século XX e início do século XXI, num conjunto de práticas sociais e culturais. O autor refere-se à influência que as tendências de maior participação da mulher na vida activa (consequente ocupação profissional mais intensa), da evolução dos modos de vida urbana, do aumento do consumo televisivo, do progresso ao nível dos lazeres electrónicos, assumem no declínio do capital social na sociedade americana da época. Está evidenciada nas explicações de Putnam a influência que os produtos e serviços e os consumos culturais da população podem ter na estrutura do capital social no seio da respectiva comunidade.

Recuando, por outro lado, aos precursores do conceito de capital social, nomeadamente a Alexis de Tocqueville (in Lallement, 2006), quando em meados do século XIX visita os EUA, o autor reconhece que a grande inclinação dos americanos para participar em associações se torna um factor privilegiado no funcionamento da democracia. Segundo este sociólogo, as associações (que configuram práticas de natureza diversa, desde cultural, a desportiva, cívica ou política) constituem figuras pioneiras das teorias do capital social, na medida em que estimulam as pessoas no sentido da participação em questões comuns e da partilha de problemas (subalternizando os interesses individuais).

Por sua vez, ao analisar os efeitos da cultura no quadro social e, concretamente, através da “community based multi-method”, o Relatório da OECD (2005) destaca o efeito que a cultura tem no comportamento dos indivíduos. Segundo o mesmo documento, “As transformações do capital social por influência das práticas culturais são analisadas, muito concretamente, em termos de multiplicação e ordenamento dos locais de encontro, diversidade de contactos, variedade de pessoas envolvidas, etc.” (OECD, 2005: 48).

Para diversos autores, os factores culturais além de serem constituintes do capital social, podem ser instrumentos da sua promoção. Esta questão insere-se dentro de uma perspectiva mais alargada de que é possível ao Estado, através das políticas públicas, influenciar a promoção e o robustecimento do capital social. Segundo Trigila (2001) as relações suportadas na família, no parentesco, nas etnias ou na religião existem. No entanto, a questão fundamental passa por saber como é que as políticas podem favorecer a sua transformação no sentido de as tornar

recurso positivo (ou de evitar que se tornem barreiras) para os processos de desenvolvimento. Este autor evidencia um conjunto de questões sobre a influência que as políticas públicas podem assumir no capital social.

Ao analisar os canais através dos quais a cultura pode contribuir para o desenvolvimento local, o Relatório da OECD (2005) destaca “(...) a influência que a cultura pode ter na forma como um território está organizado: questão que se prende com uma outra, sobre o entendimento da cultura como factor que condiciona o capital social (...)” (OECD, 2005: 28). Helen Gould (2001), por sua vez, enumera um conjunto de experiências que confirmam e exemplificam o modo como as políticas culturais podem gerar efeitos no robustecimento e desenvolvimento do capital social. “A actividade cultural está entre as ocupações mais sociáveis em que nos lançamos e os estudos demonstraram de que modo é que o fazer novos amigos é logicamente o resultado mais significativo da participação em actividades artísticas.” (Gould, 2001: 72). A participação em actividades artísticas e culturais pode favorecer o desenvolvimento de redes e de espaços de cooperação, bem como a confiança. “O contacto positivo através de projectos artísticos tem o benefício de reduzir o isolamento - particularmente nas zonas rurais e em grupos minoritários - e de desenvolver a tolerância e a compreensão entre culturas e entre gerações, em suma, construir confiança.” (Gould, 2001: 72).

A mesma autora evidencia igualmente a importância que os projectos artísticos e as políticas culturais assumem nos processos de enriquecimento pessoal e de *empowerment*, no desenvolvimento de novas competências, nos processos de aquisição de auto-estima e de auto-confiança, condições essenciais também para a construção de capital social. “Construir capital social requer confiança na mudança e capacidade para a fazer acontecer. A participação na cultura pode ter um efeito transformativo nos indivíduos, estimulando o desenvolvimento pessoal, a auto-estima e o respeito entre os pares, a família e a comunidade.” (Gould, 2001: 73).

3.2.3. Capital cultural

“O capital cultural pode determinar a qualidade do capital social.” (Jeannotte, 2005: 126).

O conceito de capital cultural surge pelas mãos de Pierre Bourdieu, na década de 70 do século XX. O autor procura estabelecer uma analogia entre o “acesso individual aos recursos culturais no sentido de explicar o funcionamento do sistema educativo numa sociedade capitalista dividida em classes” (Edgar e Sedgwick, 2008: 79) e a forma como é definida a pertença a uma classe, segundo a inspiração Marxista, “em termos do acesso individual e do controlo ao capital económico” (Edgar e Sedgwick, 2008: 79). Só posteriormente surge no campo da economia o conceito de capital cultural, neste caso por iniciativa de David Throsby (2003), que inspirado nos conceitos de capital, designadamente, de capital natural, estende o conceito de capital ao mundo da arte e da cultura. Podemos encontrar algumas conexões entre os

conceitos enunciados por cada um dos dois autores referidos. Mas, para além disso, estes quadros conceptuais estimularam, posteriormente, uma série de estudos e investigações em torno de questões diversas, como a relação entre capital cultura e capital social, as relações entre capital cultural e desenvolvimento cultural ou ainda, entre o primeiro e a sustentabilidade cultural. Em qualquer dos casos, a análise do seu impacto nas políticas culturais é igualmente um tema de trabalho e, reconhecidamente, um assunto necessário.

Pierre Bourdieu introduz o conceito de capital cultural para abordar as questões sobre o sistema educativo e a sua relação com a economia. Distanciando-se das análises realizadas por diversos economistas funcionalistas (de que Gary Becker é precursor), designadamente sobre os efeitos do investimento na educação, em termos da sua rentabilidade e dos impactos ao nível da produtividade da economia, Bourdieu (1979, 1997, 2006) faz destacar a importância que as noções de capital cultural e de capital social assumem, para além do conceito de capital humano utilizado pelos economistas, na relação entre o sistema educativo e a esfera económica. A abordagem de Bourdieu procura evidenciar o condicionamento que a posição social, em determinada classe social, exerce quer em termos da performance escolar, quer no rendimento que o indivíduo retira do investimento educativo que realiza.

Segundo este autor, o indivíduo pode aceder quer ao capital cultural, quer ao capital social, dentro do contexto familiar (e social) que possui e ambos condicionam a produtividade do seu investimento educativo. Para Bourdieu (1979), o capital cultural pode assumir três estados distintos, capital incorporado (ou *habitus*), capital objectivado e capital institucionalizado, que decorrem de diferentes processos de produção e proporcionam relações distintas com a esfera económica. A noção bourdiana de *habitus* permite explorar a forma como se estrutura a compreensão humana e como se processa a sua relação com as instituições que definem e regulam a vida social. O facto de o comportamento de um agente ser produto de um *habitus* não constitui uma ameaça à espontaneidade da sua acção, uma vez que essa acção não é resultado de um constrangimento externo, mas uma “disposição” que deriva do próprio agente. Desta feita, o “capital cultural no estado incorporado” é assimilado e acumulado pelo indivíduo ao longo do tempo, em função das suas capacidades próprias, por transmissão da família, não é transaccionável para terceiros e perde-se com o desaparecimento do indivíduo. Constitui um sistema de elementos que compõem o carácter do indivíduo, orientam-no nas suas acções e escolhas e tem capacidade de funcionar como capital simbólico. Assume, em suma, uma lógica de transmissão cultural.

Quanto ao “capital cultural no estado objectivado”, pelo contrário, Bourdieu (1979) considera que ele é materializado em diversos suportes (expressão cultural em suporte de livros, escrita, dança, etc.), que é transmissível, económica e simbolicamente, a outros e que não tem uma natureza activa. A sua apropriação material pelo indivíduo depende da disponibilidade que o indivíduo possui em termos de capital económico, enquanto que a sua apropriação simbólica depende do capital cultural possuído pelo indivíduo, em especial do capital cultural incorporado.

Por fim, o “capital cultural no estado institucionalizado” representa para o autor (Bourdieu, 1979) uma forma de reconhecimento social convencionado, produzida através de um sistema escolar, a qual confere ao seu portador um valor que lhe permite posicionar-se socialmente (diploma reconhecido como grau de qualificação). Representado por um título escolar, esta terceira forma de capital cultural gera lucros materiais e simbólicos para o seu detentor, os quais, no entanto, variam em função da sua raridade dentro da sociedade.

Apesar da abordagem do sociólogo francês ter determinado que, durante muito tempo, o capital cultural fosse visto como investimento individual (Sharon Jeannotte, 2005), posteriores trabalhos científicos relacionados com o desenvolvimento cultural assumem uma definição de capital cultural em termos colectivos. Um exemplo é a abordagem que faz Helen Gould ao conceito de capital cultural: “O termo ‘capital cultural’ foi criado para descrever a relação entre cultura e capital social, ‘o qual dota as sociedades humanas com os meios e as adaptações para lidarem com o ambiente natural e para o modificarem activamente: a forma como as pessoas percebem o mundo e o universo; a filosofia ambiental e a ética, o conhecimento tradicional ecológico e as instituições sociais / políticas.” (B. Fikret e C. Folke in Gould, 2005: 73).

No quadro da disciplina económica, como referimos, o conceito é trabalhado de forma pioneira por David Throsby, que procura esclarecer de que forma é que é possível distinguir capital cultural das outras formas de capital já adoptadas (capital físico ou fabricado, capital humano e capital natural), considerando que a cultura e as artes têm capacidade, como outros factores, de ser produtivas e/ou de aumentar a produtividade económica. Os seus objectivos no sentido da conceptualização do capital cultural procuram, por um lado, reconhecer as especificidades que os bens culturais e artísticos detêm enquanto activos de capital (bens de capital) e, por outro lado, compreender as formas pelas quais esses activos associados a outros inputs podem gerar novos bens e serviços (gerar valor) (Throsby, 2008). Nesta abordagem, o autor pressupõe que “as manifestações culturais podem ser interpretadas como activos culturais” e, deste modo, confirma a noção de “cultura como activo”. E o autor acrescenta: “Pode-se deste modo distinguir o capital cultural dos activos económicos normais, apelando aos diferentes tipos de valores que eles originam - o capital cultural origina valor cultural e económico, enquanto que o capital normal apenas gera valor económico.” (Throsby, 2003: 45).

A abordagem de Throsby ao conceito de capital cultural, no sentido de um “activo que incorpora, armazena e origina valor cultural para além do valor económico que ele possa conter” (Throsby, 2003: 46), é suportada em duas outras noções, a de bem cultural e a de valor cultural, ambas trabalhadas pelo autor (e por outros vários economistas) no âmbito da economia da cultura. Na definição de bem cultural, o autor sustenta a tese de que o mesmo pode assumir a forma de bem de capital, o que significa “que envolveu criatividade humana na sua produção, que transmite um significado simbólico (ou múltiplos significados) e que é identificável, pelo menos em princípio, pela incorporação de alguma propriedade intelectual” (Throsby, 2008: 167).

Quanto à noção de valor cultural, Throsby (2003) explica que este constitui “uma representação multidimensional da construção do valor cultural avaliada em termos quantitativos e qualitativos face a um conjunto de atributos tais como a qualidade estética, o significado espiritual, a função social, o significado simbólico, a importância histórica, a sua singularidade, etc.” (Throsby, 2008: 167). Para o autor, os bens e serviços culturais, que ele distingue entre bens públicos e bens privados, detêm para além do seu valor económico, um valor cultural que os distingue de todos os outros bens e serviços disponíveis no mercado.

A noção de capital cultural para este autor (Throsby: 2003, 2008) assume duas formas. Uma primeira forma, de “capital cultural tangível”, que é traduzida em bens artísticos e culturais físicos, com “características similares às do capital físico ou do capital humano”, resultantes da actividade humana, com uma duração temporal determinada que, por essa razão, implicam a sua preservação. Esta forma de capital cultural pode gerar serviços, por si só ou em associação com outros recursos e, deste modo, é comercializável e tem um valor económico. Uma segunda forma, que corresponde ao “capital cultural intangível” incorporado em trabalhos artísticos que “existem na forma de bens públicos”, em redes e relações de âmbito cultural que dão suporte à actividade humana ou na diversidade de manifestações culturais (ideias, crenças, práticas e valores partilhados por uma comunidade) cujo conjunto “pode reduzir-se por negligência e pode aumentar através de novos investimentos”, implicando de qualquer modo a afectação de novos recursos.

O entendimento e relacionamento destes diferentes conceitos de capital cultural, nas duas visões, da sociologia e da economia, contribuem, de forma significativa, para compreendermos os processos de desenvolvimento local numa perspectiva da cultura como factor de desenvolvimento e para enriquecermos os cenários de formulação das políticas culturais, ou mesmo de outras políticas públicas (de educação, política urbanas, de coesão social, etc.) em articulação com as primeiras. O Estado e outras autoridades públicas têm concentrado tradicionalmente a sua acção no âmbito das políticas culturais em domínios como sejam: o património, nas suas diferentes dimensões (tangíveis e intangíveis), incluindo a preservação e a valorização (incluindo funcional) desse património; a difusão cultural, garantindo o acesso por parte da população a bens e serviços culturais, de natureza pública ou privada; ou a promoção da criação artística contemporânea. Os conceitos de capital cultural incorporado e objectivado (Bourdieu, 1979) e de capital cultural tangível e intangível (Throsby, 2003) ocupam, apenas em parte, as análises e os quadros de intervenção no âmbito dessas políticas. Hoje, exactamente por essa razão, deparamo-nos com novos desafios para as políticas culturais que assentam, designadamente, no potencial de ligações e de relações que é possível traçar entre o(s) conceito(s) de capital cultural e diversos temas da agenda política, entre os quais, o desenvolvimento económico e social, a qualidade de vida, a sustentabilidade (nas suas diferentes dimensões), o *empowerment* pessoal, a participação, cidadania e a *governance*.

O Relatório da OECD (2005) destaca a importância de se apostar na formação e na educação no seio das políticas culturais e das políticas para a criatividade no sentido de “gerar capital cultural”. Segundo esse mesmo documento, “As actividades culturais constituem uma fonte de capital criativo para todas as actividades económicas. A formação de capital criativo deverá ser constantemente alimentada, o que requer, em primeiro lugar, destilação e, em segundo lugar, instilação do conhecimento e das competências que formam a base desse capital. (...) É necessário criar mecanismos para estimular esta formação e a sua renovação, através do apoio aos criadores na gestão da transferência da sua arte (negócio).” (OECD, 2005: 159).

3.2.4. Capital criativo

Abordamos ainda um quarto conceito de capital, o capital criativo, que mantém uma forte relação com a cultura, especialmente na dimensão da criatividade, e que, mais recentemente, tem sido basilar na investigação e estudos e na agenda sobre economia criativa. A sua proximidade com o conceito de capital cultural faz com que muita da literatura disponível utilize os dois conceitos, de certo modo, indiferentemente (ou com contornos que não são claros).

Richard Florida nas suas teses sobre economia criativa, centradas no entendimento da criatividade enquanto motor da competitividade económica, do desenvolvimento sustentável e da formação de uma “classe criativa” (constituindo esta uma nova classe social que usa a criatividade como elemento central nas suas vidas), introduz o conceito de capital criativo, em confronto com o simples conceito de capital humano (Florida, 2002). Ao assumir a criatividade como factor chave da mudança da sociedade e da economia e como motor da inovação, o autor procura identificar as principais condições que a permitem despoletar. Nessa medida, a sua teoria do capital criativo assenta em dois pilares, o capital humano, potenciador de criatividade, essencialmente representado pelas pessoas criativas, e os ambientes ou locais que favorecem essa criatividade e que são procurados pelas pessoas criativas. Conforme afirma, “a minha teoria na essência defende que o crescimento económico regional é gerado pelas escolhas de localização das pessoas criativas - os possuidores de capital criativo - que preferem lugares que são diversos, tolerantes e abertos às novas ideias” (Florida, 2002: 223).

Ao descrever os factores que tornam os locais mais ou menos atractivos para a designada “classe criativa”, Richard Florida (2002) enuncia um conjunto de factores relacionados com as dimensões culturais. O autor fala da necessidade da existência de estilos de vida diversos e com uma vincada componente cultural, de uma oferta de espaços favoráveis à interacção social, que designa de “terceiros locais” (como cafés, livrarias, etc.), de uma diversidade significativa em termos populacionais, designadamente, com a presença de grupos étnicos, da qualidade das infra-estruturas e das amenidades culturais, da presença de uma *street-level culture*, bem como,

da defesa de elementos de autenticidade com capacidade de oferecerem experiências únicas. Todos estes factores podem ser objecto de promoção e de estímulo através das políticas públicas, no sentido de atrair pessoas criativas e de traduzir essa atracção em vantagens económicas que, de acordo com Florida, são a chave do crescimento económico.

Dentro da literatura mais recente sobre a economia criativa, o quadro conceptual adoptado assenta fundamentalmente em conceitos como os de criatividade, de bens e serviços criativos, de “indústrias criativas” e “indústrias culturais”, de cidades criativas, de *clusters*, redes ou distritos criativos. O conceito de capital criativo não figura na maioria dessa literatura, embora ele possa surgir como uma noção associada ao conceito de criatividade.

Recentemente, no Relatório das Nações Unidas *Creative Economy. Report 2008*, surge a referência ao conceito de capital criativo, associado à ideia de que o desenvolvimento da criatividade e, consequentemente, a vitalidade criativa de uma dada economia, se relacionam com a presença e dinâmica de quatro tipos de capitais, o capital humano, o capital cultural, o capital social e o capital estrutural ou institucional. Estas quatro formas de capitais reforçam-se mutuamente e constituem determinantes dinâmicos da produção de criatividade em determinada economia ou território. Segundo esse Relatório: “Do ponto de vista económico, contudo, a relação entre criatividade e desenvolvimento socioeconómico não é aparente, particularmente na dimensão em que a criatividade contribui para o crescimento económico. Neste caso, é importante medir não apenas os resultados económicos da criatividade mas também o ciclo de actividade criativa através da ingerência de quatro formas de capital - social, cultural, humano e estrutural ou institucional - como determinantes do crescimento da criatividade - o capital criativo.” (United Nations, 2008: 10).

Tal referência, no âmbito do Relatório das Nações Unidas, encontra-se fundamentada num trabalho realizado em 2005 por promoção de The Hong Kong Special Administrative Region Government, *A Study of Creative Index*, onde se procede à construção de um Índice de Criatividade, baseado nos 5 C's - Criatividade mais quatros Capitais - humano, social, cultural e estrutural/ institucional. A avaliação e medição de cada um destes conceitos de capital assentam, de acordo com o mesmo estudo, nos seguintes tipos de condições de suporte ao respectivo desenvolvimento:

- Capital estrutural /institucional: sistema legal, corrupção, liberdade de expressão, infra-estruturas de tecnologia de informação e comunicação, infra-estruturas sociais e culturais, serviços comunitários, infra-estruturas financeiras, empreendedorismo;
- Capital humano: condições de desenvolvimento de um “banco de conhecimento”, sistema de I&D, sistema de educação, população com qualificação elevada, mobilidade da população e do capital humano, e população em circulação;

- Capital social: confiança generalizada, confiança institucional, reciprocidade, sentido de eficácia, cooperação, aceitação da diversidade e inclusão, atitudes face aos direitos humanos, atitudes relativas aos imigrantes, adesão a valores modernos, auto-expressão, participação na vida política, participação social (trabalho voluntário, participação social, pertença a clubes e associativismo, intensidade de contactos sociais);
- Capital cultural: recursos do sector público ou de empresas dedicados às artes e cultura, normas culturais e valores que favorecem a criatividade, as artes, a educação artística e a protecção de direitos de propriedade intelectual, extensão e nível da participação cultural na comunidade, padrões de envolvimento nas actividades artísticas e culturais.

Este trabalho, que teve como objectivo final a criação de um indicador compósito de monitorização da vitalidade criativa e da capacidade de crescimento da criatividade e do sector de actividades criativas em Hong kong, demonstra por um lado, a relação que existe hoje sobre os diferentes conceitos anteriormente explanados na abordagem e compreensão da economia criativa e, por outro lado, o papel que estudos desta natureza tendem a assumir como referencial para a definição de políticas de desenvolvimento socioeconómico.

3.3. *Clusters* e distritos culturais

3.3.1. Os referenciais conceptuais: distritos e *clusters*

Diversa literatura hoje disponível sobre o modo como os recursos, as actividades e os consumos culturais podem influenciar o modelo de desenvolvimento, local ou regional, retomam conceitos anteriormente trabalhados pelos teóricos da economia, da economia industrial ou urbana e regional e da geografia económica. O acordo sobre a importância crescente que a cultura adquire em termos de geração de riqueza, de criação de emprego e, de um modo geral, como motor da competitividade das economias e dos territórios e do desenvolvimento sustentável, tem-se generalizado no campo científico e de intervenção política. O corpo teórico e científico actual, nas diferentes disciplinas, tem acompanhado esta tendência retomando chaves de leitura, até então utilizadas para outros sectores económicos, para interpretar os fenómenos associados ao sector cultural, evidenciando contudo as especificidades que este domínio representa.

Um dos conceitos adoptados por inúmera literatura neste campo de investigação é o de distrito industrial. As primeiras abordagens teóricas sistemáticas do conceito de distrito industrial verificam-se nas décadas finais do século XX, principalmente com os estudos do economista Becatinni (1979), mas também do sociólogo Gagnasco (1977), sobre o “território intercalar entre o pujante triângulo industrial do Norte (Génova - Turim - Milão) e o Mezzogiorno sub-industrializado, como espaço que desafia os tradicionais modelos analíticos baseados nas

relações de dependência centro-periferia.” (Santos, 2005: 285). Contudo, o precursor do conceito de distrito cultural foi Alfred Marshall (nos finais do século XIX e início do século XX), autor que argumenta que “a concentração industrial e a especialização sectorial, ao induzir a concentração de mão de obra qualificada e ao promover a circulação de informação e de *know-how* entre as empresas, potencia a germinação de economias portadoras de vantagens empresarias” (Marshall in Santos, 2005: 285). Conforme sublinha ainda Santos, “A abordagem dos distritos industriais, enquadrada pela perspectiva *marshalliana*, estabelece uma análise económica territorializada que é alicerçada nas externalidades associadas à proximidade e que depende, em primeiro lugar, do potencial de competências locais de que as empresas extraem os seus recursos produtivos (...)” (Santos, 2005: 288). Nos finais do século passado e início deste século, surgem diversos autores, incluindo um grupo significativo de investigadores italianos⁵, que aplicam o conceito de distrito industrial ao sector cultural.

Entretanto, a multiplicação de estudos do sector cultural que focam a atenção na relação que o mesmo estabelece com o desenvolvimento local e regional e que privilegiam, designadamente, quadros teóricos analíticos que integram uma dimensão geográfica, de localização espacial, está na base do recurso, por outros autores, ao conceito de *cluster* e à investigação sobre o desenvolvimento económico baseado nos *clusters*. O conceito de *cluster* surge no início da década de 90, fundamentalmente baseado na obra de Michael Porter “*Vantagens Competitivas das Nações*”. Conduzido pelo objectivo de analisar as vantagens competitivas das diferentes economias, nacionais e regionais, e baseando-se na construção de um instrumento analítico poderoso, o “Diamante” que permite avaliar as condições de contexto externo às empresas enquanto factores determinantes não apenas da performance económica do conjunto de empresas localizadas em determinado espaço, mas igualmente, da performance económica regional, Porter (2007) configura o conceito de *cluster*.

“*Clusters* são grupos de empresas e de instituições co-localizadas numa região geográfica específica e ligadas por interdependências no fornecimento de um grupo de bens e/ou serviços relacionados. Devido à proximidade entre elas - quer em termos geográficos, quer de actividades - os elementos constituintes dos *clusters* gozam de benefícios económicos, de diferentes tipos de externalidades positivas específicas de localização.” (Ketels, 2003: 3-4). Segundo Porter muitas das vantagens competitivas nas economias têm origem em aspectos específicos dos *clusters*, na medida em que estes grupos inter-relacionados surgem (de forma autónoma ou por acções de lideranças ou políticas, regionais ou locais) movidos pelas externalidades positivas geradas, as quais assumem diversas configurações.

A imensa investigação em torno do conceito de *cluster*, diversa nos contextos de investigação nacionais em que é desenvolvida, diversa na relação com sectores diferentes de actividade económica, diversa nos contextos geográficos aos quais é aplicada (áreas urbanas ou

⁵ Walter Santagata, P. A. Valentino, M. Carta, Luciana Lazzaretti, P. Sacco e S. Pedrini.

áreas rurais, em economias desenvolvidas ou em economias em vias de desenvolvimento) e a variedade de contextos de política económica em que é aplicado o conceito traduzem o enorme consenso dos economistas quanto ao seu carácter e importância na economia contemporânea e aos efeitos que adquirem nos processos de evolução das economias locais e regionais. Este tipo de organização e funcionamento de determinado tecido empresarial e institucional, de base territorial, tornou-se uma estratégia empresarial e/ou um instrumento de políticas públicas de reconhecido interesse, pelos efeitos económicos positivos que gera ao nível da performance das empresas e no âmbito da performance das economias, onde assegura níveis de produtividade, de inovação e de competitividade relativamente mais elevados.

3.3.2. Das especificidades das actividades e bens culturais

Antes de nos referirmos a diversas abordagens teóricas actualmente disponíveis na literatura sobre economia da cultura e cultura e desenvolvimento, as quais versam sobre a aplicação ao sector cultural dos conceitos de distrito industrial e de *cluster*, procuramos assinalar algumas características específicas dos bens e mercados culturais. Reconhecemos a sua relevância no sentido de melhor compreender a especificidade dos distritos e *clusters* culturais, como reconhecemos igualmente a importância dos conceitos de capital humano, social e cultural, anteriormente trabalhados (no subcapítulo 3.2) para esse entendimento.

Conforme podemos depreender do Relatório *The Economy of Culture in Europe* promovido pela Comissão Europeia (KEA, 2006), o sector cultural apresenta um conjunto de especificidades que condicionam as formas de organização dos recursos e da produção e a sua relação com o mercado: os bens e serviços culturais têm em geral vidas curtas e elevado risco em termos do rácio insucesso/ sucesso; muitos produtos e serviços culturais são comercializados para públicos locais (em línguas diferentes) mas competem com produtos internacionais muito atractivos; a estrutura de mercado é complexa e apresenta um grau de volatilidade muito significativo, dependendo da moda e das tendências de gosto no consumo; a maioria dos sectores orienta-se pelo sucesso; o papel social assume uma função essencial.

De forma similar, o Relatório *Culture and Local Development* (OECD, 2005) enfatiza a especificidade da natureza da actividade cultural e as condicionantes que lhe advêm em matéria de organização do sector e das políticas a ele dirigidas. Os produtos e serviços culturais têm uma vida curta (comparável à dos protótipos de outras indústrias), encontrando-se “em constante actualização no sentido de incorporar novas referências e conhecimento” (OECD, 2005: 104). Por outro lado, os produtos culturais estão sujeitos a uma elevada incerteza no que respeita ao mercado, “ (...) pela sua natureza nova, porque são reféns de caprichos dos gestos do público, porque não é previsível o aparecimento de outros produtos culturais.” (OECD, 2005: 105). Esta incerteza tende a ser minimizada constantemente em diversas fileiras de produção cultural

(principalmente nas indústrias culturais, de produção em massa), através de investigação sobre o gosto nos mercados ou procurando “reanimar ou reciclar produtos anteriores” (OECD, 2005: 105).

O economista Walter Santagata evidencia, por sua vez, a natureza idiossincrática dos bens culturais e a relevância que esta assume na sustentação dos distritos industriais culturais. “Os distritos culturais são definidos por produção de bens idiossincráticos baseados na criatividade e na propriedade intelectual” (Santagata, 2004: 7). Para o autor, os recursos culturais encontram-se estritamente associados ao carácter idiossincrático da cultura local, resultado de um processo peculiar de combinação entre os recursos específicos e de um processo de acumulação de capital cultural socialmente sustentado ao longo de gerações. Os bens culturais ou de base cultural, segundo o autor, são bens específicos em termos da sua associação a um espaço e a um tempo. Eles são gerados por processos de natureza criativa promovidos por agentes criativos (os quais pertencem a uma determinada geração), que recorrem ao capital cultural acumulado em determinada comunidade local (específica, onde esses agentes encontram condições para criarem novos produtos). Esse capital cultural, em qualquer uma das formas que pode revestir, tangível e intangível (Throsby, 2003), é igualmente, segundo Santagata (2004) idiossincrático relativamente ao binómio tempo e espaço. As produções com base na cultura procuram inspiração em determinadas ligações culturais com uma comunidade local - designadamente através do capital cultural acumulado, adquirindo desse modo vantagens competitivas no mercado, traduzindo criatividade em cultura e cultura em bens e serviços com valor económico para além do seu valor cultural. Conforme sublinha Allen Scott “(...) o lugar, a cultura e economia são simbióticos entre eles e, no capitalismo moderno, esta simbiose contribui para fazer reemergir novas formas poderosas, conforme são representadas pelas economias culturais de determinadas cidades chave.” (Scott, 2000: 4). A idiossincrasia sublinhada pelo autor realça a dependência e a relação privilegiada dos bens culturais e da sua produção com o lugar e com questões de proximidade espacial e essa parece-nos uma questão central.

Também os autores Mark Lorenzen e Lars Frederiksen (2008) destacam o carácter específico dos bens culturais e das indústrias culturais ao desenvolverem estudos mais recentes sobre os *clusters* culturais. Neste caso, é sublinhada a necessidade permanente que os bens culturais têm de se associarem a processos de inovação. Os produtos culturais assumem valor através de combinações, mais ou menos complexas e variadas, de diferentes elementos, estéticos, de design e de conteúdos (narrativas). A maioria dos produtos culturais dispõe de ciclos particularmente reduzidos, valor limitado no tempo e preços standardizados, apelando a uma necessidade constante de inovação. Estas dinâmicas de inovação permanente exigem a procura permanente de novo conhecimento, de ideias novas e novas competências, de relações com outros sectores de actividade, de conhecimentos mais aprofundados dos consumidores e dos seus gostos e motivações de consumo. Todos estes factores são favorecidos em contextos de proximidade entre agentes criativos, produtores culturais e outros agentes económicos e

institucionais, em contextos organizacionalmente abertos a uma intensa interação, onde predominem relações de confiança e, complementarmente, em contextos de maior massa crítica, de mercados onde os padrões de consumo são bastante diversos.

Concluindo, salientámos um conjunto de características particulares do sector cultural - das actividades, dos bens e do mercado, que, segundo diferentes autores, justificam a especificidade dos processos de *clustering* territorial ou de formação e desenvolvimento de distritos industriais culturais. Referimos a natureza idiossincrática dos bens culturais, o facto de estes bens apresentarem um ciclo de vida curta que apela a permanentes esforços de inovação, a enorme dependência do sucesso que os bens culturais apresentam, e que decorre em parte da imprevisibilidade da reacção dos consumidores atendendo ao facto de se tratarem de bens maioritariamente experienciais e, por fim, a elevada incerteza, ou risco, que assumem num mercado que, para além de complexo, é extremamente volátil.

3.3.3. Distritos e *clusters* culturais: das experiências à formulação teórica

Tommaso Cinti (2008) elabora uma análise comparada dos modelos teóricos e do sentido da evolução da literatura sobre *clusters* e distritos culturais que contribui de forma significativa para a compreensão do “estado da arte”. Segundo este autor, “existe uma definição possível para o que distrito cultural (Frost-Krumpf, 1998), *cluster* (Hitters and Richards, 2002) ou *quarter* (Wynne, 1992) descrevem, indiscriminadamente, como uma área da cidade bem identificada e com um ‘*label*’, onde uma elevada concentração de cultura estimula a presença de serviços e actividades concorrentes.” (Cinti, 2008: 71) De acordo com Cinti (2008), as diferenças terminológicas entre distrito cultural e *cluster* cultural estão relacionadas com os contextos específicos de estudo de situações e a sua consequente teorização. No caso dos distritos culturais a literatura provém essencialmente dos EUA (questão que está relacionada com o conceito americano de *district*, utilizado para evidenciar a identidade e as condições de algumas áreas urbanas) e da Itália (literatura mais relacionada com os estudos de economia industrial que tiveram uma grande incidência neste país), enquanto que o conceito de *cluster* cultural tem maior incidência nos meios científicos europeus. O conceito de *quarter* cultural, segundo outras abordagens (OECD, 2005), tem uma utilização diferente, aplicada vulgarmente nas situações urbanas (micro urbanas) em que se associa à presença de um agrupamento de actividades culturais, uma dimensão comercial que acentua uma vocação para os mercados turístico e do entretenimento.

Noutros âmbitos de produção científica, estes sistemas específicos localizados são mencionados e enquadrados dentro do conceito de “meio inovador”, como é o caso do estudo sobre o Bairro Alto e Chiado, em Lisboa (Pedro Costa, 2002). Phillip Cooke fala da “ascensão da cidade cultural como um fenómeno simultaneamente económico e cultural que tem algumas

semelhanças com a ascensão da ‘investigação/ conhecimento’ como um activo económico numa economia globalmente competitiva à escale mundial (...).” (Cooke, 2008: 28).

Dada a multiplicidade de estudos desenvolvidos, consideramos importante a sistematização dos seus principais enfoques analíticos e territoriais, considerando que não é possível no âmbito deste trabalho de dissertação incluir uma descrição exaustiva dos seus conteúdos. Desta forma, o quadro seguinte sistematiza algumas das abordagens disponíveis, onde procuramos dar uma visão alargada do panorama teórico e da sua ligação às diferentes situações empíricas:

Tabela 1

Van der Berg, Braun e Van Widsen (obra publicada em 2001)	Estudos sobre casos na Europa com base na teoria económica dos <i>clusters</i>	<p>Centra a análise nas condições dos <i>clusters</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Condições de contexto de natureza económica, social e cultural; ▪ Condições específicas do <i>cluster</i> relacionadas com o tipo de actores, de relação com o exterior e com a presença de instituições públicas e privadas; ▪ Condições referentes à organização do <i>cluster</i> que condicionam a geração de novas ideias ou de novas infra-estruturas e a atracção de novos actores (estratégia partilhada, presença de lideranças, apoio político e social, reconhecimento das políticas de <i>clustering</i>, cooperação entre sectores público e privado).
Mommas (obra publicada em 2004)	Análise de diversos casos na Holanda que faz sobressair a importância do <i>cluster</i> como instrumento de planeamento urbano	<p>Coloca em evidência os aspectos determinantes para a qualificação dos <i>clusters</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ As transacções intra-cluster, verticais, horizontais e com projectos comerciais; ▪ O tipo de relacionamento face a face entre profissionais da cultura; ▪ As condições que os recursos e actividades culturais na área oferecem (portfolio horizontal e vertical no sector, abertura/ adaptabilidade/ solidez dos programas, regimes de financiamento, localização dentro da cidade, envolvimento de actores, trajectória do cluster).
Walter Santagata (2004)	Estudo de situações em regiões italianas, incluindo áreas rurais, com forte identidade cultural, apoiada nas abordagens teóricas dos distritos industriais	<p>Fundamenta os seus argumentos teóricos na afirmação de que os distritos culturais revelam uma presença partilhada de factores idiossincráticos, peculiares e localizados.</p> <p>Apresenta quatro modelos de distritos culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Distritos industrial cultural: de tipo <i>marshalliano</i> com especialização no sector da cultura; ▪ Distrito cultural institucional: fundamentado em instituições formais que atribuem direitos de propriedade e marcas registadas a uma produção; ▪ Distritos culturais de museus: redes de museus localizadas no seio de comunidades artísticas, cuja densidade tem efeitos sistémicos que atraem visitantes e turistas (preferencialmente nos centros históricos); ▪ Distritos culturais metropolitanos: forte concentração e aglomeração de edifícios dedicados a actividades nas artes performativas, museus e outras organizações que produzem

		cultura e bens relacionados com a cultura.
Mark Lorenzen de Lars Frederiksen (2008)	Estudo que se apoia no conceito de <i>cluster</i> e parte da análise de grandes concentrações urbanas (Paris, Londres, Los Angeles, Tóquio, Moscovo, Mumbai, etc.).	<p>A questão central colocada recai sobre a existência de diferenças sistemáticas entre as estruturas e as dinâmicas dos <i>clusters</i> em função da sua formação em regiões urbanas ou em pequenas cidades ou regiões rurais.</p> <p>Considerando a centralidade dos processos de inovação dos produtos culturais, os estudos centram-se na relação entre o tipo de <i>clustering</i> e o tipo de inovação de produtos culturais.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ O <i>clustering</i> de localização (especialização regional) sustentado na diferenciação dos produtos por variedade (sortido) e suportado em processos de inovação incremental com base em conhecimento existente. ▪ O <i>clustering</i> de urbanização (diversidade regional) sustentado por diferenciação do produto por originalidade e suportado em processos de inovação incremental com base em conhecimento não relacionado. ▪ A coexistência e interação entre <i>clusterings</i> de localização e de urbanização sustentado por inovação radical de produto e suportado em processos de inovação radical, em novos produtos e novos mercados.
OECD (2005)	Utiliza os quadros de referência teórica dos distritos e <i>clusters</i> culturais na abordagem às questões da promoção do desenvolvimento local a partir da criação de produtos culturais.	<p>A questão central colocada refere-se à maior sensibilidade dos produtos culturais à natureza do território onde são produzidos.</p> <p>“Uma análise dos locais deste tipo de produções mostra uma troca bastante significativa, formal e informal, de bens tangíveis (materiais e equipamentos) e de bens intangíveis (conhecimento e know-how), ou seja, uma noção de <i>cluster</i> ou de distrito.” (OECD, 2005: 95)</p> <p>Enumera diferentes factores que influenciam a formação e desenvolvimento dos distritos e <i>clusters</i> culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Componentes sociológicas (relações entre criatividade económica, vitalidade urbana e população), ▪ Dimensões de ocupação do solo, ▪ Relação com as inovações tecnológicas: geradoras ou potenciadoras de desenvolvimento das artes, ▪ Sistemas de protecção de direitos de propriedade intelectual, ▪ Dimensão e abertura internacionais, ▪ Sistemas de formação e condições de aprendizagem e de transferência de know-how, ▪ Formas de transmissão e sucessão de negócios.

Fontes: Tommaso Cinti (2008), Walter Santagata (2004), Marc Lorenzen e Lars Frederiksen (2008), OECD (2005)

Como nota de síntese, podemos destacar que as análises supramencionadas realçam diferentes condições e factores que contribuem para a constituição e desenvolvimento dos distritos e *clusters* culturais e que são geradores de diversas tipologias de externalidades positivas. Apresentamos de seguida os tipos de externalidades identificadas por alguns dos autores referidos:

Tabela 2

<p>Wlater Santagata, (2004)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Externalidades em rede derivadas do aumento das conexões culturais entre museus, disciplinas, atmosferas e épocas históricas, economicamente úteis para visitantes e turistas, para curadores ou historiadores de arte. ▪ Externalidades de consumo (<i>bandwagon effect</i>) associadas ao aumento da procura derivado do aumento do consumo. ▪ Externalidades de tempo porque existe um efeito de otimização do tempo das pessoas que visitam várias exposições. ▪ Economias de escala e de gama na medida em que permite associar competências mais especializadas e actividades estratégicas, poupando custos de redundância de pessoal nas organizações e gera um aumento da provisão de serviços comerciais especializados. ▪ <i>Atelier effect</i>: crescimento do número de pessoas formadas em actividades culturais locais, de forma que a oferta de mão-de-obra qualificada e especializada excede a procura e gera iniciativas empresariais no sector. ▪ Diferenciação dos produtos criativos devido à taxa de crescimento de novos produtos e de novos processos, que gera um aumento do número de produtos diferentes a que os consumidores acedem.
<p>Mark Lorenzen de Lars Frederiksen (2008)</p>	<p>Externalidades positivas associadas às economias de localização:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Possibilidade de conseguir tempos de entrega menores e maior flexibilidade e variedade de produtos decorrentes da cooperação entre empresas que se relacionam na base dos produtos ou de bases de conhecimento comuns; efeitos de <i>spillovers</i> tecnológicos ou de informação também entre as empresas; ▪ Aumentos de eficiência nas empresas devidos a uma maior concorrência nos mercados-alvo e no mercado de trabalho; ▪ Especialização do mercado de trabalho, com aumento de mão-de-obra e melhoria das qualificações em determinado sector. ▪ Uma maior especialização das instituições públicas (formais) ao nível do apoio ao desenvolvimento de competências de um determinado sector (educação, centros tecnológicos) e das instituições informais (línguas, <i>focal points</i>, convenções e normas) <p>Podem surgir deseconomias devidas a uma maior especialização do mercado de trabalho, designadamente, com subida relativa de remunerações.</p> <p>Externalidades positivas associadas às economias de urbanização:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Possibilidade de colaboração e cooperação ocasional entre empresas que fabricam produtos ou serviços diferentes e dispõem de conhecimento não relacionados: seja a possibilidade de organização de bases de conhecimento não relacionadas (externalidades estáticas); seja a geração de <i>spillovers</i> de tecnologia e de informação (externalidades dinâmicas) ▪ Capacidade através da forma de capital de risco de transferência de capital das indústrias em expansão para indústrias em emergência. ▪ Utilização de edifícios ou áreas industriais obsoletas e abandonadas que podem ser transformadas e readaptadas para instalação de novas empresas/ actividades.

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Circulação e troca de ideias, competências e conhecimentos entre profissionais de vários sectores, em termos das relações profissionais ou no âmbito da vida social. ▪ Oferta intensa de competências por instituições de educação e introdução de novas competências nas empresas e mercado de trabalho. Processos dinâmicos e complexos de criação, atracção, e circulação de competências (Florida, 2002) <p>Associam-se deseconomias de congestionamento (utilização intensa do território) ou de natureza institucional (regulação especiais para determinadas actividades).</p> <p>Externalidades positivas que se acrescentam no caso de economias de localização e urbanização associadas:</p> <p>Geração de <i>spillovers</i> entre clusters, quando os <i>clusters</i> de excelência espalham conhecimento para outras indústrias e quando as competências mais qualificadas e as ideias únicas assumem potencial particularmente elevado para ser utilizado em novos campos.</p>
--	--

Fontes: Walter Santagata (2004), Marc Lorenzen e Lars Frederiksen (2008)

3.3.4. Políticas de *clustering* cultural ou distritos culturais

No quadro deste sub-capítulo, propomos, por último, uma concisa sistematização de questões relacionadas com os fundamentos e os contextos de políticas públicas (locais/ municipais ou regionais) de *clustering* cultural ou de promoção de distritos culturais. A grande maioria dos autores referidos separa dois tipos de situações: os processos de formação e desenvolvimento de *clusters* ou distritos numa dinâmica autosustentada dos agentes ligados às actividades culturais e actividades relacionadas (animação urbana, entretenimento, restauração e alojamentos turísticos ou mesmo outras actividades económicas relacionadas), que assumem uma natureza *bottom-up*; os processos em que a formação do *cluster* ou distrito resulta de intervenções específicas por parte das autoridades públicas, assumindo essencialmente uma natureza *top-down* (ou, o reencontro das duas dinâmicas, *bottom-up* e *top-down*). Em qualquer das circunstâncias, dentro da literatura sobre o *clustering* e os distritos culturais, a questão da *governance* surge como aspecto e um objectivo essencial, que importa fomentar.

Em termos gerais, a promoção de estratégias de *clustering* cultural e de desenvolvimento de distritos culturais pode inserir-se no quadro de políticas mais vastas, seja ao nível das políticas de qualificação ou de regeneração urbana, seja no contexto de políticas culturais, ou ainda, como instrumento de marketing urbano tendo por finalidade o reforço da competitividade das cidades. Para além de uma focalização nos espaços urbanos, as estratégias e intervenções que visam a promoção/ desenvolvimento de *clusters* ou distritos culturais integram-se também no âmbito de políticas de desenvolvimento regional ou de políticas de valorização de áreas rurais. A diversidade de experiências em inúmeros países (EUA, Inglaterra, Holanda, Itália,

Canadá, Austrália, etc.) tem sustentado um incremento muito significativo da investigação sobre os distritos e *clusters* culturais e as políticas públicas.

No quadro das políticas urbanas, as estratégias e intervenções focadas na dinamização das actividades culturais e artísticas localizadas em determinados sectores da cidade (frequentemente sectores com estruturas físicas obsoletas e economicamente fragilizados), que visam densificar e fortalecer o nível de interações propiciadoras de impactos significativos ao nível de efeitos de escala, da inovação e do alargamento de mercados (interno e externos), têm permitido atribuir à cultura uma posição central em matéria das relações com outras políticas económicas, sociais ou urbanas. Frost Kunft (in Cinti, 2008) conclui que, no caso dos EUA, o objectivo principal das intervenções ao nível dos distritos culturais é a regeneração de áreas urbanas degradadas. Por sua vez, no Reino Unido são inúmeras as experiências de intervenções de regeneração urbana em cidades de média dimensão (Cardiff, Glasgow, Birmingham, Manchester, Liverpool, Newcastle-Gateshead, entre outras) que centram a sua estratégia na promoção e desenvolvimento de actividades culturais e criativas (cinema, televisão e audiovisual, música, artes performativas, artesanato e joalharia, edição e impressão, publicidade, software, etc.), ocupando frequentemente áreas industriais em declínio ou obsoletas, configurando contextos de forte concentração de actividades e de profissionais qualificados, de interacção intensa entre estas e destas com outras actividades urbanas (económicas, turísticas, sociais) e com instituições de formação ou de I&D, fomentando uma relação virtuosa entre capital cultural, capital humano e capital social. Em Itália, de forma similar, algumas cidades têm centrado as suas estratégias de regeneração urbana na promoção de distritos culturais a partir da valorização do património cultural, como é o caso do Projecto Palermo de 2003 (Cinti, 2008).

Mas os distritos e *clusters* culturais são igualmente assumidos como instrumentos de política cultural, consubstanciando diferentes objectivos (Cinti, 2008), onde se incluem, o apoio mais alargado ao sector cultural, a valorização do património artístico e cultural, o apoio à criatividade e inovação e a reafirmação e fortalecimento da identidade cultural local. Muitas das experiências e da literatura disponível (Reino Unido, Itália, EUA, Canadá, Austrália) têm demonstrado a relevância destes instrumentos em termos do fomento, da organização e da qualificação das actividades de produção artística e cultural (mas alargando-se frequentemente a outros sectores criativos) e do seu impacto ao nível económico (criação de riqueza, geração de emprego qualificado, aumentos dos bens transaccionáveis, atracção de turismo) e social (inclusão de grupos desfavorecidos, integração de comunidades imigrantes, igualdade de oportunidades de género, etc.). A promoção deste tipo de instrumentos tem permitido, inúmeras vezes, abordagens que favorecem as interações entre actividades culturais e outras actividades económicas, apoiadas numa maior integração das diferentes políticas municipais. Destacamos neste âmbito os estudos levados a cabo em Itália por Santagata (2004) sobre os distritos culturais

de museus e os distritos culturais metropolitanos, sustentados em políticas de iniciativa pública a nível local / municipal, que apontam para a indispensabilidade de estas políticas respeitarem o “legado da cultura local”.

Realçamos ainda a importância que a literatura centrada no conceito de ‘cidades criativas’ tem alcançado nesta matéria. O conceito de ‘cidade criativa’ aparece hoje abordado por diversos autores, embora podendo abranger perspectivas e pontos de vista diferenciados. Associada a este conceito, a expressão ‘cidade criativa’ aparece na designação das estratégias de diversas cidades, identificando uma estratégia de política cultural urbana, em que se associam a inovação, a competitividade e o desenvolvimento económico às dinâmicas de criação artística e de valorização da cultura local. Entre as muitas abordagens teóricas em que o conceito de ‘cidades criativas’ se tem afirmado, distinguimos o trabalho de Charles Landry (e de um grupo de outros autores, inseridos na *Comedia*, incluindo F. Bianchini ou F. Matarasso), que se tem dedicado nomeadamente ao estudo do impacto dos *clusters* no desenvolvimento e na qualificação das cidades a partir do seu capital cultural. Na sua obra *Imagination and Regeneration: Cultural Policy and The Future of Cities* (2003), o autor, a propósito das iniciativas de grande sucesso orientadas nos EUA, nos anos 70, para as políticas culturais, expõe “O conceito de MXD - *mixed use development* - assente em novas formas de parceria, de criação de distritos culturais em que as artes assumem um lugar a par com outras funções mais convencionais, como o comércio a retalho e serviços.” (Landry, 2003: 22).

Para Landry (2003, 2005), o conceito de ‘cidade criativa’ tenta associar à lógica de valorização e promoção das actividades culturais criativas, uma abordagem criativa nas soluções organizacionais e institucionais da cidade, com vista ao reforço do seu desenvolvimento e da sua competitividade. Segundo o autor, é indispensável consolidar um novo pensamento que sustente a intervenção nas cidades e que valorize os seguintes factores, considerados determinantes na estruturação de ‘cidades criativas’: a qualidade das pessoas e a liderança, a diversidade humana e o acesso a talento variado, a cultura organizacional, a identidade local, os espaços urbanos e os equipamentos, as dinâmicas de *networking* (Landry, 2005). O autor, ao definir este conjunto de factores, abarca as relações com as diferentes dimensões de capital, humano, social e cultural. Segundo a sua perspectiva, “A cultura proporciona visão e portanto tem muitos impactos; é o prisma através do qual se deve ver o desenvolvimento urbano. As indústrias criativas, antros de criatividade, são um dos sectores económicos significativos. Pode-se confirmar o brilho das organizações culturais e a forma como o sector cultural impacta o investimento estrangeiro atraindo as empresas internacionais que procuram uma vida cultural dinâmica para os seus empregados. O impacto social e educativo da cultura reflecte-se na formação do capital social e na capacidade organizacional para responder à mudança. (...) A atenção vai contudo no sentido dos impactos da cultura como fonte de criatividade - o valor do carácter distintivo. Considerando cada um dos aspectos da cultura como um recurso imaginativo,

pode-se verificar de que modo é que os sentidos contidos na cultura tradicional ou actual criam a identidade e os valores de um local. “ (Landry, 2005: 9-10).

Retomamos ainda a obra de Santagata (2004, 2008) para evidenciar a importância que o conceito de distrito cultural tem assumido nas políticas de desenvolvimento regional e em territórios que demonstram a presença de um capital cultural significativo. O autor incidiu sobre diversas realidades regionais, nomeadamente, sobre o distrito de cerâmica de Caltagirone ou o distrito cultural de vinho de Langhe-Piedmont. A estratégia de promoção deste tipo de distritos culturais, segundo o autor, procura valorizar as produções de bens baseados na cultura existente e na tradição intelectual local (casos de produções regionais de forte matriz cultural e idiossincrasias), melhorando a organização das empresas e a capacidade de interacção entre estas e outro tipo de instituições (centros tecnológicos, entidades de formação, etc.), permitindo gerar externalidades positivas que contribuem para o reforço da competitividade destas economias e um melhor posicionamento dos seus produtos no mercado global. Os mecanismos de protecção de direitos de propriedade, seja ao nível individual, da empresa ou colectivo, da comunidade - como é o caso da criação das denominações de origem demarcada (DOD), assumem uma importância decisiva em matéria de política pública no lançamento ou consolidação destes distritos culturais.

3.4. *Governance* no sector cultural

3.4.1. *Governance* e desenvolvimento local

Os debates sobre o desenvolvimento económico e social e, com particular relevância, sobre o desenvolvimento de base territorial, têm acentuado, em especial a partir da década de 90, o interesse pelas questões relacionadas com as formas e os processos de tomada de decisão e de execução das políticas e programas de iniciativa pública, considerando a complexidade crescente das relações entre domínio público (do Estado e de outras autoridades públicas, regionais ou locais), privado (empresarial) e sociedade civil. A ideia central de que o processo global de tomada de decisão política tende e deve evoluir, progressivamente, para um conceito de *governance*, com tudo o que isso implica em termos de compreensão das interdependências entre os vários níveis do exercício de poder (público, privado e da sociedade civil), da complexidade dos processos reais de desenvolvimento, nas suas dimensões económica, social, cultural, ambiental e institucional e nos seus diversos níveis de acção - local, regional, nacional e transnacional, justifica o empenho e investimento concedido à questão nos últimos anos por investigadores e responsáveis políticos a nível internacional.

A literatura sobre a abordagem e a prática de *governance* no quadro das políticas de desenvolvimento regional e local é extensa, incluindo diversos trabalhos publicados pela OECD

(entre outras instituições de âmbito internacional)⁶. Para a OECD, os processos de relacionamento entre os vários níveis de poder público, governo central e governos locais e regionais, e entre estes e o conjunto de *stakeholders*, locais e regionais, representam um objecto de análise essencial no quadro dos estudos e das recomendações em matéria de desenvolvimento local e de crescimento das economias regionais e locais. As tendências de evolução mais recentes da economia regional e local puderam evidenciar (OECD, 2005) a importância que as dimensões de relacionamento entre actores, no quadro da formulação e da promoção de políticas, representam, bem como a influência que essa cooperação assume no reforço da competitividade dos territórios e das empresas, do crescimento económico, da inovação e da coesão social.

A cooperação e o envolvimento dos diversos actores, públicos, privados e sociedade civil, desenvolve-se, com mais ou menos vantagens e sucessos, em diversos patamares e com configurações de geometria variável: cooperação vertical, entre o governo nacional e outras autoridades públicas, regionais ou locais; cooperação horizontal, das autoridades locais (município) entre si; cooperação envolvendo outro tipo de *stakeholders*, aos diversos níveis, pressupondo relacionamentos entre representantes públicos e actores privados (empresas, instituições sem fins lucrativos ou terceiro sector e cidadãos). Todo este espectro analítico e operativo visa a obtenção de respostas mais eficazes e pertinentes face à complexidade das problemáticas de gestão e de tomada de decisão com que a sociedade contemporânea se vai confrontando.

Xavier Greffe (2005) aborda as questões da *governance* nos processos de desenvolvimento local e regional, admitindo que existe um conjunto de alavancas que contribuem para o desenvolvimento - criação de empresas e de actividades, criação de emprego, fornecimento de competências adequadas, identificação e desenvolvimento de capacidades de inovação, redistribuição e configuração de novas relações sociais, níveis de melhoria de vida. O autor admite que é no jogo de inter-relações dinâmicas que se estabelecem entre essas alavancas que se geram as condições favoráveis para o desenvolvimento. Para o autor (Greffe, 2005), existem três círculos de interações determinantes nos processos de desenvolvimento local e regional: um primeiro associado à competitividade do território e à capacidade de gerar e atrair actividades, mobilizando recursos locais de forma tanto mais intensa quanto mais forte forem as condições de *networking*; um segundo círculo, relacionado com o mercado de trabalho, nomeadamente com a capacidade de dispor de competências adequadas às novas actividades e de garantir níveis de emprego dos recursos humanos locais, claramente dependente da capacidade de coordenação entre actores, entre estratégias económicas, sociais e empresariais e, em especial, entre políticas de ensino e formação; um terceiro círculo relacionado com a

⁶ Actualmente são diversos os trabalhos sobre *governance* que se relacionam com o desenvolvimento local e regional publicados por outras entidades, incluindo a Comissão Europeia ou a UNESCO, para além de diversa literatura de investigação académica.

cultura de solidariedade e de cooperação, que consubstancia tendências de consolidação e de fortalecimento do capital social. Realçamos, de acordo com o autor, que cada um destes círculos de interacção é influenciado pela forma e pelo grau de cooperação e de relacionamento entre os actores, públicos, privados e da sociedade civil e esses, por sua vez, influenciam a intensidade e os efeitos directos e combinados sobre o processo de desenvolvimento local. Torna-se pois essencial (Grefe, 2005), dentro dos processos de tomada de decisão e de execução das políticas públicas, a nível local e regional, favorecer e estimular condições de *governance* que melhor permitam utilizar o poder, os recursos e a informação dos actores envolvidos, com vista ao robustecimento do potencial de alavancagem que as condições económicas, humanas, sociais, institucionais e culturais enunciadas detêm.

Ainda o mesmo autor evidencia, complementarmente, alguns dos elementos essenciais que, em geral, determinam a qualidade dos processos de *governance*, designadamente quando refere “A variedade de actores associados e a extensão em que eles são representativos. A qualidade e a abrangência da informação reunida. A transparência da tomada de decisão. A complementaridade e não competição entre estes instrumentos e os que o mercado e a administração utiliza. O acautelamento de duplicação e a desaparecimento dos efeitos. A clarificação de responsabilidade para a execução do projecto. A capacidade de detectar comportamentos oportunistas e a aquisição de rendimentos. A capacidade de avaliar. A consolidação ao longo do tempo da experiência e competências adquiridas.” (Grefe, 2005: 46 e 47). Podemos considerar em termos de conclusão heurística que são fundamentais no contexto dos processos de *governance* as formas como as parcerias estratégicas e a cooperação são delineadas, o modo como se gerem e desenvolvem competências específicas, como se criam e organizam as estruturas (formais e informais) de cooperação, como se gerem os recursos ou o poder e a informação transferida pelos vários participantes. Todos estes aspectos vão influenciar os resultados finais alcançados e o seu impacto nos processos de desenvolvimento.

3.4.2. Um novo paradigma da intervenção política na cultura

As acções políticas e processos de desenvolvimento cultural conheceram também, nestes últimos anos (duas ou três décadas), uma complexificação muito significativa. O âmbito de delimitação do sector cultural foi significativamente alargado, para além do âmbito da acção política, que tende a extravasar cada vez mais o domínio (nuclear) da criação artística⁷. Mais recentemente, a importância fundamental que a criatividade adquire no contexto da sociedade do conhecimento e nas estratégias e políticas de inovação e competitividade, nomeadamente, ao nível dos espaços regionais, tem implicado uma participação cada vez mais intensa de um

⁷ Alargamento para novas áreas como os *media*, a *Internet*, o *gatekeeping* (controlo e influência sobre os conteúdos), a mediação (controlo e influência sobre os canais de distribuição), a gestão, para além das áreas convencionais, da criação, da produção, da distribuição e do consumo.

número crescente de actores nas tomadas de decisão e na execução dos programas e projectos. Por outro lado, a necessidade de integrar as políticas culturais com outras políticas urbanas ou municipais, como são exemplo, a sua articulação com as políticas de regeneração e reabilitação urbana, com as políticas sociais, com as intervenções em matéria de *marketing* urbano e territorial, contribuíram igualmente para alargar o contexto de tomada de decisão e de participação em programas e projectos. Mas para além do crescimento dos actores intervenientes na esfera cultural e das políticas de desenvolvimento cultural, verificou-se analogamente, nestes últimos anos, um enorme alargamento dos quadros regulamentares estabelecidos.

Para Danielle Cliché “a ideia de que a política cultural é principalmente uma responsabilidade dos governantes nacionais e da administração pública tem sido substituída por um conceito de ‘*governance* e gestão da criatividade’. A premissa deste paradigma emergente é a de que a cultura e a criatividade não são apenas suportadas pelos esforços de um grupo disperso de indivíduos e de organizações empenhados e generosos, mas são-no também, por um meio onde se reproduzem as parcerias entre grupos representativos dos principais financiadores e organizações, dos líderes dos sectores público, privado e privado sem fins lucrativos, que juntos determinam a direcção do desenvolvimento e podem, também juntos, levar a cabo decisões e projectos políticos de longo prazo mais amplos.” (Cliché, 2001: 21). A mesma autora participa no projecto *Creative Europe*,⁸ promovido no âmbito do *European Research Institute for Comparative Cultural Policy and the Arts* (ERICarts), que se debruça sobre as mudanças verificadas nas actividades culturais e criativas dentro do espaço europeu, em especial a partir do início dos anos 90, e nas implicações que essas acarretam em termos de uma responsabilização crescentemente partilhada entre os sectores público e privado e a sociedade civil, no campo da promoção e do fomento dos processos culturais. Entre os factores que mais têm contribuído para estas alterações do quadro organizativo e da matriz de responsabilização política no domínio cultural, são sinalizados, no âmbito desse trabalho, o processo de globalização acelerado, os novos regimes comerciais internacionais, a introdução de novas aplicações e inovações nos campos das tecnologias de informação e comunicação e da digitalização, o processo de integração e diversificação da população europeia, com consequências ao nível da diversidade cultural e do diálogo e circulação de culturas e ideias diferentes e inovadoras.

Segundo Mónica Gattinger “Considerado pela óptica da *governance*, o Estado não é visto como o actor central e máximo na tomada de decisão política e na execução de programas, mas de preferência como um dentro de um número de actores, incluindo actores privados e da sociedade civil, que empreendem uns com os outros relações não hierárquicas.” (Gattinger, 2001: 201). A autora confere uma importância destacada aos aspectos da natureza e do nível de

compromisso que são assumidos pelos diferentes actores nos processos de *governance*. As características com que são assumidos pelos diferentes actores, públicos, privados e da sociedade civil, tais compromissos de partilha de informação, de poder e de recursos, requerem condições específicas, que os próprios poderes públicos podem contribuir para valorizar (Gattinger, 2001). Por um lado, podem estimular o interesse na participação e cooperação, através de acções que se venham a demonstrar catalisadoras do envolvimento e interesse dos actores. Por outro lado, devem desenvolver a capacidade de enfrentar ou gerir eventuais dissidências dentro das redes de tomada de decisão política ou dentro de iniciativas horizontais (participadas). Trata-se de assumir, ao nível das políticas públicas, um objectivo global de capacitação das organizações e dos cidadãos para o sucesso político e o robustecimento de redes que contribuem para a prossecução desse sucesso.

Pretendemos sublinhar igualmente que os processos de *governance*, nomeadamente, no campo da política e no domínio cultural, apelam de forma intensa para determinadas características do capital social. A exploração de fronteiras entre as várias esferas da intervenção, pública e privado, no domínio cultural, envolvem sempre um conjunto de riscos. Estes riscos podem relacionar-se com uma maior facilidade de desresponsabilização dos intervenientes no seio dos processos de tomada de decisão ou de execução, dificultando o cumprimento de valores de *accountability* e diminuindo as condições de controlo, como podem facilmente recorrer à designação de bodes expiatórios, sempre que as condições de sucesso e de resultados não são atingidas. A *governance* exige um acréscimo dos níveis de confiança entre os actores envolvidos, para além das exigências ao nível do desenvolvimento de atitudes e competências ao nível da discussão/ debate, da persuasão e influência, e da utilização e gestão do tempo.

No domínio cultural, os problemas podem surgir também de conflitos de interesse entre os vários participantes em projectos, incluindo quadros de empresas, *freelancers* e outros profissionais de entidades públicas (eventualmente dentro de *clusters* ou distritos culturais já consolidados), movidos por diferentes motivações e por culturas também diferentes. Lorenzen sublinha que “ (...), os projectos de inovação cultural precisam de incluir portadores de competências ‘banais’, como são aqueles que tratam dos processos de financiamento e de controlo, e igualmente, portadores de competências estéticas, de design e de narrativa (‘os criativos’). (...) Além do mais, enquanto que os portadores de competências de financiamento e de gestão pertencem a comunidades com contextos educacionais e experiências similares, os portadores de competências estéticas, de design e narrativa são provenientes de contextos muito variados.” (Lorenzen, 2008, 166). As expectativas, as convicções, as linguagens, as normas e valores, as redes, as práticas, as experiências, os conhecimentos, que cada um destes actores aportam para o contexto da tomada de decisão ou para a execução do programa ou projecto são

⁸ Participação realizada em conjunto com Riva Mitchell e Andeas Joh. Wiesand e em cooperação com Ilkka Heiskanen e

sustentados por capitais sociais (Putnam, 1993) e culturais (Bourdieu, 1979, 1997) em geral distintos.

A literatura e as experiências estudadas por diversos autores e investigadores têm-nos demonstrado igualmente que a *governance* se assume como um novo paradigma, proveitoso, na organização e no funcionamento, tanto de processos de criação e de consolidação de *clusters* e distritos culturais, como ao nível das dinâmicas territoriais de orientação cultural (Costa et al., 2006; Babo e Costa, 2007, 2008).

A viabilidade dos *clusters*/ distritos culturais está dependente, segundo alguns autores, do nível de *governance* nos processos do seu desenvolvimento. “O distrito cultural e de artes criativas só é sustentável se as aspirações e as procuras com ele relacionadas puderem ser articuladas de modo positivo, isto é, se as pessoas envolvidas se tornarem verdadeiros parceiros. (...) Os seus actores devem ser concorrentes mútuos e ao mesmo tempo, conjugarem os esforços de cada um” (OECD, 2005: 120). O sucesso que decorre das práticas de *governance* no seio dos processos de desenvolvimento de *clusters* ou distritos culturais está em geral associado à confirmação de um conjunto de factores chave que se devem verificar (Cinti, 2008): presença de actores competentes; criação de uma estrutura de coordenação que interage com todos os actores; colaboração efectiva entre os sectores, público e privado; visão comum do *cluster* ou distrito e partilha de objectivos inequívocos; massa crítica; fontes de financiamento diversificadas; criação de uma marca de identificação e de publicidade; regulação de direitos de propriedade e de standards de qualidade; controlo de comportamentos competitivos e afinação de forças competitivas /cooperativas; redes de relações entre actores económicos, não económicos e institucionais; participação nos processos de tomada de decisão. A confirmação e verificação deste enorme grupo de condições torna-se, em bastantes realidades particulares, muito difícil de garantir, dependendo quer de factores específicos - competências, capital social e capital cultural existentes no local, quer da missão e do quadro de objectivos que se pretende atingir. Segundo Cinti, “A *governance* dos *clusters*/ distritos culturais parece evidenciar vários problemas em relação: às relações entre os actores públicos e privados; à definição de papéis; à criação de agências de administração; à moldura das redes inter-organizacionais; à combinação e coordenação de diferentes actividades, etc. Trata-se de tanta coisa, que por vezes seria melhor usar o termo ‘governo’ - no qual o foco é colocado na instituição responsável que detém autoridade e os instrumentos de planeamento urbano e territorial - e não ‘*governance*’ - uma prática de rede baseada em acordos, pactos e programas.” (Cinti, 2008: 89).

3.5. Autarquias locais e cultura

Pretendemos neste subcapítulo sistematizar um conjunto de questões sobre o posicionamento que as autarquias locais têm ocupado no quadro das políticas públicas para a cultura. Nesse sentido, procuramos abordar, em primeiro lugar, alguns aspectos do desenvolvimento do poder local democrático no que respeita à evolução das suas competências e das capacidades de exercício das mesmas e suas articulações com a Administração Central. Em segundo lugar, pretendemos sinalizar os principais aspectos do que tem sido o papel que as autarquias locais, ao longo das três décadas de poder local democrático em Portugal, têm assumido em matéria de política cultural. Em terceiro lugar, procuramos levantar algumas questões sobre os desafios que se colocam ao poder local em matéria de cultura, fundamentalmente, considerando alguns factores externos mais recentemente assumidos.

É apenas a partir de Abril de 1974 que os órgãos do poder autárquico, então eleitos democraticamente, dispõem de um quadro legal de funcionamento político-administrativo e financeiro. Segundo Juan Mozzicafreddo “o poder autárquico é um facto e estão lançadas as bases da sua legitimidade, da sua capacidade de acção (competências) e da gestão democrática das suas actividades (recursos).” (Mozzicafreddo, 1988: 90 e 91). As relações entre as duas esferas políticas, a Administração Central e as Autarquias, vão assumir configurações diversas, desde essa data até à actualidade, que traduzem os conflitos, de diversa ordem, entre as tendências de progressivo incremento de autonomia ao nível da esfera local de poder e as forças de manutenção da centralização das capacidades de intervenção da administração pública central. A crescente autonomia do poder local na sociedade e, por essa via, a sua crescente capacidade de influenciar o desenvolvimento local, vai depender, ao longo deste período, de diversos factores, designadamente, das formas como evoluiu a transferência legal de competências para os municípios, como evoluiu a capacidade das autarquias de encontrar os meios de criação de receitas próprias, para além da sua capacidade decisional em termos do exercício do poder político.

No que respeita às competências transferidas pelo Estado para as autarquias locais, as mesmas foram evoluindo acompanhando alterações ao nível das condições socioeconómicas, territoriais e ambientais, no quadro nacional. Partindo de uma situação inicial fortemente associada à actuação dos municípios em matéria de “infra-estruturas e reorganização dos espaços urbanos”, a que Mozzicafreddo (1988) associa o conceito de “grau zero do poder local”, hoje as autarquias locais, com base no último diploma legal que define as suas competências (Lei nº 169/99 de 18 de Setembro que estabelece o quadro de competências assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias), intervêm num vasto espectro de áreas da sociedade, que vão desde o abastecimento público, à salubridade pública e ao saneamento básico, ao desenvolvimento, à educação e ensino, à protecção da infância e da

terceira idade e à cultura. A este agregado crescente de domínios de competência⁹, que tem permitido aos executivos locais intervir de forma mais adequada à resolução dos problemas e às prioridades do desenvolvimento local, nomeadamente, apostando em modelos mais avançados de concertação e de cooperação com os diversos sectores sociais e institucionais locais, associa-se um regime financeiro das autarquias locais cujas últimas actualizações reportam a 2007 (Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, com alterações introduzidas em Junho e Dezembro de 2007 e em Março de 2008). Este regime, apesar da evolução do peso das receitas próprias, continua a manter uma expressiva dependência dos municípios relativamente às transferências financeiras por parte do Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro).

Um dos principais problemas com que se têm confrontado os municípios no contexto deste processo de progressiva descentralização recai sobre o nível da correlação entre a abrangência das competências transferidas e os meios financeiros disponibilizados pelo Estado. Contudo, não deixam de ser também problemáticas as questões relacionadas quer com a modernização técnica e administrativa dos executivos camarários e das suas estruturas orgânicas, designadamente, no campo do desenvolvimento de novas competências adequadas às novas funções e novos domínios de intervenção, quer com as novas formas de relacionamento que o poder local assume com os sectores privados locais (económicos, socioculturais e institucionais), designadamente, na formulação de estratégias conjuntas de desenvolvimento local e de acções e programas conjuntos, configurando novas práticas e modelos de *governance* (onde as parcerias público-privadas tendem a ocupar um espaço crescente, embora ainda com indefinições e com práticas e resultados insuficientemente avaliados).

As referências feitas ao processo de consolidação e desenvolvimento do poder local em Portugal têm sobretudo relevância para este trabalho de dissertação se relacionadas com uma leitura do que têm sido as políticas culturais municipais no país. Conforme realça Maria de Lourdes Lima dos Santos¹⁰ (1998) foram diversos os factores que contribuíram para dificultar a transferência de atribuições do Estado para as autarquias locais no domínio da cultura, fundamentalmente até meados da década de 80¹¹, altura em que se reconhecem claros esforços políticos e administrativos no sentido de uma descentralização da política cultural. Entre esses factores destaca-se uma situação de grande fragilidade ao nível da desconcentração de serviços relacionados com o sector cultural, que traduzia uma clara macrocefalia dos serviços e da intervenção pública cultural em Lisboa, situação que de certo modo hoje ainda mantém os seus

⁹ Actualmente mantém-se em processo de negociação entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (e de acordo com o Relatório apresentado ao XV Congresso da ANMP, em Dezembro de 2005) um quadro acrescido de competências municipais, com diversas propostas promovidas e fundamentadas em análises e estudos específicos nos campos do ambiente e Ordenamento do território, da Acção social, da Educação e da Saúde.

¹⁰ LIMA DOS SANTOS, Maria de Lurdes, coord. (1998) - *As Políticas Culturais em Portugal Lisboa: Relatório Nacional*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. ISBN: 972-8488-02-5. Trata-se do primeiro grande trabalho elaborado, após 1974, a nível nacional, sobre as políticas culturais, e que incide para além de outras sobre as questões da descentralização e da transferência de competências no domínio da cultura para o poder local.

¹¹ Conforme refere Lima dos Santos (1988), esta mudança resulta fundamentalmente da assumpção clara pelos Governos X a XIII (entre 1985 e 1997) de metas de descentralização de competências e de poderes para as autarquias locais no domínio cultural.

indícios. A mesma autora (1998) destaca o contributo dado pelos diversos governos, entre meados da década de 80 e finais da década de 90 do séc. XX, para algum reequilíbrio entre o poder local e a Administração Central em matéria de recursos e de responsabilidades no sector cultural, tendo em vista uma redução significativa das assimetrias socio-territoriais no acesso à cultura. Este objectivo foi prosseguido, paralelamente, através de uma reestruturação dos serviços desconcentrados do Ministério da Cultura que resultou, em finais da década de 80, na criação de quatro Delegações Regionais com autonomia administrativa e financeira e hoje na existência de cinco Direcções Regionais da Cultura¹².

A consolidação das competências das autarquias locais em matéria de política cultural, como resposta mais eficiente e adequada à resolução dos problemas locais e à valorização do papel que a cultura pode vir a adquirir no contexto dos processos peculiares de desenvolvimento local, valorizando, designadamente, o seu capital cultural e as condições organizativas de integração das actividades artísticas e culturais na estrutura económica e social, à escala municipal ou regional, não deixa de parte os fundamentos para a discussão sobre as escalas críticas da intervenção política em matéria cultural. A clarificação da segmentação de domínios de intervenção e de responsabilidades na afectação de recursos, entre o âmbito central e local da administração pública (na ausência de um poder regional “politicamente legitimado”), é uma condição prioritária para o sucesso das políticas públicas, apesar do seu carácter dinâmico, dada a necessidade de adaptação, temporal e espacial, às circunstâncias sociais, económicas e culturais. Este problema é devidamente colocado por Augusto Santos Silva (1997), quando o autor aborda as obrigações e os desafios que o Estado detém em matéria de política cultural. Como refere o autor: “Já hoje, no balanceamento entre intervenção cultural autárquica e a intervenção cultural governamental, enfrentamos problemas, ora de demissões recíprocas de responsabilidades, ora de duplicações de esforços, ora de incompatibilidade radical de propósitos e medidas.” (Silva, 1997: 46). A aplicação do princípio da subsidiariedade é consensualmente aceite mas impõe-se uma melhoria ao nível dos princípios e das práticas de *governance* vertical, ou seja, do relacionamento continuado entre as duas esferas de poder.

Se no domínio das competências e dos recursos técnicos as autarquias locais têm feito um percurso qualificante e de grande importância (sobretudo a partir da década de 80) para o desenvolvimento do sector cultural e para a sua afirmação no quadro dos processos de desenvolvimento local, em termos de investimento e de afectação de recursos financeiros, este sector da administração pública tem assumido o protagonismo dentro do território nacional. Os diversos estudos realizados sobre as despesas dos municípios com o sector da cultura (Neves, 2000, 2005) confirmam esta situação, de um relativamente maior esforço das autarquias locais

¹² As quatro Delegações Regionais, de acordo com o quadro legal da sua criação, datado de 1988, abrangiam as regiões administrativas do Algarve - localizada em Faro, do Alentejo - localizada em Évora, da Região do Centro - localizada em Coimbra e da Região do Norte - localizada em Vila Real. Esta estrutura de serviços desconcentrados veio contudo a ser alterada com a nova lei orgânica do Ministério da Cultura, em 2006, que acrescentou, como serviço periférico da

(face à Administração Central) em matéria das despesas públicas (investimento e despesas de funcionamento) com a cultura. Para esta situação tem contribuído de modo determinante as oportunidades de financiamento criadas no âmbito dos Quadros Comunitários de Apoio e, em especial, a instituição de um Programa Operacional da Cultura no III QCA, abrindo uma alargada matriz de instrumentos de financiamento em diversos domínios da intervenção cultural.

Analisando o que têm sido os principais contornos das políticas autárquicas no sector cultural, é possível enunciar um conjunto de orientações e prioridades que têm pautado a intervenção municipal em termos de política cultural. Podemos afirmar que, entre uma intervenção minimalista e uma acção mais alargada de elaboração de planos estratégicos locais para a cultura, se verifica uma multiplicidade de posicionamentos das autarquias locais portuguesas em matéria de política cultural. Contudo, a definição dos objectivos da política cultural tem-se mantido, conforme refere Alexandre Melo (Melo, 1997), um problema importante no espectro político das autarquias locais. Para além das questões levantadas por este autor sobre a consensualização ou a polémica em torno de grandes objectivos de política cultural, como são a democracia cultural ou a democratização cultural, o que se verifica predominantemente é um exercício de poder por parte das autarquias locais ao nível das competências desempenhadas e da afectação de recursos, que não se enquadra num corpo de objectivos de política, claros, pertinentes e mensuráveis.

A política cultural num certo número de autarquias locais assume um carácter eminentemente comunicacional, associado a um objectivo de promoção e de afirmação de uma imagem, procurando melhorar a projecção e visibilidade do concelho, designadamente no mercado turístico e institucional, e centrando uma grande parte dos esforços na programação (e oferta) de actividades e de espectáculos. Augusto Santos Silva fala em uso económico-político da cultura, referindo-se aos “múltiplos usos sociais e políticos da cultura”, incluindo a cultura como “montra de regime, como forma superior de legitimação, encenação e emblematização política” (Silva, 1997: 42).

Noutro conjunto de autarquias locais, a política cultural centra-se em áreas mais tradicionais de acção, incluindo a conservação e valorização do património, a provisão de serviços culturais (acesso à leitura, conservação e interpretação do património artístico e cultural - acervos e colecções museológicas e arquivísticas e difusão das artes do espectáculo e performativas) associada ao alargamento e diversificação da rede de equipamentos, o apoio às actividades artísticas amadoras e ao associativismo e, mais recentemente, a sensibilização da população para as artes e para a cultura (mais frequentemente designada como formação de públicos). Em geral, na maioria destes casos, a capacidade de integração da acção e dos propósitos políticos da autarquia no campo da cultura é bastante reduzida, mantendo-se um

administração directa do Estado no âmbito deste Ministério, uma quinta Direcção Regional de Cultura, em Lisboa e Vale do Tejo.

acentuado isolamento desta face a outros domínios de intervenção e a outras políticas locais e a consequente restrição do potencial que ela representa em termos de alavanca do desenvolvimento local.

Consideramos que os desafios em matéria de política cultural local se colocam a distintos níveis, conforme a autora da presente dissertação abordou a questão em trabalhos recentes (Babo e Costa, 2007). “Estes desafios passam por assumir um conjunto de ideias chave, no sentido de uma transversalização da actuação, ao nível dos agentes, dos sectores e dos tipos de políticas (....)” (Babo e Costa, 2007: 74). Entre as diversas linhas de orientações da política enunciamos: “o desenvolvimento das competências artísticas, da formação criativa e artística, das competências profissionais, da formação nas áreas da gestão e organização e do *marketing*, mas também, a continuação de um esforço sistemático na formação ampla de públicos e na sensibilização da população em geral para o desenvolvimento de práticas e do consumo artístico e cultural; O fomento de estruturas artísticas e culturais com carácter empresarial, nos campos e sectores onde essa iniciativa é possível (...) e o desenvolvimento do apoio à criação de incentivos ao empreendedorismo, nomeadamente, no campo da pequena iniciativa cultural e criativa, bem como no apoio ao desenvolvimento da sua sustentabilidade económica; A promoção de “meios” e “ambientes” criativos, através da facilitação de condições físicas e de contexto, bem como, do apoio ao nível de outras políticas transversais (urbanismo, inclusão social, transportes, etc.), que, em estreita articulação e interacção com o planeamento urbano e as políticas de desenvolvimento e de vitalização das cidades, permita o desenvolvimento de massas críticas, em termos de procura e oferta, que proporcionem o desenvolvimento destas actividades, bem como a exploração de economias de escala e de gama conjuntas, ou ainda do aproveitamento das sinergias e externalidades positivas associadas a dinâmicas fortemente territorializadas assentes neste tipo de actividades; O estímulo à cooperação e colaboração entre os agentes do sector cultural e criativo (públicos, privados e outros), a promoção da sua articulação em rede, seja ao nível dos sistemas mais territorializados de produção e consumo, seja entre estes e o exterior, inserindo-os em mercados e tendências crescentemente globalizados, bem como o desenvolvimento de modelos de *governance* quadros institucionais (não necessariamente convergentes), que enquadrem e estimulem as realidades específicas associadas ao sector criativo e cultural a nível local.” (Babo e Costa, 2007, 74). Podemos sublinhar relativamente a este conjunto de desafios às políticas culturais municipais, a relevância da utilização de conceitos anteriormente trabalhados no quadro desta dissertação, como os de *governance*, de capital social e capital cultural e de *cluster* e distritos culturais.

Outro campo de desafio para as políticas públicas locais para a cultura decorre, como bem declara Rui Matoso (2007), da publicação e aprovação da Agenda 21 da Cultura, em 2004, documento que assume, como uma das preocupações fundamentais, a definição de políticas culturais a nível local promotoras da diversidade cultural. Esta agenda, cuja implementação a

nível internacional é coordenada pela Organização Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos, torna-se segundo o autor “uma oportunidade para as cidades criarem uma visão de longo prazo da cultura como pilar do desenvolvimento, de acordo com os princípios e compromissos nela veiculados.” (Matoso, 2007: 10). Conforme insiste o autor, as autarquias locais em Portugal dispõem de um novo quadro de integração em termos da definição de orientações para a política cultural, que poderá vir a ter uma adesão semelhante à que se verificou relativamente à Agenda 21 Local, privilegiando de forma similar um processo participativo na definição das políticas municipais. Também neste caso, como é sublinhado, se destaca a importância dos conceitos de capital social e de *governance* para a prossecução das políticas culturais em favor do desenvolvimento local, num sentido da sua sustentabilidade.

Podemos antever deste modo, que é no quadro de desenvolvimento local e por via das autarquias locais, que se colocam de forma mais complexa os desafios à intervenção na cultura, sendo a este nível que porventura o conceito de cultura se assume mais plural, polissémico e multiforme, conforme temos vindo a defender.

3.6. Perspectiva final de abordagem

Retomamos o foco dado a cada um dos cinco subcapítulos anteriores, no sentido de completar este capítulo de análise teórica e de confrontação de perspectivas sobre o papel que a cultura pode assumir como alavanca do desenvolvimento local e as implicações que daí resultam para as políticas públicas municipais, com uma série de questões que sustentam a abordagem que propomos para a análise empírica e que, basicamente, parte da articulação entre as diversas “chaves de leitura” conceptuais propostas.

1. Uma primeira questão recai na delimitação do sector cultural, enquanto objecto de políticas públicas específicas e da natureza e âmbito dos seus efeitos em termos do desenvolvimento socioeconómico e territorial.

A relevância do modelo de delimitação proposto prende-se, em larga medida, com a diversidade e a natureza das actividades culturais e dos produtos e serviços culturais considerados. A incorporação no sector cultural das indústrias culturais, para além do grupo nuclear das actividades artísticas, uma vez que inclui actividades de produção em massa, reposiciona a abordagem de forma totalmente diferente e claramente numa perspectiva económica. Inclui simultaneamente um segmento de actividades de iniciativa pública ou de iniciativa privada (produtora de bens públicos), mas que depende em grande medida de financiamento público, e um sector privado e empresarial, com finalidades de geração de lucro. Torna-se fundamental perceber, aprofundadamente, as diferentes componentes da cadeia de valor do sector cultural, para entender as suas implicações directas no sistema económico e

social local - em termos de criação de riqueza, de criação de emprego, de produção de bens transaccionáveis, de vantagens competitivas no mercado, de integração social, etc.

Mas a cultura, enquanto realidade complexa de múltiplas dimensões, estabelece diversas outras relações com os sistemas económico e social, institucional e territorial, que ultrapassam os limites do seu sector de actividades específico. Na medida em que constitui uma componente determinante na geração de criatividade, a cultura afirma-se como factor estratégico de inovação, condição do desenvolvimento do capital humano e motor da competitividade das economias e dos territórios. Por outro lado, na medida em que constitui um elemento central da estrutura identitária, a cultura impacta os comportamentos individuais e sociais (e organizacionais) e afirma-se como factor essencial de *empowerment*, de coesão social e de robustecimento do capital social.

Concluindo, o campo da política cultural ultrapassa o âmbito directo das orientações, instrumentos e acções direccionados para as actividades artísticas e culturais, interpenetrando-se numa diversidade de outras dimensões que impactam o processo de desenvolvimento humano, económico, social e ambiental.

2. Uma segunda questão recai sobre importância que a noção de capital, em sentido económico, enquanto factor de produção e recurso, e nas diversas formas abordadas - capital humano, capital social, capital cultural e capital criativo, adquire na compreensão dos processos de desenvolvimento económico e social e na formulação das políticas públicas, considerando as principais especificidades que a sociedade do conhecimento e a economia criativa assumem, para além das interdependências que cada uma dessas formas de capital estabelece com a cultura.

Dentro das várias abordagens e perspectivas teóricas que enunciam os quatro conceitos analisados, a cultura, enquanto conceito multidimensional, é assumida como componente integrante e factor de enriquecimento e de robustecimento de qualquer uma destas formas de capital. Neste sentido, a observação da realidade do ponto de vista do papel que a cultura assume como motor e alavanca do desenvolvimento, deverá ser perspectivada de forma a perceber em que medida essa interdependência (cultura e desenvolvimento) condiciona ou é condicionada por qualquer uma destas formas de capital.

3. Uma terceira questão incide sobre a necessidade de abordar as problemáticas da cultura e do desenvolvimento socioeconómico dentro de uma perspectiva territorial, ou seja, com expressão espacial e geográfica (numa escala local, urbana ou regional). Neste sentido, os conceitos de *cluster* e de distrito são uma chave de leitura essencial no quadro da análise empírica que nos propomos fazer. Eles são, por sua vez, instrumentos de política local utilizados em inúmeros contextos territoriais e dentro de abordagens que atribuem à cultura um papel central nos processos de desenvolvimento.

Estes mesmos conceitos integram dimensões específicas quanto ao funcionamento organizativo e interacção dos agentes no território, as quais reportam aos conceitos de capital social, de capital cultural e de *governance*. A relação entre os conceitos tratados permitirá, portanto, uma matriz de análise empírica mais adequada, considerando as suas diversas interdependências.

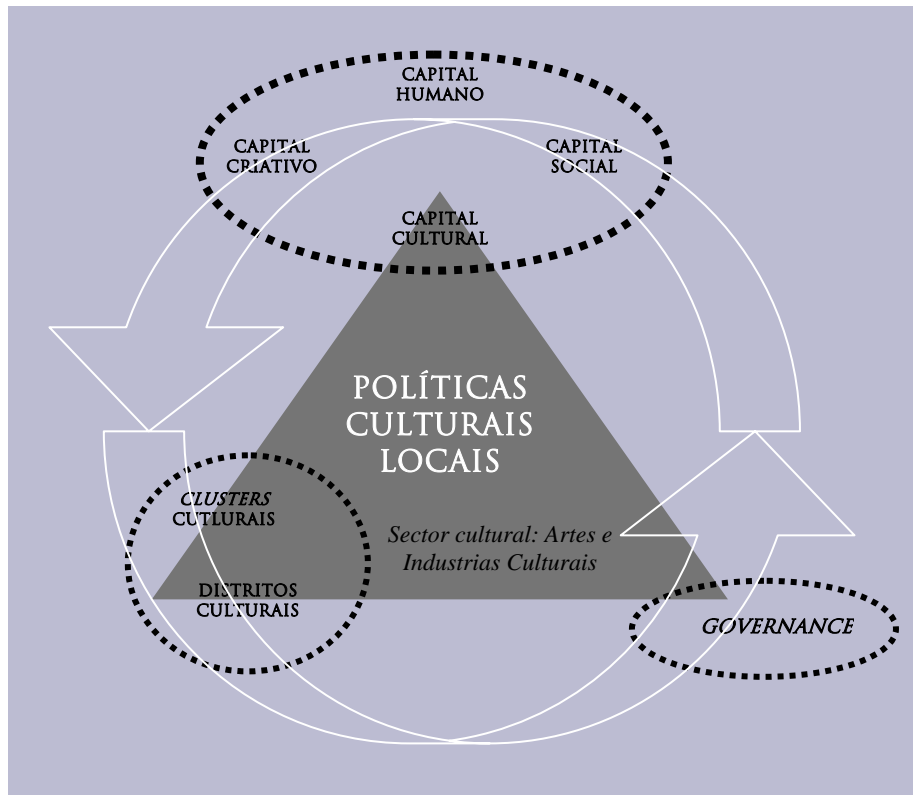
4. Uma quarta questão prende-se com o relevo que as formas e as práticas de *governance*, para além das estruturas e práticas de governação, adquirem no contexto do desenvolvimento local. Como referimos, este novo paradigma de partilha de poder e de tomada de decisão e de co-responsabilização dos actores nos processos e nas políticas está inscrito nos próprios conceitos de *cluster* e de distrito e estabelece uma complexa relação com as diferentes formas de capital consideradas. Trata-se, por esses motivos, de uma chave de leitura essencial dentro da análise empírica que nos propomos estabelecer.

5. Uma última questão, que entendemos decisiva como suporte desta perspectiva de abordagem, deriva do facto de a combinação destas diversas chaves de leitura permitir entender de forma mais clara a relação entre cultura e os processos de desenvolvimento socioeconómico e territorial e a forma como as políticas culturais impactam o desenvolvimento humano, social, económico e institucional e os modelos de governação.

A figura seguinte procura ilustrar esta perspectiva integrada que propomos adoptar e que enformará a nossa análise empírica, com incidência em dois concelhos do território nacional, Vila do Conde e Montemor-o-Novo.

Figura 2

Esquema de análise das políticas culturais locais



4. Estratégia de investigação: componente metodológica e recursos técnicos mobilizados

4.1. Linhas orientadoras da abordagem empírica

De acordo com diversas referências que apresentámos nos capítulos anteriores, a realidade portuguesa em matéria das políticas públicas orientadas para a cultura tem demonstrado ser um campo bastante profícuo em termos do desempenho e dos resultados alcançados pelas instâncias do poder local, das práticas ao nível das áreas de intervenção e da cooperação das autarquias locais com outros agentes culturais e dos estudos e investigação realizados. Mas as evoluções que se têm vindo a verificar, quer em termos de novos quadros teóricos de abordagem à cultura e às políticas culturais, sobre as quais anteriormente sistematizámos um conjunto diverso de referências (designadamente, nos campos da sociologia, da economia, do desenvolvimento e política regional), quer em termos das agendas políticas (internacionais e nacionais), quer ainda em termos do robustecimento municipal e regional do sector artístico e cultural, incluindo do seu tecido organizativo e profissional e do seu mercado (públicos e consumidores culturais), têm, ao mesmo tempo, confrontado os responsáveis autárquicos com inúmeros desafios em matéria dos objectivos e instrumentos de política pública para a cultura e no que respeita à sua integração com as estratégias e políticas de desenvolvimento socioeconómico local. Neste sentido, a análise empírica que nos propomos desenvolver assume como finalidade global compreender em que medida é que o quadro actual de orientações das políticas culturais municipais se apresenta adequado às condições culturais específicas dos territórios e às circunstâncias que os contextos teóricos e práticos, nomeadamente ao nível das agendas políticas nacionais e internacionais, oferecem.

Propomos incidir a análise empírica desta dissertação sobre duas realidades municipais dentro do contexto nacional, os municípios de Vila do Conde e de Montemor-o-Novo. Estes dois municípios possuem estruturas e perfis socioeconómicos e territoriais significativamente distintos e apresentam oportunidades e perspectivas de desenvolvimento também relativamente diferentes. No entanto, a cultura tem ocupado, em ambos os casos, um papel significativo dentro do quadro de opções de política municipal, apesar de configurada em diferentes ópticas e dentro de diferentes domínios, e representa actualmente uma aposta estratégica da política municipal de desenvolvimento nos dois concelhos. É essa centralidade da cultura que nos levou a escolher para efeitos de indagação empírica os dois concelhos enquanto casos de estudo.

Partindo das chaves de leitura teórico-conceptuais analisadas no segundo e terceiro capítulos e do esquema de reflexão que nos propomos seguir¹³, o qual propõe uma

¹³ Ver subcapítulo 3.6.

perspectiva integrada e dinâmica dos vários conceitos abordados, a confrontação entre os referenciais teóricos e a observação da realidade nos dois concelhos é estruturada de forma a responder aos seguintes objectivos:

- ❖ Interpretar as estruturas e dinâmicas culturais nos dois municípios à luz da matriz teórica e do conjunto de conceitos trabalhados;
- ❖ Compreender de que modo é que os sistemas e dinâmicas culturais estabelecem relações e configuram potencial de integração com os processos de desenvolvimento local, nas suas diversas dimensões;
- ❖ Analisar em que medida é que a formulação e configuração das políticas públicas locais para a cultura incluem ou tendem a incorporar dimensões e instrumentos adequados às perspectivas que a abordagem teórica analisada coloca, designadamente, considerando a cultura como alavanca do desenvolvimento local e regional.

4.2. Dimensões de estudo e organização do trabalho de campo

Nesta medida, a abordagem aos dois casos de estudo integra três frentes de análise complementares. Uma primeira dimensão de análise que centramos na realidade existente, em termos da caracterização dos recursos, dos agentes (estruturas públicas e privadas) e das actividades culturais e artísticas mais significativas presentes nestes territórios municipais, a qual permite compreender o modo como, na situação actual, o sistema e as dinâmicas culturais se manifestam face ao conjunto de chaves de leitura conceptuais e de perspectivas teóricas enunciado.

Uma segunda frente de análise, que incide sobre a evolução da situação nos últimos anos (10 a 20 anos), e em especial, sobre o modo como evoluíram, durante esse período, algumas das principais estruturas artísticas e culturais locais e a política cultural da autarquia. Esta segunda dimensão de análise permite compreender alguns dos factores explicativos da situação presente, nomeadamente, em termos do modo como as políticas públicas assumidas por estes dois municípios contribuíram para a realidade do sector cultural nos seus territórios. Ela contribui para a compreensão da evolução da realidade cultural local e dos factores essenciais que estão na base da menor ou maior consubstanciação de processos de *clustering* ou de formação de distritos culturais e da evolução local das formas e práticas de *governance*.

Por fim, abordamos os dois casos segundo uma terceira dimensão, de natureza mais prospectiva, que integra uma reflexão sobre as perspectivas locais em termos das prioridades de estratégia e de acção futura para o sector cultural, quer no quadro de acção dos agentes artísticos e culturais ouvidos, quer no quadro da política municipal. Esta terceira vertente de análise contribui para compreender o modo como os responsáveis locais, seja ao nível da

autarquia, seja dos outros agentes culturais, visualizam o desenvolvimento futuro do sector cultural e o seu papel no processo de desenvolvimento local. Neste caso, a análise permite para além de perspectivar sinais de evolução futura, compreender de que forma é que os próprios responsáveis locais, públicos ou privados, se posicionam face às chaves de leitura conceptuais adoptadas neste trabalho de dissertação.

Essas três dimensões de análise são complementadas, a par e passo, por diversas questões de contextualização do sector cultural nos domínios social, económico, institucional e territorial, dentro do contexto administrativo municipal ou, sempre que justificado, dentro de contextos mais alargados (regionais ou nacionais).

As dimensões de análise propostas, que estruturam o guião das entrevistas (conforme exemplar no Anexo 1), são as seguintes:

- a) Recursos, tecido institucional e dinâmicas culturais e criativas urbanas / locais
 - 1. Recursos culturais e artísticos específicos;
 - 2. Actividades culturais e artísticas, indústrias culturais e indústrias criativas - estruturas organizativas, actores, competências, bens e serviços culturais e criativos, mercado, financiamento / público e privado / presença e dinâmicas;
 - 3. Processos de emergência e de fixação: factores explicativos;
 - 4. Relações de estruturas e actores culturais com outros espaços exteriores
 - 5. Formas de relacionamento, cooperação e organização, formal e informal, no sector cultural e criativo / criação, produção, mercado e fruição
- c) Contexto urbano / local
 - 1. Traços gerais das estruturas e das dinâmicas económicas, sociais e ambientais
 - 2. Formas e domínios de relacionamento do sector cultural e criativo com outros sectores económicos, sociais e ambientais locais
- d) Políticas públicas municipais para a cultura
 - 1. Políticas municipais para a cultura nos últimos 10 a 20 anos: objectivos, programas, instrumentos, resultados
 - 2. Dimensões de governação e governance no sector cultural: participação, networking, cooperação público - privada, etc.
 - 3. Relações entre políticas culturais e outras políticas municipais de desenvolvimento urbano e local / de competitividade, de coesão e de sustentabilidade
- e) Tendências de desenvolvimento prospectivo
 - 1. Evolução do sector cultural e criativo: organização e relacionamento ao nível da criação e produção, da distribuição e do mercado, do consumo e fruição
 - 2. Factores críticos de evolução do sector cultural e criativo
 - 3. Novos instrumentos e abordagens das políticas municipais orientadas no sentido de valorizar a cultura e criatividade como factores de desenvolvimento local.

A realização do trabalho de campo, que se prolongou entre 24 de Novembro de 2009 e 4 de Janeiro de 2010, teve como base de partida duas conversas exploratórias com

interlocutores privilegiados locais no sentido de seleccionar o universo de pessoas a entrevistar. Desse modo, para além de responsáveis políticos e técnicos das duas autarquias abrangidas, identificámos um conjunto de agentes culturais mais relevante, sedeados nos dois concelhos, garantindo uma cobertura relativamente completa das diversas áreas de acção, desde as questões do património, à produção e difusão de actividades artísticas (artes performativas, música, artes visuais). Procurámos, igualmente, incluir no conjunto de entidades entrevistadas, a diversidade possível de formatos institucionais dos agentes, considerando que esta opção enriqueceria os resultados do estudo (a lista integral de entidades e pessoas entrevistadas é apresentada no Anexo 2). No caso dos responsáveis políticos das autarquias tentou-se alargar as entrevistas outros membros do Executivo Municipal não exclusivamente centrados no domínio cultural, como aconteceu no caso da Câmara Municipal de Vila do Conde, beneficiando deste modo de uma informação plural e multifacetada sobre a integração da cultura nas estratégias e políticas de desenvolvimento local.

Algumas das entidades contactadas acabaram por não ser incluídas no trabalho de campo (por falta e dificuldade na disponibilidade de agenda), de qualquer modo, nestes casos, procurámos obter alguma informação documental sobre a sua actividade. Consideramos, no entanto, que o número e diversidade de pessoas entrevistadas representam o essencial das dinâmicas e das estruturas culturais e artísticas que intervêm e contribuem para a performance e o desenvolvimento cultural dos dois concelhos. As entrevistas foram realizadas segundo o guião elaborado (Anexo 1) e a informação recolhida foi, na maioria dos casos, completada por material documental fornecido pelas entidades (programas de actividades, folhetos ou *flyers* de actividades, publicações e catálogos, etc.).

4.3. Contexto e justificação dos casos: a pertinência do objecto empírico

A escolha dos dois casos objecto de análise empírica obedeceu a um conjunto de critérios relacionados fundamentalmente com as características do contexto territorial e com o nível de dinâmicas culturais e artísticas existentes. Entendemos que não seria desejável analisar contextos municipais com dinâmicas culturais demasiado incipientes, quer em termos do tecido e das dinâmicas de oferta e procura artísticas e culturais, quer em termos das políticas locais orientadas para o sector cultural. Consideramos que a escolha de realidades com uma reduzida ou menor massa crítica no sector cultural, seja ao nível institucional, seja a nível de mercado, não nos permitiria confrontar certas vertentes da abordagem teórica traçada (em especial, no caso dos distritos e *clusters* culturais) e enfraqueceria a confrontação dessa abordagem teórica com as realidades empíricas. Por outro lado, consideramos que o facto de trabalhar dois municípios com especificidades de contexto diferentes, em termos da sua inserção no espaço regional e das próprias dinâmicas sociais e

económicas regionais, garante um enriquecimento da confrontação entre as perspectivas teóricas abordadas e os casos empíricos.

Os dois municípios que nos propomos estudar são Vila do Conde e Montemor-o-Novo, claramente diferentes no que respeita ao seu enquadramento territorial. Vila do Conde é um município localizado na faixa litoral (na Região do Norte), com uma posição geográfica relativamente central dentro da grande aglomeração do Porto, constituindo um dos diversos centros periféricos da Área Metropolitana do Porto que têm reforçado a sua capacidade de polarização, dada a acessibilidade excelente à cidade do Porto e ao conjunto de municípios limítrofes ou próximos (concelhos do Grande Porto, do Ave e do Cávado, que concentravam no seu conjunto cerca de 2 milhões de habitantes, em 2001). Montemor-o-Novo é um município localizado no território interior de transição para a faixa fronteira (na Região do Alentejo), integra os designados “eixos interiores dorsais” (MAOTDR, 2006), num território de baixa densidade, que apresenta uma excelente acessibilidade ao litoral e à área metropolitana de Lisboa, bem como ao principal aglomerado urbano, de média dimensão, que estrutura o sistema urbano regional (Évora) ¹⁴.

No caso de Vila do Conde, estamos perante um concelho cujas dinâmicas mais recentes têm contribuído para aumentar o policentrismo funcional e os processos de suburbanização, apresentando uma população residente em 2008 (no concelho) de 77.186 habitantes (74.391 habitantes em 2001). A cidade de Vila do Conde (com uma população residente de 25.731 habitantes em 2008) tem mantido uma evolução demográfica positiva, com um grande reforço da sua capacidade de polarização face às restantes freguesias (mantendo algumas delas uma matriz de alguma ruralidade). A crescente mobilidade dentro da Área Metropolitana do Porto (PNPOT, 2007) tem-se feito igualmente sentir no concelho, sendo crescente o fluxo de deslocações pendulares entre Vila do Conde e os concelhos limítrofes, em particular o Porto, contribuindo para este facto a excelente acessibilidade ao exterior (e designadamente, à cidade do Porto) em termos de infra-estruturas rodoviárias e de transportes (designadamente o Metro) e o alargamento da sua bacia de emprego.

O município de Montemor-o-Novo, com uma população total no concelho em 2008 de 18.450 habitantes (18.578 habitantes em 2001 e 8.298 habitantes em 2008 na cidade), insere-se na sub-região do Alentejo Central. A sua localização no “corredor Lisboa - Évora - Elvas /Badajoz”, a proximidade e relação com a cidade de Évora (principal cidade média do sistema urbano regional, com cerca de 54.947 habitantes em 2008) e a excelente acessibilidade de que beneficia (A6/ IP7 que faz a ligação Lisboa - Elvas / Badajoz) têm contribuído para manter (apenas com ligeira descida) a sua dimensão populacional, para além de relações funcionais qualificadas com os territórios exteriores. A inserção do concelho no eixo Vendas Novas - Évora - Estremoz - Elvas (MAOTDR, 2006), com actividade e dinâmica industriais significativas dentro da Região do Alentejo, e a sua atractividade em termos de

segunda residência e de turismo interno, nomeadamente face à Área Metropolitana de Lisboa, têm contribuído para Montemor-o-Novo manter certas dinâmicas urbanas de qualificação.

Para além dos aspectos referidos, os dois municípios, apresentam um conjunto de dinâmicas e estruturas culturais que justificam a sua escolha para este trabalho de dissertação, pois apresentam uma densidade quantitativa e qualitativa capaz de levar a uma análise mais consistente dessas mesmas dinâmicas.

4.4. Abordagem metodológica

A abordagem que adoptamos para a análise empírica procura fazer a associação e integração de diversas técnicas de recolha de informação de pendor intensivo e extensivo e de análise quantitativa e qualitativa. Nesse sentido, accionamos o seguinte conjunto de técnicas:

- i) Análise documental, referente à análise e ao tratamento de documentos produzidos no âmbito das diferentes entidades presentes nos dois concelhos, e disponibilizados por essas mesmas entidades, incluindo as respectivas Câmaras Municipais e outras estruturas privadas (na maioria de natureza associativa);
- ii) Análise estatística, incluindo a elaboração de um painel de indicadores estatísticos sobre os contextos territoriais, as dinâmicas dos concelhos estudados e, em especial, sobre informação quantitativa disponível relativa a oferta e procura de actividades artísticas e culturais;
- iii) Entrevistas semi-directivas com os responsáveis autárquicos e outros actores relevantes - técnicos das autarquias a trabalhar na área da cultura ou outras áreas de elevado “contacto” com a primeira e dirigentes ou técnicos das principais estruturas privadas presentes nos dois concelhos (Lista de entidades e pessoas entrevistadas no Anexo 2);
- iv) Análise categorial de conteúdo das entrevistas realizadas.

No trabalho utilizamos, simultaneamente e de forma articulada, procedimentos de investigação qualitativa e intensiva e procedimentos de análise extensiva e quantitativa, apostando assim na mobilização de um pluralismo técnico-metodológico no sentido de rentabilizar o máximo de informações disponíveis que pudessem dar corpo ao modelo de análise enunciado (Lorthiois, 1996). Atendendo à sequência lógica de utilização dos vários recursos técnicos, numa primeira fase, identificamos todo um conjunto de documentos

¹⁴ Ver Quadro de Bordo Estatístico em Anexo.

relevantes de caracterização e análise acerca das realidades dos dois concelhos (recolha e análise documental), passando numa segunda fase, para a realização de um conjunto de entrevistas de carácter semi-estruturado. Todas estas *demarches* investigativas partiram do pressuposto de que “os dados têm que ser sempre interpretados e integrados em uma problemática científica e nunca poderão falar por si mesmos” (Igea e Outros, 1995: 359). A análise da informação recolhida foi feita através da análise de conteúdo categorial. A nossa opção centrou-se na análise de conteúdo temática porque apresenta-se “rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos directos” (Bardin, 1979:53). A construção das categorias foi fundamentada nas áreas temáticas que estruturam o guião da entrevista. De assinalar que o uso desta técnica constitui um contributo fundamental na fase de interpretação dos dados, permitindo obter de evidências para as inferências teóricas que são o propósito e o objectivo fundamental da nossa investigação.

Quanto aos processos de amostragem utilizados, recorreremos a processos de amostragem não probabilísticos, mais concretamente à amostragem intencional ou de conveniência. Como bem refere Robert C. Burgess esta modalidade de amostragem implica “a escolha de acções, acontecimentos e pessoas. Na amostragem intencional os informantes podem ser seleccionados para o estudo de acordo com um certo número de critérios estabelecidos pelo investigador, tais como o seu estatuto (idade, sexo e ocupação) ou experiência prévia que lhes confere um nível especial de conhecimentos” (Burguess, 1997:59). Esta foi a modalidade mais operativa que nos permitiu encontrar actores-chave das dinâmicas culturais locais.

5. Vila do Conde e Montemor-o-Novo: dois concelhos com apostas estratégicas na cultura

5.1. Aspectos de enquadramento dos contextos concelhios

Os dois concelhos que estudamos possuem características estruturais claramente diferenciadas no que respeita quer ao seu enquadramento geográfico e territorial, quer ao seu perfil económico e social, não obstante evidenciarem circunstâncias que lhes permitem posicionar a cultura num dos eixos centrais do seu desenvolvimento¹⁵.

5.1.1. Vila do Conde

Vila do Conde integra a Área Metropolitana do Porto e mantém fortes ligações funcionais com a cidade do Porto. Com uma excelente acessibilidade rodoviária dentro da frente litoral do Noroeste peninsular, Vila do Conde encontra-se hoje a menos de 30 minutos do centro do Porto, quer por ligação rodoviária (IC1) quer por ligação em metro de superfície (Metro do Porto). As boas ligações rodoviárias com os concelhos limítrofes norte do Porto (Matosinhos, Santo Tirso ou Maia) e com os concelhos e as principais cidades do Vale do Cávado (Braga) e do Vale do Ave (Famalicão e Guimarães) contribuem para uma significativa centralidade, que se manifesta, designadamente, em termos culturais e de lazer (acesso à faixa marítima com uma qualidade diferenciadora), mas também de residência.

A cidade de Vila do Conde oferece actualmente um nível de qualidade de vida reconhecido, interna e externamente, o qual tem contribuído para atrair novos residentes, mesmo com uma oferta de habitação de preços relativamente elevados (a população cresce no concelho e na cidade desde a década de 70 e a cidade é responsável por cerca de 60% desse crescimento). Esta situação está directamente relacionada com algumas características e condições urbanas oferecidas, designadamente: a qualidade urbanística (nomeadamente nas zonas de expansão da cidade e na frente marítima) e a reabilitação do seu centro histórico e do extenso património monumental (simbolicamente ligado aos descobrimentos, de que o edifício da Alfândega é um brilhante exemplar); a qualidade e diversidade da sua rede de equipamentos colectivos (sociais, de saúde, de ensino, culturais, de desporto e lazer); a qualidade dos serviços de educação (autarquia tem feito uma aposta estratégica na qualidade da educação e das suas infra-estruturas e tem em projecto cinco novos centros escolares) e formação e a diversidade; e qualidade da oferta cultural contemporânea, associadas à beleza, à calma e à herança cultural que a cidade detém (cidade de escritores, poetas e artistas). Acresce a estes diversos atributos a excelente acessibilidade já anteriormente referida.

¹⁵ Em anexo, Quadro de Bordo Estatístico - Anexo 3.

Vila do Conde agrega, nas últimas décadas, à sua forte personalidade histórica e cultural, demonstrada pelo seu valioso património arqueológico (associando à paisagem histórica extraordinária, diversos elementos de cultura castreja, entre os quais se destaca a Cidade de Bagunte), monumental (Mosteiro de Santa Clara, edifício da Alfândega integrado no projecto “Rosa dos Ventos”, diversos edifícios religiosos, militares e civis de reconhecido interesse, incluindo o conjunto do centro histórico) e cultural (relacionado com outras tantas personalidades no domínio das letras e das artes, como José Régio, Antero de Quental, Sónia e Robert Delaunay e com a cultura popular, marcada pela cultura marítima), uma reconhecida dinâmica de promoção da criação contemporânea, nos domínios do cinema (Cooperativa Curtas Metragens, com o Festival Internacional de Curtas Metragens, a Agência de Curta Metragem de Vila do Conde, o “Solar” - Galeria de Arte Cinemática e o “Animar”), das artes performativas (a Associação Circular, com o Festival Circular e as “Derivas Artísticas”, o Teatro de Formas Animadas e a Associação Corda Bamba no âmbito do novo circo com o respectivo festival) e da música (a Academia de Música de S. Pio X, com os seus diversos agrupamentos e eventos musicais). Estas duas vertentes culturais traduzem-se hoje numa forte vantagem competitiva para a cidade, designadamente, na atracção de residentes, particularmente, de pessoas qualificadas que apostam, na sua maioria, não apenas numa qualidade de vida superior, mas também em oportunidades educativas excepcionais para os seus filhos.

Paradoxalmente, a cidade oferece uma estrutura comercial relativamente débil e tradicional, resultante, em parte, da forte concorrência de certos núcleos comerciais próximos (IKEA, Parque Nassica e Mar Shopping), bem como uma oferta de estruturas de restauração e alojamento igualmente escassa. Esta situação tem sido contornada, mais recentemente, por uma aposta municipal na requalificação da faixa marítima da cidade e na criação de uma nova praça urbana (no centro da cidade), onde convergem hoje as principais dinâmicas de sociabilidade e animação nocturna urbanas (Praça José Régio, que inclui a construção de uma residência de estudantes, contribuindo para o seu recentramento na cidade).

A atractividade da população verificada na década de 90 e início deste século é confirmada pelos indicadores demográficos (taxas efectiva de crescimento, de crescimento natural e de crescimento migratório superior às médias da Área Metropolitana do Porto, da Região do Norte e de Portugal). Os fluxos migratórios crescem na década de 90 cerca de 18% e Vila do Conde fixa comunidades de imigrantes superiores, em número, a outros concelhos limítrofes. Esta vitalidade demográfica, confirmada com um aumento substancial da população em idade activa, não deixa de ser, conforme a tendência do país, acompanhada de um agravamento dos fenómenos de envelhecimento populacional (Núcleo Executivo da Rede Social de Vila do Conde, 2007).

A perda significativa de emprego nos sectores primário e secundário (após uma década de 80 marcada por algum crescimento) e o seu crescimento no sector terciário (de 20,3% do emprego em 1970 passa para 42,4% em 2001) que, no entanto, não compensa por completo o decréscimo nos restantes sectores, bem como, o agravamento recente do desemprego (décadas de 90 e início do século XXI), significam hoje um excesso de população activa no concelho face à oferta de postos de trabalho. Vila do Conde mantém, por conseguinte, movimentos pendulares significativos, quer em termos de trabalhadores (35% da população activa em 2001 saía para trabalhar fora do concelho e 27,3% dos postos de trabalho oferecidos localmente eram ocupados por pessoas provenientes de outros concelhos), quer de estudantes (apesar da oferta de ensino superior instalada no concelho em 1990 - Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão - ESEIG, com uma maioria de alunos provenientes de fora do concelho e umas instalações relativamente afastadas do centro da cidade, localizadas na fronteira do concelho com o da Póvoa do Varzim).

As principais dinâmicas económicas do concelho continuam a estar associadas ao sector industrial (indústria transformadora, com destaque para a Siemens / Infineon Technologies - Fabrico de Semicondutores Portugal, SA) e terciário (com grande relevância no sector do comércio e distribuição, com o complexo comercial Parque Nassica, no Mindelo, Vila Chã e Modivas, que no seu global prevê sustentar cerca de 5.000 postos de trabalho), no qual emergem alguns novos projectos nos ramos da saúde / geriatria - Hospital Privado Sr. do Bonfim (na cidade) e do conhecimento - Campus Agrário de Vairão (actualmente inclui o uma escola agrícola de formação profissional e ainda o Laboratório Nacional de Investigação Veterinária (LINV), Universidade do Porto, o Núcleo e o Museu Agrícola da Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Norte). Neste pólo do conhecimento associado à Universidade do Porto está previsto promover o desenvolvimento de um cluster de biotecnologia, veterinária e ciências agrárias e criar um novo hospital veterinária, numa parceria entre o Governo, a Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, o Laboratório Nacional de Recursos Biológicos e a Câmara Municipal de Vila do Conde.

5.1.2. Montemor-o-Novo

O concelho de Montemor-o-Novo, com uma localização na faixa de transição entre o litoral e a corda territorial transfronteiriça (praticamente a meio caminho entre a faixa litoral na Área Metropolitana de Lisboa e a fronteira, Badajoz), insere-se no Arco Metropolitano de Lisboa (CMMN: 2007) e apresenta hoje uma localização estratégica relativamente a alguns grandes investimentos infra-estruturais nacionais previstos (futura ligação TGV Lisboa - Madrid, fronteira do Caia, com proximidade à estação do Caia e à estação de Évora, melhoria da ligação ferroviária Évora - Casa Branca - Sines, e a plataforma logística prevista para Poceirão com possível ligação ferroviária através de Casa Branca). A sua acessibilidade a

Lisboa (e a outros concelhos da Área Metropolitana de Lisboa) e a Madrid é muito boa (A6, respectivamente cerca de um e cinco horas), bem como o é igualmente, a acessibilidade à cidade de Évora (centro urbano de primeira importância a nível regional) e a outros centros urbanos no eixo norte-sul (A13, Santarém, Caldas da Rainha, Abrantes, Torres Novas, Abrantes). Neste quadro actual e prospectivo de rede de acessibilidades, o concelho de Montemor-o-Novo virá a reforçar “a sua atractividade para a instalação de equipamentos e empresas inovadoras que se queiram deslocar de Norte para Sul e do Arco Metropolitano de Lisboa.” (CMMN, 2007: 55).

Elevada a cidade em 1988, Montemor-o-Novo tem conseguido, sobretudo nas últimas décadas dotar-se de uma rede de equipamentos qualificados e de novas áreas residenciais, que contribuíram em parte para reter alguma da “sangria” populacional que o território rural alentejano tem sofrido. Na década de 90, Montemor-o-Novo é uma das cinco cidades alentejanas que conseguem um crescimento populacional apesar do decréscimo demográfico do respectivo concelho. O concelho localiza-se na região mais envelhecida do país e uma das mais envelhecidas da Europa e demonstra, tal como a região envolvente, alguma atractividade da população imigrante. Montemor-o-Novo perde na segunda metade do século passado cerca de um terço da população que tinha em 1950 (38.793 habitantes). Apesar de um acréscimo de população relativo na década de 70 (associado a um abrandamento do fenómeno migratório, fundamentalmente para a Europa, África e Brasil), as alterações do modelo de exploração agrária do Alentejo e as orientações de Política Agrícola Europeia (CMMN: 2007) contribuem para o agravamento da situação demográfica nas décadas de 80 e 90, com decréscimo populacional e um efeito de concentração populacional na sede de concelho (a cidade cresce na década de 90 cerca de 24,2%).

A cidade de Montemor-o-Novo tem mantido pois alguma dinâmica demográfica em parte associada à sua localização (prolongamento do Arco Metropolitano de Lisboa, proximidade a outros centros urbanos regionais, Vendas Novas, Arraiolos, Mora e Viana do Alentejo e especialmente a Évora), em parte relacionada com alguma dinâmica económica, social e cultural. Em termos económicos, o município dispõe de um tecido económico sustentado nos recursos endógenos (montado, produtos alimentares certificados e de qualidade, hortícolas, produtos florestais, etc.) e nas estruturas associativas empresariais e de produtores locais (APOMOR - Associação de Produtores de Montemor-o-Novo, “Montado Alentejano”, “Montemormel”, Cooperativa de Comercialização Caminhos do Futuro, MARCA - Associação de Desenvolvimento Local e COPRAPEC - Cooperativa Agrícola Compra e Venda de Montemor-o-Novo, CRL) e dinamizado por uma política municipal de dotação da cidade com infra-estruturas, equipamentos e eventos de apoio à actividade económica (Parque de Exposições e Feiras, Parque de Leilões de Gado, Zona Industrial da ADUA, que em 2007 contava com 32 empresas e 40% dos postos de trabalho associados ao ramo de produtos alimentares). No domínio social e cultural, o município tem apostado na melhoria das

estruturas / infra-estruturas e serviços locais de carácter social, cultural, de saúde e de desporto (equipamentos de apoio a idosos e à infância e juventude, Oficina da Criança, Oficina do Canto, Escola de Ballet, Centro Juvenil e Área Juvenil da Biblioteca Almeida Faria, Parque Desportivo da Cidade - 1ª fase, Piscinas cobertas e Complexo de piscinas municipais, Centro Interpretativo da Gruta do Escoural, Cine-Teatro Curvo Semedo, praça de Touros, Biblioteca Municipal “Almeida Faria”, Galeria Municipal, Arquivo Histórico Municipal, Castelo e centro interpretativo, Moinho do Ananil).

O concelho e a cidade têm, paralelamente, qualificado a sua oferta de estruturas para alojamento turístico (actualmente oferece cerca de 230 quartos, cerca de 25% no Hotel da Amieira e uma boa parte em modalidades classificadas como TER) e procurado qualificar a estrutura comercial existente (com três núcleos terciários principais e a implementação de um projecto de Urbanismo Comercial), de matriz fortemente tradicional e humanamente envelhecida. A reabilitação e revitalização da Zona Antiga (Centro Histórico), incluindo o Castelo, sua envolvente (Igreja de S. Miguel e Convento da Saudação) e os arrabaldes (malha medieval), a qualificação da Av. Gago Coutinho (EN4, que constitui um eixo de atravessamento rodoviário da cidade com forte impacto em termos de tráfego) e a dinamização da oferta de habitação de qualidade em novas áreas de expansão têm sido prioridades da política municipal nos últimos anos e sê-lo-ão nos próximos anos.

As condições de diferenciação do concelho no contexto da região do Alentejo Central (e da própria região do Alentejo) podem associar-se essencialmente à posição geo-estratégica que Montemor-o-Novo possui, na intermediação entre Lisboa /Área Metropolitana de Lisboa e Madrid, reforçada pela excelente acessibilidade rodoviária e no futuro, ferroviária, e pela proximidade da cidade de Évora (cidade universitária, principal centro urbano de serviços a nível regional, destino de turismo cultural reconhecido e com centro histórico classificado como património da humanidade). Mas essas condições de diferenciação encontram-se igualmente relacionadas com a distintividade cultural do património do concelho e, principalmente, de certas dinâmicas e estruturas. As grutas do Escoural e todo o conjunto de património arqueológico, neolítico e paleolítico, do concelho e as marcas da ocupação muçulmana (ainda pouco valorizadas na sua interpretação) conferem-lhe uma particularidade histórica. A actividade de estruturas municipais de apoio à sensibilização artística e a projecção nacional e internacional de algumas estruturas privadas associadas à criação artística (“O Espaço do Tempo” instalado no Convento da Saudação e o projecto do Centro Nacional de Artes Transdisciplinares, uma cooperação entre o Ministério da Cultura, Direcção Regional da Cultura do Alentejo, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e “O Espaço do Tempo”, as “Oficinas do Convento” instaladas no Convento de S. Francisco, o centro de produção de cinema de animação “Sardinha em Lata”, a Associação Projecto Ruínas, o Teatro Theatron, o “Ensemble” Montemor) garantem-lhe sinais culturais e artísticos de elevada contemporaneidade.

5.2. Sistema e dinâmicas culturais nos concelhos de Vila do Conde e Montemor-o-Novo

5.2.1. O sector cultural nos dois concelhos

Os dois concelhos estudados mantêm actualmente um sector cultural de relevância, embora relativamente reduzido em termos de escala (quantidade de estruturas profissionais, de pessoas profissionalmente ligadas à actividade artística e cultural e de públicos¹⁶). O sector cultural nos dois concelhos abrange um conjunto alargado de recursos, de actividades e de bens e serviços, combinando actividades consolidadas e actividades emergentes, promovidas por diversos actores de natureza pública e privada, principalmente de natureza não lucrativa (soluções institucionais de base associativa ou fundacional). A qualificação e alargamento da rede de equipamentos e de infra-estruturas vocacionados para a cultura, responsabilidade na maioria dos casos das autarquias locais, têm permitido a consolidação de diversos projectos inovadores, principalmente em áreas de expressão artística.

A caracterização do sector cultural dos dois concelhos permite reconhecer um *sistema de recursos* (Landry, 2003, 2005) que ultrapassa claramente a esfera das actividades, expressões e produtos de criação artística. O sector engloba quer os sectores artísticos, quer os produtos, práticas e manifestações, distintivos e singulares, associados e específicos das comunidades locais de Vila do Conde e de Montemor-o-Novo, bem como de grupos sociais nelas inseridos, dentro de um *continuum* entre cultura cultivada e cultura popular (Santos, 1994), que se manifesta dinâmico na medida em que assenta em múltiplas relações diversas e enriquecedoras da própria cultura e criatividade locais. São particularmente interessantes as relações de interacção e de cooperação entre os agentes de base exógena e endógena, no caso de Montemor-o-Novo (como o exemplo das relações entre o “Espaço do Tempo” e a Banda Filarmónica dos “Carlistas”, com um projecto a apresentar proximamente no Centro Cultural de Belém, em Lisboa) ou entre instituições locais com diferentes perfis, em Vila do Conde (como é o exemplo da cooperação entre a Cooperativa Curtas Metragens e a Academia de Música S. Pio X, para o desenvolvimento com os alunos de música mais jovens de actividades para pequenos filmes de animação a exhibir no Festival Internacional de Curtas Metragens de 2010), que aprofundaremos em capítulo posterior.

As figuras seguintes procuram ilustrar a riqueza dos *sistemas de recursos* culturais presentes nos dois concelhos, incluindo a sua denominação específica:

¹⁶ A consulta do Quadro de Bordo Estatístico (Anexo 3) apresentados em anexo confirma alguns indicadores que comprovam a reduzida escala do sector. Os dados estatísticos disponíveis (fonte INE) não incluem, no entanto, elementos mais discriminados em termos de número de profissionais ligados ao sector ou de volume de transacções comerciais.

Figura 3

Sistema de recursos culturais de Vila do Conde



Figura 4

Sistema de recursos culturais de Montemor-o-Novo



Considerando o conjunto de recursos culturais entendidos numa perspectiva sistémica, com as inúmeras inter-influências e relações que estabelecem entre si e com outros elementos e dimensões dos sistemas económico, social e ambiental locais, é enorme o potencial que a cultura demonstra enquanto factor de desenvolvimento. Esses diversos recursos criam condições de diferenciação local, na medida em que combinam, de forma particular, as suas dimensões histórica, antropológica, simbólica e estética. Por sua vez, reforçam a competitividade e criam riqueza local, na medida em que são geradores de competências, nas pessoas e nas organizações, de actividade económica, produzindo bens e serviços, acessíveis gratuitamente (nomeadamente sobre a forma de externalidades) e/ou transaccionáveis, e de coesão social, favorecendo identidades locais e grupais e dinâmicas de auto-estima, de bem-estar e de cidadania.

Numa perspectiva económica, podemos admitir uma delimitação do sector que, para além da separação entre as componentes artísticas, as dimensões identitárias do património e das práticas culturais e a produção em massa de produtos e serviços que comportam um sentido simbólico e ou estético (indústrias culturais), distinga as diversas fases da cadeia de valor em que se inserem as actividades relacionadas com os bens e serviços culturais. Conforme refere Andy C. Pratt, é-nos permitido nesta classificação “capturar o social e o económico, o formal e o informal, o comercial e o não comercial, bem como as actividades de produção e de consumo que constituem a produção cultural” (Pratt, 2007: 211).

Cruzando o entendimento da “cadeia criativa” (Pratt, 2007) com a proposta de delimitação assumida no estudo promovido pela Comissão Europeia em 2007 (KEA, 2007), o sector cultural nos dois concelhos estudados pode ser caracterizado, de forma genérica, e delimitado de acordo com os seguintes traços principais:

i) Predomínio do “campo nuclear das artes” (KEA, 2006), envolvendo as artes visuais, as artes performativas e o património cultural, e incluindo para cada um destes sectores (embora não abrangendo a totalidade dos subsectores que eles contemplam¹⁷) actividades nas diversas fases da cadeia de valor (Pratt, 2007), desde a criação, à educação/formação, arquivo/ preservação, produção, disseminação, exibição / recepção e consumo/ participação. Situamo-nos portanto perante um tecido densificado no campo das artes, que significa um conjunto heterogéneo de componentes com características diferenciadas em termos do seu comportamento, que são objecto de intervenção humana, organizacional e institucional, e que se posicionam quer dentro do sistema social, quer dentro do sistema de mercado (económico), tal como abordámos no capítulo 3.

ii) Presença de alguns sectores inseridos nas “indústrias culturais”, designadamente, cinema, televisão, rádio, livros e imprensa, embora na maioria desses subsectores apenas

¹⁷ Segundo o estudo citado (KEA, 2006), esse campo nuclear engloba os sub-sectores de artesanato, pintura, escultura, fotografia, teatro, dança, circo e festivais, museus, bibliotecas, sítios arqueológicos e arquivos.

estejam presentes actividades que se inserem a jusante na cadeia de valor, ligadas à disseminação, exibição / recepção e consumo/ participação. As principais excepções, neste caso, respeitam quer à formação, quer à presença de agentes privados, tais como, a *Sardinha em Lata* (Montemor-o-Novo) na área da produção de cinema de animação, a *Profissom - Edição e Produção de Som, Lda.* e o *Estúdio de gravação AUDIO rural / monte alentejano* (rádio e televisão) (Montemor-o-Novo) na área da gravação de som, as rádios locais - *Foz do Ave* e *Linear* (Vila do Conde) e *Nova Antena* (Montemor-o-Novo), a imprensa local - *Jornal Folha de Montemor* e o *e Montemorense* (Montemor-o-Novo) e *Terras do Ave* e *O VILACONDENSE* (Vila do Conde) e na área da edição, a *Diácria - Editora Cultura Marketing e Publicidade, Lda.* (Vila do Conde).

iii) Presença de outras actividades inscritas no segmento das “actividades e industrias criativas”¹⁸ (KEA, 2006), incluindo empresas de design, arquitectura e publicidade¹⁹, com um número relativamente superior no concelho de Vila do Conde e que são representativas de diversas fases da “cadeia criativa”.

Mais uma vez, aproximamo-nos das posturas assumidas no Relatório do KEA (2006) que propõe uma delimitação do sector cultural representada por um processo de difusão/irradiação a partir de um conjunto nuclear de segmentos e que possibilita reconhecer as diferentes actividades que integram a economia da cultura.

As figuras seguintes permitem ilustrar esta orientação no que respeita à delimitação do sector cultural e criativo (KEA; 2006) aplicada aos dois concelhos em estudo:

¹⁸ Círculo 2 da Delimitação do sector cultural e criativo segundo o estudo citado (KEA, 2006)

¹⁹ Trata-se de algumas empresas identificadas, através de *sítes* da Internet, localizadas em Vila do Conde e em Montemor-o-Novo, sobre as quais não foram identificadas quaisquer características.

Figura 5 - Delimitação do sector cultural e criativo em Vila do Conde



Figura 6 - Delimitação do sector cultural e criativo em Montemor-o-Novo



Em conclusão, o sector cultural em Vila do Conde é dominado pelo segmento de actividades inseridas no “campo nuclear das artes” (KEA, 2006) - artes visuais, artes performativas e património. Contudo, dentro dos vectores de maior dinâmica, reconhecimento e visibilidade, interna e externa, para além das artes performativas inclui-se o sector do cinema (liderado pela Cooperativa Curtas Metragens), o qual se integra no círculo das indústrias culturais. Dentro do segmento das indústrias culturais e para além do sector do cinema cuja actividade no concelho se posiciona em fases avançadas da cadeia de valor - disseminação, exibição /recepção e consumo/ participação, a que acresce contudo alguma actividade de educação/ formação, são muito débeis em Vila do Conde as estruturas de produção, reduzindo-se a estruturas de produção para o mercado local nas áreas da rádio e imprensa. No terceiro segmento, associado às indústrias e actividades criativas, a estrutura empresarial no concelho dá sinais de alguma dinâmica, complementada com alguma oferta de formação (design na ESEIG), embora possa manter-se sobretudo vocacionada para o mercado local.

No caso de Montemor-o-Novo, verifica-se a mesma concentração de actividades no núcleo central ligado às artes (sectores das artes visuais, artes performativas e património), com um destaque para certas estruturas de forte competência, dinâmica e visibilidade externa ligadas às artes performativas e às artes visuais. O segmento das indústrias culturais é, à semelhança de Vila do Conde, relativamente débil, com estruturas reduzidas à produção para um mercado local, mas emergem sinais de inovação, nomeadamente, no campo do cinema de animação (com a criação recente de uma empresa, “Sardinha em Lata”). O terceiro segmento, que inclui actividades e indústrias criativas, embora marque presença, a sua debilidade é muito mais acentuada do que em Vila do Conde, em princípio, devido à diminuta dimensão do mercado local.

Os sinais evidenciados de desenvolvimento e expansão do sector cultural nestes dois concelhos, a partir de actividades no conjunto nuclear das artes, se considerarmos a lógica de irradiação tal como KEA (2006) a enuncia, apelam à necessidade de afinamentos nas políticas públicas, incluindo do município. Essa evolução deve equacionar as oportunidades presentes, que analisaremos nos subcapítulos seguintes, designadamente, a emergência de processos de *clustering* e o reconhecimento das vantagens que assumem as práticas de *governance*, no sentido da formulação de novos instrumentos de política a disponibilizar e de novas práticas de gestão e cooperação a adoptar.

5.2.2. “Marcas” do desenvolvimento cultural nos dois concelhos

O estudo do sector cultural nos concelhos de Vila do Conde e Montemor-o-Novo permitiu-nos identificar uma série de aspectos, mais ou menos específicos de cada uma das duas realidades locais, que podemos classificar como “marcas” do seu desenvolvimento cultural. Estes

aspectos, dentro da sua diversidade, podem contribuir de múltiplas formas para reforçar o papel da cultura no quadro dos processos de desenvolvimento económico e social local, nomeadamente, porque ao assumir uma dimensão de recurso, são portadores da capacidade de geração de valor.

Vila do Conde cidade de cultura

Vila do Conde é hoje uma cidade que estrutura o seu enorme potencial cultural em três grandes eixos, que se interligam e se reforçam entre si, e que dizem respeito à sua abundante herança cultural, a uma rede de equipamentos culturais, modernos, qualificados e diversos e ao seu tecido organizativo cultural capaz de impulsionar diferentes expressões artísticas contemporâneas.

Relativamente ao primeiro eixo, do património cultural, Vila do Conde tem promovido, de forma sustentada, a preservação de diversas componentes desse património que, para além de constituírem elementos integrantes da sua identidade, se tornam motor da dinâmica cultural local. A Câmara Municipal é responsável por um processo constante de preservação e de reabilitação do seu centro histórico, de memória quinhentista²⁰, onde se têm instalado algumas das principais estruturas e equipamentos culturais da cidade²¹ e que continua a ser o centro cívico da cidade. A autarquia tem igualmente apostado na valorização e divulgação de outras vertentes do património cultural, que incluem o riquíssimo espólio arqueológico, traduzido pela série de sítios de cultura castrejo²², as memórias associadas a personalidades diversas da área das artes e das letras, de que se distinguem José Régio (conta com a existência de um Centro de Estudos) e Antero de Quental (que conta com espaços específicos destinados à sua memória), a preservação de práticas culturais populares e antigas, relacionadas com a comunidades piscatória das Caxinas (onde existe um Museu do Mar), com a festa e procissão do Corpo de Deus e os seus Tapetes de flores que cobrem as ruas do centro histórico²³, ou com outras manifestações, tradições e costumes populares.

A Câmara de Vila do Conde tem, paralelamente, apostado na reabilitação de alguns monumentos e edifícios, de valor arquitectónico, artístico e simbólico significativo, e sua adaptação a equipamentos culturais, permitindo desenvolver uma programação integrada de

²⁰ Esta ligação à época quinhentista é confirmada não apenas pela presença de legados diversos, de que se destaca o edifício da Alfândega Régia, do século XVIII, e respectivos espólios, mas da própria história da cidade e da sua ligação marítima, nessa época, aos principais portos do Norte da Europa.

²¹ Alguns dos projectos que merecem destaque são o projecto “Rosa dos Ventos”, que integrou várias componentes, incluindo a reabilitação da Alfândega Régia, a construção de uma Nau Quinhentista, com exposição permanente, e a instalação da Casa do Barco e que se encontra inserido no processo de reabilitação da frente marginal dos antigos estaleiros, o Auditório Municipal, a Galeria de Arte Cinemática, no solar de S. Roque e o Museu da Renda.

²² Destacam-se neste caso a Cividade de Bagunte, bem como alguns outros castros, por exemplo o de Sampaio, que integram o projecto intermunicipal da Rede de Castros do Noroeste.

²³ De quatro em quatro anos, a Festa do Corpo de Deus associa a realização, pelos moradores, de enormes tapetes de flores naturais, com cerca de 3 quilómetros, nas principais ruas do centro histórico.

actividades culturais, orientadas para as diversas áreas de expressão artística e para diversos segmentos de público - Auditório Municipal, Galeria Cinemática, Centro de Memória, Casa José Régio, Casa Antero de Quental, Teatro Municipal, entre outros. A nova utilização destes espaços permite oferecer à população e visitantes da cidade não apenas os produtos e serviços culturais e artísticos aí produzidos, como também a memória e significação histórico-cultural que estes activos culturais recolhem e que Throsby (2003) refere como fazendo parte do capital cultural intangível.

O terceiro eixo estruturante da vida cultural de Vila do Conde apoia-se num tecido organizativo, maioritariamente de base associativa, que promove uma parte relevante das actividades culturais e artísticas locais. A formação dessas estruturas associativas, que se têm vindo a consolidar ao longo dos anos, não é independente da dinâmica associada aos dois eixos anteriormente referidos, ou seja, de uma política de reabilitação urbana do centro histórico, sistemática e estruturada, e da criação de uma rede de equipamentos disponíveis para a promoção de actividades e para o incentivo de práticas culturais e artísticas junto da população. Dentro das áreas do cinema, das artes performativas - dança, teatro, novo circo, da música, da literatura, das artes visuais, estas diversas estruturas associativas oferecem serviços e produtos que incorporam valor cultural (Throsby, 2003), e que podemos classificar como bens ou serviços culturais, mas que assumem igualmente, segundo Throsby (2003), o estatuto de capital cultural (tangível ou intangível) quando utilizados como bens de capital que podem gerar valor cultural e valor económico.

Podemos pois interpretar estas várias componentes do potencial cultural vila-condense dentro do quadro conceptual de Throsby (2003), na medida em que elas representam a sua noção económica de capital cultural. Trata-se de “activos culturais”, de natureza tangível e intangível, que “incorporam, acumulam ou fornecem valor cultural” e que, em diversos casos, constituem factores de produção de outras actividades capazes de gerar não apenas valor cultural, como também valor económico. A conjugação destes três eixos tem permitido, em termos do desenvolvimento local, apostar na intensificação de actividades competitivas ao nível do turismo cultural, atraindo fluxos significativos de visitantes e turistas²⁴, os quais geram procura local ao nível de outros serviços e produtos (alojamento, restauração, produtos regionais, entre outros).

Para além dos efeitos mais directos sobre o turismo, os activos culturais referidos podem, igualmente, ser utilizados enquanto recursos, por outro tipo de actividades económicas de produção, nomeadamente, em sectores ligados às indústrias culturais ou a indústrias que recorrem à incorporação de elementos de natureza simbólica ou cultural (indústrias baseadas na criatividade, segundo alguns autores). Throsby fala de *stock* de capital cultural, o qual “dá origem ao longo do tempo a fluxos de serviços que podem ser consumidos ou utilizados para

²⁴ Especialmente durante alguns dos principais festivais culturais que os principais agentes culturais locais promovem, como o Festival Internacional das Curtas Metragens, o Festival Circular ou o Festival Corda Bamba.

produzir outros bens e serviços” (Throsby, 2003: 46). Embora não seja ainda evidente na estrutura produtiva do concelho de Vila do Conde o efeito gerador de novas actividades criativas que recorrem a este stock de capital cultural e, que desta forma, se posicionam de modo mais competitivo no contexto da economia do conhecimento, é certo que os seus recursos culturais se traduzem em vantagens comparativas relativamente a outros territórios, no sentido de o concelho vir a atrair tais actividades.

Interessante é também referirmos a distinção que o mesmo autor introduz, no que respeita aos bens culturais, entre bem privado e bem público, e a conclusão que retira de que muitos dos bens e serviços culturais assumem um carácter misto, conjugando características de bem privado e de bem público. A importância desta distinção, associada à ideia de valor económico dos bens e serviços culturais, está relacionada com a noção de que estes bens e serviços são geradores de externalidades positivas e, por conseguinte, podem fazer aumentar a produtividade económica noutras esferas produtivas e melhorar a qualidade de vida das populações. Esta questão reforça o anterior argumento sobre a vantagem comparativa que os activos culturais de Vila do Conde podem vir a oferecer no que respeita ao desenvolvimento de actividades produtivas que retiram benefícios diversos²⁵ da relação de proximidade ou interacção com esses activos existentes.

Podemos também analisar o potencial cultural que Vila do Conde detém à luz do conceito de capital cultural de Bourdieu relacionando então os seus efeitos não tanto, directamente, sobre a estrutura urbana e económica local, mas sim sobre os actores humanos e sociais. Neste caso, o capital cultural não é entendido de forma colectiva, mas em termos do seu significado enquanto investimento individual, ao nível das condições de valorização humana e de desenvolvimento de competências, e das consequências desse investimento individual nas estruturas sociais, organizativas e económicas locais (ao nível da produtividade do investimento educativo, como refere o autor). Ora as redes de relações e de sociabilidades, elemento central do conceito de capital cultural bourdiano, permitem-nos considerar inclusive que o conceito de capital cultural está relacionado com o conceito de capital humano.

São diversas as componentes da realidade vila-condense referidas que se inscrevem dentro do conceito bourdiano de “capital cultural objectivado” - os diversos patrimónios associados ao conjunto histórico e monumental do seu centro histórico, os equipamentos culturais e os produtos e serviços difundidos pelas organizações culturais locais, designadamente, dentro da literatura, do cinema ou das artes visuais, que se encontram materializados em diferentes suportes, possuindo valor económico e valor simbólico, mas que dependem da actividade de terceiros para poderem ser apropriadas. Por sua vez, dentro da componente de produção cultural e artística contemporânea (nas vertentes das artes do espectáculo, da

²⁵ Estes benefícios podem manifestar-se por diversas formas, através da oportunidade experienciais e criativas dadas aos seus recursos humanos, da incorporação de significados simbólicos, entre outras.

música), é possível identificar o conceito de “capital cultural incorporado” (*habitus*, a tal bússola interna) de Bourdieu, representado pelos elementos diversos, de natureza cultural e simbólica, que os artistas e agentes de produção cultural assimilaram (em diversos contextos, educativos, familiares e outros) e lhes permitem comunicar simbólica, artística e culturalmente com terceiros.

Estas interpretações à luz do conceito de capital cultural de Bourdieu transportam esta análise para uma outra dimensão no estudo do potencial cultural que Vila do Conde dispõe, que se relaciona com as condições de acessibilidade dos indivíduos aos recursos culturais disponíveis e o seu efeito em termos de valorização do capital humano. Nesta matéria convém referirmos a aposta central, quer da autarquia, quer dos agentes culturais que participam na vida cultural local, na prestação de serviços de “intermediação” orientados para os públicos das faixas etárias mais baixas, traduzidos na oferta de serviços ou projectos educativos e de manifestações vocacionadas para a formação e sensibilização de crianças e jovens. Incluem-se neste âmbito inúmeros programas, designadamente: da Academia de Música S. Pio XI com os projectos do “Bichinho da música” concertos para alunos das escolas do 1º ciclo do Ensino Básico, “o concerto dos pequenos músicos” ou a música nos infantários, experiência singular que visa explicar, sensibilizar e dar oportunidade às crianças para experimentar a música; da Associação Circular com o projecto das “Derivas Artísticas”, que visa o enriquecimento de experiências artísticas e o conhecimento das artes nas escolas; da Cooperativa Curtas Metragens com os projectos da galeria “Solar” no âmbito da relação entre as artes plásticas e o cinema, do “Animar” e das “Curtinhas”, ambos de sensibilização e formação de públicos no âmbito do cinema; ou ainda outros projectos educativos das Associações Corda Bamba e do Teatro das Formas Animadas.

O objectivo formulado pelos vários agentes culturais em matéria de sensibilização e educação para as áreas artísticas, sobretudo das camadas mais jovens de público, pode ser interpretado à luz dos conceitos de Bourdieu, na medida em que se reconhece que a apropriação simbólica do capital cultural (“capital cultural objectivado”) depende, para além da capacidade económica dos indivíduos (onde se podem analisar questões de política social e de equidade), do seu “capital cultural incorporado”. Os agentes culturais assumem esse papel de intermediação e a sua actividade representa, de certa forma, uma extensão do sistema educativo, utilizando para o efeito os recursos artísticos e culturais locais. A actuação destes agentes permite uma extensão dos contextos formais de transmissão de capital cultural referidos pelo autor, o espaço familiar e o sistema educativo. Bourdieu centra esse processo de transmissão cultural nestes dois contextos, fazendo depender o nível da incorporação e assimilação pelo indivíduo de capital cultural da posição desse mesmo indivíduo (posição essa relacionada com o “capital cultural incorporado” nos elementos da família responsáveis pela sua transmissão e com a capacidade económica e social de acesso ao sistema educativo). O prolongamento para as estruturas e agentes culturais locais dos contextos formais de incorporação de capital cultural é, no caso de

Vila do Conde, de particular importância, justificando que a autarquia, no âmbito da sua política para a educação, assumia a promoção de diversas formas de cooperação entre os dois sistemas, o educativo e o cultural.

Para além do efeito que gera na população residente, ao nível da transmissão de capital cultural, o potencial cultural de Vila do Conde manifesta-se simultaneamente na atracção local de outras pessoas, visitantes, turistas ou novos residentes, que (de acordo com as teses de Bourdieu) detêm níveis de “capital cultural incorporado” elevado e que, consequentemente, dispõem de condições que lhes permitem, cultural e economicamente, apropriar-se dos valores e sentidos simbólicos e culturais que se encontram materializados nos diversos suportes oferecidos pela cidade. Ou seja, a cidade está em condições de atrair pessoas mais qualificadas, pessoas com formação escolar que, de acordo com o conceito de “capital cultural institucionalizado” de Bourdieu, lhes garante um reconhecimento social e um valor mais elevado em termos da remuneração do seu trabalho. A cidade tem gerado condições para atrair e fixar pessoas mais qualificadas, muitas das quais mantêm o seu emprego fora da cidade (noutros municípios da área metropolitana do Porto).

Importa deste modo reflectirmos em que medida é que o capital cultural, quer dentro de uma perspectiva colectiva (associada ao conceito de Throsby) capaz de gerar externalidades, quer numa perspectiva de formação e qualificação do indivíduo (numa lógica bourdiana), tem capacidade para produzir condições e dinâmicas diversas que contribuem para o desenvolvimento local, seja através da qualificação do capital humano, seja do desenvolvimento de novos sectores de actividade baseados na criatividade e que incorporam recursos ou factores de produção de natureza simbólica e cultural, com capacidade para gerar vantagens competitivas no mercado global, seja no desenvolvimento de actividades directamente relacionadas com esses conteúdos simbólicos, de natureza artística e cultural, e que são igualmente geradoras de emprego e de riqueza.

Nesta matéria poderemos aproximar-nos das questões levantadas por Florida quando enuncia dentro do conjunto de condições básicas para o desenvolvimento da economia criativa, a imprescindibilidade da existência (ou promoção) de “um meio social, cultural e geográfico que conduz à criatividade de todos os tipos” (Florida: 2002, 48). O potencial de crescimento de um tecido empresarial progressivamente inovador, tecnologicamente avançado e baseado na criatividade, em Vila do Conde, parece, segundo as teses deste autor, confirmar-se desde que se ofereça um contexto enriquecido em capital cultural, associando-o a outras condições, ao nível dos sistemas de I&D, de inovação e de formação, e ao nível da modernização e qualificação do seu tecido empresarial.

A dimensão educativa do projecto cultural em Montemor-o-Novo

Em Montemor-o-Novo o projecto cultural local centra-se nas pessoas. Os agentes culturais (públicos e privados) partilham um objectivo de desenvolvimento cultural da população, procurando estimular o pensamento crítico e facultar referências diversas que permitam às pessoas aumentar a sua capacidade de escolha e o referencial de interpretação da cultura e das expressões artísticas. Procuram garantir, paralelamente, a diversificação das oportunidades quer em termos de experiências culturais e artísticas, quer do relacionamento com os criadores e os agentes culturais. Por outro lado, a Câmara Municipal assume como objectivo fundamental o estímulo e fomento do trabalho dos criadores e artistas, através de um apoio regular e sistemático à sua actividade local.

Neste sentido, são diversos os projectos culturais no concelho de Montemor-o-Novo que assumem objectivos educativos e de formação das pessoas. No que respeita à iniciativa da autarquia, destacam-se: a “Oficina da criança”, criada há 30 anos com o objectivo de oferecer às crianças a oportunidade de desenvolverem de forma apoiada projectos de expressão artística²⁶ nas horas de tempo-livre, estrutura esta que hoje promove também um programa similar com as escolas do concelho, o qual é preparado em colaboração com os professores²⁷; a “Oficina do canto” e a escola de bailado, esta última igualmente criada há cerca de 30 anos.

Do lado dos agentes culturais, predominantemente associativos, são inúmeros os projectos que tem por vocação contribuir para a sensibilização e a relação das pessoas com as artes. O “O Espaço do Tempo” oferece, nas escolas e junto da comunidade, programa diversificado de aulas, incluindo dança e expressão dramática, actividades de sensibilização da população infantil e juvenil para as artes do espectáculo, bem como actividades de formação²⁸ relacionadas com o desenvolvimento das crianças nos domínios da comunicação e do movimento. A Associação “Oficinas do Convento” possui um departamento educativo que lançou o projecto “A Escola e o rio”²⁹ e um programa anual de espaços curriculares destinados às escolas locais, para além da promoção de oficinas experimentais estruturadas com base nas tecnologias e no desenvolvimento plástico das ideias, orientadas para jovens que pretendam desenvolver

²⁶ Inicialmente o projecto da Oficina da Criança, instalado na cave do Teatro Municipal Curva Semedo, tinha como principal objectivo o trabalho com crianças nas áreas criativas, durante as suas horas livres, e incidia nas áreas da pintura, carpintaria e olaria. A inovação deste projecto, que pode considerar-se na génese dos, tão reconhecidos actualmente, serviços educativos, estava associada também ao facto de ser um espaço de livre acesso, que contava com a decisão individual das crianças e dos jovens para por aí passarem algumas das horas do dia. Hoje o projecto abrange muitas outras áreas de expressão artística, para além de associar um espaço de Ludoteca, que alarga a estrutura de oferta dentro de outros campos de práticas dos mais jovens.

²⁷ Este projecto abrange, por ano, cerca de 1000 crianças do pré-primário e 1º ciclo do Ensino Básico.

²⁸ Dentro das actividades de formação, este curso “O corpo que pensa” e se desenvolve dentro de uma área híbrida que liga o corpo, o movimento e a psicologia, é orientado para professores, educadores, psicólogos e bailarinos, que ficam alojados no Convento um fim de semana por mês, dos quais um certo número continua a manter relações mais ou menos fidelizadas com o centro.

²⁹ Este projecto é orientado para as escolas C+S e promove a realização de aulas de Biologia, Química, Geologia e Artes Plásticas nas margens do rio Ananil, junto à cidade.

formação com artistas reconhecidos³⁰. A Associação Ensemble (criada em 2006) promove formação musical livre orientada para crianças e jovens³¹ bem como dois projectos singulares que visam levar a música às escolas³² e aos jardins-de-infância. Por último, as diversas escolas de música, a funcionar em regime livre, promovidas pelas diversas bandas filarmónicas existentes no concelho, nomeadamente, pela Associação Carlitas, que possui também uma Banda Filarmónica.

Esta dinâmica local de formação e sensibilização da população para as áreas artísticas e para a transmissão de capital cultural, que se iniciou, nos finais dos anos 70, com os projectos municipais e que foi sendo, ao longo destes anos, reforçada pela colaboração de outras instituições artísticas locais, garante actualmente condições excepcionais no concelho ao nível da disponibilidade, interesse e motivação das pessoas para participar e frequentar os espaços e manifestações culturais. No entanto, o concelho continua a apresentar níveis de escolarização da população e de qualificação da população activa e empregada relativamente mais baixos do que os outros concelhos próximos e do que os níveis médios na região (Região do Alentejo Central - NUTS III e Região do Alentejo - NUTS II). Esta questão pode de certo modo descentrar a questão do desenvolvimento de capital cultural do sistema educativo, tal como Bourdieu a borda.

Embora a população local em Montemor-o-Novo demonstre, através das suas práticas culturais, um nível relativamente elevado de “capital cultural incorporado”, que as estimula na relação que mantêm com a oferta cultural e artística local, o seu nível de “capital cultural institucionalizado”, no sentido que Bourdieu enuncia, parece ser correspondente. Poderemos pois questionar em que medida é que, para além da escola e da família, hoje as condições locais de relacionamento e de participação das pessoas nas esferas artísticas e culturais garantem um desenvolvimento do capital cultural e, conseqüentemente, a qualificação do capital humano necessários e adequados aos desafios que a sociedade do conhecimento e a economia baseada na criatividade colocam. Segundo Rui Horta “A cultura tem de invadir a escola é a pedra basilar de uma nova educação onde aprender é uma aventura, e aprender faz sentido na vida dos nossos jovens. Não existe aprendizagem sem prazer, sem ancoragem emocional dos conteúdos. A arte tem um 2º olhar sobre a realidade, estimula a percepção, legitima a dúvida enquanto método (como faz a ciência)” (Horta, 2009).

³⁰ As oficinas experimentais promovidas pela associação “Oficinas do Convento” contam com equipas de projecto, com residências e beneficiam da cooperação com a Faculdade de Belas Artes de Lisboa e o Departamento de Artes da Universidade de Évora.

³¹ A escola de música criada em 2002, inicialmente a funcionar no Convento S. Domingos e só desde 2007 com instalações próprias, dinamiza a formação de alguns agrupamentos musicais locais, constituídos por jovens que frequentam os cursos, de que se destacam: a Orquestra de guitarras, constituída por 40 jovens, entre os 16 e 17 anos, mas que todos iniciaram a sua actividade musical com o Ensemble, o “Ensemble Jazz”, criado em 2008 que envolve um grupo de mais velhos e o emergente “Tradicional Ensemble”.

³² Estas actividades com as escolas são realizados não apenas no concelho de Montemor-o-Novo, mas em diversos concelhos de um território mais alargado que se estende até alguns municípios da área metropolitana de Lisboa e da região do Oeste, envolvendo os professores de Montemor-o-Novo e de outros locais.

A situação em Montemor-o-Novo parece favorecer a estabilidade das instituições artísticas existentes e, de certo modo, a atracção de novos projectos culturais³³ permitindo, deste modo, perspectivar um futuro para o concelho de Montemor-o-Novo que passe por uma estratégia de valorização do seu potencial cultural.

Relações profícuas entre o capital cultural endógeno e exógeno

Os dois espaços territoriais estudados demonstram uma significativa dinâmica de evolução institucional no sector cultural e artístico, traduzida não apenas na dimensão de um tecido associativo considerável, mas sobretudo, na atracção de novos agentes que se instalam localmente, para quem se torna um desafio o relacionamento com as estruturas culturais já existentes. Trata-se de uma dimensão do nosso estudo que procura reflectir sobre o modo como o capital social se manifesta na relação com o capital cultural e com as dinâmicas de desenvolvimento ao nível local.

Vila do Conde possui um tecido cultural e artístico que integra um conjunto de novos agentes que se têm constituído e instalado no concelho, alguns dos quais representam a consubstanciação de projectos liderados por novas gerações. Na origem desses projectos está a existência, no concelho, de um tecido associativo relativamente dinâmico, que integra algumas associações onde se cruzam de forma muito fecunda diferentes gerações - dois casos significativos dizem respeito ao Cineclube de Vila do Conde e ao Círculo Católico de Operários.

Assim aconteceu há cerca de 18 anos com a criação do projecto do Festival Internacional de Curtas Metragens. Este projecto foi promovido por um pequeno grupo de jovens que mantinha uma participação e ligação regular e profunda ao Cineclube de Vila do Conde e que, confrontado com a necessidade de fazer diferente e reunindo um conjunto de outros factores, conseguiu concretizar um programa cultural com sucesso local e no exterior. Esse grupo constituiu a génese de uma estrutura associativa - Cooperativa Curtas Metragens, hoje reconhecida regional, nacional e internacionalmente, que continua a assegurar para além do Festival, a gestão de uma Agência de Cinema³⁴ (criada há cerca de 10 anos), orientada para a promoção, dentro e fora do país, dos jovens criadores de curtas metragens portuguesas, bem como a promoção de outras actividades relacionadas com a sensibilização e a fruição das pessoas no domínio do cinema,

³³ Refira-se o projecto recente da empresa de cinema de animação “Sardinha em Lata”, criada por jovens que se instalaram em Montemor-o-Novo e que, nalguns casos, frequentaram os cursos ou workshops promovidos pela associação “Oficinas do Convento”.

³⁴ Representando o segundo passo da actividade da associação Curtas-metragens, a constituição da agência foi proposta ao Ministério da Cultura e à Câmara Municipal de Vila do Conde dadas as inúmeras solicitações que recebiam para a organização de programas de cinema e de retrospectivas de curtas-metragens. Em Lisboa coloca-se na altura alguma polémica sobre o apoio a dar a uma iniciativa similar em Vila do Conde, mas o Ministério reconhece a pertinência e actualmente esta agência é uma das três existentes a nível nacional (as outras duas são a APORDOC, em Lisboa e a Casa da Animação, no Porto). A agência tem um perfil de actividade mais comercial, mas com uma vertente sempre de promoção cultural.

incluindo o projecto “Solar” - Galeria Cinemática³⁵ (a funcionar há cerca de 4 anos), e os projectos “Animar”³⁶ (na sua 5ª edição) e “Curtinhas”, mais relacionados com a formação de públicos escolares e infantis ou juvenis. Estes jovens e o seu projecto inovador foram apoiados desde o início pelos responsáveis quer do Cineclube, quer da Câmara Municipal local, facultando-lhes “espaço de manobra” e condições (logísticas e financeiras) e admitindo, regra geral, o risco em que diversas vezes incorreram (nomeadamente, ao provocarem reacções menos positivas por parte da população e das elites locais, que nem sempre demonstraram preferência pelos novos domínios de programação artística e cultural que os mesmos lançaram).

Processo similar passa-se mais tarde, há cerca de 5 anos, com o projecto de outro grupo de jovens (numa outra geração vila-condense) que, desta vez, no seio do Círculo Católico Operário (CCO), se lança na criação de um projecto no domínio das artes performativas. O projecto surge porque havia vontade por parte de um desses jovens de aplicar em Vila do Conde, sua terra natal, os conhecimentos e competências que tinha adquirido durante a sua formação superior e a passagem por outras estruturas culturais no Porto. Daí nasce o Festival Circular, ainda no seio do CCO, projecto que pretendeu ocupar um espaço vazio, dentro desta associação (com bastantes anos de existência) e da cidade de Vila do Conde, no âmbito das artes performativas.

A primeiras edições do Festival Circular (2005 e 2006) foram igualmente concretizadas porque, entre outras condições, as instituições - CCO, Ministério da Cultura e Câmara Municipal de Vila do Conde acreditaram e confiaram na capacidade destes jovens para inovar e na qualidade do seu projecto. A missão principal deste Festival³⁷ centra-se no apoio à criação artística no domínio das artes performativas, assumindo como foco principal das suas produções a relação com o corpo, procurando desenvolver uma plataforma de experimentação e vanguardismo neste campo de expressão artística contemporânea. A concretização do projecto do Festival é seguida da criação da Associação Circular que chama então a si o festival e que o alarga, posteriormente, a novas actividades com objectivos pedagógicos, no caso das “Derivas

³⁵ Este projecto, que visa estabelecer uma relação sistemática entre o cinema e as artes plásticas, decorre em parte da formação superior específica de alguns dos protagonistas da associação Curtas-metragens e da sua atracção pelo universo das artes plásticas. Por outro lado, o projecto da galeria surge para dar resposta à necessidade de criar na cidade algo que mantenha uma presença permanente, ligada à história do festival das curtas-metragens e que alimente uma relação permanente com as pessoas. O projecto assume um carácter inovador, no espaço nacional e a nível europeu, na medida em que explora as relações entre cinema contemporâneo e artes plásticas, relação que atrai inúmeros artistas, quer do cinema, quer das artes plásticas. Permite, por outro lado, à associação alargar bastante o espaço de parcerias e de cooperação com instituições de ensino superior do exterior.

³⁶ Trata-se de um projecto que nasce dentro do “Solar” e que pretende atingir uma maior comunhão com a cidade, já que uma grande parte do público do festival continua a ser de fora de Vila do Conde. Os objectivos incidem fundamentalmente na aproximação das “curtas” à cidade e na formação de públicos locais ou provenientes de um território de proximidade, oferecendo actividades nas escolas, não apenas de Vila do Conde, mas de concelhos vizinhos, como Braga, Porto ou Matosinhos. Associado a este objectivo de formação de novos públicos a cooperativa integrou no Festival o “Curtinhas”. Os dois projectos tiveram um efeito de sedimentação da actividade da associação na cidade.

³⁷ O Festival Circular, centrado nas artes performativas, é um projecto lançado em Janeiro de 2005, por quatro pessoas, que procura reunir um conjunto de projectos de jovens criadores, especialmente na área da dança e que se afirma como plataforma de experimentação e vanguardismo.

artísticas”³⁸, ou com o objectivo de conseguir um melhor relacionamento dos criadores participantes no festival com o contexto local. Tal objectivo é conseguido através da promoção de residências de artistas, que em geral trabalham espectáculos não convencionais, do convite a artistas para estreia e finalização de projectos espectáculos na cidade de Vila do Conde ou, em alternativa, do apoio a jovens criadores.

Entre os factores que contribuíram para o aparecimento dos projectos destas duas instituições, Cooperativa Curtas Metragens e Circular - Associação Cultural, para a sua constituição e para a sua sustentação contam-se alguns que se inscrevem dentro dos conceitos de capital humano, de capital cultural e de capital social, os quais abordámos no âmbito deste trabalho de dissertação. A sua convergência demonstra-se particularmente profícua para a valorização das dinâmicas culturais e para o desenvolvimento local em Vila do Conde.

Nos dois casos referidos estamos perante jovens, naturais de Vila do Conde, que durante a juventude passam alguns anos a estudar e ou trabalhar fora do concelho, mas que decidem, em conjugação com as associações locais de que são participantes, lançar-se em novos projectos de vanguarda e inovadores, com a “confrontação” a que tal os subordina. Encontramos nestes dois processos duas origens de capital cultural - uma endógena, associada às instituições de acolhimento dos projectos e à própria experiência que os jovens “empreendedores” nelas adquirem e outra exógena, assimilada por estes jovens em percursos, na maioria, de natureza educativa (a realização de cursos superiores artísticos) e de natureza profissional ou experiencial, relacionada com a sua passagem por outras instituições culturais de fora.

Para além da importância que a relação entre capital cultural e capital humano (*habitus* segundo a terminologia de Bourdieu) adquire nos processos descritos, encontramos sinais de que outras condições, associadas à confiança entre actores, ao funcionamento de redes de interacção social e cultural ou à pertença a determinados grupos, contribuíram também e de forma decisiva, para a consolidação dos projectos artísticos. Podemos encontrar nestes dois processos elementos associados aos conceitos de capital social, seja na perspectiva enunciada por Putnam, seja na de Bourdieu.

Na óptica de Bourdieu, que formula o conceito de capital social numa perspectiva individual, os promotores dos projectos da Curtas Metragens e da Circular beneficiaram de recursos específicos, decorrentes da sua inserção em redes locais que lhes facilitam a confiança e o capital cultural. No caso da Cooperativa Curtas Metragens, os promotores do projecto têm relações de proximidade com actores locais, de uma geração anterior, envolvidos na associação

³⁸ Trata-se de um projecto de teor essencialmente educativo que tem por objectivo central a formação artística na Escola. O projecto na sua 1ª edição envolveu 4 escolas C+S e Secundárias, onde foram leccionadas disciplinas extra-curriculares artísticas e de vídeo, que envolveram mais de 60 jovens. Após o sucesso desta primeira edição, a Circular decide apresentar um projecto de actividades pedagógicas regulares ao longo do ano, uma espécie de serviço educativo, cumprindo o objectivo central de aproximar o público da arte contemporânea, de enriquecer a experiência das pessoas e o seu conhecimento sobre arte. Os efeitos deste programa têm-se feito sentir na cidade na medida em que ele tem ajudado a desenvolver um público mais crítico e uma participação acrescida de pessoas de origem local.

de acolhimento do projecto, o Cineclube, e próximos ou participantes nas instâncias políticas locais, que facilitam a concretização do projecto (traduzindo-se em apoios da própria autarquia). Em ambos os casos, os autores dos projectos pertencem a grupos formais existentes no contexto local - num caso o Cineclube e noutro caso o CCO, que, segundo Boudieu (1979), se traduzem em vantagens de natureza diversa, material e económica (consubstanciado em apoios logísticos e parte do financiamento das primeiras edições dos festivais), mas também de “pertença identitária, uma espécie de capital simbólico” (Ponthieux, 2006).

Para Putnam (1993) a perspectiva do capital social coloca-se não em termos de investimento e recurso individual, mas no quadro das organizações sociais, das suas características tais como “as redes, as normas e a confiança social que facilitam a coordenação e cooperação gerando um benefício mútuo” (Putnam, in Lallement, 2006: 81). A dotação do capital social é, segundo esse autor, evolutiva no tempo, dependendo o maior ou menor vigor do capital social de diversos factores que se fazem reflectir em determinada comunidade e contexto social. Por outro lado, o autor afirma que o capital social disponível numa comunidade está associado a factores de natureza histórica.

No caso que estamos a tratar, podemos afirmar que a consubstanciação dos projectos culturais referidos beneficiam de efeitos externos gerados pela existência e robustez de capital social na cidade. Por um lado, relacionam-se com o movimento associativo local, questão que Alex de Tocqueville (in Ponthieux, 2006) já enunciava como condição da ligação entre os interesses individuais e os interesses comuns e como base do funcionamento da democracia, que se encontra sustentado por tradições históricas de maior participação na comunidade e de dinâmicas de agrupamento mais presentes ao longo das várias gerações. O associativismo em Vila do Conde tem uma larga história, e embora ligando-se fundamentalmente a actividades tradicionais, a experiência da Curtas Metragens no cinema transporta-o também para as áreas das artes performativas (dança com a associação Circular, teatro, com a Teatro de Formas Animadas e novo circo, com a Corda Bamba). A relação entre as pessoas e entre amigos, numa cidade que não oferecia, há alguns anos atrás, grande diversidade de actividades e ofertas culturais, estabelecia-se no café, deixando muito tempo livre às pessoas, nomeadamente, aos mais jovens, para fazerem e empreenderem em novos projectos. De certo modo, assiste-se a uma renovação intergeracional desse movimento associativo, na medida em que são os jovens que detiveram, anteriormente, práticas de participação associativa e de participação nas actividades promovidas por associações tradicionais, que “regressam” hoje à cidade para criar os seus próprios projectos, igualmente de base associativa.

Para além desta vertente relacionada directamente com a dinâmica associativa local, verifica-se, nos dois casos assinalados, o efeito das vantagens decorrentes do funcionamento de redes de relações e consequente confiança social que as mesmas são capazes de gerar. O

projecto da Curtas Metragens é bem aceite pela geração institucionalmente mais próxima das instâncias de poder, com quem os jovens promotores do festival convivem dentro da associação Cineclub. Quanto ao projecto da Circular, ele é bem recebido por essa geração actualmente representada nas instâncias de poder (devido à passagem de alguns dos seus protagonistas pela Academia de Música S. Pio XI³⁹), mas também pela geração intermédia, que promove o projectos da Cooperativa Curtas Metragens (o grupo de jovens promotores do Circular foi participante assíduo dos projectos das Curtas). Em ambos os casos estamos perante projectos de um certo vanguardismo, com risco social associado (na aprovação por diversos segmentos da população local, sobretudo pelas “elites” e líderes de opinião locais), cujo apoio e reconhecimento institucional e social assentam em grande parte na confiança depositada “nesses jovens”. Como veremos adiante, na abordagem às questões da *governance*, outro dos efeitos gerados a que Putnam se refere relaciona-se com o potencial de colaboração que os projectos demonstram entre si e que vai permitir contribuir para a sustentabilidade mútua. Nestes aspectos podemos reconhecer a proposição de Helen Gould de que “A participação em actividades artísticas e culturais pode favorecer o desenvolvimento de redes e de espaços de cooperação, bem como a confiança” (Gould, 2001: 72).

No caso de Montemor-o-Novo a combinação entre capital cultural endógeno e exógeno adquire contornos bem diferentes, no entanto, encontramos o mesmo tipo de componentes, ao nível do capital humano e do capital social, que contribuem, na sua inter-relação, para gerar dinâmicas culturais e organizativas sólidas e potencialmente geradoras de desenvolvimento local. Tanto a associação “Oficinas do Convento” como a “O Espaço do Tempo”⁴⁰ são projectos desenvolvidos em Montemor-o-Novo, nas últimas décadas (o primeiro surge nos anos 80 e o segundo posteriormente, nos anos 90), promovidos por pessoas de fora do concelho, mas que encontram um ambiente político, social e urbano receptível às suas iniciativas e que vão contribuir para a sua instalação na cidade.

A Câmara Municipal desde finais da década de 70 que desenvolveu projectos vocacionados para a dinamização cultural e a sensibilização da população para a cultura e expressão artística⁴¹ e apoiou o associativismo local, dentro de diversas áreas de acção,

³⁹ A Academia de Música

⁴⁰ Esta estrutura tem como protagonista o coreógrafo Rui Horta, que depois de uma estadia prolongada na Alemanha, quando regressa a Portugal procura criar um projecto nas artes performativas fora de Lisboa, encontrando nessa altura em Montemor-o-Novo condições políticas e um local excelente para instalar o seu projecto. O Convento da Saudação tinha sido utilizado nos anos 80 para a realização de um Encontro Mundial de Teatro antropológico, com a participação de vários países e que tinha contado com o envolvimento profundo da associação “Oficinas do Convento”. Este acontecimento justificou a realização de obras numa das alas do convento, que permitiram depois a instalação do projecto de Rui Horta e posteriormente algum esforço da autarquia e do governo na reabilitação de alguns espaços. Actualmente está em curso um projecto de parceria entre a CM de Montemor-o-Novo, o Ministério da Cultura e a associação “O Espaço do Tempo” para a reabilitação das restantes áreas do edificado e a instalação, neste Convento, de uma Centro Nacional de Artes Transdisciplinares.

⁴¹ No ponto anterior foi enumerado o projecto da Oficina de crianças, criado pela autarquia em finais de 70, que representou uma inovação ao nível da sensibilização das crianças para as artes. Enumerarmos ainda a existência na

nomeadamente, cultural⁴². Montemor-o-Novo demonstrou desde cedo (inícios dos anos 80) ser um concelho capaz de oferecer um capital cultural endógeno significativo, traduzido em diversas dimensões: a consciência das instâncias políticas locais para a importância de uma política cultural e do desenvolvimento cultural das populações; a presença de instituições, algumas delas centenárias, mais directamente relacionadas com a cultura popular⁴³; um património arqueológico, monumental e etnográfico de importância significativa. Esta ambiência cultural e social, mas também política, demonstrou-se muito favorável à fixação de novos agentes, portadores de capital cultural significativo, e que apostaram numa relação estreita com este espaço cultural, social e organizativo.

Os protagonistas da associação “Oficinas do Convento” instalam-se em Montemor-o-Novo no final dos anos 70 início dos anos 80, para colaborar com a Câmara Municipal nos seus projectos educativos, da Oficina da Criança e lançam-se progressivamente num projecto autónomo na áreas das artes plásticas e visuais. Para o sucesso deste projecto contam, para além da confiança e das boas relações com as autoridades locais (em especial a Câmara Municipal), a capacidade que estes novos actores vêm a demonstrar de trabalhar e de estabelecer redes com outras estruturas associativas e agentes culturais locais. A progressão do projecto da “Oficinas do Convento” ao longo dos anos constitui um factor de enriquecimento do capital social local, em especial, relacionado com o sector cultural.

Podemos encontrar contributos da actividade desta estrutura cultural para o robustecimento do capital social em Montemor-o-Novo em diferentes dimensões, assinaladas por alguns dos autores que analisamos na parte teórica desta dissertação. A vida da “Oficinas do Convento” é ao longo destas três últimas décadas trespassada por duas gerações de pessoas (com relações familiares) e o que se constata é que na 2ª geração a cooperação da associação com outras associações locais, de base endógena, aumenta de forma significativa. Enquanto que os primeiros protagonistas procuravam estabelecer contactos locais com os agentes culturais existentes, mas de uma forma relativamente esporádica (e com alguma dose de voluntarismo ideológico), com os seus filhos (a tal segunda geração), porque se apresentam mais integrados nas redes locais, em resultado de diversos factores, designadamente a frequência das escolas ou de outras estruturas ou agrupamentos (por exemplo a própria Oficina da criança), essa cooperação ao nível dos projectos culturais passa a estar facilitada e a tornar-se mais regular. Há uma aproximação das estruturas e dinâmicas culturais endógenas e exógenas que decorre de condições de fortalecimento do capital social e que, vem contribuir no meio local, para a qualificação e, muitas vezes, para a inovação dos projectos culturais.

cidade de um Teatro Municipal (com capacidade para 880 lugares) criado há 50 anos, a maior parte do tempo de gestão e propriedade pública, que mantém uma programação diversificada.

⁴² Hoje existem no concelho de Montemor-o-Novo cerca de 130 associações activas, 33 das quais com intervenção na área cultural e todas com forte dinâmica.

⁴³ Em que se incluem diversas bandas filarmónicas - a Banda dos Carlistas tem cerca de 150 anos, ranchos folclóricos, o Coral de S. Domingos e outras estruturas associativas, espalhadas pelas freguesias do concelho, que se dedicam a actividades culturais de matriz fundamentalmente popular.

Uma segunda dimensão do contributo desta estrutura de capital cultural exógeno para o capital social local aproxima-se mais da perspectiva que Helen Gould (2001) apresenta nos seus trabalhos e, particularmente, dos efeitos que os projectos artísticos e culturais manifestam em termos de enriquecimento pessoal e de *empowerment*. Nesta matéria, quer a associação “Oficinas do Convento” quer a “O Espaço do Tempo”, que transportam para o contexto concelhio um importante capital cultural exógeno, representam agentes de relevo no espaço social de Montemor-o-Novo através das diversas actividades de natureza pedagógica, educativa e experimental que realizam e que, em muito, têm contribuído para estimular o desenvolvimento pessoal e social na comunidade montemorense. Não estamos em condições de testemunhar os efeitos que estas actividades têm gerado ao nível do desenvolvimento individual de redes de relacionamento social e pessoal, de confiança entre os pares e a nível social, mas de certo que uma parte do capital social disponível individualmente (na perspectiva de Bourdieu) ou colectivamente pela comunidade de Montemor-o-Novo (numa perspectiva próxima de Putnam e outros autores recentes) ocorre como resultante da intervenção destes (como de outros) agentes culturais locais. Por exemplo, o projecto recente da empresa “Sardinha em Lata”, criado por um jovem que se instala em Montemor-o-Novo para se lançar na produção de cinema de animação, não está dissociado da passagem desse jovem pelas residências e projectos da “Oficinas do Convento” e pela relação de confiança e a rede de ligações que a partir daí estabeleceu localmente.

Verificamos paralelamente que os sinais encontrados na realidade presente de Montemor-o-Novo em matéria de *governance* e que adiante analisaremos com mais cuidado, estão relacionados com a manifestação diversa de capital social. Hoje, em Montemor-o-Novo comunga-se o reconhecimento, conforme refere Rui Horta (2008), da necessidade de trabalhar em rede. A necessidade e a vantagem das redes são reconhecidas por outros agentes, nomeadamente, a “Oficinas do Convento”, a “Ensemble”, a Câmara Municipal, entre outros. Consideramos que uma parte do sucesso cultural de Montemor-o-Novo também pode estar associado à presença de capital social, de uma forma semelhante à que Putnam (1993) se referia quando analisou o sucesso económico de Silicon Valley. Por certo que as externalidades geradas por este capital social se farão repercutir no modelo futuro de desenvolvimento local, mas trata-se de uma dimensão que justifica um maior aprofundamento empírico.

Conforme já citámos anteriormente, Sharon Jeannotte afirma que “O capital cultural pode determinar a qualidade do capital social” (Jeannotte, 2005: 126). Os dois casos estudados permitem encontrar traços que confirmam esta afirmação. Seria contudo uma possível linha de investigação empírica a aprofundar, até que ponto é que essa qualidade pode estar ou não associada à combinação entre capital cultural endógeno e exógeno.

A relação entre capital cultural endógeno e exógeno pode ser ainda abordada dentro de uma outra perspectiva, no campo da economia da cultura e do papel da cultura no

desenvolvimento económico, considerando as características específicas que os bens culturais detêm. Podemos evidenciar no caso das estruturas e das actividades culturais de base endógena, associados à ideia de capital cultural endógeno, uma representatividade maior do carácter idiossincrático que os bens culturais possuem, conforme salienta Santagata (2004), enquanto que para as outras actividades e estruturas portadoras de capital cultural exógeno se poderão evocar mais as ideias relativas ao facto de os bens e serviços culturais recorrerem regularmente a processos de inovação, combinando elementos estéticos, de design e de conteúdos, ou apelando à criatividade, novas competências, ideias novas e novo conhecimento, de acordo com o pensamento de Lorenzen e Frederiksen (2008). A evolução dos contextos culturais (e económicos) locais de Vila do Conde e de Montemor-o-Novo dependerá da capacidade de maior ou menor conexão entre estes dois âmbitos de acção cultural, da forma como se inter-influenciam, como se organizam e como geram efeitos sobre as restantes áreas de produção económica e de inovação. A emergência de alguns processos de *clustering*, que evidenciaremos no ponto seguinte, vem confirmar o potencial posicionamento da cultura como alavanca do desenvolvimento económico local nestes dois concelhos.

Emergência de processos locais de clustering no sector cultural

Uma outra dimensão do estudo que podemos retirar dos dois casos analisados relaciona-se com o conceito de *cluster*, traduzido, de forma comum, pela densidade e qualidade da organização e relacionamento entre diversas actividades inseridas dentro de um mesmo sector e territorialmente contíguas e pelos efeitos (externalidades positivas) que elas podem gerar em termos de performance - ao nível da produtividade, da inovação e da competitividade dos seus agentes e da comunidade económica e social local. A aplicação do conceito de *cluster* ao sector e às actividades culturais apela a uma perspectiva de base económica, que nos contextos das políticas municipais que estamos a analisar está relativamente menos presente. O tecido cultural e artístico, num como noutro concelho, tem predominantemente uma natureza associativa, cuja missão se afasta dos objectivos prioritários das entidades empresarias, que visam no essencial o lucro. Não obstante esta diferença, e admitindo que a dinâmica das organizações culturais predominantes nos contextos estudados e o seu efeito multiplicador no mercado cultural tenderão a gerar condições favoráveis ao aparecimento de novas iniciativas e empreendimentos culturais de base empresarial, a verdade é que existe uma lógica crescente (que é também uma exigência) de sustentabilidade das estruturas culturais de base não lucrativa (vulgarmente designado terceiro sector) que invoca objectivos de eficiência económica e de competitividade, eles próprios relacionados com o conceito de *cluster*.

As realidades culturais e organizativas de Vila do Conde e de Montemor-o-Novo evidenciam indícios embrionários de práticas ou esforços que se aproximam dos processos de *clustering* e que passamos a analisar.

Em Montemor-o-Novo constatamos uma disposição das estruturas artísticas e culturais, profissionais ou amadoras, para incrementar as colaborações em projectos específicos, com base no reconhecimento das complementaridades e das mais-valias que a diversidade de competências e de conhecimentos detidos por essas várias estruturas pode trazer, com vantagens em termos de inovação de serviços e produtos e do seu posicionamento nos mercados, local ou exterior. Esta tendência não resulta apenas das condições específicas dos projectos e agentes instalados na cidade, mas é paralelamente favorecida pela capacidade que o mercado local cultural tem demonstrado em termos da consolidação da procura interna, da atracção de públicos exteriores e respectiva fidelização, em suma, dos ganhos em termos de massa crítica na cultura e nas artes.

Encontramos sinais de um processo de “*clustering* de localização”, conforme Frederiksen e Lorenzen (Cinti, 2008) referem, e que estes autores estudaram, nomeadamente, em pequenas cidades. Estes processos de *clustering* de localização, que pressupõem segundo os autores, uma relação entre o tipo de *clustering* e o tipo de inovação de produtos culturais, associam-se a condições de especialização regional que podemos, de certo modo, identificar em Montemor-o-Novo. A cidade dá sinais de desenvolvimento de uma “ecologia cultural”, que se estrutura com base na emergência de um mercado de trabalho especializado nas artes e na cultura (com crescimento de profissionais fixados na cidade e que exercem uma actividade cultural ou artística) e no desenvolvimento de massa crítica para parcerias em projectos artísticos e culturais.

O mercado cultural de Montemor-o-Novo tem mostrado uma evolução positiva, relacionada quer com o capital cultural que a população local apresenta (“capital cultural incorporado” segundo Bourdieu), quer com a capacidade que os agentes culturais instalados na cidade têm demonstrado em termos de inovação dos serviços e de produtos oferecidos (nomeadamente, facilitada pelo cruzamento disciplinar). Esta evolução do mercado é igualmente favorecido pela acessibilidade que a cidade apresenta relativamente à Área Metropolitana de Lisboa⁴⁴, a qual tem contribuído para que os agentes culturais locais consigam fidelizar um segmento de público específico proveniente de Lisboa e das áreas envolventes⁴⁵. Para além do mercado local, os principais agentes culturais de Montemor-o-Novo trabalham com o mercado

⁴⁴ Actualmente, com a ligação por auto-estrada, o tempo médio de deslocação por rodovia varia entre 1 hora ou cerca de 1h30m consoante o meio de deslocação utilizado, carro próprio ou transportes públicos, que oferecem razoáveis serviços de ligação.

⁴⁵ Segundo informação recolhida, a Blackbox, localizada no centro da cidade, que a “O Espaço do Tempo” programa, tem já um público de Lisboa relativamente fidelizado.

exterior, através da produção de serviços realizados localmente mas orientados para o mercado nacional ou internacional, ou através da produção de serviços realizados fora da cidade/concelho, em especial no caso das associações “O Espaço do Tempo”, “Oficinas do Convento”, “Ensemble”, a Banda Filarmónica dos Carlistas ou a empresa “Sardinha em Lata”.

A consolidação no concelho de projectos como as “Oficinas do Convento”, o “O Espaço do Tempo”, o teatro “Ruínas”, o “Theatron” e a “Sardinha em Lata” tem contribuído para o crescimento do sector cultural, recrutando profissionais que se fixam na cidade - que colaboram como empregados ou colaboradores regulares destes projectos, e tem atraído pessoas ligadas a actividades de design, de fotografia, de informática, de comunicação, a quem esses agentes adquirem serviços. Alguns destes agentes têm assumido estratégias de gestão que passam por dar preferência na contratação ou aquisição de serviços aos profissionais e empresas locais⁴⁶ inseridos no sector cultural e artístico e têm criado condições que favorecem a atracção de novos profissionais em áreas culturais e artísticas ou com elas relacionadas. Segundo Rui Horta⁴⁷, é evidente a necessidade de trabalhar em rede, de estabelecer “(...) pontes, parcerias e privilegiar as relações ‘win-win’. (...) Necessitamos de redes de co-produção para criar conteúdos, apoiando criadores e repartindo os custos das obras. Seguidas de redes regionais, nacionais e internacionais de circulação, de forma a racionalizar despesas e apoiar os criadores na difusão dos seus trabalhos” (Horta, 2009).

Os ganhos em termos de escala de mercado, interno e externo, têm facilitado o reconhecimento por parte dos agentes locais das vantagens a retirar de estratégias e de práticas associativas e de parceria, organizadas entre si. Os casos de projectos que cruzam duas ou mais instituições culturais de Montemor-o-Novo são crescentes⁴⁸ e resultam da possibilidade de explorar complementaridades artísticas e de conhecimento (ou mesmo de públicos /mercados). Conforme refere o estudo da OECD, “Uma análise dos locais deste tipo de produções mostra uma troca bastante significativa, formal e informal, de bens tangíveis (materiais e equipamentos) e de bens intangíveis (conhecimento e know-how), ou seja, uma noção de cluster ou de distrito.” (OECD 2004, 95).

As associações “O Espaço do Tempo” e “Oficinas do Convento”, entre outras, têm uma prática regular de disponibilização de espaços e de outros materiais a outros agentes locais,

⁴⁶ A associação “O Espaço do Tempo” assumiu, desde o início, o projecto em Montemor-o-Novo como um projecto de desenvolvimento local e regional, adoptando orientações que lhe conferem um perfil de agência de desenvolvimento. Os serviços de design são adquiridos a designers de Montemor-o-Novo que entretanto constituíram uma empresa. A impressão dos materiais de comunicação é realizada em Montemor-o-Novo, por empresas locais. Uma parte dos profissionais integrados no quadro da associação é recrutados localmente e formados pela instituição. Por outro lado, a associação oferece a oportunidades às pessoas de Montemor-o-Novo que desejam fazer estágios nas áreas em que esta tem actividade.

⁴⁷ “Líder” do projecto da associação “O Espaço do Tempo”.

⁴⁸ A próxima criação de Rui Horta (“O Espaço do Tempo”) integra a Banda Filarmónica da Associação dos Carlistas e será em breve apresentada ao público no CCB em Lisboa. A associação “O Espaço do Tempo” desenvolve, para além disso, outros projectos em cooperação com agentes locais, designadamente, um projecto com a empresa “Sardinha em Lata” para as Escolas EB23 do concelho, um projecto com a Oficina da Criança (da Câmara Municipal), projectos com as “Oficinas de Convento” e com a “Ensemble”, entre outros.

incluindo as associações culturais que promovem actividades amadoras. No caso da “O Espaço do Tempo”, a preocupação, desde a sua criação, de dar a imagem de abertura e de cooperação com a população e as associações locais traduz-se numa intensa disponibilização dos seus estúdios (no Convento da Saudação) para o ensaio de outras associações ou de jovens que pretendem, menos regularmente, promover actividades de natureza artística e que deste modo os solicitam.

Ao promoverem actividades de maior escala (festivais, manifestações, workshops, residências, conferências, etc.) que geram uma significativa participação de públicos provenientes do exterior, estes agentes culturais geram procura noutras áreas de actividade, designadamente, na restauração, na hotelaria, no comércio tradicional ou na venda de produtos regionais (associados a produtores privados ou cooperativos)⁴⁹.

Podemos pois identificar no caso de Montemor-o-Novo um número variado de externalidades positivas que o processo emergente de *clustering* nas áreas artística e cultural dá sinais de estar a gerar e que se enquadram dentro dos referenciais teóricos anteriormente abordados sobre os *clusters* culturais. Entre os vários tipos de externalidades positivas que Santagata (2004) aborda podemos identificar em Montemor-o-Novo, algumas desses tipos. Verificámos a formação de “economias de escala” relacionadas com os efeitos positivos que a actividade e o relacionamento entre os agentes culturais têm gerado em termos do crescimento do sector (com aparecimento de novos projectos e de novos agentes) e do mercado de trabalho local e em termos do aumento da produção local de serviços e produtos culturais e artísticos. De certo modo também, identificámos localmente determinadas “externalidades de tempo”, na medida em que as pessoas que se deslocam a Montemor-o-Novo podem dispor de uma gama variada de oferta culturais, dentro de um espaço relativamente concentrado, otimizando o tempo gasto em consumos culturais e artísticos diversos e complementares. Também encontrámos sinais de formação de “externalidades em rede”, resultantes de uma maior conexão entre os agentes culturais presentes na cidade, os quais têm desenvolvido diversos projectos e áreas de cooperação capazes de oferecer uma maior diversidade de produtos e serviços. Essa diversidade de produtos e serviços culturais torna economicamente útil para os públicos visitantes (incluindo os turistas) e, paralelamente, pode assumir vantagens para os profissionais artísticos e culturais que, desta forma, encontram neste contexto maior facilidade de troca de experiências e oportunidades de cruzamentos entre diferentes formas de expressão artística (artes performativas, artes plásticas, cinema, música, cultura popular, entre outras). Por último, identificámos ainda “externalidades de consumo” associadas à circunstância de o acréscimo de consumo gerar acréscimo de procura e que, no caso de Montemor-o-Novo, se traduz em acréscimos na procura interna e na procura externa. Os ganhos de visibilidade que a “marca”

⁴⁹ A presença de artistas e criativos em actividades promovidas pela “O Espaço do Tempo” tem conseguido gerar uma procura muito significativa nas áreas da restauração e do comércio local. A Plataforma Portuguesa de Artes Performativas, lançada em 2008, que está previsto vir a ter uma periodicidade bienal, que se prolongou por 5 dias, teve um efeito significativo a nível local. Segundo os dados fornecidos pela instituição, o número de refeições servidas por

cultural da cidade tem conquistado repercutem-se numa crescente atracção de visitantes, provenientes de outras cidades de proximidade (como Évora) e da Área Metropolitana de Lisboa, e de turistas.

De acordo com os estudos de Lorenzen e Frederiksen (Cinti, 2004) sobre as externalidades positivas associadas às economias de localização, identificamos em Montemor-o-Novo sobretudo sinais de externalidades relacionadas com um aumento da variedade de produtos e serviços, que decorre da cooperação entre os agentes em novos projectos artísticos, ou derivadas de uma certa especialização do mercado de trabalho em domínios relacionados com a produção de eventos, a comunicação, para além das áreas artísticas. Conforme já anteriormente referido, Montemor-o-Novo testemunha condições de desenvolvimento de uma “ecologia cultural”, de acordo com o conceito fundamentado pelos autores referidos (Cinti, 2004). A cidade apresenta hoje um número de agentes culturais significativo (atendendo à sua dimensão e localização territorial) e estável, que dispõem de conhecimento relacionado (frequentemente decorrendo da circulação entre eles de criativos e de profissionais ou da cooperação em determinados projectos) que lhes permite antever uma intensificação progressiva da cooperação em projectos, de natureza variável, demonstrando sempre uma boa integração e relação com a comunidade. Este último aspecto é reforçado pelo facto de se verificar uma boa capacidade de relacionamento entre os agentes tradicionais (associações mais antigas da cidade e predominantemente ligadas à cultura popular) e os novos agentes (que se concentram em formas de expressão artística diversas).

Segundo Lorenzen e Frederiksen (Cinti, 2004), este tipo de economias de localização permite reduzir em muito os custos de transacção associados aos projectos de cooperação e ao trabalho em conjunto e tenderá a desenvolver um segmento de profissionais ou instituições especializados em coordenação de projectos de cooperação (sobretudo se se tratarem de projectos de cooperação externos às organizações e não internos). O que se tem verificado, de certo modo, é uma significativa atenção e disponibilidade da autarquia para acompanhar este tipo de evoluções, no sentido de facilitar condições de cooperação, mas sobretudo, na oferta de condições financeiras ou de logística capazes de estimular essa cooperação.

Considerando o caso de Vila do Conde, os sinais de *clustering* são muito próximos dos do caso de Montemor-o-Novo, embora eventualmente com situações comparativamente distintas. A grande aposta que a autarquia fez nas últimas décadas em termos de equipamentos e infra-estruturas culturais proporcionou condições muito favoráveis para a diversificação dos produtos e serviços culturais oferecidos, sendo que esta oferta tende a concentrar-se numa zona central da cidade, incluindo o seu centro histórico. O processo sistemático de reabilitação do edificado

empresas locais a pessoas que estiveram envolvidas nas actividades promovidas pela associação no âmbito desse evento, nomeadamente de residência, atingiram cerca de 10.000 refeições.

monumental ou de arquitectura mais nobre (incluindo edifícios funcionalmente obsoletos) permitiu atrair e localizar no centro histórico, mas também na área urbana envolvente mais próxima, a maioria das estruturas culturais da cidade, configurando uma tipologia de *cluster* que vários autores (Cooke, 2008; Lazzeretti, 2008; Cinti, 2008; Landry, 2005, entre outros) abordam, e que é assumida como um instrumento decisivo nas políticas de qualificação e de regeneração urbana. De acordo com a literatura disponível, uma parte muito representativa das experiências anglo-saxónicas (Reino Unido e EUA) associadas aos *clusters* culturais integram-se no quadro de políticas e de processos de regeneração de áreas urbanas degradadas, incluindo zonas históricas (ou zonas de frente de rio, como também acontece no caso de Vila do Conde, onde se localizavam áreas associadas a actividades relacionadas com a construção naval ou com o comércio e transportes marítimos entretanto obsoletas). Cinti (2008) refere que, no caso italiano, são diversas as experiências de estratégias de regeneração urbana que integram a promoção de distritos culturais.

Para além deste processo de *clustering* centrado na reabilitação do centro histórico e na instalação de novos equipamentos com diversas propostas programáticas e artístico-culturais, o tecido cultural de Vila do Conde tem demonstrado duas tendências que confirmam, igualmente, dinâmicas de *clustering* no sector. A presença da Cooperativa Curtas Metragens no concelho constituiu um factor importante na criação de outros projectos ou na constituição de novos agentes, mesmo que noutras áreas artísticas (designadamente, nas artes performativas)⁵⁰. Estas instituições, por sua vez, têm também demonstrado uma crescente motivação para o diálogo e para a cooperação em projectos ou, de forma mais rudimentar, para a cooperação no sentido da partilha de recursos mais especializados. Este conjunto de circunstâncias favorece a estruturação de um *cluster* cultural e artístico na cidade.

Existem alguns projectos de cooperação entre os agentes culturais principais, projectos que respondem, em certa medida, a desafios de diversificação e de inovação de produtos ou serviços⁵¹ e, por outro lado, estas novas instituições contribuem para fixar novas pessoas nas áreas criativas, em sectores como a comunicação, o vídeo, o design. Hoje verifica-se que alguns destes profissionais que trabalham em áreas complementares à actividade artística, sobretudo dentro da gestão e da comunicação e divulgação, fornecem serviços a mais do que um destes agentes culturais mais importantes⁵² estabelecidos na cidade.

No caso de Vila do Conde encontramos determinados indícios que se podem aproximar mais ao conceito de “*clustering* de urbanização” que Lorenzen e Frederiksen (Cinti, 2004) apresentam. O processo de dinamização da “ecologia cultural” passa neste caso por um

⁵⁰ O aparecimento da Circular, da Corda Bamba e do Teatro de Formas Animadas.

⁵¹ A Cooperativa Curtas Metragens tem em curso um projecto de cooperação com a Academia de Música e tem desenvolvido igualmente actividades pontuais em colaboração com a Circular.

⁵² Conforme foi referido pelos responsáveis das instituições Curtas Metragens e Circular, há profissionais das áreas da comunicação e marketing que apoiam as duas instituições, contribuindo para tornar mais reduzidos os custos e aumentar a eficiência destas estruturas junto do mercado.

crescimento significativo das infra-estruturas culturais vocacionadas para uma grande diversidade de serviços (arquivos históricos, museus, centros de ciência, gelarias de artes visuais, cinema, artes do espectáculo, biblioteca, entre outras), protagonizado pela autarquia local, que é acompanhado da atracção de novos artistas e criativos que, de certo modo, desafiam o *mainstream* instalado - as propostas da Corda Bamba no novo circo ou da Circular na dança contemporânea vêm, em certa medida, estabelecer algumas rupturas com as ofertas já existentes. Neste processo de relacionamento entre áreas anteriormente não relacionadas - o cinema e as artes performativas, o cinema e as artes visuais, o património e as artes performativas, a atracção de pessoas de fora, com novas ideias e projectos torna-se essencial e de certo modo tem acontecido também em Vila do Conde. Este processo tenderá, por sua vez, a favorecer a atracção de novos criativos, reforçada pelo facto de o concelho apresentar algumas ofertas de formação artística de significativo reconhecimento⁵³ e um mercado cultural em crescimento⁵⁴.

Por outro lado, a criação de novas estruturas na área central da cidade, como é o caso recente do Teatro Municipal, tem confirmado a presença de “economias de escala” (Santagata, 2004) no sector cultural em Vila do Conde. A localização deste novo equipamento permite estabelecer sinergias com outros equipamentos e agentes culturais já instalados no centro histórico. Intensifica-se deste modo a atracção à zona central da cidade, gerando novas práticas culturais na população que não eram tão evidentes. As práticas de convivialidade centradas nos cafés, incluindo as tertúlias, tinham praticamente desaparecido na cidade e os novos equipamentos contribuem para agregar as pessoas de uma outra forma. Estes novos equipamentos fazem as pessoas saírem de casa e isso só acontece porque existe uma oferta com alguma dimensão e diversidade.

O desenvolvimento de relações e de estratégias de cooperação no sector cultural em Vila do Conde tem também, à semelhança do que analisámos para Montemor-o-Novo, demonstrado o desenvolvimento de efeitos positivos (externalidades) na cidade. Para além das “externalidades em rede”, “externalidades de consumo” e “externalidades de tempo” abordadas por Santagata (2004), que verificámos também em Montemor-o-Novo, e que se relacionam com a concentração de ofertas diversas no mercado cultural, Vila do Conde tem demonstrado uma capacidade de “diferenciação de produtos” e serviços culturais (Santagata, 2004).

⁵³ Como é o caso da Academia de Música e, para além disso, da oferta de formação na área das artes e design que a Escola Superior de Engenharia Industrial e de Gestão (do Instituto Politécnico do Porto) oferece.

⁵⁴ Vila do Conde hoje atrai, em termos culturais e artísticos, pessoas da área metropolitana do Porto, em especial dos concelhos de Porto, Matosinhos e Maia, servidos de boas acessibilidades e transportes à cidade, da Póvoa do Varzim (cidade contígua), mas também de outros concelhos e cidades mais interiores, como Braga, Guimarães ou Barcelos.

Sinais, expectativas e benefícios da governance

Profundamente relacionado com as dinâmicas crescentes de cooperação e de relacionamento entre os actores e agentes culturais, predominantemente associativos, encontra-se evidente, nos dois casos estudados, um conjunto de sinais de estratégias políticas e de práticas de *governance*. O posicionamento das Câmaras Municipais nestes dois concelhos assume um papel decisivo, porquanto os seus líderes e decisores perceberam a importância e o potencial que essa cooperação significa para o desenvolvimento dos concelhos. Nos dois casos encontramos sinais que confirmam objectivos de política municipal orientados para a promoção da cooperação, do diálogo e do trabalho em conjunto/ em rede entre os vários parceiros, públicos e privados, que intervêm no sector cultural.

A Câmara Municipal de Vila do Conde reconheceu, desde o início do mandato do actual presidente, o interesse em apoiar e acompanhar o trabalho e os projectos dos agentes culturais do concelho, contribuindo desta forma para intensificar a utilização e ocupação dos novos equipamentos culturais que foi criando. Em certos projectos, a necessidade de concertar interesses e motivações de diversos parceiros (como é o caso do Centro da Juventude), levou-a reconhecer as vantagens do trabalho em parceria. Recentemente, as exigências de programação que a abertura de um novo Teatro Municipal veio colocar, constituíram um novo motivo para acentuar as práticas de colaboração e de parceria no sector cultural. No entender da autarquia a colaboração entre os agentes culturais do concelho é ainda insuficiente e deve ser claramente potenciada e, nessa medida, a Câmara Municipal assume-se como parceiro decisivo no robustecimento de formas de colaboração e de cooperação entre os mesmos. A Câmara solicitou o apoio dos diversos agentes culturais da cidade no sentido de programar o lançamento (inauguração e programação inicial) do Teatro Municipal e de apoiar a decisão quanto a orientações para o seu futuro papel dentro da actividade e a oferta cultural da cidade⁵⁵. Deste modo a autarquia procurou utilizar conjuntamente recursos, competências e informações detidas por cada um dos parceiros e que contribuíram, conforme realça X. Greffe (2005), para alavancar as condições culturais da cidade. Simultaneamente, este procedimento teve como intenção acautelar as duplicações ou consequências deste novo espaço de programação na actividade que os agentes promovem noutros espaços alternativos. Estes são igualmente aspectos que Xavier Greffe (2005) considera vantajosos dentro dos processos de *governance*.

Ainda dentro desta vertente de concertação entre o sector público e o sector privado, no caso de Montemor-o-Novo é igualmente caso de destaque o esforço que a Câmara Municipal tem demonstrado no trabalho regular e sistemático com todos os agentes artísticos e culturais do concelho. Os agentes culturais têm reclamado para a Câmara Municipal um papel de

⁵⁵ De acordo com as informações recolhidas, a Câmara Municipal de Vila do Conde na preparação da abertura do Teatro Municipal, chamou os agentes culturais para discutir com eles e avaliar as possibilidades de programação deste equipamento e ao mesmo tempo, desafiou-os para que pensassem em novas hipóteses de participação na vida do novo equipamento - novos serviços, novos produtos para oferecer à população e visitantes a partir deste novo espaço cultural.

intermediação na concertação entre diversos parceiros, a que a Câmara tem respondido de forma regular, pretendendo contudo avançar de uma forma mais formal. Recentemente tem sido objecto de reflexão política pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo a criação de um conselho Municipal de Cultura que permita aprofundar os termos desse espaço de *governance* no sector cultural. Entende a autarquia que se torna essencial reflectir em conjunto, entre actores, públicos e privados, sobre as prioridades e o rumo a dar à cultura no contexto do processo de desenvolvimento local. Este esforço passa não apenas por ouvir os parceiros culturais, mas igualmente por ouvir as populações. Neste sentido, e porque esta vontade e necessidade não partem apenas dos responsáveis autárquicos, a Câmara Municipal, em conjunto com os outros agentes, pretende configurar um novo espaço de reflexão, discussão e tomadas de decisão sobre o sector artístico e cultural.

A relação entre as entidades locais, públicas e privadas, e outros actores públicos, regionais e nacionais, também constitui matéria de interesse para estes concelhos, sobretudo na sustentação de projectos de maior escala que visam uma projecção nacional e internacional adequada. A cooperação com o Ministério da Cultura, através dos seus órgãos diversos (Institutos dentro de áreas específicas e Direcções Regionais), assume particular importância, em especial relacionada com alguns dos projectos locais com maior capacidade de internacionalização - o Centro Nacional de Artes Transdisciplinares em Montemor-o-Novo ou a Agência de Curtas Metragens, em Vila do Conde. Neste campo da articulação vertical entre os diversos níveis da administração pública, pese embora os elementos positivos que se tem vindo a confirmar⁵⁶ e que garantem uma concertação entre os dois níveis, o nível local e o nível central, as margens de progressão parecem evidentes. Para além da consubstanciação de objectivos e prioridades de financiamento, é necessário que a articulação e a concertação das políticas entre o nível local e o nível central, no que se refere à cultura, venham a melhorar.

No caso das estruturas da administração central, têm-se evidenciado maiores dificuldades de acompanhamento das dinâmicas territoriais descentralizadas, que apostam na cultural como alavanca do desenvolvimento local. Por um lado, porque a nível central, o Ministério da Cultura mantém uma estrutura interna demasiado sectorializada (repartindo as áreas por estruturas orgânicas que não apresentam uma prática dominante de cooperação entre elas), o que não favorece a aproximação a estas dinâmicas de natureza territorial. Por outro lado, porque as estruturas desconcentradas evidenciam também alguma dificuldade de integrar as diferentes áreas, centrando o seu campo de acção maioritariamente nas questões do património e do apoio à difusão das artes (apresentam-se menos vocacionadas para intervir ao nível de outras áreas, como sejam o cinema e audiovisual, o multimédia, e outros sectores criativos). Este tipo de questões tem, por exemplo, grande impacte ao nível dos projectos que permitem e que visam uma forte internacionalização, significando necessidades acrescidas de

apoio e acesso a redes de cooperação internacional e à sua participação em manifestações ou eventos internacionais.

Por último e ainda relacionado com o conceito de *governance* (OECD, 2005) cabe referir os sinais e oportunidades que nos foi permitido encontrar em matéria da integração da política cultural com outras políticas locais sectoriais. Pese embora alguma compreensão dos fenómenos culturais dentro do quadro global dos sistemas socioeconómicos locais e da capacidade de percepção das inúmeras margens de inter-relacionamento entre cultura e outras áreas da estrutura urbana e municipal, como a componente social, os sectores económicos, o turismo, a qualidade de vida, a educação, o ambiente, etc., a maioria dos agentes, públicos e privados, continua a formular estratégias e práticas centradas nas dimensões artísticas e culturais, com uma excepção evidente no que se refere ao turismo. Neste caso, os recursos culturais são entendidos como factores de atracção e valorização, ou mesmo diferenciação, dos territórios, mas mesmo assim, existe algum défice na organização destes recursos culturais e artísticos enquanto produtos turísticos, satisfatoriamente percebidos pelos mercados (de proximidade ou, pior ainda, mais longínquos).

O défice de integração entre cultura e outros sectores, que exige esforços acrescidos em termos de *governance* e se coloca numa perspectiva de integração e cooperação entre actores que intervêm em quadrantes diferentes da vida local, tende a constituir um inibidor da capacidade de assumir a criatividade como alavanca e factor do desenvolvimento no seio da economia do conhecimento, em matéria de inovação, de competitividade e diferenciação, ou em matéria de coesão social. Segundo Cliché (2001) é fundamental que a cultura saia do seu campo estrito de acção, no sentido em que a cultura e a criatividade devem extravasar o empenho e os esforços dos actores directamente envolvidos neste sector. Importa portanto que ao nível das políticas da administração pública, local e central, e ao nível das práticas de cooperação entre agentes privados e entre estes e os públicos, se comece a olhar para a cultura como uma dimensão das estratégias de desenvolvimento económico e social, porquanto ela integra diversas dimensões essenciais à criatividade e à afirmação da identidade.

5.2.3. Abordagem integrada da cultura como factor do desenvolvimento local

Analísamos os dois casos estudados à luz de conceitos e de perspectivas que consideramos essenciais no quadro da abordagem da cultura como alavanca do desenvolvimento local. Estas diversas chave de leitura permitiram evidenciar, para cada um dos dois casos, condições favoráveis que permitem assumir uma estratégia local alicerçada no capital cultural, sem que se perca de vista a sua enorme interdependência com outras formas de capital, social e

⁵⁶ Por exemplo a colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, a Direcção Regional da Cultura do Alentejo e a “O Espaço do Tempo” em relação à execução do projecto do Centro Nacional de Artes Transdisciplinares.

humano, e, simultaneamente, baseada em práticas de cooperação que podem ser objecto de sistemas organizativos territoriais (*clusters* ou distritos culturais) mais eficientes e competitivos e matéria de sistemas de governação e de tomada de decisão (*governance*) mais participados e partilhados, mais solidários e portadores de crescente *accountability*.

Sistematizando, dentro de um quadro analítico que concretize as diversas perspectivas abordadas na óptica do desenvolvimento local, podemos delinear sete eixos de síntese da análise empírica trabalhada.

O capital cultural em determinado contexto local não constitui apenas um factor de produção e de reprodução de novos serviços e produtos culturais detentores da capacidade de geração de riqueza e de valor (económico e cultural), mas é fundamental no sentido de desenvolver outras formas de capital, incluindo o capital humano, o capital social e o capital criativo (ou criatividade), ou seja, assume-se como um catalisador e potenciador do desenvolvimento.

O desenvolvimento das competências e das capacidades das pessoas, no sentido do enriquecimento do capital humano, depende por um lado das condições de contexto em matéria de capital cultural, ao nível da oferta de capital cultural tangível e intangível no contexto da sociedade (na perspectiva de alguns autores, incluindo Throsby (2003)), mas por outro lado, ao nível familiar e individual (conforme Bourdieu (...) defende relativamente ao seu conceito de *habitus*). Deste modo, o desenvolvimento do capital humano, que hoje se assume estratégico na sociedade e economia do conhecimento, está relacionado e depende das condições de geração e de integração com o capital cultural.

A estrutura de relações entre as pessoas e entre as organizações, alicerçadas em condições de confiança, de reciprocidade e de acção ou interacção em rede, são decisivas na consolidação de capital social que, por sua vez, confere aos sistemas económicos e sociais menor ou maior capacidade para agir e competir numa sociedade globalizada e cada vez mais competitiva. Essa estrutura de relações tem fundamentos também no próprio capital cultural, na medida em que, os costumes, as tradições, as normas e outras manifestações e práticas culturais se apresentam condicionadores do tipo e intensidade de relações sociais e organizacionais. Por sua vez, o capital social gera, segundo alguns autores (como Robert Putnam) externalidades que podem ser positivas e, deste modo, potenciadores de processos de dinamização económica, social e cultural. Estamos perante uma interdependência clara entre capital social e capital cultural.

A criatividade está hoje claramente assumida por um grande número de investigadores, da sociologia, da geografia, da economia, da ciência política, bem como, de políticos e gestores, como um recurso diferenciador ao nível dos sistemas económico-sociais, locais, nacionais e internacional, dos territórios e das empresas. A relação da criatividade com o capital cultural

pode colocar-se a diferentes níveis, seja dentro do quadro da herança e património individual e societal (ou grupal), seja das formas de expressão artística, do conhecimento ou do campo simbólico. Alguns autores (como François Matarasso, 2001 e Charles Landry, 2003, 2005) afirmam a necessidade de introduzir a criatividade nas estratégias, nas políticas e na gestão das cidades e de eleger a cultura como elemento chave da distintividade (identidade e diferenciação) das cidades. Outros autores (nomeadamente, Florida, 2002 e 2005) elegem a criatividade como motor do crescimento económico, da competitividade e do desenvolvimento sustentável, adjectivando de criativo todos os factores que deste modo intervêm nesse desenvolvimento - “classe criativa”, “indústria criativa”, “cidade criativa”, “ambiente criativo” e “capital criativo”.

Os quatro tipos de capital enunciados conjugam-se no sentido de capacitar e de potenciar os territórios em termos do seu desenvolvimento sustentável e competitivo. Mas as formas de organização (associação, parcerias ou inserção em redes) e interacção (cooperação, colaboração, etc.) entre os diversos actores e agentes (económicos, institucionais ou sociais) que intervêm nesse território e os modelos de governação (dentro das suas diferentes componentes, reflexão e debate de ideias e de opiniões, tomada de decisão, escolha e aplicação de medidas e de instrumentos, gestão e implementação de projectos e acções) são determinantes para a performance desse desenvolvimento.

As condições de formação de *clusters* e distritos, sejam de iniciativa e promoção *top-down* ou *bottom-up*, dependem dos atributos que os diferentes tipos de capital enunciados apresentam em determinado território, o que quer dizer, que a debilidade de qualquer um deles condiciona o próprio processo de *clustering*. Os *clusters* por sua vez exigem condições de governação muito participadas, sendo favorecidos por contextos de maior *governance*.

A *governance* na media em que apela a um conjunto de condições, nomeadamente ao nível da confiança entre actores e das práticas de *accountability*, é favorecida em contextos de capital social mais robusto, e onde, nomeadamente, a criatividade possa facilitar e proporcionar novos modelos de tomada de decisão e novos instrumentos e medidas adequadas às condições específicas e às idiossincrasias dos territórios.

Em nosso entender, compete às políticas públicas compreender e adoptar esta visão sistémica e integradora das realidades territoriais no sentido de ser capaz de focalizar e centrar os seus esforços em estratégias e instrumentos que se adequem às realidades contemporâneas e aos condicionalismos e desafios que a sociedade do conhecimento e a economia globalizada actualmente testemunham.

5.3. Linhas de Política Cultural nos concelhos de Vila do Conde e de Montemor-o-Novo

As Câmaras Municipais dos dois concelhos que trabalhamos apresentam alguns elementos comuns no que respeita ao enquadramento da política cultural, visivelmente explicativos de situações anteriormente veiculadas sobre o sistema e as dinâmicas artísticas e culturais locais. As duas Câmaras Municipais manifestam uma enorme estabilidade política desde finais da década de 70⁵⁷, pese embora no caso de Montemor-o-Novo uma mudança da presidência (no início da década de 90), mantendo-se a mesma força política e os princípios e orientações essenciais da política cultural. Nas duas autarquias locais, a política cultural, apesar de assentar em objectivos e prioridades de diferente teor, representa, desde há duas a três décadas⁵⁸, uma dimensão inequívoca da política global de desenvolvimento local. Estamos perante dois municípios que assumem uma clara intervenção no campo cultural e que, nessa medida, procuraram ao longo deste período minimizar os efeitos locais de uma centralização evidente da intervenção do Estado no campo cultural (Lima do Santos, 1988).

A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo assume a política e o desenvolvimento cultural como pilares do desenvolvimento socioeconómico do concelho. Nesse sentido, centra a sua actuação, desde muito cedo, na animação cultural como forma de desenvolvimento das pessoas e da sua participação na vida cultural, abrindo um espaço de inovação dentro das políticas autárquicas⁵⁹ ao enunciar, como prioridade, o desenvolvimento da expressão artística e a promoção da criatividade junto das faixas etárias mais jovens. Este propósito inicial prossegue com a criação de diversas oficinas de sensibilização da população para as artes (Escola de Bailado e Oficina do Canto) e é, posteriormente, reforçado com outras apostas políticas no campo do apoio à criação e aos criadores, que vêm contribuir para a qualificação, densificação e a dinâmica do tecido artístico e cultural local.

A Câmara Municipal de Vila do Conde percebe bem cedo o potencial do seu património urbano e histórico quinhentista e a génese da sua política cultural centra-se na valorização e preservação do património e da herança histórico-cultural do município. O conjunto de apostas ao nível da formulação e consubstanciação de um projecto de preservação e reabilitação do

⁵⁷ O primeiro mandato do actual Presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde inicia-se no começo da década de 80 (1982), mantendo-se o pelouro da cultura sob responsabilidade do Presidente durante vários anos até ao mandato imediatamente anterior ao actual (2005-2009), no qual passa para a Vereadora Dr.^a Elisa Ferraz, que continua actualmente a assumir esse pelouro. Na prática, este pelouro cultural mantém relações estreitas com a Presidência e com alguns outros Vereadores que intervêm na ligação com determinados projectos ou agentes culturais. Por sua vez, o primeiro mandato do actual Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo inicia-se no início da década de 90 (1993). O Pelouro da Cultura é desde a década de 70 atribuído a um vereador e o actual Vereador da Cultura inicia o seu primeiro mandato em 2005.

⁵⁸ No caso de Montemor-o-Novo as primeiras medidas de política cultural, consubstanciadas com a criação da Oficina da Criança e com a Escola de Bailado, datam do final da década de 70, enquanto que em Vila do Conde o projecto de reabilitação do Centro Histórico e respectiva intervenção no património e reabilitação de edifícios destinados a equipamentos culturais datam do início dos anos 80.

⁵⁹ O projecto de criação da Oficina da Criança desenvolvido pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, que para o efeito contrata dois artistas plásticos com competências na área da animação cultural, é nos anos seguintes ao seu lançamento objecto de análise e de *benchmarking* por parte de várias outras autarquias da região do Alentejo, algumas das quais vêm a replicar esta experiência, embora com algumas diferenças.

centro histórico⁶⁰, a que se associa a valorização de alguns monumentos e sítios arqueológicos, traduz-se num dos pilares do desenvolvimento concelhio e, particularmente, num investimento para o futuro. Com o objectivo de proporcionar à população melhores condições de compreensão e relação com a sua história e cultura, a autarquia prossegue um esforço sistemático de criação de novos equipamentos que, para além de permitirem a apropriação pela população dos espaços culturais reabilitados (situados em edifícios históricos) e de favorecerem contaminações interessantes do ponto de vista cultural (entre agentes culturais contemporâneos⁶¹ e o património em reabilitação), viabilizam a fixação, ao longo dos anos, de novos agentes culturais e artísticos no concelho.

A análise mais detalhada que expomos de seguida procura, dentro de grandes eixos de intervenção da política cultural⁶² a nível municipal, encontrar as articulações potenciais entre a estrutura de objectivos e de medidas ou instrumentos assumidos por cada um dos municípios e os conceitos anteriormente abordados.

As duas autarquias intervêm de forma sistemática e equilibrada em dois domínios estruturantes para o desenvolvimento do capital cultural, a salvaguarda do património cultural e o desenvolvimento da criação e da expressão artísticas contemporâneas. Dentro do primeiro domínio, estas autarquias têm cumprido objectivos operacionais referentes à protecção, à valorização e à interpretação e divulgação da herança histórica e cultural (ao nível dos bens patrimoniais locais, materiais e imateriais), que se inscrevem numa finalidade essencial de preservação da identidade cultural local.

No caso de Vila do Conde, inscrevem-se neste conjunto de objectivos diversos programas e acções promovidos pela autarquia que incluem, designadamente, uma política estruturada de reabilitação do centro histórico da cidade⁶³, um programa estruturado e sistemático de preservação, valorização e divulgação do património arqueológico⁶⁴ existente no concelho, para além de diversos projectos de preservação, interpretação e animação de bens patrimoniais,

⁶⁰ A autarquia ao longo destes anos reabilita um número muito significativo de edifícios localizados no centro histórico e na sua envolvente, os quais representam espaços singulares da história e da cultura locais, incluindo a Alfândega (edifício associado à época quinhentista), o Cineteatro Neiva (de arquitectura modernista), as casas dos poetas e escritores José Régio e Antero de Quental.

⁶¹ Por exemplo, nos casos das ligações do escritor valter hugo mãe ao Centro de Estudos José Régio ou da vocalista Manuela Azevedo (Clã) à distribuição do Regulamento Municipal para o Centro Histórico.

⁶² Augusto Santos Silva (1997) fala em quatro pólos principais em que se estruturam as políticas culturais nos anos 90, património, formação educativa de públicos, sustentação da oferta cultural e uso económico da política da cultura.

⁶³ A intervenção da Câmara Municipal de Vila do Conde no centro histórico, lançada no início da década de 80, iniciou-se com a elaboração de um Plano de Salvaguarda e respectivo Regulamento, os quais enquadraram, ao longo dos restantes anos, diversas intervenções de iniciativa municipal, incluindo a reabilitação de imóveis e monumentos destinados à instalação de equipamentos culturais e a valorização e interpretação de bens patrimoniais imóveis ou móveis, como é o caso do projecto “Rosa dos Ventos” que inclui a Alfândega Régia, a Nau Quinhentista, a Casa do Barco, o Centro de Documentação dos Porto Marítimos Quinhentistas, essenciais na preservação da herança histórica e cultural local.

⁶⁴ O concelho de Vila do Conde possui inúmeros sítios arqueológicos da época castreja, de propriedade privada ou pública, com destaque para a Cividade de Bagunte (com 100 anos de classificação), para os quais a Câmara Municipal desenvolveu um plano estratégico de valorização e interpretação e integra, com outros municípios da região, uma Rede de Castros do Noroeste, que engloba paralelamente diversas acções integradas, com forte potencial de articulação com objectivos de promoção do turismo cultural.

imóveis, móveis ou imateriais⁶⁵, nomeadamente associados à cultura popular⁶⁶. Esta preocupação central da Câmara Municipal de Vila do Conde, consubstanciada nomeadamente na realização de obras e criação de equipamentos com potencial de virem a dinamizar a preservação das raízes culturais e a interpretação da história e da cultura locais, prende-se no essencial com o desenvolvimento das pessoas, não apenas no sentido bourdiano (Bourdieu, 1979, 1997) da formação de “capital cultural incorporado”, mas também dentro de uma perspectiva mais alargada da valorização de capital humano (contribuindo para o desenvolvimento de competências e de saberes-fazer na população local).

Relativamente à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo destacam-se no seio da sua política de valorização do património cultural as intervenções no âmbito da protecção e valorização do património arqueológico e monumental⁶⁷ e da preservação de património material e imaterial associado à cultura popular⁶⁸, distinguindo em especial os elementos identitários da cultura alentejana e procurando uma articulação estreita com o património ambiental. As intervenções em matéria de preservação do património cultural imaterial encontram-se profundamente relacionadas com outro dos eixos essenciais da política cultural deste município, a promoção dos agentes culturais “tradicionais” (associações culturais mais enraizadas na população e vocacionadas para a cultura popular). A Câmara Municipal reconhece a estes agentes um papel importante na programação cultural do concelho e na formação/ sensibilização artística de crianças e jovens⁶⁹. Também se torna evidente, no caso de Montemor-o-Novo, o potencial que estes domínios de intervenção política, relativamente mais vulgares no quadro das políticas culturais municipais em todo o país, adquirem na formação de capital cultural, no sentido do conceito de “*habitus*” que Bourdieu (1973, 1980) apresenta.

Actualmente a Câmara Municipal de Vila do Conde considera essencial a articulação desse esforço prolongado da política local em termos de valorização do património cultural com uma estratégia de promoção do turismo cultural, ponderando os efeitos que aquele é capaz de gerar em matéria de actividade económica no concelho (atração de novos visitantes,

⁶⁵ Para além da intervenção sistemática relacionada com o património associado aos poetas José Régio e Antero de Quental, a recuperação das respectivas Casas e o apoio ao Centro de Estudos José Régio, a Câmara Municipal de Vila do Conde tem destinado uma parte significativa da sua intervenção ao domínio museológico, dispondo actualmente diversos núcleos museológicos, para além de arquivos municipais e da criação recente do Centro de Memória.

⁶⁶ A Câmara Municipal de Vila do Conde tem assumido mais recentemente uma intervenção decisiva na preservação de algumas manifestações culturais tradicionais, incluindo na Celebração do Dia do Corpo de Deus, o apoio à execução pela população dos “Tapetes de Flores” nas ruas do centro histórico.

⁶⁷ As intervenções no concelho em matéria de preservação e interpretação do património arqueológico (com destaque para os conjuntos megalíticos e a gruta do Escoural, significativo exemplar de arte rupestre paleolítica e museu arqueológico) e monumental (em especial no que se refere ao património religioso, dada a presença de quatro Conventos na cidade, e dos elementos manuelinos que integram o património edificado da cidade) articulam as acções do município, da Delegação Regional da Cultura (incluindo para além da Gruta o Castelo, onde foi criado recentemente um núcleo de interpretação visitável) e outros agentes (designadamente, o Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo). A Câmara Municipal tem mantido uma aposta importante em matéria de investigação e difusão do património, incluindo a edição de uma revista e alguns projectos protocolados com investigadores, principalmente da Universidade de Évora.

⁶⁸ Destacam-se neste âmbito para além da colecção de brinquedos tradicionais (espólio recolhido junto da população) objecto de um projecto museológico e de uma acção integrada com outros três concelhos - Fundão, Marinha Grande e Vila Real de Santo António, o apoio do município na preservação das tradições e expressões da cultura popular, incluindo apoio aos ranchos folclóricos, bandas filarmónicas e grupo coral de S. Domingos ou as actividades de recolha de contos tradicionais que a Biblioteca Municipal tem promovido.

prolongamento da estadia de turistas no concelho e consequente aumento das suas despesas, em consumos de natureza cultural e comercial). Esta perspectiva é igualmente sublinhada pelos responsáveis autárquicos de Montemor-o-Novo, reconhecendo que este alargado conjunto de activos culturais é capaz de gerar localmente fluxos relevantes de visitantes e de turistas.

Em termos do apoio à criação e expressão artísticas evidenciam-se alguns aspectos que destacam, pela positiva, a política destas duas autarquias, na medida em que, quer nos objectivos formulados, quer nos instrumentos aplicados, elas ultrapassam significativamente o âmbito predominante no quadro actual das políticas municipais em Portugal. Reconhecendo a importância estratégica da criação e produção artísticas e da sua autonomia face a orientações de natureza ou interesse político, a que Wunenburger (1996) se refere como “o intervencionismo do Estado sobre a criação”, as autarquias estudadas privilegiam, por um lado, um papel supletivo dos serviços municipais no que respeita à programação cultural, deixando os agentes culturais e artísticos locais ocuparem um espaço cada vez mais alargado, sistemático e estruturado na agenda cultural concelhia, e, por outro lado, um esforço múltiplo no robustecimento e sustentabilidade dos criadores e agentes artísticos e culturais que se fixam ou permanecem no concelho.

A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo estabelece como um dos eixos prioritários da sua política cultural a promoção da criação e o apoio aos criadores, reconhecendo os impactos que os projectos de criação e produção artística e cultural adquirem no desenvolvimento de uma massa crítica local, na fixação de capital humano qualificado no concelho, incluindo profissionais nas áreas culturais e artísticas, para além da capacidade em gerar atractividade e aumentar a oferta de serviços e bens culturais. Dentro da vertente da “sustentação da oferta cultural”, enunciada por Santos Silva (1997) como um dos pólos de intervenção das políticas públicas, esta autarquia entende que os agentes culturais e os criadores devem ocupar um papel activo e decisivo na programação. Nesta medida, a autarquia não estabelece critérios de programação, nem procura qualquer tipo de tutela sobre as iniciativas culturais, direccionando a sua intervenção programática em domínios ou em territórios⁷⁰ que não são abrangidos pela iniciativa deliberada dos agentes culturais. Para além de um instrumento de financiamento destinado a apoiar a actividade dos agentes culturais⁷¹, a autarquia disponibiliza outros meios, incluindo as

⁶⁹ As três bandas filarmónicas existentes no concelho dispõem de escolas de música.

⁷⁰ Considerando os objectivos de descentralização cultural da autarquia, designadamente, assegurando maior acessibilidade às populações residentes fora da cidade / sede do concelho, a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, desenvolve ao longo do ano uma programação cultural que inclui, para além da colaboração com todas as Juntas de Freguesia e com as associações radicadas nas freguesias rurais, um programa de espectáculos, workshops e outras acções nas freguesias rurais, com o objectivo de criar junto da população referências relativamente a outras formas de expressão cultural e artística. Actualmente a programação de iniciativa pública autárquica significará cerca de 50% da oferta total do concelho.

⁷¹ Este instrumento abrange o apoio a todos aos agentes culturais e artísticos do concelho (uma parte significativa das mais de 130 associações fixadas no concelho) segundo três níveis de apoio: um primeiro ordinário que apoia o funcionamento das associações; um segundo nível orientado para apoiar um plano de actividades ou projectos específicos; e um 3º nível que assume a natureza de protocolo (uma espécie de contrato programa) que permite um apoio mais continuado. No último ano o volume financeiro atribuído neste instrumento atingiu cerca de 1,5 milhões de euros.

instalações para realização das actividades (equipamentos culturais municipais), a colaboração de recursos humanos especializados em áreas técnicas de suporte às áreas artísticas⁷², o empréstimo de equipamentos ou o apoio logístico⁷³. Em contrapartida, a autarquia procura que os agentes ofereçam e diversifiquem actividades que privilegiem o contacto da população com as artes e a cultura, nomeadamente, na realização de espectáculos, de workshops ou de outras formas de intermediação.

A Câmara Municipal de Vila do Conde reconhece igualmente um papel estruturador da oferta dos agentes culturais instalados no concelho. Dispondo de mecanismos regulares de apoio ao associativismo, esta autarquia tem mantido uma excelente prática de parceria com os principais agentes culturais locais, abrindo-lhes um espaço significativo de intervenção na programação artística e na agenda cultural municipal⁷⁴. Aceitando a autonomia dos agentes culturais na programação das suas actividades, a Câmara Municipal disponibiliza, de forma similar, certos instrumentos de apoio, a nível financeiro, de instalações⁷⁵ e de logística. Os critérios que a autarquia assume em termos destes apoios têm em consideração, designadamente, a qualidade dos programas e realizações, a sua diversidade e orientação para segmentos de públicos específicos, para além da ocupação dos diversos equipamentos criados. Neste município, contudo, tem-se verificado uma maior concentração de programação na cidade.

Nos dois municípios estudados, reconhecemos as implicações que este domínio de intervenção política de apoio à criação e produção artística e cultural adquire em termos da geração de capital cultural na comunidade local. Dentro do quadro conceptual que Bourdieu (1979, 1997) enuncia, as políticas de apoio à criação e produção artística demonstram-se essenciais para a formação de “capital cultural objectivado”, que se encontra acessível ao indivíduo e que, por sua vez, contribui de forma inequívoca para o desenvolvimento do seu “habitus”. Neste domínio realça-se o destaque que qualquer um dos municípios tem dado, no trabalho com os agentes artísticos e culturais locais, às políticas de sensibilização e de formação de públicos. Estas destinam-se, no essencial, a facilitar o acesso, principalmente de crianças e jovens, a experiências de natureza criativa e artística, bem como à interpretação e interacção com os bens artísticos e culturais, através de mecanismos de intermediação (muito baseados nos serviços educativos). A sua enorme articulação com as escolas permite intervir directamente no

⁷² A autarquia procura deste modo colmatar uma lacuna que muitos dos agentes culturais possuem ao nível dos seus recursos técnicos (por exemplo, no campo do som e da luz no âmbito da produção de espectáculos).

⁷³ A autarquia tem para além disso previsto vir a criar um gabinete de apoio aos agentes culturais em matéria de gestão e promoção de projectos.

⁷⁴ A abertura recente do Teatro Municipal veio intensificar a necessidade de dinamizar uma oferta artística regular, mantendo de qualquer forma a autarquia uma estreita relação com os agentes locais, a quem solicitou desde o início colaboração. Não se encontra ainda definido o modelo de gestão e programação definitivo deste novo equipamento, que poderá passar pela contratação ou nomeação de um director.

⁷⁵ A criação de um número muito significativo de novos equipamentos vocacionados para os espectáculos, exposições e outras manifestações artísticas e culturais permite à autarquia viabilizar a prossecução de projectos que os principais agentes culturais se propõem desenvolver - incluindo a Cooperativa Curtas Metragens e as Associações Circular, Corda Bamba, Teatro de Formas Animadas e a Fundação promotora da Academia de Musica.

processo de formação do capital cultural das populações, contribuindo para a valorização das suas qualificações.

Abordando, por sua vez, a questão numa perspectiva económica, os domínios de política referidos permitem favorecer a produção local de bens e serviços artísticos que, segundo Throsby (2003), têm características específicas, uma vez que, para além de deterem valor económico, possuem também valor cultural (que pode incluir uma ou mais componentes de natureza estética, espiritual, social, histórica, simbólica ou de autenticidade). Porque o valor económico e o valor cultural são entidades distintas que existem, simultaneamente, nestes bens e serviços (Throsby, 2003), o seu comportamento no mercado é diferente, funcionando em geral como bens públicos ou como bens mistos / semi-públicos (os quais associam características de bens públicos e de bens privados), com capacidade de gerar externalidades e justificando a intervenção das políticas públicas. Segundo Throsby (2003: 24), “O consumo cultural pode ser interpretado como um processo que contribui simultaneamente, para a satisfação presente e para a acumulação de conhecimento e de experiência que influenciam o consumo futuro. (...) Os produtores (particularmente os artistas criativos) podem não procurar a maximização do lucro e o preço esperado pode apenas cumprir um papel menor - ou nem sequer isso - nas suas decisões de afectação de recursos. Para além disso, é provável existirem externalidades significativas quer do lado da produção quer do consumo.” O autor reconhece e alerta também para a necessidade de a política cultural compreender e integrar essas duas dimensões de valor, cultural e económico, presentes nos bens e serviços culturais.

Ainda dentro do domínio das políticas de apoio à produção, criação e difusão artística e cultural, a acção das duas autarquias tem-se demonstrado menos evidente no que respeita à formulação de objectivos e à criação de instrumentos de apoio e fomento dos processos de *clustering* destas actividades. Reconhecendo as vantagens da cooperação entre os diversos agentes, públicos e privados, e a necessidade de criar efeitos de escala ou desenvolver massa crítica a nível local, estas autarquias actuam apenas residualmente com instrumentos directos que favoreçam localmente uma trajectória de *clustering*. A sua intervenção limita-se, grosso modo, a sensibilizar pontualmente os agentes privados ou públicos no sentido das vantagens da colaboração ou da associação entre eles, não dispondo até ao momento de medidas de política mais específicas. Mas, no entanto, existem sinais de abertura dos responsáveis autárquicos para reforçar os campos de articulação entre as políticas cultural e as políticas económica, de promoção do emprego, de apoio à inovação e de fomento da criatividade.

No caso de Vila do Conde verificamos uma concentração de infra-estruturas e equipamentos culturais de iniciativa autárquica no centro histórico que pode favorecer um processo de *clustering*. Esta oportunidade deverá, no entanto, ser reforçada com a criação de outros instrumentos de política, nomeadamente, nos campos da atracção de novos agentes privados, do apoio à diversificação de actividades capaz de gerar relações mais alargadas dentro

da cadeia de valor do sector cultural, bem como, do apoio à profissionalização e ao empreendedorismo cultural. A autarquia estabeleceu recentemente um protocolo com a Fundação de Serralves que pode contribuir para esse efeito de aumento de escala no sector, na medida em que acentua a abertura do tecido cultural ao exterior. A Câmara Municipal tem igualmente como objectivo promover novas medidas que contribuam para aumentar a sustentabilidade da actividade artística e cultural, incluindo uma nova política de preços para os serviços culturais.

Em Montemor-o-Novo os desafios que se colocam são comparáveis mas não são ainda evidentes objectivos e medidas de política local orientadas para um processo de *clustering* cultural. As articulações entre os principais agentes culturais e outras actividades comerciais locais (principalmente ao nível dos serviços de restauração e alojamento turístico) ou o reconhecimento das vantagens da cooperação entre os agentes, públicos e privados, exógenos e endógenos⁷⁶, constituem um potencial de desenvolvimento de um *cluster* cultural, mas sem que, até ao momento, a iniciativa autárquica tenha assumido um papel activo de maior relevância. O lançamento do projecto de cooperação entre a associação “O Espaço do Tempo”, a Câmara Municipal e o Ministério da Cultura / Direcção Regional da Cultura do Alentejo, que visa a criação do Centro Nacional de Artes Transdisciplinares pode constituir um novo motor desse processo de *clustering*. A Câmara Municipal lançou recentemente um estudo no sentido de avaliar os efeitos do sector cultural local a nível económico, abrangendo diversas áreas (como a hotelaria, as empresas de serviços de transportes públicos, outras empresas de electrónica e de multimédia, etc.). Segundo Rui Horta (2009), o “O Espaço do Tempo” constitui hoje uma *driving force* do desenvolvimento cultural e económico do concelho de Montemor-o-Novo e o mesmo autor e coreógrafo (director da Associação referida) afirma, ainda nesse sentido, que “A constelação Autarquia, Teatro, Agentes Culturais, Escola e Agentes Económicos é a constelação do futuro e a chave do nosso desenvolvimento”. Esta ideia de constelação aproxima-se do conceito de *cluster*.

Num outro campo de acção, as duas autarquias concedem prioridade aos objectivos de formação e de sensibilização das populações para as práticas artísticas e culturais. A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo enuncia como um dos eixos estruturantes da sua política a formação da população no sentido do desenvolvimento de um pensamento crítico e da disponibilização à população de referenciais diferenciados no campo das artes e da cultura (quer dentro da chamada cultura erudita, quer da cultura popular). Este objectivo de política educativa é consubstanciado através de diversos instrumentos e medidas, incluindo a promoção directa por parte da estrutura técnica da autarquia das oficinas já referenciadas⁷⁷, ou a sua cooperação e apoio aos agentes culturais e artísticos no sentido da realização de actividades de

⁷⁶ Designamos agentes exógenos aqueles que se instalaram mais recentemente no concelho com o objectivo de desenvolverem projectos artísticos e culturais, trazendo consigo novos recursos artísticos e humanos qualificados, bem como redes de ligações com o exterior.

⁷⁷ A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo criou igualmente, em finais da década de 70, a primeira biblioteca pública fora do litoral.

formação e de sensibilização, prioritariamente orientadas para o segmento escolar e, complementarmente, para outros segmentos da população residente. O envolvimento dos professores é considerado pela autarquia de importância estratégica, na medida em que estes acompanham a população mais jovem. Os professores encontram-se em posição privilegiada para disponibilizar à população escolar um conjunto de referências, facultando-lhes ligações com as redes sociais locais e oferecendo-lhes oportunidades de experimentação e o despertar para actividades artísticas e culturais que influenciarão as suas práticas culturais futuras.

Para a autarquia de Vila do Conde a vertente educativa e de formação de públicos constitui também um objectivo essencial da política cultural, justificando a sua preocupação em matéria de articulação entre política de educação e política cultural. Dentro dos seus serviços ou como contrapartida dos apoios que concede aos agentes culturais, a Câmara Municipal de Vila do Conde tem conseguido multiplicar os serviços e a promoção de actividades destinadas à população escolar e mais jovem⁷⁸.

Os objectivos e os instrumentos da política municipal neste domínio da formação, mediação e sensibilização para as artes e a práticas culturais constituem factores essenciais de valorização do capital humano e de promoção da criatividade. Num contexto em que o sistema educativo formal, de iniciativa pública ou privada, remete para uma dimensão relativamente secundária a experimentação artística e o ensino pelas artes, o papel das estruturas artísticas e culturais adquire uma relevância extraordinária no desenvolvimento de competências pessoais e no estímulo da criatividade. A política cultural local pode, nesta matéria, reforçar significativamente os *drivers* de mudança na sociedade portuguesa no sentido de estimular a criatividade, particularmente, a criatividade de natureza artística, respondendo aos desafios da sociedade do conhecimento, da economia da criatividade (United Nations, 2008) e da inovação. As duas autarquias estudadas integram como vimos uma vertente importante nesta matéria, mas podem ainda, de futuro, acentuar outros eixos de intervenção desde que aprofundem os espaços e projectos de convergência e de inter-relação entre os sistemas científico, educativo, artístico e social. Nota-se, no caso de Vila do Conde, que a aposta da Câmara Municipal ao nível da divulgação e vulgarização científica pode vir a demonstrar-se também muito interessante nesta matéria.

Por fim, sublinhamos alguns elementos da política cultural das duas autarquias que apontam ou introduzem novos contributos para modelos de *governance* e que, por essa via, se reconhecem como factores favoráveis em matéria do robustecimento do capital social e da concretização de estratégias de *clustering*. Analisando os diversos níveis em que se podem consubstanciar princípios e formas de *governance*, seja nas relações verticais, entre as

⁷⁸ Fazem parte deste domínio os serviços educativos nos museus municipais e as actividades educativas promovidas pelos principais agentes culturais, incluindo as “Curtinhas” ou o “Animar”, promovidos pela Cooperativa Curtas Metragens, o programa educativo da associação Circular “Derivas artísticas” e outras actividades com as escolas, o apoio a actividade com as escolas desenvolvidas pela Academia de Música, entre outras.

administrações públicas local e central, seja nas relações dentro da própria administração local, entre os vários sectores de intervenção política, seja ainda, nas relações entre agentes públicos e privados, identificamos condições muito idênticas nestes concelhos.

No que respeita à relação das autarquias com a administração central, representada no quadro das políticas culturais pelo próprio Ministério da Cultura, as respectivas Direcções Regionais da Cultura e o conjunto de outros Institutos integrados na orgânica do Ministério, fora algumas excepções de projectos pontuais⁷⁹, a articulação mais regular estabelece-se na colaboração entre serviços ao nível da gestão e animação de alguns monumentos ou unidades de interpretação e museológicas instaladas nestes territórios⁸⁰. Conforme referido anteriormente, a excessiva concentração da intervenção política do Ministério da Cultura nos seus próprios organismos sectoriais, predominantemente centralizados (à excepção dos serviços do IGESPAR que hoje integram as Direcções Regionais de Cultura), dificulta a sua participação mais activa na tomada de decisão e na acção de base territorial.

Nos campos da produção e criação artística, da programação cultural e da formação e sensibilização dos públicos, as duas autarquias privilegiam a cooperação com parceiros privados, sendo esses três eixos fundamentais da sua política cultural. Esta cooperação é, como vimos, uma prioridade política claramente assumida, consubstanciada em instrumentos diversos que ultrapassam o mero sistema de financiamento público⁸¹.

São contudo menos claros os esforços políticos destas duas Câmaras Municipais para estruturarem políticas municipais mais integradas, que aprofundem as relações entre a cultura e outros sectores de intervenção. Em determinados sectores, como o turismo, o desporto e lazer, a educação, o ambiente ou a reabilitação urbana, as conexões com a cultura, para além de reconhecidas e retratadas nos objectivos de política formulados, são objecto de alguns programas e actividades específicos - programação de serviços educativos em articulação com o sistema escolar, organização e promoção da agenda de manifestações e eventos municipais, projectos de articulação entre património cultural e ambiental, estratégias de valorização de recursos culturais vocacionadas para o mercado turístico, programas de reabilitação urbana com uma componente significativa de salvaguarda e interpretação do património cultural.

Já no que respeita à relação entre a política cultural e outras políticas orientadas para os restantes sectores da política local, como sejam o desenvolvimento económico, o emprego, a integração social, as obras públicas ou o urbanismo, essa é muito menos traduzida em objectivos específicos e em instrumentos ou medidas de acção. Por exemplo, o sector emergente das indústrias culturais, objecto potencial de uma estratégia política de atracção de actividades

⁷⁹ Caso do projecto do Centro Nacional de Artes Transdisciplinares em Montemor-o-Novo, em parceria entre as duas administrações e um parceiro privado.

⁸⁰ Incluem-se neste caso a gestão afecta às Direcções Regionais da Cultura de alguns imóveis como o Castelo de Montemor-o-Novo.

⁸¹ As referências anteriores ao longo deste subcapítulo e do subcapítulo 5.2 confirmam esta constatação.

económicas, não tem sido por parte destas autarquias objecto de medidas específicas de apoio que permitam favorecer o processo de *clustering* cultural. Mesmo ao nível das políticas sociais, a relação com a política cultural ainda se mantém relativamente ténue ou pontual, se considerarmos as apostas possíveis nesta matéria (promoção da auto-estima junto de grupos de população excluídos ou em processos de exclusão, da diversidade cultural, do diálogo intercultural). No caso das obras públicas e do urbanismo, as dificuldades de extensão de regulamentos ou princípios de protecção aplicadas ao centro histórico continuam a manter-se. Uma maior integração sectorial constitui, sem dúvida, um considerável desafio para as duas autarquias locais. As insuficiências de integração têm dificultado, nos dois municípios, sem dúvida com diferenças entre eles, o reforço do papel catalisador da cultura nos processos de desenvolvimento local.

6. Conclusão: que novos desafios para a agenda política municipal?

O estudo de dissertação que desenvolvemos e que centra as análises, teórica e empírica, elaboradas no questionamento da forma como é possível e desejável que as políticas públicas, orientadas para o sector cultural e a uma escala municipal, em Portugal, se venham a formular tendo como referência uma tríade conceptual dinâmica, que articule os conceitos de capital - cultural, social, humano e criativo, de *clusters* e distritos culturais e de *governance*, permite extrair as seguintes conclusões finais.

1. Uma primeira conclusão global aponta no sentido de que hoje a compreensão e a intervenção, institucional e política, no domínio da cultura, exigem um entendimento multifacetado dos fenómenos e das dinâmicas culturais que, para além do reconhecimento da existência de conceitos distintos de cultura, percepcione diversas perspectivas de abordagem da cultura dentro dos quadros teóricos e empíricos do desenvolvimento económico, social e territorial (regional), da economia e da sociedade do conhecimento e informação. Ou seja, a cultura e as políticas culturais exigem um olhar conexo dentro de novos quadros referenciais.

São diversos os autores que salientam a necessidade de abordar a questão cultural numa dupla perspectiva. Por um lado, uma noção restrita de cultura confinada às artes e aos bens artísticos, depositários de cargas simbólicas e estéticas dominantes, que provém, com mais ou menos adaptações, do iluminismo francês do século XVIII. Por outro lado, uma noção alargada de cultura, que engloba diversas formas de expressão, comunicação e organização no seio de uma qualquer comunidade e na relação desta com outras comunidades e que assume a sua verdadeira dimensão com os antropólogos americanos, nos finais do século XIX e início do século seguinte, precedendo diversas outras interpretações (desde o culturalismo, ao estruturalismo de Lévi-Strauss ou aos conceitos posteriores que surgem da noção diversa e plural de cultura, como são o de subcultura, de contra-cultura ou de aculturação). A compreensão e o relacionamento das diversas noções de cultura contribuem para enriquecer o quadro de interpretação e de intervenção na realidade, transpondo o dualismo, mais frequentemente evocado pelos actores e políticos, entre cultura erudita e cultura popular.

Para além do enriquecimento que essa dupla visão da cultura transporta, a incorporação, principalmente a partir de meados do século XX, da dimensão cultural no corpo teórico de outras ciências, da economia, da ciência regional, da geografia, do urbanismo ou da ciência política, significa uma verdadeira transformação dos quadros analíticos, de representação e de acção sobre a realidade cultural na sociedade contemporânea.

A cultura é entendida como “elemento intrínseco do desenvolvimento”, como finalidade do desenvolvimento humano e, simultaneamente, como alavanca do desenvolvimento social e

económico. Ela adquire dimensões de natureza económica, espacial, social e política e exige abordagens específicas nas diversas disciplinas.

As políticas culturais das autarquias estudadas incorporam em parte estas perspectivas, fundamentalmente na formulação das finalidades políticas, na medida em que elegem como objectivos centrais o desenvolvimento das pessoas e o seu contributo para o desenvolvimento económico e social local. No entanto, as abordagens específicas que cada uma das autarquias adopta não são tratadas com o mesmo grau de estruturação e acção, na medida em que a integração entre os diferentes domínios de acção política é bastante rudimentar em certos casos ou, pelo menos, apresenta uma enorme margem de progressão.

Podemos afirmar que a cultura abrange um conjunto alargado e diversificado de actividades de produção artística e cultural, de bens e serviços de consumo e transaccionáveis no mercado e de formas e motivações de consumo. As particularidades dos seus sistemas de produção, de mercado e de consumo, a multiplicação de formas institucionais e de gestão das estruturas artísticas e culturais e a complexidade dos sistemas de regulação dessas actividades e práticas justificam a constituição de um campo específico no domínio da ciência económica. Para além disso, a cultura, porque contribui para construir, em associação com as dimensões físicas e naturais, a identidade de um território tem adquirido um papel importante dentro da ciência regional, na medida em que ajuda a compreender, espacial e territorialmente, os fenómenos económicos.

A cultura como elemento intrínseco e motor das estruturas humanas, sociais e organizacionais é catalisador das suas relações e da sua evolução e determina os seus fins e as suas disposições (normativas, reguladoras e de actuação). Ela faz parte da construção social e condiciona a acção política e de governação.

Os diversos elementos e dinâmicas culturais dos concelhos tendem a ser encarados, dentro do quadro político das Câmaras Municipais de Vila do Conde e de Montemor-o-Novo, numa perspectiva sistémica, evidenciando as relações entre si e as relações com outros sistemas locais, económico, social e territorial. No caso de Vila do Conde, a política cultural tem sido assumida em estreita articulação com as políticas de regeneração urbana, de promoção do sector turístico e de atracção de novos residentes, combinando o património histórico-cultural, elemento identitário essencial da comunidade e do território, com a criação e produção artísticas contemporâneas. No caso de Montemor-o-Novo a importância política atribuída ao desenvolvimento cultural centrado nas pessoas, reunindo estruturas associativas de base local e as representações que estas formam dos valores, tradições ou símbolos comunitários identitários com novos actores e estruturas de criação artística contemporânea, apresenta uma crescente interligação com a promoção de novas actividades económicas locais, com as estratégias locais de coesão social e territorial e com objectivos de afirmação e diferenciação do concelho no contexto regional. Em qualquer um dos casos verificamos sinais claros de uma visão plural da

cultura e a consciência da necessidade e do potencial que as políticas culturais e de promoção de actividades artísticas podem representar para o desenvolvimento local. Mas em qualquer dos casos também é possível apontar desafios e progressos relativamente a uma estratégia de desenvolvimento cultural integrada, económica, social e territorialmente, com a estratégia global de desenvolvimento socioeconómico.

2. Uma segunda conclusão geral sugere que a cultura, enquanto campo e objecto de intervenção política, se assume, simultaneamente, como capital, factor de produção ou recurso da comunidade, como um sector de actividade económica, que representa uma cadeia de valor específica que estabelece relações de interdependência com outros sectores económicos e em “simbiose” com o território (o lugar) em que se instala, e como um domínio de partilha de responsabilidades, na organização, na tomada de decisão e nos poderes de deliberação que condicionam a situação e a evolução prospectiva da realidade humana, social, económica e territorial.

De uma forma diferenciada e consoante os referenciais teóricos, da sociologia, da economia ou da ciência política, o entendimento da cultura enquanto capital traz novas balizas para a interpretação das realidades sociais e económicas específicas e para a formulação de fins e instrumentos da acção política. A cultura enquanto capital adquire significado por si e no seio das relações que estabelece com outras formas de capital. O capital é (Pratt, 2008) entendido como um benefício para qualquer indivíduo que o utiliza e, deste modo, é encarado como factor de produção. Mas o capital é igualmente entendido como recurso, na medida em que se encontra disponível na sociedade e permanece acessível para os indivíduos e as organizações, gerando externalidades que podem beneficiar a comunidade e outros domínios da economia.

Os sistemas culturais representam, como outros, uma cadeia de valor económico, significando a integração de diferentes actividades, interligadas e sucessivas, desde a criação (concepção) ao consumo final de bens e serviços artísticos e culturais e com um potencial de interacção, em qualquer uma das fases da sua cadeia de valor, com outros sectores económicos. Estes sistemas culturais, na medida em que se estabelecem e relacionam no espaço, beneficiando de oportunidades ditadas pela proximidade de localização ou pela concentração espacial, configuram potencialmente condições de geração de benefícios, seja para as próprias estruturas (empresariais e institucionais), seja para as economias, sob a forma de externalidades positivas e de produção de riqueza.

Então e de forma análoga ao que se passa com outros sectores económicos, industriais ou de serviços, as políticas públicas que têm por objecto de intervenção o sector cultural ou que visam, sob qualquer finalidade ou estratégia (de qualificação ou regeneração urbana, de competitividade económica, de inovação ou de marketing urbano e territorial), estimular a

cultura como alavanca do desenvolvimento recorrem, cada vez mais, a estratégias e processos de *clustering* territorial e de formação de distritos culturais.

Nos concelhos que analisámos, o sector de actividades culturais mantém-se relativamente centrado num núcleo de actividades relacionadas com a valorização do património cultural, a promoção e difusão desse património e das expressões artísticas junto da população e a produção e criação artísticas. Apesar de emergentes, as actividades industriais de produção em massa e de difusão de bens e serviços culturais destinados aos mercados local e exterior são praticamente inexistentes. Os sistemas culturais nestes concelhos, embora reduzidos (se considerarmos a gama de subsectores alargada conforme as delimitações enunciadas), têm apresentado tendências de uma articulação crescente entre alguns dos seus agentes, que se mostram mais empenhados em práticas de cooperação e de associação, percebendo as vantagens que delas podem decorrer. No entanto, para além de algum apoio ou sensibilização por parte das autarquias, são ainda muito rudimentares (e pouco sistemáticos) os instrumentos da política cultural local que promovem a formação de *clusters* culturais.

O sucesso das políticas públicas para a cultura, posicionem-se elas dentro do foro mais convencional das políticas culturais em sentido estrito - centrado nas estruturas de criação e de produção, na promoção e valorização das actividades e no consumo e práticas artísticas e culturais da população, ou dentro de uma perspectiva de desenvolvimento da cultura como motor e finalidade do desenvolvimento social e económico - incluindo as políticas de *clustering* territorial, está também dependente de um grau mais elevado de *governance*. Para além do papel da administração pública, nos seus diversos níveis, estas políticas requerem uma intervenção concertada e equilibrada desta com os sectores privados (empresariais e institucionais, designadamente sem fins lucrativos) e com a sociedade civil.

As políticas e os seus resultados revelam-se condicionadas e condicionadoras do grau de *governance*. Elas são condicionadas pelo processo de *governance* na medida em que consigam alcançar ou gerir melhores formas e estruturas (formais e informais) de parceria e de cooperação, melhores competências, melhor partilha ou distribuição de recursos e de informação, maior equilíbrio em termos de poder de decisão e de poder de acção. Elas são condicionadoras do processo de *governance* na medida em que consigam estimular o interesse de outros agentes, *stakeholders* e da sociedade civil pela participação e cooperação, bem como desenvolver capacidades de gestão de compromissos, de influências ou de dissidências dentro das redes de tomada de decisão e de acção.

Vila do Conde e Montemor-o-Novo representam actualmente comunidades com particular potencial de progressão em matéria de *governance*, nomeadamente no que respeita ao sector cultural. O espírito e a geração de práticas de cooperação e de colaboração têm-se intensificado do lado das autarquias e pelo lado de um número significativo de agentes culturais. O reconhecimento das vantagens que a concertação de objectivos e de acções, que a partilha de

recursos e de decisões e que a gestão participada de estruturas são capazes de trazer, em benefício de todos, foi devidamente expresso pela maioria dos responsáveis, públicos e privados, entrevistados nesses dois concelhos. No entanto, não deixa de ser inquestionável o défice de mudança mais generalizada, em termos do número de agentes privados e públicos envolvidos e em termos da regularidade das práticas e das actividades.

O papel que as autarquias são chamadas a cumprir, em coerência com o governo, no que respeita a estes novos instrumentos de política cultural é crucial no sentido de transformar a cultura numa dimensão transversal do desenvolvimento humano e numa alavanca de sociedades robustas e mais coesas - porque alicerçadas nos elementos identitários das comunidades, de territórios mais diferenciados e sustentáveis - porque alicerçados nos seus recursos específicos, e de economias mais competitivas - porque mais organizadas e com mais vantagens comparativas.

3. Como terceira conclusão global, entendemos que as políticas culturais se devem delinear face ao conjunto de relações que os fenómenos e dinâmicas culturais estabelecem, enquanto capital cultural, com outras formas de capital, humano, social e criativo, seja pela óptica da substância, seja pela óptica das finalidades. Esta visão integrada e sistémica das diferentes formas de capital contribui, por sua vez, para compreender de que modo é que a relação entre cultura e desenvolvimento é condicionada ou condiciona cada uma das formas de capital enunciada.

O capital humano, entendido como conjunto de atributos associados ao indivíduo, que este pode introduzir e integrar no sistema económico através da sua participação no mercado de trabalho, integra educação, competências, cultura e conhecimento (Throsby, 2003, 2008). O Estado, através das políticas públicas, pode intervir sobre as condições e os recursos de natureza cultural que o indivíduo utiliza durante o seu processo de formação e de construção individual de capital humano. O capital cultural, dentro dos diversos estados (Bourdieu, 1979) ou formas (Throsby, 2003), oferece múltiplas oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento de saberes e de competências no indivíduo.

A cultura, num sentido global, enquanto sistema de valores, manifestações, representações, atitudes e práticas sociais e humanas, ou num sentido mais restrito, de representações artísticas, simbólicas e estéticas, materializadas ou não em suportes comunicacionais, influencia (Gould, 2001) os processos de desenvolvimento de capital humano. Mas a cultura influencia o capital humano não apenas no sentido individual, da construção de capital por parte do indivíduo, mas também no sentido de bem colectivo, do capital humano disponível em determinado sistema económico, social e territorial, que é capaz de gerar externalidades. As políticas culturais porque impactam o desenvolvimento do capital humano, factor vital da economia do conhecimento, assumem uma dimensão estratégica para a competitividade das economias contemporâneas e constituem, paralelamente, uma condição dos processos de *empowerment*.

A aposta na educação (ensino formal) enquanto processo de formação de capital humano (OECD, 2005) contribui, por sua vez, para a formação de capital cultural. O aprofundamento de conhecimento e o desenvolvimento de competências nos indivíduos aumentam as capacidades de relacionamento destes com o carácter multidimensional da cultura (estética, espiritual, social, simbólico e histórico) e são potenciadores de criatividade (Florida, 2002). O capital humano gera capital cultural e gera capital criativo. As políticas de educação e formação potenciam as condições de expansão e acumulação de capital cultural e a formação de capital criativo nas sociedades contemporâneas.

Uma das vertentes mais proeminentes no âmbito das dinâmicas culturais nos concelhos de Vila do Conde e Montemor-o-Novo coincide com a formação e sensibilização das populações para a cultura e as expressões artísticas, privilegiando os segmentos da população infantil e juvenil e da população escolar. Esta prioridade é partilhada pelas autoridades públicas, fundamentalmente as autarquias, e os agentes privados que intervêm a nível local, justificando um quadro de colaboração relativamente estruturado. O papel dos agentes culturais e o capital que as actividades culturais são capazes de oferecer aos indivíduos e à comunidade, dentro do contexto específico das práticas e consumos culturais, é reconhecido politicamente como potencial complemento do sistema educativo e, deste modo, como factor de desenvolvimento não apenas do capital humano, como do capital criativo. Os decisores, políticos e institucionais, nestes dois municípios, entendem e, ao mesmo tempo, são capazes de transferir para a prática de actuação dentro das suas organizações, o potencial que a formação e sensibilização representa no desenvolvimento cultural e criativo das pessoas. Esta realidade evidencia a mais-valia que as relações entre estas diversas formas de capital, humano, cultural e criativo, estão em condições de representar no âmbito das políticas de desenvolvimento local.

Por outro lado e no que se refere ao capital social, este é visto por diversos autores como “qualidade criada entre actores”, distintamente do capital humano, que é entendido como “qualidade própria dos indivíduos”. O carácter polissémico do capital social fundamenta as ligações profundas que ele estabelece com a cultura. Os elementos constituintes do capital social (que representam diversas características das organizações sociais, como sejam, normas, redes, reciprocidade, confiança social, entre outros) têm raízes de natureza cultural, porque se associam a valores, representações, atitudes e práticas específicas das comunidades, mantêm, segundo alguns autores, raízes históricas ou religiosas e são, no entendimento de alguns, evolutivas ao longo do tempo. As diversas componentes do capital cultural e a sua dinâmica moldam as características do capital social, ou seja, condicionam a sua estrutura e as formas de funcionamento.

De acordo com o que alguns autores (A. Tocqueville, Putnam, Gould) evidenciaram dentro do seu campo de investigação sobre o conceito de capital social (ou sobre outras formas antecedentes de representação das relações sociais), os modos e práticas culturais numa comunidade - o

associativismo, as práticas culturais domésticas (*indoor*), a participação em actividades artísticas a oferta diversificada de locais de encontro e sociabilidade, influenciam a formação e a natureza do capital social. Dentro deste quadro de reflexão podemos atribuir às políticas culturais um papel significativo na construção e configuração evolutiva do capital social no seio das comunidades ou grupos sociais e, conseqüentemente, uma capacidade de impactar a *performance* social e os seus efeitos em termos de *performance* económica.

O capital social condiciona por sua vez a criação e o desenvolvimento de capital cultural. Bourdieu (1979) destaca a importância que o meio familiar e, designadamente, o “capital cultural incorporado” detido pela família assumem na *performance* que o indivíduo adquire no seu percurso escolar e no desenvolvimento do “capital cultural incorporado” ou *habitus* do indivíduo, mas refere igualmente outros factores condicionadores desse percurso associados ao “volume de capital social do indivíduo”. Neste caso, menciona a “extensão das redes” de relacionamento em que o indivíduo se encontra integrado, para além das formas como ele mobiliza essas relações. A correlação entre capital social e outras variáveis sociais é destacada também por Putnam (1993) que indica, designadamente, a relação com a *performance* escolar dos indivíduos. Esta interdependência entre as duas formas de capital deve ser entendida e pode ser explorada dentro dos próprios objectivos de política cultural.

Nos dois concelhos abordados encontramos sinais interessantes de interligação entre o capital social e a evolução das dinâmicas culturais, do empreendedorismo cultural e da geração de redes entre agentes culturais locais. No caso de Vila do Conde, as relações de confiança e inserção em redes de pessoas, que funcionam no contexto das dinâmicas culturais e associativas locais, contribuíram de forma clara para a integração de gerações mais novas (pessoas que estudaram fora de Vila do Conde mas que decidiram investir em projectos culturais no seu concelho de origem) na dinâmica local e favoreceram o empreendedorismo cultural (traduzido na criação de novas organizações de base associativa promotoras de programações e eventos artísticos). Em Montemor-o-Novo o fenómeno da integração entre os agentes culturais locais e os exteriores que se instalaram localmente beneficiou, em parte, da capacidade de geração de redes pessoais e de relações de confiança entre a 2ª geração (os filhos de alguns agentes culturais que vieram de fora instalar-se no concelho e que, a partir do momento que estabeleceram relações de amizade e proximidade, a partir da escola e da frequência dos mesmos espaços, estimulam a cooperação entre as instituições culturais).

No que respeita às relações do capital criativo com outras formas de capital, encontramos no quadro teórico desenvolvido por Florida (2002) algumas proposições relevantes que remetem para outros autores ou abrem para novas abordagens, em especial, centradas no papel da criatividade na agenda da inovação e da economia do conhecimento. O desenvolvimento de atitudes e de práticas criativas ou a incorporação de criatividade dentro dos processos de inovação encontram-se condicionados, considerando as teses de Florida (2002), pelos outros

tipos de capital: capital humano, potenciador de criatividade e capital cultural e capital social, que determinam em grande medida a configuração e dinâmica dos ambientes ou locais criativos. Neste sentido, as políticas que elegem a promoção da criatividade como objectivo ou como meio para promoção da inovação e de uma economia mais competitiva, não podem deixar de equacionar instrumentos orientados para qualquer uma dessas formas de capital.

As políticas autárquicas de Vila do Conde e de Montemor-o-Novo têm-se mantido, até recentemente, mais afastadas das dimensões associadas à inovação. Tal situação justifica-se, em grande medida, porque o envolvimento das autarquias no quadro dos sistemas de inovação tem sido menos frequente, em virtude, por um lado, de uma centralização significativa das políticas públicas para a inovação e, por outro lado, pela distância que as autarquias ainda mantêm relativamente aos actores centrais do sistema, que são as empresas e as instituições de I&D. Os responsáveis autárquicos e os agentes artísticos e culturais manifestam uma maior dificuldade de compreender os espaços de interacção e as interdependências entre a política cultural, o desenvolvimento de competências artísticas e criativas nas pessoas (em especial nas crianças e jovens) e a evolução das práticas e sistemas de inovação associados à economia (inovação no sentido tecnológico, de produto ou processo e organizacional). Têm surgido alguns nichos de realce, no caso das áreas de design, mais facilmente absorvidos pelas práticas mais tradicionais ao nível da política cultural. Mas os desafios continuam a ser incomensuráveis.

4. Uma quarta conclusão que retiramos deste trabalho de dissertação aponta no sentido de que os quadros conceptuais e teóricos abordados configuram um conjunto de novos instrumentos de política pública cultural que não se encontram ainda generalizados na prática das políticas culturais municipais em Portugal.

A evolução mais recente do panorama nacional em termos das políticas culturais municipais não parece evidenciar mudanças generalizadas no tipo de princípios orientadores e de instrumentos que acompanhem o desenvolvimento dos quadros teóricos e das agendas políticas internacionais nos temas e questões que foram objecto da nossa análise. De acordo com as referências examinadas a partir da literatura disponível, o *mainstream* das intervenções nos quadros políticos municipais para o sector da cultura coincide com determinados domínios, como sejam: a valorização do património local, predominando algumas áreas de preservação do património arqueológico e monumental e a política e projectos museológicos; a dotação dos territórios (principalmente nas sedes de concelho) com equipamentos culturais, com tipologias diversas, em geral consoante a dimensão e a estrutura urbanas; a programação de eventos e manifestações culturais, consubstanciada numa agenda local e associada, predominantemente, aos equipamentos municipais existentes; o apoio financeiro e logístico aos agentes culturais locais e ao associativismo; e mais recentemente, a “formação de públicos”, com especial incidência no público escolar. Verificamos, na generalidade das autarquias, uma menor orientação das

políticas e uma falta de formalização de objectivos ou medidas para outros domínios, como sejam: a formação artística e o desenvolvimento de competências de promoção, gestão e marketing cultural; a promoção da cooperação e da organização de redes, dentro do espaço local e com outros contextos, no território nacional ou internacionalmente; as estratégias de internacionalização; a sensibilização dos vários segmentos da população para as práticas artísticas e culturais, nomeadamente, com objectivo de qualificação e diversificação dos seus consumos; a integração da cultura com outras áreas de intervenção política local, designadamente, no campo social, da qualificação e regeneração urbana, da valorização económica de recursos, etc.

Constatamos, por último, apenas a emergência de algumas preocupações políticas e de algumas medidas ou instrumentos, mesmo embrionários, em domínios como sejam: o fomento de estruturas artísticas e culturais com carácter empresarial e a promoção do empreendedorismo cultural; o acolhimento e incentivo à atracção e fixação de empresas ligadas às indústrias culturais; a promoção do multiculturalismo e do diálogo inter-cultural; ou a promoção de modelos de *governance* que integrem uma vertente cultural significativa.

O estudo dos dois casos permitiu-nos confirmar, nessas situações específicas, algumas destas tendências. Presumivelmente estamos perante dois casos que representam performances relativamente avançadas dentro do quadro global das políticas municipais culturais no país. Pelo menos, esta é a ideia que, em face dos resultados obtidos e do conhecimento empírico que a autora tem do panorama das políticas culturais municipais em Portugal⁸², podemos retirar.

As Câmaras Municipais de Montemor-o-Novo e Vila do Conde entendem que a política cultural se inscreve dentro da estratégia e da política de desenvolvimento do respectivo concelho e influencia ou contribui para o seu desenvolvimento económico. No entanto, em qualquer um dos casos, o reconhecimento e a capacidade para a integração da política cultural com os outros domínios da política local são menos alcançados (em especial com domínios como a economia, o emprego, o urbanismo, a coesão e integração social), reduzindo em parte o potencial que a cultura, nas suas diversas dimensões, pode assumir como motor dos processos de desenvolvimento sócio económico.

A política cultural assenta nos dois municípios em três eixos estruturantes, que se inter-relacionam e remetem para outros eixos de menor importância. Esses três eixos incluem a preservação do património, o desenvolvimento da criação e produção artística contemporânea e a formação e sensibilização da população para as práticas artísticas e criativas.

⁸² A autora tem participado e coordenado, desde os anos 80, de forma regular, trabalhos com os municípios, em todo o país, que incidem especificamente sobre o sector cultural ou que versando sobre estratégias de planeamento territorial / municipal ou urbano, integram uma componente sobre o domínio cultural e respectivas estratégias de política local. No Anexo 4 é apresentada uma lista de trabalhos em que autora participou.

Os dois municípios destacam-se no panorama nacional pela importância estratégica que remetem à criação e produção artística, pela autonomia e espaço que consagram aos agentes privados, pelo papel supletivo que atribuem (embora com diferenças) à própria autarquia, designadamente, circunscrevendo os critérios de programação cultural local e de apoio a matérias que não abarcam tendências, concepções ou formas de expressão artística. Neste âmbito são assinaláveis, como referimos, os sinais (alguns mais rudimentares) de progressivo fomento de parcerias e de *governance*, na medida em que privilegiam a cooperação com os agentes locais, para além da emergência de indícios de condições de *clustering*.

No campo do desenvolvimento de competências artísticas e da intensificação das práticas culturais e artísticas da população, os dois municípios formulam objectivos que se colocam para além do simples objectivo de formação de públicos, numa perspectiva de mercado (criando procura para a oferta de programação), perspectiva mais frequente dentro deste nível político. A aposta, em parceria com os agentes locais, em programas e instrumentos associados à mediação e à promoção de “serviços educativos”⁸³ e reconhecendo o importante papel que o ensino artístico adquire na educação das crianças e jovens, reflecte nas duas Câmaras Municipais a importância dada à política cultural como factor de desenvolvimento de capital humano e de criatividade.

No que respeita à preservação do património, designadamente histórico-monumental, destacamos a importância, sobretudo na Câmara Municipal de Vila do Conde, que a articulação entre as políticas de regeneração urbana e cultural assumiram no quadro da competitividade da cidade e da sua performance actual no contexto da área metropolitana do Porto.

5. A quinta, e última, conclusão que retiramos aponta no sentido da confirmação de que as políticas culturais municipais em Portugal podem (devem) evoluir e enriquecer-se a partir de novos quadros teóricos e de interpretação da realidade, renovando o seu conjunto de objectivos e instrumentos em face das novas concepções que decorrem desses referenciais. No âmbito desta última conclusão pretendemos enumerar diversos aspectos que complementam as respostas à nossa questão de partida, ou seja, o modo como é que se podem enformar os novos vectores das políticas públicas locais orientadas para a cultura partindo do conhecimento que a base conceptual e teórica abordada nos fornece.

O campo de acção das políticas culturais municipais mantém-se ainda no caso português relativamente circunscrito às actividades e dinâmicas associadas ao círculo do “campo nuclear das artes” (*core arts field*) (KEA, 2006), não abrangendo, em geral, outros sectores que integram as “indústrias culturais”. Esta situação, se na maioria dos casos, poderá estar associada a uma

⁸³ Trata-se de uma designação mais comum para o tipo de actividades que a maioria dos agentes proporcionam com os diversos segmentos da população e que são estimulados pelas respectivas autarquias.

debilidade da massa crítica local em termos de actividades neste segundo conjunto de sectores - cinema e vídeo, televisão e rádio, jogos de vídeo, música e edição de livros e imprensa (KEA, 2006), não deixa de representar restrições ao nível da formulação dos objectivos de política e do desajustamento de competências dos seus protagonistas. As divergências entre as características organizativas (institucionais) e de produção e mercado dominantes em cada um dos subsectores referidos parecem constituir uma primeira dificuldade na formulação das políticas municipais. A proximidade das actividades inseridas nas indústrias culturais (KEA, 2006) com outros sectores económicos empresariais afasta o âmbito da intervenção autárquica do cerne em que se posicionam ainda as políticas culturais.

Um dos grandes desafios para as câmaras municipais situa-se, hoje, ao nível da capacidade de integrar e relacionar campos de acção tão distintos como as artes, o património e as indústrias culturais, os quais recorrem a recursos similares presentes no território, nomeadamente, as competências, a criatividade e os diversos elementos de valor simbólico e estético, associados ao capital humano e ao capital cultural. A criação pelo poder local de condições para o desenvolvimento de massa crítica neste sector de actividade justifica, paralelamente, a valorização das idiosincrasias dos recursos culturais dentro de estratégias de diferenciação de produtos nos mercados, local e externos, e de competitividade.

Outro dos âmbitos essenciais em que é fundamental evoluir ao nível das políticas municipais relaciona-se com a questão da educação e da formação, não exclusivamente artística, no sentido de dar resposta a uma vocação e de formar para o exercício de uma profissão artística, mas em termos do desenvolvimento generalizado de capacidades criativas de natureza estética e simbólica. Neste campo, são inúmeras as hipóteses de progresso em termos de objectivos e de instrumentos de política associadas ao reforço, integrado e articulado, do capital humano, do capital cultural e do capital criativo.

Hoje é frequente encontrarmos na organização dos pelouros autárquicos a associação entre os domínios da educação e da cultura. Esta situação não traduz contudo uma resposta efectiva e nas dimensões desejáveis de uma integração de políticas, de instrumentos e de resultados. Entendemos que é urgente uma mudança de paradigma que se traduza, designadamente, pela interpenetração e cooperação entre as comunidades educativa (formação inicial e formação avançada) e cultural, a nível local e regional. Esta cooperação deverá implicar inúmeras mudanças ao nível das atitudes e práticas dos responsáveis e dos agentes de cada uma das comunidades, reduzindo ao máximo o ensimesmamento que hoje ainda permanece em boa parte desses agentes. O reforço do papel das políticas públicas autárquicas pode tornar-se um motor de melhoria do nível de *governance*, considerando esta carência de relacionamento, de confiança e de redes de trabalho e de cooperação entre os dois sectores.

Entre os instrumentos de política a robustecer inclui-se a utilização regular, articulada e eficaz dos equipamentos e estruturas culturais municipais, públicas e privadas, e do capital cultural

que lhes está associado (incluindo os recursos materiais, imateriais, humanos e organizacionais), transformando-os em recursos, métodos e conteúdos, de formação e de aprendizagem, inicial e ao longo da vida. Tal implica que, para além da frequência de visitação que a população escolar mantém, de forma mais ou menos ocasional, se passem a adoptar, generalizadamente, práticas regulares de visitação das organizações artísticas e culturais que implicam a preparação prévia, por parte de agentes de ensino e dos agentes culturais, dos programas, dos conteúdos e das actividades a realizar⁸⁴.

Outra das áreas onde é não só desejável mas impreterível intervir respeita aos modos e regularidade da participação dos artistas e agentes culturais nas práticas formais de aprendizagem, no seio do ambiente escolar. Dentro desta vertente, essencial no sentido de incrementar na população escolar (os alunos) os saberes e competências criativos e artísticos, para além dos conhecimentos científicos, impõem-se alterações consideráveis nos modelos de ensino, nas atitudes dos formadores e nos métodos aplicados. A escola tem de formar as pessoas dentro de um novo paradigma, no qual o desenvolvimento de experiências e de percepções estéticas e a participação em actividades de expressão artísticas (dramática, plástica, etc.) não estão apenas acessíveis aqueles que pretendem fazer um percurso de formação orientado para uma profissão artística, mas a todos, enquanto desafio essencial para o desenvolvimento do capital criativo.

Uma terceira área de inovação política relaciona-se com a aproximação entre as organizações e os agentes da área científica e da área artística⁸⁵. É essencial fomentar as práticas de conexão das artes, através dos seus agentes ou dos equipamentos culturais, com os espaços e meios associados às entidades promotoras de I&D, C&T e inovação, bem como às empresas. Esta maior conexão possibilitará multiplicar, nos territórios, ambientes favoráveis à criatividade, através das suas diversas dimensões - tecnológica, científica, económica e cultural (UNCTAD, 2008). A aproximação entre estes dois planos, educativo - científico e artístico - cultural, não impacta apenas a criatividade, na medida em que pode gerar também efeitos no sentido contrário, designadamente, favorecendo a transferências de competências do plano científico ou tecnológico para o plano cultural (e das organizações). Esses efeitos podem ser traduzidos ao nível da transferência de competências para o sector cultural dentro das áreas do empreendedorismo ou da gestão e do marketing. Podem, por outro lado, centrar-se nas áreas tecnológicas, permitindo fomentar diversas formas artísticas, experimentais ou de vanguarda, com recurso às tecnologias digitais e às tecnologias de informação e comunicação.

⁸⁴ Hoje, no país, existem casos de boas práticas que, para além de poderem ser replicados e disseminados, devem ser aprofundados no sentido de uma maior compatibilização e comunicação entre matérias curriculares adoptadas no ensino e os recursos artísticos e culturais disponíveis.

⁸⁵ Neste domínio, como noutros, existem boas práticas no país que podem ser inspiradoras da criação de novos instrumentos de política cultural a disseminar. Existem projectos interessantes que tem como objectivo o cruzamento da ciência e da arte, da tecnologia e da arte e que representam novas formas de entendimento destes dois “mundos” e do seu potencial de interacção, não apenas no campo do intangível, mas também no campo de novos produtos e serviços, da economia e das empresas.

Evidenciamos igualmente a necessidade de as políticas municipais darem respostas mais adequadas, inclusive dentro do campo cultural, ao desenvolvimento de capital social. No sector cultural, à semelhança de outros sectores, as políticas públicas devem encontrar fórmulas capazes de gerar condições que contribuam para reforçar as relações entre agentes e organizações, assegurando efeitos positivos em matéria de cooperação. Qualificado em geral como um sector de forte individualismo, não deixa de ser desejável que se aproveitem, em termos de instrumentos e medidas de política, a existência de redes, de relações de confiança ou de reciprocidade, de normas, disponíveis entre artistas, formadores, produtores de conteúdos, difusores ou agentes de comercialização de conteúdos artísticos e culturais.

Ainda dentro de uma perspectiva de robustecimento de capital social, outro dos desafios que se coloca às políticas culturais situa-se no campo da integração social de grupos e segmentos de população excluídos, ou social e culturalmente desintegrados (nomeadamente, no caso de comunidades imigrantes e deslocadas). A promoção de programas e de medidas que visem a participação activa das pessoas em actividades de expressão artística (expressão visual, dramática, musical, performativa ou outra) têm efeitos muito positivos ao nível, entre outros, da auto-estima, da confiança, do relacionamento inter-pessoal, da afirmação de comportamentos identitários, construindo percursos notáveis de reforço de capital social nos indivíduos e a nível desses grupos ou comunidades. Este tipo de programas junto de comunidades ou grupos que protagonizam comportamentos considerados desviantes contribui para a valorização pessoal dos indivíduos, reforçando o seu capital humano e social, mas também para o reequilíbrio da vida social nos territórios, robustecendo o capital social colectivo (que decorre do processo de integração).

As autarquias locais podem contribuir, paralelamente, para a promoção da diversidade cultural dentro dos seus contextos territoriais, assegurando condições de maior diálogo e intercâmbios entre as diferentes expressões culturais e artísticas e estimulando, desta forma, a criatividade. Ou seja, podem recorrer a instrumentos de política que favoreçam a formação de “locais criativos” (Florida, 2003), apostando num trabalho de difusão das culturas de comunidades estrangeiras no território de acolhimento (através de festas, espectáculos, feiras, outras manifestações), ou na promoção de práticas artísticas multiculturais dentro do espaço escolar e dentro de outros espaços culturais, educativos ou formativos (universidades, organizações sociais, etc.).

Enunciamos alguns eixos de orientação e aposta política municipal em matéria cultural que podem contribuir para robustecer a conexão entre as diversas formas de capital estudadas e para gerar efeitos potenciados no que respeita ao papel que a cultura tende a assumir no quadro dos processos de desenvolvimento local. Estas linhas de política impõem, por sua vez, orientações harmonizadas em matéria das condições de governação, do relacionamento entre os agentes públicos e privados e da organização e concentração espacial das actividades.

Associada à questão do desenvolvimento de massa crítica a nível local, outra das apostas no âmbito municipal coloca-se na capacidade de as políticas públicas fomentarem práticas de colaboração, de cooperação e de associação em rede. Actualmente os agentes culturais e artistas apresentam-se organizados em estruturas de natureza e características muito diferenciadas - sector público, entidades privadas sem fins lucrativos e empresas, de dimensão micro, pequena ou média (excepcionalmente de grande dimensão, se considerarmos, por exemplo, os casos da imprensa e edição ou da televisão), que partilham entre si linguagens e conteúdos substanciais nas fases iniciais da cadeia de valor (criação, produção, formação) e se inter-relacionam de modo muito intenso a jusante na cadeia de valor (áreas da distribuição, da difusão e consumo de bens e de serviços).

As políticas culturais podem melhorar a intervenção no que respeita à promoção de novos formatos institucionais, apoiando agentes individuais, *freelancers* e artistas na criação de novas soluções, de base económica e organizativa, com mais apetência para a integração horizontal e vertical e, consequentemente, com maior capacidade de acesso ao mercado (e ao consumidor). As autarquias podem ser promotoras de estruturas, formais ou informais, de cooperação entre os diversos agentes culturais e artísticos, facilitando esses processos de integração vertical ou horizontal, a cooperação e a constituição de redes.

Mas neste domínio, os instrumentos podem orientar-se igualmente para a prossecução de estratégias de localização e de aglomeração, com vista à formação e desenvolvimento de *clusters*. Neste caso, alguns dos instrumentos de política podem combinar-se com outros campos políticos, designadamente, no domínio da regeneração ou revitalização de áreas urbanas (espaços industriais obsoletos e em desuso, áreas dos centros históricos em processo de progressivo abandono, novas áreas de expansão ou de reconversão), em domínios associados às políticas de inovação e I&D, com a criação de infra-estruturas de incubação de novas actividades artísticas e culturais (nomeadamente, em estruturas que fomentem a integração entre tecnologia e artes e a inovação) ou às políticas de incentivos para a localização de novas actividades e a fixação de artistas e outros profissionais qualificados. A cooperação entre o sector público e o sector privado torna-se uma condição essencial do sucesso dessas novas políticas.

Finalmente, um terceiro vector de desafio para as câmaras municipais coloca-se ao nível das performances em termos de alargamento de mercados e de internacionalização (quer na óptica da produção, quer do mercado cultural). No caso de políticas dirigidas para o desenvolvimento de *clusters* ou distritos culturais, com uma componente significativa de um ou mais sectores que integram as indústrias culturais (KEA, 2006), o potencial de produção de produtos em massa requer abordagens ao mercado, nacional e internacional, claramente distintas.

Podemos enumerar também, neste tipo de processos, a necessidade de uma regulação e gestão mais competente dos direitos de propriedade intelectual. Esta questão coloca exigências

específicas em matéria da política nacional, nomeadamente, no aperfeiçoamento do quadro legal e regulamentar que rege tais direitos. A evolução neste domínio apela também a um progresso no que respeita aos modelos de *governance*, com vista a assegurar uma melhor concertação de políticas e de instrumentos formulados e adoptados pelos dois níveis da administração pública (central e local).

Bibliografia

BABO, Elisa Pérez e COSTA, Pedro (2007) - As indústrias culturais e criativas: novos desafios para as políticas municipais. PORTUGAL, José e MARQUES, Susana (coord.) - *Gestão Cultural do Território*. Porto: Setepés. ISBN: 978-972-99312-5-3.

BABO, Elisa Pérez e COSTA, Pedro, coord. (2006) - *Plano de Intervenção Estrutural do Sector Cultural no Horizonte 2007-2013*. Quartenaire Portugal/Dinâmia - Ministério da Cultura.

BARDIN, Laurence (1979) - *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70. ISBN 9789724415062.

BENHAMOU, Françoise (2003) - *L'économie de la culture*. Paris: La Découverte. ISBN: 2-7071-3943-2.

BIANCHINI, Franco and LANDRY, Charles (1994) - *The Creative City. Working paper 3: Indicators of Creative City, A methodology for Assessing Urban Viability and Vitality*. Comedia. Disponível em: <http://www.institutumeni.cz/res/data/004/000568.pdf>

BOURDIEU, Pierre (1979) - Les trois étapes du capital culturel. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. N.º1. [em linha]. ISSN: 0335-5322pp. 3-6. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1979_num_30_1_2654. [Consult. 10 Maio 2009].

BOURDIEU, Pierre (1997) - *Razões Práticas*. Oeiras: Celta Editora. ISBN: 972-8027-55-9.

BOURDIEU, Pierre (2006) - Le capital social. Notes provisoires. BEVORT, Antoine; LALLEMENT, Michel (dir.) - *Le Capital Social. Performance, équité et réciprocité*. Paris: Éditions La Découverte. ISBN: 2-7071-4804-0.

BRADFORD, Neil (2004) *Creative Cities Structured Policy Dialogue Background*. CPRN. Background paper F/46. Disponível em: http://www.oldvancouver.com/pdfs/creative_cities_gertler.pdf. [Consult. 24 Fevereiro 2006].

BRADFORD, Neil (2004) - *Des villes créatives: Compte rendu des dialogues structurés sur les stratégies urbaines*. CPRN, Rapport de recherche F/45. Disponível em: http://www.oldvancouver.com/pdfs/creative_cities_gertler.pdf. [Consult. 24 Fevereiro 2006].

BRAUN, Erik; LAVANGA, Mariangela (2007) - *An international comparative quick scan of national policies for creative industries*. Roterddam: EURICUR. Disponível em: http://www.euricur.nl/content_assets/National%20Policies%20for%20Creative%20Industries%20Quickscan.pdf. [Consult. 10 Maio 2009].

BURGUESS, Robert G.(1997) - *A Pesquisa de Terreno - Uma Introdução*. Oeiras: Celta Editora ISBN: 9789728027438.

CANTARELLA, Robert e FISBACH, Frédéric (2009) - *L'Anti-musée*. Paris: Éditions Nouveaux Débats Publics. ISBN: 978-2-9533285-2-3.

CINTI, Tommaso (2008) - Cultural Clusters and districts: the state of art. COOKE, P. e LAZZERETTI, L. (eds.) - *Creative cities, cultural cluster and local economic development*. Cheltenham: Edward Elgar. ISBN: 978 1 84720 268 - 0. pp. 70-92.

COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES (2003) - *Communication from the Commission to the Council, the European Parliament and the European Economic and Social Committee. Governance and Development*. Brussels, 20.10.2003, COM (2003) 615 final. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/1/26/20334754.pdf>.

CHARBIR, Claire and DAVIES, Andrew (2005) - *Building Competitive Regions. Strategies and Governance*. Paris. OECD. ISBN 92-64-00946-9.

CLICHÉ, Danielle (2001) - Culture, governance & regulation. In MATARASSO, François (ed.) - *Recognising Culture. A series of briefing papers on culture and development*. Comedia, Department of Canadian Heritage and UNESCO. Disponível em: <http://www.institutumeni.cz/res/data/004/000567.pdf>. [Consult. 12 Julho 2009].

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO (2007) *Carta Estratégica do Concelho de Montemor-o-Novo 2007-2017. Programas de Actuação: Projectos e Acções*. Volume I e II. Montemor-o-Novo. CMMV. Disponível em: http://www.cm-montemornovo.pt/NR/rdonlyres/0000399a/qbftqmxjhompkurogedxturhwplvowc/CEM_VolumeIV_F.pdf. [Consult. 2 Novembro 2009].

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE (2006) - *Carta Educativa*. Vila do Conde. CMVC. Disponível em: http://www.cm-viladoconde.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=28012. [Consult. 13 Novembro 2009].

CARRILHO, Manuel Maria (1999) - *Hipóteses de Cultura*. Lisboa. Editorial Presença. ISBN 972-23-245-5

CARRILHO, Manuel Maria (2001) - *A Cultura no Coração da Política*. Lisboa. Editorial Notícias. ISBN 972-46-1292-9

COOKE, Philip (2008) - Culture, Clusters, Districts and Quarters: Some reflexions on the scale question. COOKE, P. e LAZZERETTI, L. (eds.) - *Creative cities, cultural cluster and local economic development*. Cheltenham: Edward Elgar. ISBN: 978 1 84720 268 - 0. pp.25-47.

COOKE, Philip e LAZZERETTI, Luciana (2008) - Creative Cities: An Introduction. COOKE, P. e LAZZERETTI, L. (eds.) - *Creative cities, cultural cluster and local economic development*. Cheltenham: Edward Elgar. ISBN: 978 1 84720 268 - 0. pp. 1-22.

COSTA, António Firmino da Políticas culturais: conceitos e perspectivas. *OBS*. N. 2. Outubro 1997. ISSN: 0873-8831. pp. 10-14.

COSTA, José Silva (coord.) (2005) - *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional. ISBN: 972-98803-1-X.

COSTA, Pedro (2002) - The Cultural Activities Cluster in Portugal: Trends and perspectives. *Sociologia, Problemas e Práticas*. N.º38. ISSN: 0873-6529. pp. 99-114.

COSTA, Pedro (2005) - A noção de cidade criativa e as suas implicações para as políticas culturais: alguns contributos para uma reflexão sobre o caso português. *Comunicação à Conferência "Políticas Públicas para o Desenvolvimento"*. Lisboa: ISCTE, 16-17 Junho.

COSTA, Pedro, VASCONCELOS, Bruno, SUGAHARA, Gustavo (2007) - O meio urbano e a génese da criatividade nas actividades culturais. *Comunicação ao 13º Congresso APDR "Recrutar e valorizar o território"*. Açores: APDR, 5-7 Julho.

COSTA, Pedro (2008) - Creativity, innovation and territorial agglomeration in cultural activities: the roots of the creative city. COOKE, P. e LAZZERETTI, L. (eds.) - *Creative cities, cultural cluster and local economic development*. Cheltenham: Edward Elgar. ISBN: 978 1 84720 268 - 0. pp. 183-210.

COSTA, Pedro; MAGALHÃES, Miguel; VASCONCELOS, Bruno; SUGAHARA, Gustavo (2006) - *On Creative Cities' governance models: a comparative approach*. Lisboa: DINÂMIA. (Dinâmia Working Paper, 2006/54).

CRESPI, Franco (1997) - *Manual de Sociologia da Cultura*. Lisboa: Estampa. ISBN: 972-33-1313-8.

CUCHE, Denys (2004) - *La notion de culture dans les sciences sociales*. Paris: La Découverte. ISBN: 978-2-7071-4264-1.

CUNHA, Maria Amália de Almeida - O conceito “capital cultural” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica. *Perspectiva*. Vol. 25. N. 2. Jul./Dez. 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/1820/1584>. [Consult. 8 Março 2009]. pp. 503-524.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL MAOTDR (2006) - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. Relatório. Disponível em: http://www.progeo.pt/pdfs/PNPOT_Relatorio.pdf [Consult. 20 Março 2009].

DUXBURY, Nancy (2004) - *Creative Cities: Principles and Practices*. CPRN. Background paper F/47. Disponível em: http://www.oldvancouver.com/pdfs/creative_cities_gertler.pdf. [Consult. 24 Fevereiro 2006].

EDGAR, Andrew and SEDGWICK, Peter (2008) - *Cultural Theory. The key concepts*. London: Routledge. ISBN: 978-0-415-39939-5.

ELIOT, T. S. (1996) - *Notas para a Definição de Cultura*. Lisboa: Edições Século XXI. ISBN: 972-8293-02-X.

ERICARTS (1999) - Essen Declaration: Ten Axioms for the Culture Industries in Europe. In EU Presidency Conference: “Culture Industries in Europe - A Comparison of Development Concepts” Essen, Germany. May 1999. Disponível em: http://www.ericarts.org/web/files/134/en/culture_industries_essen_declaration.pdf [Consult. 15 Outubro 2009].

ERICARTS (2002) - *Creative Europe: On governance and Management of Artistic Creativity in Europe*. Bonn. ARCult Media. ISBN 3-930395-59-2

EUROPEAN COMMISSION (2007) - *Communication on a European agenda for culture in a globalizing world. SEC (2007) 570*. Brussels: Commission of the European Communities, Education and Culture.

FIGUEIREDO, António M. (2005) - As políticas e o planeamento do desenvolvimento regional. COSTA, José Silva (coord.) - *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional. ISBN: 972-98803-1-X. pp 475-510.

FLORIDA, Richard (2002) - *The Rise of the Creative Class and How It's Transforming Work, Leisure, Community and Everyday Life*. New York: Basic Books. ISBN: 978-1864-0325-67.

FLORIDA, Richard (2005) - *Cities and the creative class*. New York: Routledge. ISBN: 0-415-94887-8.

FLORIDA, Richard, TIGNALI, Iren (2004) - *Europe in the Creative Age*. Europe. Demos. Disponível em: <http://www.institutumeni.cz/res/data/004/000573.pdf>. [Consult. 22 Fevereiro 2006].

FORAY, Dominique (2009) - *L'économie de la connaissance*. Paris: La Découverte. ISBN: 978-2-7071-5687-7.

GATTINGER, Monica (2005) - Creative Pique: on governance and engagement in the cultural sector. ANDREW, Caroline; GATTINGER, Monica; JEANOTTE, M. Sharon; STRAW, Will (eds.) - *Accounting for Culture. Thinking Through Cultural Citizenship*. Ottawa: University of Ottawa Press. ISBN: 0-7766-0596-8. pp. 201-220

GERTLER, Meric S. (2004) - *Les villes créatives: Quelle est leur raison d'être, comment fonctionnent-elles et comment les bâtissons-nous?*. CPRN. Document de base F/48. Disponível em: http://www.oldvancouver.com/pdfs/creative_cities_gertler.pdf. [Consult. 24 Fevereiro 2006].

GIGUÈRE, Sylvain (2005) - The Drivers of Growth: Why Governance Matters. In GIGUÈRE, Sylvain, edit. - *Local governance and the Drivers of Growth*. Paris: OECD Publishing. ISBN 92-64-01329-6

GOMES, Rui Telmo; LOURENÇO, Vanda e MARTINHO, Teresa D. (2006) - *Entidades Culturais e Artísticas em Portugal. DOCS. 8*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. ISBN: 972-8488-37-8.

GOULD, Helen (2001) - Culture & Social Capital. MATARASSO, François (eds) - *Recognising Culture. A series of briefing papers on culture and development*. Comedia, Department of Canadian Heritage and UNESCO. Disponível em: <http://www.institutumeni.cz/res/data/004/000567.pdf>. [Consult. 12 Julho 2009].

GREFFE, Xavier (2005) - The instruments of Good Governance. GIGUÈRE, Sylvain, edit. - *Local governance and the Drivers of Growth*. Paris: OECD Publishing. ISBN 92-64-01329-6.

GURGAND, Marc (2005) - *Économie de l'éducation. Repères*. Paris: Éditions La Découverte. ISBN: 2-7071-4055-4.

HENRIQUES, Eduardo Brito (2002) - Novos desafios e orientações das políticas culturais: Tendências nas democracias desenvolvidas e especificidades do caso Português. *Finisterra*. Vol. XXXVII. N.º 73: pp. 61-80. Disponível em: http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2002-73/73_03.pdf. [Consult. 10 Maio 2009].

HOME AFFAIRS BUREAU and The Centre for Cultural Policy Research (2004) - *A Study on Hong-Kong Creativity Index. Interim Report*. Hong Kong. The University of Hong Kong for the Hong Kong Special Administrative Government. Disponível em: http://www.hab.gov.hk/file_manager/en/documents/policy_responsibilities/arts_culture_recreation_and_sport/HKCI-InteriReport-printed.pdf. [Consult. 20 Janeiro 2010].

HORTA, Rui (2006-2007) - Abrir o horizonte. *Portefólio* - Revista da Fundação Eugénio de Almeida, n.º 2. 2006-2007. Disponível em: http://www.oespacodotempo.pt/pt/esp_tem.php?idpan=rui_artigos&t=1 [Consult. 16 Outubro 2009].

HORTA, Rui - *Conversas à Volta das Margens*. Edição por Sara Antónia Matos a partir da transcrição em registo áudio. (cedido por Espaço do Tempo. Convento da Saudação. Montemor-o-Novo).

HORTA, Rui (2009) - *Porque acredito na Cultura?* Texto de abertura dos Encontros Alcultur 09. (cedido por Espaço do Tempo. Convento da Saudação. Montemor-o-Novo).

IGEA, Delio Del Rincón e Outros (1995) - *Técnicas de Investigación en Ciencias Sociales*. Madrid: Dykinson. ISBN: 848155104X.

JEANOTTE, M. Sharon (2005) - Just Showing Up: Social and Cultural Capital. In ANDREW, Caroline; GATTINGER, Monica; JEANOTTE, M. Sharon; STRAW, Will (eds.) - *Accounting for Culture. Thinking Through Cultural Citizenship*. Ottawa: University of Ottawa Press. ISBN: 0-7766-0596-8. pp. 124-145.

KEA (2006) - *The Economy of Culture in Europe*. Brussels, KEA, European Affairs. Disponível em: <http://www.keanet.eu/ecoculture/studynew.pdf>

KEBIR, Leila e CREVOISIER, Olivier (2008) - Cultural resources and regional development: the case of the cultural legacy of watchmaking. COOKE, P. e LAZZERETTI, L. (eds.) - *Creative cities, cultural cluster and local economic development*. Cheltenham: Edward Elgar ISBN 978 1 84720 268 - 0. pp. 48-69.

KETELS, Christian (2003) - *The Development of Cluster Concept - Present experiences and further development*. Disponível em: http://www.isc.hbs.edu/pdf/Frontiers_of_Cluster_Research_2003.11.23.pdf. [Consult. 30 Outubro 2009].

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (1982) - *Declaração do México sobre políticas culturais*. México: Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais. Disponível em: http://www.unisc.br/universidade/estrutura_administrativa/nucleos/npu/npu_patrimonio/legislacao/internacional/patr_cultural/declaracoes/mexico_1982.pdf. [Consult. 10 Dezembro 2009].

LALLEMENT, Michel (2006) - *Le capital social. Performance, équité et réciprocité*. Paris: Éditions La Découverte. ISBN: 2-7071-4804-0.

LALLEMENT, Michel (2006) - Capital social et théories sociologiques. In BEVORT, Antoine; LALLEMENT, Michel (2006) - *Le capital social. Performance, équité et réciprocité*. Paris: Éditions La Découverte. ISBN: 2-7071-4804-0. pp. 71-88.

LANDRY, Charles (2003) - *Imagination and regeneration: cultural policy and the future cities*. Cultural Policy and Action Department, Directorate General IV - Education, Culture and Heritage, Youth and Sport, Stage Project, DGIV/ CULT/ STAGE (2003)3. Brussels: Council of Europe. Disponível em: [http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/culture/Completed/STAGE/DGIV_CULT_STAGE\(2003\)3_EN.pdf](http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/culture/Completed/STAGE/DGIV_CULT_STAGE(2003)3_EN.pdf)

LANDRY, Charles (2005) - *The Creative City. A Toolkit for Urban Innovators*. London: Comedia/EARTHSCAN. ISBN: 978-1853836138.

LAPLANE, Adriana Friszman e DOBRANSZKY, Enid Abreu (2002) - Capital cultural: ensaios de análise inspirados nas ideias de P. Bourdieu. Horizontes, Bragança Paulista. V. 20. Jan./dez. 2002. pp. 59-68. Disponível em: <http://api.ning.com/files/PierreBourdieuCapitalcultural.pdf>. [Consult. 30 Novembro 2009].

LOPES, Ermelinda (2005) - O investimento em capital humano e o desenvolvimento regional In COSTA, José Silva (coord.) - *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional. ISBN: 972-98803-1-X. pp 436-445.

LOPES, João Teixeira (2003) - *Escola, territórios e políticas culturais*. Porto: Campo de Letras. ISBN: 972-610-738-5.

LORENZEN, Mark e FREDERIKSEN, Lars (2008) - Why do culture industries cluster? Localization, urbanization, products and projects. COOKE, P. e LAZZERETTI, L. (eds.) - *Creative cities, cultural cluster and local economic development*. Cheltenham: Edward Elgar ISBN: 978 1 84720 268 - 0. pp. 155-18.

LORTHIOIS, Jacqueline (1996) - *Le Diagnostic Local des Ressources - Aide à la Décision*. Paris: Editions W. ISBN: 2-87614-474-3.

MAGALHÃES, Miguel (2005) - *Quadro de Referência das Indústrias Criativas no Norte de Portugal*. Porto: Filbox. Policopiado.

MARSH, Jesse B.T. (s/data) - *Cultural Diversity as Human Capital*. Palermo: Atelier Studio Associato. Disponível em: <http://www.terra-2000.org/htdocs/Documents/Prague/Papers/CULTural%20Diversity%20as%20Human%20Capital.pdf>. [Consult. 30 Novembro 2009].

MATARASSO, François (2001) - Culture, economics & development. In MATARASSO, François, edit. - *Recognising Culture. A series of briefing papers on culture and development*. Comedia, Department of Canadian Heritage and UNESCO. Disponível em: <http://www.institutumeni.cz/res/data/004/000567.pdf>. [Consult. 12 Julho 2009].

MATOSO, Rui (2007) - *A Agenda 21 da Cultura e a Promoção da Diversidade Cultural nas Cidades*. Disponível em www.agenda21culture.net/index. [Consult. 30. Novembro 2009].

MATTELART, Armand, NEVEU, Érik (2006) - *Introdução aos Cultural Studies*. Porto: Porto Editora. ISBN: 978-972-0-45260-3.

MELO, Alexandre Política cultural: acção ou omissão. *OBS*. N. 2. Outubro 1997. ISSN: 0873-8831.pp. 8-10.

MELO, Alexandre; PINHARANDA, João (1986) - *Arte contemporânea portuguesa*. Lisboa: Grafispaço.

MOUREAU, Nathalie ; SAGOT-DUVAUROUX, Dominique (2006) - *Le marché de l'art contemporain*. La Découverte. ISBN : 978-2-7071-4475-1.

MOZZICAFREDDO, Juan; GUERRA, Isabel; FERNANDES, Margarida A. e QUINTELA, João (1988) Poder Autárquico e Desenvolvimento Local. *Revista Crítica de Ciências Sociais – Poder Local*. N.º 25/26. ISSN: 0254-1106. pp. 79-114.

MURTEIRA, Mário (2004) - *Economia do conhecimento*. Lisboa: Quimera Editores. ISBN: 972-589-136-8.

NEVES, José Soares (2005) - *Despesas dos Municípios com a Cultura [1986-2003]*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. Disponível em: <http://www.oac.pt/pdfs/DespesasMunicipiosCultura.pdf>. [Consult. 30 Novembro 2009].

NEVES, José Soares e SANTOS, Jorge Alves dos, colab. (2000) - *Despesas dos Municípios com a Cultura*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. ISBN: 972-8488-11-4.

NOVO, António Martinho, coord. (2002) - *O Estado das Artes. As Artes e o Estado*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. ISBN: 972-8488-24-6.

NÚCLEO EXECUTIVO DA REDE SOCIAL DE VILA DO CONDE/ QUATERNALIRE PORTUGAL Consultoria Para o Desenvolvimento, S A (2007) - *Diagnóstico Social de Vila do Conde*. Vila do Conde: Rede Social de Vila do Conde. Disponível em: <http://www.cm-viladoconde.pt/files/2/documentos/20080901115751950030.pdf>.

OECD (2005) - *Building Competitive Regions. Strategies and Governance*. Paris. OECD Publishing. ISBN 92-64-00946-9.

OECD (2005) - *Culture and Local Development*. Brussels: OECD Publishing. ISBN: 9789264009905. Disponível em: http://www.oecd.org/document/50/0,3343,en_2649_34459_34918578_1_1_1_1,00.html. [Consult. 30 Novembro 2009].

PAIVA, Vanilda (2001) - Sobre o conceito de "capital humano". *Cadernos de Pesquisa*. N. 113. ISSN 0100-1574. pp. 185-191. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742001000200010&script=sci_arttext. [Consult. 30 Novembro 2009].

PAQUET, Gilles (2005) -Governance of Culture: Words of Caution. In ANDREW, Caroline; GATTINGER, Monica; JEANNOTTE, M. Sharon; STRAW, Will (eds.) - *Accounting for Culture. Thinking Through Cultural Citizenship*. Ottawa: University of Ottawa Press. ISBN: 0-7766-0596-8. pp. 221-234.

PONTHIEUX, Sophie (2006) - *Le capital social*. Paris: La Découverte. ISBN: 2-7071-4749-4.

PONTHIEUX, Sophie (2006) - Usages é mésusages du capital social. BEVORT, Antoine; LALLEMENT, Michel (2006) - *Le capital social. Performance, équité et réciprocité*. Paris: Éditions La Découverte. ISBN: 2-7071-4804-0. pp. 89-105.

PORTER, Michael E e STERN, Scott (2007) - Inovação: a localização é importante. PORTER, Michael E. - *Estratégia e vantagem competitiva*. Editora Planeta DeAgostini, SA. ISBN: 978-989-609-691-5.

PRATT, Andy C. (2007) - O Estado da Economia Cultural: o crescimento da economia cultural e os desafios da definição de uma política cultural. *A Urgência da Teoria. O Estado do Mundo*. Lisboa: Edições Tinta da China. ISBN: 978-972-8955-37-3. pp. 191-218.

PRATT, Andy C. (2008) - Creative Cities: the cultural industries and the creative class. *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*. Volume 90. Issue 2. pp. 107-117. Disponível em: <http://www3.interscience.wiley.com/journal/120086403/>. [Consult. 23 Novembro 2009].

PUTNAM, Robert D. (1993) - The Prosperous Community. Social Capital and Public Life. *The American Prospect*. No. 13. Spring.

REDE SOCIAL DE MONTEMOR-O-NOVO (2005) - *Diagnóstico Social I, II, III e IV*. Montemor-o-Novo. CMMV. Disponível em: <http://www.cm->

montemornovo.pt/pt/conteudos/actividade+municipal/accao+social/Rede+Social.htm. [Consult. 2 Novembro 2009].

REDE SOCIAL DE VILA DO CONDE/QUATERNNAIRE PORTUGAL (2007) - *Diagnóstico Social de Vila do Conde*. Vila do Conde. CMVC. Disponível em: <http://www.cm-viladoconde.pt/files/2/documentos/20080901115751950030.pdf>. [Consult. 13 Novembro 2009].

REDE SOCIAL DE VILA DO CONDE/QUATERNNAIRE PORTUGAL (2007) - *Plano de Desenvolvimento Social de Vila do Conde*. Vila do Conde. CMVC. Disponível em: <http://www.cm-viladoconde.pt/files/2/documentos/20080901115815575120.pdf>. [Consult. 13 Novembro 2009].

RIBEIRO, António Pinto (1998) - A cultura em Portugal no final do século: entre a abundância e a miséria. *OBS*. N. 3. Março 1998. ISSN: 0873-8831. pp. 4-6.

RUIVO, Fernando (2004) - O poder local português e a construção europeia. *Cadernos do Observatório dos Poderes Locais*. Caderno 4. Disponível em: http://www.opl.com.pt/uploads/publicacoes_opl/5/ficheiro/cad_4.pdf. [Consult. 10 Dezembro 2009].

SANTAGATA, Walter (2004) - *Cultural Districts and Economic Development*. N° 01/2004. Turin: EBLA Working Papers from University of Turin. Disponível em: http://www.eblacenter.unito.it/WP/2004/1_WP_Ebla.pdf. [Consult. 29 Novembro 2009].

SANTOS, Domingos (2005) - Teorias de inovação de base territorial. Contributos Teóricos. COSTA, José Silva (coord.) - *Compêndio de Economia Regional*. Lisboa: APDR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional. ISBN: 972-98803-1-X. pp 283-313.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (1994) - Deambulação pelos novos mundos da arte e da cultura. *Análise Social*. Vol. XXIX (125-126), 1994 (1. °-2. °). ISSN: 0003-2573. pp. 417-439.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, coord (2005) - *Contribuições para a formulação de políticas públicas no horizonte 2013 relativas ao tema Cultura, Identidades e Património: Relatório final*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos, coord. (1988) - *As Políticas Culturais em Portugal*. Lisboa: Relatório Nacional. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. ISBN: 972-8488-02-5.

SCHNAPPER, Dominique (1992) - *L'Europe des immigrés: essai sur les politiques d'immigration*. Paris: François Bourin. ISBN: 2-87686-117-8.

SCOTT, Allen J. (2000) - *The Cultural Economy of Cities*. London: SAGE Publications. ISBN: 0-7619-5455-4.

SILVA, Augusto Santos (1995) - Políticas culturais municipais e animação do espaço urbano. Uma análise de seis cidades portuguesas. SANTOS, Maria de Lourdes Lima (org.) - *Cultura & Economia. Actas do Colóquio realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

SILVA, Augusto Santos (1997) - Cultura: das obrigações do Estado à participação civil. *Sociologia, Problemas e Práticas*. N.º 23. ISSN: 0873-6529. pp. 37-48.

STICHT, Pamela (2000) - *Culture européenne ou Europe des cultures? Les enjeux actuels de la politique culturelle en Europe*. Paris: L' Harmattan. ISBN: 2-7384-9196-0.

STORPER, Michael; SCOTT, Allen J. (2009) - Rethinking human capital, creativity and urban growth. *Journal of Economic Geography*. Vol. 9 (2). pp. 147-167. Disponível em: <http://joeg.oxfordjournals.org/content/9/2/147.full.pdf+html>. [Consult. 17 Janeiro 2009].

TEPPER, Steven Jay (2002) - Creative Assets and the Changing Economy. In *Journal of Arts Management, Law and Society*, 32 (2); Fall 2002. 159-168. Disponível em: <http://www.princeton.edu/~artspol/workpap/WP21%20-%20Tepper.pdf> [Consult. 21 Janeiro 2007].

THROSBY, David (2003) - *Economics and Culture*. Cambridge: Cambridge University Press. ISBN: 0 521 58639 9.

THROSBY, David (2008) - Cultural Capital. TOWSE, Ruth (ed.) - *A Handbook of Cultural Economics*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited. ISBN: 978 1 84542 234 9. pp. 166-169.

TOWSE, Ruth (2008) - Cultural industries. TOWSE, Ruth (ed.) - *A Handbook of Cultural Economics*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited. ISBN: 978 1 84542 234 9. pp. 170-176.

TOWSE, Ruth (2008) - Introduction. TOWSE, Ruth (ed.) - *A Handbook of Cultural Economics*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited. ISBN: 978 1 84542 234 9. pp. 1-14.

TRIGILIA, Carlo (2002) - *Economic sociology: state, market, and society in modern capitalism*. New York: Wiley-Blackwell. ISBN: 97-80631-2253-62.

UNESCO (2005) - *The Power of Culture. UNESCO Convention on Cultural Diversity Approved*. Amsterdam: UNESCO. Disponível em: <http://www.powerofculture.nl/en/current/2005/november/unesco.html>. [Consult. 29 Novembro 2009].

UNESCO (1982) - *Mexico City Declaration on Cultural Policies*. México. UNESCO. Disponível em: http://portal.unesco.org/culture/en/files/12762/11295421661mexico_en.pdf/mexico_en.pdf [Consult. 10 Julho 2009].

UNITED NATIONS (2008) - *Creative Economy Report 2008*. UNCTAD/DITC/2008/2. Geneva: United Nations. Disponível em: http://www.unctad.org/en/docs/ditc20082cer_en.pdf. [Consult. 20 Novembro 2009].

VVAA (2002) - *O Estado das Artes. As Artes e o Estado: Actas do Encontro realizado em Lisboa, no CCB, a 19, 20 e 21 de Abril de 2001*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. ISBN: 972-8488-24-6.

VVAA (2007) *De 81 a dois mil e seis. 25 Anos de Música em Vila do Conde*. Vila do Conde. Academia de Musica de S. Pio X. ISBN 978-989-20-0923-0.

VVAA (2008) - *Desenvolvimento de um cluster das Indústrias Criativas na Região do Norte*. Porto: Fundação de Serralves.

WUNENBURGER, Jean-Jacques (1996) - L'Etat, entrepreneur ou éducateur culturel. *Hermès - Cognition, communication, politique, numéro 20 : Toutes les pratiques culturelles se valent-elles ?* Paris: CNRS Editions. ISBN: 978-2271054562. pp. 43-47.

Documentos fornecidos por instituições locais e sites consultados.

O ESPAÇO DO TEMPO. Programa 2005'06. Convento da Saudação. Montemor-o-Novo.

O ESPAÇO DO TEMPO. Programa 2006'07. Convento da Saudação. Montemor-o-Novo.

O ESPAÇO DO TEMPO. Programa 2007'08. Convento da Saudação. Montemor-o-Novo.

Olhar um Percurso. 20 Anos de Oficina da Criança. 8 Janeiro 1981. 8 de Janeiro de 2001. Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

Da Terra e do Mar. Oficinas do Convento. 1997/ 2010

<http://82.102.13.117/-acadtvu1/index.html>

<http://actheatron.blogspot.com/>

<http://ensemble.blogs.sapo.pt/>

<http://marca-adl.org>

<http://www.bandasfilarmonicas.com/bandas.php?id=604>

<http://www.circularfestival.com/>

<http://www.cm-montemornovo.pt>

<http://www.cm-viladoconde.pt/>

<http://www.coralsaodomingos.com/>

<http://www.cordabamba.com/>

<http://www.curtasmetragens.pt/>

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/itinerarios/alentejo/03/>

<http://www.oespacodotempo.pt>

<http://www.oficinasdoconvento.com/>

<http://www.tfa-portugal.com/>

Anexos

ANEXO 1

Guião de entrevistas

1. Como definiria em termos de representação cultural/simbólica o concelho de Vila do Conde / Montemor-o-Novo?

- 1.1. *Quais são os principais elementos componentes da identidade local? O que é que é verdadeiramente único e singular neste concelho, em que é que se diferencia?*
- 1.2. *Identifique os seus principais ícones (imagens, palavras, representações) ou as principais marcas.*
- 1.3. *De que forma pensa que este capital cultural pode ser uma alavanca de desenvolvimento? [Se já está a ser usado, identificação das experiências; Se não, como poderá ser capitalizado]*

2. Como caracteriza o concelho de Vila do Conde / Montemor-o-Novo em termos do seu sector cultural?

- 2.1. *Quais os principais recursos culturais e artísticos que o concelho possui (indicar os que se localizam na cidade)?*
- 2.2. *Quais são as estruturas organizativas do sector? Como caracteriza as suas dinâmicas, em termos de criação e produção, de distribuição e de comercialização? Qual o nível de profissionalização dessas estruturas? Como as caracteriza do ponto de vista de competências organizativas e humanas? Qual o seu nível de sustentabilidade e os recursos de financiamento principais?*
- 2.3. *Quais os principais bens e serviços culturais que são produzidos e procurados no concelho /cidade? O concelho “exporta” bens e serviços culturais, de que tipo e em que condições? Qual o nível de “importação” em termos de bens de serviços culturais?*
- 2.4. *Como caracteriza o concelho em termos da procura, do consumo e da fruição cultural? Como caracteriza o nível de acessibilidade da população à cultura (nas suas diferentes abordagens)? Quais os principais factores que condicionam ou determinam diferenças significativas em termos da procura / consumo cultural da população? Existem tendências estruturadas de procura por parte dos públicos? O concelho beneficia de uma procura cultural exterior, em que moldes (atractividade de população das áreas limítrofes, turismo, outras)?*

2.5. Como caracteriza a formação cultural e artística no concelho, considerando diversos segmentos: formação artística, educação para a cultura, formação de públicos, formação para a cidadania? Quais são os principais agentes de oferta de formação (em sentido mais restrito) cultural e artística no concelho?

3. Como é que caracteriza as dinâmicas do tecido cultural e artístico no concelho?

3.1. Como caracteriza as dinâmicas das organizações culturais em termos de criação e produção, de distribuição e de comercialização? Qual o nível de cooperação, colaboração, relacionamento entre estas organizações e no desenvolvimento das suas actividades? Qual seu grau de inserção em redes? Em que termos se coloca o relacionamento entre sector público e sector privado?

3.2. Como caracteriza a distribuição territorial (concentrações / dispersão) do sector cultural dentro do espaço urbano / e concelhio? Quais têm sido os principais factores de localização das novas estruturas e organizações culturais? Existem sectores ou áreas que apresentem especial vocação ou factores de atracção para as actividades culturais (identificar concretamente), por que razões?

3.3. Qual o nível de relacionamento e de cooperação com outras organizações, públicas e privadas, locais? Em que domínios (educação / formação, investigação, lazer, entretenimento, comércio, restauração e serviços turísticos, etc.) e com que âmbitos - prestações de serviços, financiamento, formação, inovação e Investigação, etc.?

3.4. Existe uma visão estratégica partilhada entre as organizações? São evidentes lideranças neste domínio? Identifique o teor dessa visão estratégica.

3.5. Existem actualmente condições comparativamente mais vantajosas no concelho / cidade para a atrair e fixar recursos, actividades e organizações artísticas, culturais ou criativas? Porquê?

4. Como caracteriza em traços gerais a política cultural municipal dos últimos anos (a partir de 2000, a partir do início do séc. XXI)?

4.1. Qual é o papel dado à cultura na política local?

4.2. Quais foram os principais objectivos da política cultural municipal nos últimos anos (mandatos)? Será possível enunciar algumas metas? Que programas e instrumentos de política cultural do município foram criados e promovidos nos últimos anos? Quais os principais resultados e impactos locais atingidos?

4.3. Como é que caracteriza as relações entre a autarquia e as instâncias da Administração Central no sector da cultura e qual tem sido o nível de articulação entre as políticas culturais, central e local?

4.4. *Que outro tipo de políticas municipais, noutros domínios (urbano, social, turismo, educação, desenvolvimento económico, etc.), considera que tiveram mais relação e se articularam mais com a política cultural? Em que medida e de que modo? Quais as políticas que demonstraram impactos relevantes na cultura e no sector cultural?*

4.5. *De que forma é que a autarquia tem fomentado e concretizado o envolvimento de outras entidades públicas e privadas na política cultural e na cultura local? E a participação dos cidadãos? Existem exemplos relevantes em termos de parceria ou de parcerias público-privadas no sector (e noutros sectores)?*

5. No seu entender, a cultura poderá ser uma alavanca determinante para o desenvolvimento local? Porquê?

6. Algumas notas finais sobre a situação e dinâmicas actuais do concelho de Vila do Conde / Montemor-o-Novo

6.1. *Em que domínios considera que a cultura e o sector cultural poderiam vir a contribuir de forma privilegiada para o desenvolvimento do concelho - criação de riqueza, emprego, coesão social, promoção, competitividade, qualidade de vida das populações, cidadania, capacitação institucional ...?*

6.2. *Como caracteriza o concelho relativamente a dimensões estruturantes como sejam a da identidade cultural, a da diversidade cultural, a do diálogo cultural, a da criatividade, a da competitividade, a da inovação, a da governance, ...?*

ANEXO 2

LISTA DE ENTREVISTADOS

1) Montemor-o-Novo

Dr. Vasco Silva - Oficinas do Convento, Montemor-o-Novo

Dr. João Marques - Vereador da Cultura, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Dr. Luís Ferreira - Chefe de Divisão de Cultura, Desporto e Juventude, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Dr^a. Teresinha Tavares - Direcção da Oficina da Criança, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Professor Luís Pastaneira - Ensemble Monte Mor - Associação Cultural, Montemor-o-Novo

Dr. Ricardo Carmona - Assessoria de Direcção Artística, O Espaço do Tempo, Montemor-o-Novo

Dr. Rui Silveira - Assessoria de Direcção Artística, O Espaço do Tempo, Montemor-o-Novo

2) Vila do Conde

Arq^o. Maia Gomes - Câmara Municipal de Vila do Conde

Dr. Manuel Vasques - Direcção e Programação da Circular - Associação Cultural, Vila do Conde

Dr. Paulo Costa Pinto - Divisão Cultural, Câmara Municipal de Vila do Conde

Dr^a Elisa Carvalho Ferraz - Vereadora dos Pelouros da Educação e Parque Escolar, Cultura, Formação Profissional, Acção Social e Solidariedade e Terceira Idade e Deficiência, Câmara Municipal de Vila do Conde

Dr^a Leonor Macedo - Divisão da Acção Social, Câmara Municipal de Vila do Conde

Dr^a Manuela Magalhães - Corda Bamba Associação para as Artes do Circo, Vila do Conde

Eng^a Sara Lobão Santos Pereira - Vereadora dos Pelouros de Juventude, Gestão Urbanística, Reabilitação Urbana e Fundos Comunitários, Câmara Municipal de Vila do Conde

Prof. Doutro Vítor Costa - Vereador dos Pelouros de Administração Geral e Gestão Financeira, Ambiente e Inovação, Património Municipal e Toponímia, Actividades Económicas e Publicidade e Recursos Humanos e Contra-Ordenações, Câmara Municipal de Vila do Conde

Professor Nuno Rodrigues - Fundador da Curtas Metragens, Cooperativa de Produção Cultural, CRL, Vila do Conde

Professora Teresa Rocha - Vogal do Conselho de Administração da Academia de Musica de S. Pio X. Fundação Dr. Elias de Aguiar, Vila do Conde

ANEXO 3

QUADRO DE BORDO ESTATÍSTICO

	Continente	Alentejo	Alentejo Central	Évora	Montemor-o-Novo	Norte	Grande Porto	Porto	Vila do Conde
Demografia									
População total residente por município, em 31/12/2008 (Nº)	10.135.309	757.069	168.979	54.780	18.407	3.745.439	1.283.446	216.080	77.320
População residente, 2001 (Nº)		766.529		55.569	18.254	3.667.529	1.253.807	256.246	74.211
População residente em cidades estatísticas, 2008 (N.º)	3.871.954	233.615	72.524	41.159	8.298	1.383.011	776.008	263.131	25.731
População residente em cidades estatísticas, 2003 (N.º)	3.817.205	227.715	66.624	41.159	8.298	1.365.634	761.879	263.131	25.731
Peso da população residente na cidade no total da população no concelho, 2008 (%)		-		75,14	45,08	-	-	121,77	33,28
Variação da população residente entre 2001 e 2008 (%)		-1,23		-1,42	0,84	2,12	2,36	-15,67	4,19
Taxa de variação da população residente (1991 - 2001) (%)	5,20	-0,70	0,20	5,10	-0,20	6,10	7,90	-13,00	14,70
Taxa de repulsão interna, 2001 (%)	6,70	2,90	3,00	5,30	4,60	0,80	2,10	15,70	5,40
População residente por município no grupo etário dos 0 a 14 anos, em 2001 (Nº)	1.544.883	103.843	23.452	8.237	2.244	633.574	204.321	34.434	13.204
População residente por município no grupo etário dos 15 a 24 anos, em 2001 (Nº)	1.348.285	96.945	21.268	7.440	2.213	538.431	170.652	32.943	10.801
População residente por município no grupo etário dos 25-64 anos, em 2001 (Nº)	5.312.659	392.773	86.326	29.279	8.950	1.974.872	708.982	139.597	41.223
População residente por município no grupo etário dos 65 e mais anos, em 2001 (Nº)	1.645.595	172.972	39.275	10.602	4.858	520.651	169.846	49.273	8.986
População residente por município no grupo etário dos 0 a 14 anos, em 31/12/2008 (Nº)	1.533.362	100.686	22.510	8.072	2.146	584.267	199.679	28.103	12.871
População residente por município no grupo etário dos 15 a 24 anos, em 31/12/2008 (Nº)	1.135.989	78.820	17.491	5.767	1.902	458.624	142.977	21.638	9.488
População residente por município no grupo etário dos 25-64 anos, em 31/12/2008 (Nº)	5.654.307	403.494	88.979	30.407	9.340	2.122.116	743.770	121.685	44.245
População residente por município no grupo etário dos 65 e mais anos, em 31/12/2008 (Nº)	1.811.651	174.069	39.999	10.534	5.019	580.432	197.020	44.654	10.716
População estrangeira que solicitou o estatuto de residente, 2006 (Nº)		4.292		571	113	10.597	5.981	2.130	231
População estrangeira que solicitou estatuto de residente por habitante, 2006 (%)	0,59	0,57	0,79	1,03	0,61	0,28	0,47	0,92	0,30
Índice de envelhecimento, 2008 (Nº)	118	173	178	131	234	99	99	159	83
Índice de renovação da população em idade activa, 2008 (Nº)	109	105	106	104	106	123	100	89	116
Taxa de crescimento migratório, 2008 (%)	0	0	0	0	0	0	0	-2	0
Índice de dependência de jovens, 2008 (Nº)	23	21	21	22	19	23	23	20	24
Educação									
Taxa de pré-escolarização, 2007/2008 (%)	79,50	93,03	85,39	82,53	71,86	79,32	72,99	134,79	80,57
Taxa bruta de escolarização En sino básico, 2007/2008 (%)	121,32	129,28	124,43	135,46	111,90	118,84	118,57	201,01	108,68
Taxa bruta de escolarização ensino secundário, 2007/2008 (%)	101,20	103,30	109,94	154,65	84,80	93,18	106,99	256,21	62,95
Taxa de retenção e desistência no 1º ciclo ensino básico, 2007/2008 (%)	3,56	4,43	4,01	3,96	4,82	2,74	3,12	2,98	3,14
Taxa de retenção e desistência no 2º ciclo ensino básico, 2007/2008 (%)	7,83	9,20	8,41	5,52	13,11	5,84	7,31	8,57	8,28
Taxa de retenção e desistência no 3º ciclo ensino básico, 2007/2008 (%)	13,73	14,24	13,15	11,22	18,50	12,64	13,79	12,53	15,53
Taxa de transição/conclusão no ensino secundário, 2007/2008 (%)	79,38	78,95	77,57	78,40	74,23	81,23	80,60	82,13	77,87
Proporção da população residente com ensino superior completo, 2001 (%)	8,67	5,66	6,65	11,75	5,09	7,07	10,77	17,94	6,21
Proporção da população residente com pelo menos a escolaridade obrigatória, 2001 (%)	38,24	31,17	33,15	45,32	27,83	32,72	43,40	52,52	30,33
Taxa de abandono escolar, 2001 (%)	2,71	2,73	2,83	2,37	2,48	3,49	2,61	2,57	3,29

QUADRO DE BORDO ESTATÍSTICO (continuação)

	Continente	Alentejo	Alentejo Central	Évora	Montemor-o-Novo	Norte	Grande Porto	Porto	Vila do Conde
Cultura e desporto									
Espectadores de cinema por habitante, 2008 (Nº)	2	3	1	x	x	1	2	x	x
Taxa de ocupação de cinema	13	9	10	x	x	14	14	x	x
Espectadores de espectáculos ao vivo por habitante, 2008 (Nº)	1	2	1	1	2	1	1	5	...
Valor médio dos bilhetes vendidos em espectáculos ao vivo (Euros)	17	13	5	9	15	9	9	9	...
Publicações periódicas - Proporção de exemplares distribuídos gratuitamente, 2008 (%)	53,47	22,91	16,62	15,86	49,53	19,43	17,90	14,20	28,99
Vistantes por museu em Museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários, 2008 (Nº)	36.982	12.123	7.324	14.780	...	34.360	65.785	66.535	20.997
Proporção de visitantes escolares em Museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários, 2008 (%)	21,46	12,69	6,77	5,20	...	32,32	35,25	35,22	43,54
Despesas totais das C M em actividades culturais e de desporto por habitante, 2008 (Euros)	81	147	174	95	203	79	92	73	172
Despesas correntes das C M em actividades culturais e de desporto por habitante, 2008 (Euros)	52	87	91	56	112	49	64	69	72
Despesas de capital das C M em actividades culturais e de desporto por habitante, 2008 (Euros)	30	60	83	39	90	29	28	5	100
Despesa em cultura e desporto no total de despesas, 2008 (%)	10,93	13,34	16,74	12,54	20,89	11,97	15,28	8,13	21,58
Despesas totais das C M em activ. culturais e de desporto por município, 2008 (Milhares de Euros)	824.743	111.693	29.485	5.213	3.741	294.624	117.928	16.046	13.279
Despesas correntes das C M em activi. culturais e de desporto por município, 2008 (Milh. de Euros)	525.551	66.225	15.459	3.070	2.074	184.602	82.184	15.023	5.576
Despesas de capital das C M em activi. culturais e de desporto por município, 2008 (Milh. de Euros)	299.192	45.468	14.026	2.143	1.667	110.023	35.744	1.022	7.703
Despesas correntes das C M em Património (incluindo Museus), 2008 (Milhares de Euros)	41.172	5.720	665	191	57	12.389	4.757	2.635	308
Despesas de capital das C M em Património (incluindo Museus), 2008 (Milhares de Euros)	53.246	8.213	2.127	106	260	16.347	3.682	0	198
Despesas correntes das câmaras municipais em Museus, 2008 (Milhares de Euros)	24.004	3.191	225	31	0	6.384	2.700	1.389	226
Despesas de capital das câmaras municipais em Museus, 2008 (Milhares de Euros)	21.537	2.785	464	0	0	5.663	1.822	0	40
Despesas correntes das câmaras municipais em Bibliotecas, 2008 (Milhares de Euros)	45.570	5.445	622	17	82	12.708	4.503	1.810	131
Despesas de capital das câmaras municipais em Bibliotecas, 2008 (Milhares de Euros)	15.591	2.099	766	0	35	3.753	753	0	5
Despesas correntes das câmaras municipais em Música, 2008 (Milhares de Euros)	42.280	7.004	2.052	306	360	13.329	4.904	1.209	150
Despesas correntes das câmaras municipais em Música, 2008 (Milhares de Euros)	3.720	204	15	0	5	1.024	399	0	8
Despesas correntes das câmaras municipais em Artes cénicas, 2008 (Milhares de Euros)	17.614	1.551	277	105	51	5.218	1.687	429	20
Despesas correntes das câmaras municipais em Artes cénicas, 2008 (Milhares de Euros)	758	28	2	0	2	269	20	0	0
Despesas correntes das C M em Actividades socio-culturais, 2008 (Milhares de Euros)	72.814	9.820	3.293	498	146	31.943	17.438	1.493	255
Despesas correntes das C M em Actividades socio-culturais, 2008 (Milhares de Euros)	8.656	844	213	76	14	2.593	851	180	40
Despesas correntes das câmaras municipais em Recintos culturais, 2008 (Milhares de Euros)	15.792	2.088	258	95	83	4.695	2.269	745	181
Despesas correntes das câmaras municipais em Recintos culturais, 2008 (Milhares de Euros)	56.459	12.658	7.362	1.815	276	19.656	9.797	0	6.306
Publicações periódicas por município, 2008 (Nº)	1.810	79	19	8	3	439	181	106	7
Exemplares vendidos de Publicações periódicas por município, 2008 (Nº)	361.955.247	5.812.906	2.163.174	1.966.362	39.010	73.526.468	54.698.739	51.860.249	290.000
Recintos culturais, 2008 (Nº)	448	84	24	4	2	90	33	20	2
Lotação dos recintos culturais, 2008 (Nº)	358.485	110.775	26.307	6.146	...	46.861	18.446	9.544	...
Sessões de espectáculos ao vivo, 2008 (Nº)	29.218	2.743	574	235	66	7.455	3.443	1.852	...
Espectadores de espectáculos ao vivo, 2008 (Nº)	10.601.392	1.139.439	215.429	35.853	32.155	2.823.065	1.396.942	1.017.878	...
Bilhetes vendidos de espectáculos ao vivo, 2008 (Nº)	4.299.134	250.831	91.913	7.133	10.377	1.101.181	896.699	691.791	...
Receitas de espectáculos ao vivo, 2008 (Milhares de euros)	70.951	3.240	450	67	153	10.078	7.861	6.486	...
Museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários, 2008 (Nº)	293	40	8	3	1	85	30	18	3
Objectos em Museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários, 2008 (Nº)	23.240.779	426.144	60.578	32.801	...	4.174.805	3.320.326	2.917.516	301.474
Visitantes de Museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários, 2008 (Nº)	10.835.758	484.901	58.590	44.339	...	2.920.586	1.973.561	1.197.630	62.991
Visitantes escolares de Museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários, 2008 (Nº)	2.325.575	61.537	3.966	2.304	...	944.007	695.592	421.802	27.424
Galerias de arte e outros espaços, 2008 (Nº)	796	94	32	15	3	242	111	67	7
Exposições realizadas em Galerias de arte e outros espaços, 2008 (Nº)	6.532	693	216	78	13	2.152	932	540	61
Obras expostas em Galerias de arte e outros espaços, 2008 (Nº)	292.324	25.880	6.227	2.330	329	125.947	39.789	20.430	873
Visitantes de Galerias de arte e outros espaços, 2008 (Nº)	7.848.075	318.326	128.778	69.879	4.830	2.709.279	1.830.743	1.311.850	85.012

QUADRO DE BORDO ESTATÍSTICO (continuação)

	Continente	Alentejo	Alentejo Central	Évora	Montemor-o-Novo	Norte	Grande Porto	Porto	Vila do Conde
Mercado de trabalho									
Índice de polarização de emprego, 2001 (Nº)	1	1	1	1	1	1	1	2	1
Taxa de TCO em estabelecimentos com < 10 trabalhadores, 2007 (%)	24,90	32,40	35,10	30,00	37,90	24,90	22,40	20,80	21,40
Taxa de TCO em estabelecimentos com > 250 trabalhadores, 2007 (%)	24,00	19,20	17,60	27,90	14,10	20,30	28,40	36,10	26,40
Ganho médio mensal, 2007 (Euros)	965	863	832	901	790	833	986	1.145	833
População empregada, 2001 (Nº)	4.450.711	323.167	75.723	26.540	7.751	1.656.103	595.529	113.593	35.981
População empregada no sector primário, 2001 (Nº)	211.603	38.700	9.104	1.309	1.321	78.726	9.842	420	3.153
População empregada no sector secundário, 2001 (Nº)	1.581.676	90.294	21.128	6.092	1.949	758.079	209.904	24.084	17.581
População empregada no sector terciário (económico), 2001 (Nº)	1.534.311	96.458	20.752	8.245	2.321	480.539	229.079	49.963	9.467
População empregada no sector terciário (social), 2001 (Nº)	1.123.121	97.715	24.739	10.894	2.160	338.759	146.704	39.126	5.780
População activa, 2001 (Nº)	4.778.115	352.949	80.752	27.969	8.275	1.775.015	647.391	126.544	38.326
Taxa de actividade feminina, 2001 (%)	42,32	38,80	40,36	45,39	37,04	41,39	45,84	43,76	45,02
Poder de compra per capita, 2007 (Nº)	101	87	90	119	82	86	114	171	97
Poder de compra per capita, 1995 (Nº)	102	70	78	110	74	82	134	257	67
Proporção de poder de compra (% - no total do País), 2007 (Nº)	96	6	1	1	0	30	14	4	1
Proporção de poder de compra (% - no total do País), 1995 (Nº)	97	5	1	1	0	29	16	8	0
Total de Beneficiários de subsídios de desemprego, por município, 2008 (Nº)	438.094	39.318	8.553	2.456	703	179.154	71.619	11.475	4.694
Empresas									
Densidade de empresas, 2007 (Nº/km²)	12	2	2	5	1	17	176	906	48
Empresas, 2007 (Nº)	1.060.191	68.061	16.484	6.229	1.722	356.739	143.333	37.422	7.201
Empresas, 2005 (Nº)	1.016.997	65.567	16.125			342.757	138.812		
Proporção de empresas individuais, 2007 (%)	68,31	73,51	74,59	72,71	76,13	68,25	66,69	58,68	69,12
Proporção de empresas com menos de 250 pessoas ao serviço, 2007 (%)	99,92	99,96	99,98	99,95	100,00	99,93	99,91	99,91	99,94
Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço, 2007 (%)	95,46	96,58	96,88	96,69	96,92	94,54	95,38	95,34	93,18
Pessoal ao serviço por empresa, 2007 (Nº)	3	3	3	3	2	4	4	4	4
Volume de negócios por empresa, 2007 (Milhares de Euros)	322,02	212,77	153,80	178,78	151,72	266,16	335,09	361,53	497,79
Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço no total das empresas, 2007 (%)		96,58		96,69	96,92	94,54	95,38	95,34	93,18
Proporção de empresas com 10 a 49 pessoas ao serviço no total das empresas, 2007 (%)		3,05		2,95	2,50	4,72	3,99	4,03	5,93
Proporção de empresas com 50 a 249 pessoas ao serviço no total das empresas, 2007 (%)		0,32		0,31	0,58	0,66	0,54	0,55	0,83
Proporção de empresas com 250 e mais pessoas ao serviço no total das empresas, 2007 (%)		0,04		0,05	0,00	0,07	0,09	0,09	0,06
Turismo									
Estada média de hóspedes estrangeiros, 2008 (Nº de noites)	3	2	1	1	...	2	2	2	2
Capacidade de alojamento por 1000 habitantes, 2008 (Nº)	23	13	17	28	7	10	14	47	4
Hóspedes por habitante, 2008 (Nº)	1	1	1	3	...	1	1	4	0
Proporção de hóspedes estrangeiros, 2008 (%)	50,62	26,41	36,90	43,13	...	36,82	47,60	57,22	38,02
Dormidas em estab. hoteleiros por 100 habitantes, 2008 (Nº)	315	143	223	491	...	113	188	700	44
Hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros por município, 2008 (Nº)	11.926.456	664.149	251.195	179.460	...	2.412.837	1.339.357	810.975	16.910

QUADRO DE BORDO ESTATÍSTICO (continuação)

	Continente	Alentejo	Alentejo Central	Évora	Montemor-o-Novo	Norte	Grande Porto	Porto	Vila do Conde
Administração Local									
Relação entre receitas e despesas, 2007 (%)	102,30	101,58	100,68	104,20	94,55	99,64	97,93	102,55	105,60
Receitas por habitante, 2007 (Euros)	668,97	936,03	943,55	789,42	926,27	575,89	550,11	883,39	731,17
Endividamento anual por habitante, 2007 (Euros)	e	1,37	1,92	-3,00	5,38	e	0,58	-2,53	-3,48
Relação entre receitas e despesas correntes, 2007(%)	123,56	103,71	97,81	100,41	101,63	124,27	131,68	139,11	122,39
Impostos no total de receitas, 2007 (%)	37,28	21,58	20,09	34,40	21,82	30,93	49,49	55,28	39,86
Índice de carência fiscal, 2007 (Euros por habitante)	-3,01	32,75	36,36	-17,59	14,30	52,66	-10,27	-138,69	-42,50
Fundos municipais no total de receitas, 2007 (%)	30,23	46,47	44,03	27,79	53,80	34,41	17,67	13,14	16,16
Despesas com pessoal no total de despesas, 2007 (%)	29,91	35,65	36,84	36,29	34,46	26,22	27,22	35,11	27,99
Aquisição de bens de capital no total de despesas, 2007 (%)	27,74	25,81	24,57	14,45	31,81	31,14	23,95	3,41	22,32
Participação política									
Taxa de abstenção na Eleição para a Assembleia da República, 2005 (%)	34,48	35,25	33,82	33,58	30,09	33,18	30,56	32,16	31,65
Taxa de abstenção na Eleição para as Câmaras Municipais, 2005 (%)	38,95	37,34	37,20	44,91	36,95	33,30	39,14	41,48	29,99
Taxa de abstenção na Eleição para a Presidência da República, 2006 (%)	36,83	39,31	37,93	37,46	33,39	35,71	33,80	35,30	33,91
Taxa de abstenção no Referendo Nacional "Interrupção Voluntária da Gravidez", 2007 (%)	55,94	58,28	56,82	53,40	50,74	56,72	53,82	53,06	55,12
Condições de vida									
Veículos novos vendidos por 1000 habitantes, 2007 (N.º)	25	23	24	31	23	20	25	42	21
Veículos ligeiros novos vendidos por 1000 habitantes, 2007 (N.º)	24	22	23	30	21	19	25	41	21

FonteS: INE, I.P., Portugal, 2009, Anuário Estatístico da Região Alentejo 200. Informação disponível até 30 de Setembro de 2009; Anuário Estatístico da Região Norte 2008. Informação disponível até 30 de Setembro de 2009; e Quadros extraídos em 23 de Dezembro de 2009, in www.ine.pt

ANEXO 4

TRABALHOS DESENVOLVIDOS E EM QUE PARTICPOU A AUTORA (1996-2009)

Concepção e Programação e de Conteúdos do Museu da Lourinhã - 2003 (C. M. da Lourinhã);

Estratégia Cultural para o Concelho de Castelo Branco - 2003 (Câmara Municipal de Castelo Branco);

Estratégia Cultural para o concelho de Torres Novas - 2005 (C. M. de Torres Novas);

Estudo das práticas culturais da Cidade de Espinho - 1998 (Câmara Municipal de Espinho);

Estudo de referência e de proposta operativa que defina as condições de implementação do projecto de Dinamização da Rede de Teatros e Cine-Teatros da Região de Lisboa e Vale do Tejo - 2004, (CCRLVT - Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo);

Estudo de uma rede museológica local e programa base do Museu do Trajo e do Museu do Mar associado à reconversão do Navio Gil Eanes, Viana do Castelo - 2001 (C. M. de Viana do Castelo);

Estudo Prévio de Arquitectura e Projecto de Animação do Museu Mineiro de S. Pedro da Cova - 1997 (C. M. de Gondomar);

Estudos Prospectivos dos Perfis Profissionais e Diagnóstico das Necessidades de Formação do Sector/Domínio de Actividades Artesanais - 2006 (INOFOR - Instituto para a Inovação na Formação);

Estudos Prospectivos dos Perfis Profissionais e Diagnóstico das Necessidades de Formação do Sector/Domínio de Actividades Artísticas, Culturais e de Espectáculo - 2006 (INOFOR - Instituto para a Inovação na Formação);

iMOD - Inovação, Moda Design. Projecto de Incubadora de Negócios Criativos de Santo Tirso - 2009 (Câmara Municipal de Santo Tirso)

Plano de Acção Intermunicipal do Vale do Lima para o sector da Cultura e do Lazer - 2003 (VALIMA - Associação de Municípios do Vale do Lima);

Plano de Acção para a Cultura e Lazer da Terra Quente Transmontana - 2007 (Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana);

Plano de Intervenção Estrutural do Sector Cultural no Horizonte 2007-2013 - 2007, (Ministério da Cultura);

Plano Estratégico de Reabilitação Urbana da Ajuda, Belém e Junqueira - 2005, (Ambelis);

Programa de Acção da candidatura de Couros em Guimarães ao Programa Operacional Regional Norte 2007-2013 - Parcerias para a Regeneração Urbana - 2008 (Câmara Municipal de Guimarães);

Programa de acção e preparação das Parcerias para apresentação das candidaturas da Câmara Municipal de Guimarães ao concurso PRU/2/2008, Centro Histórico e Zona Comercial Contígua ao Centro Histórico - 2008 (Câmara Municipal de Guimarães);

Programa de Acção para a Regeneração Urbana da Figueira da Foz no âmbito do Programa Operacional Regional Centro 2007-2013 - 2008 (Câmara Municipal da Figueira da Foz)

Programa de acção para a Regeneração Urbana de Santo Tirso e Animação da Parceria Local no âmbito do Programa Operacional Regional Norte 2007-2013 - em curso (Câmara Municipal de Santo Tirso);

Projecto de Reabilitação da Fábrica Brandão Gomes - 1998 (CâmaraMunicipal de Espinho).